



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE BELAS ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARTES VISUAIS  
HISTÓRIA E TEORIA DA ARTE**

**EDJANE CRISTINA RODRIGUES DA SILVA**

**OURO E PRATA A SERVIÇO DO CULTO DIVINO:  
O OFÍCIO DE OURIVES E A PRODUÇÃO DE OURIVESARIA SACRA NA CIDADE DO  
SALVADOR (1700-1815)**

Salvador-Ba  
2025

**EDJANE CRISTINA RODRIGUES DA SILVA**

**OURO E PRATA A SERVIÇO DO CULTO DIVINO:  
O OFÍCIO DE OURIVES E A PRODUÇÃO DE OURIVESARIA SACRA NA CIDADE DO  
SALVADOR (1700-1815)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Artes Visuais da Universidade Federal da  
Bahia, como requisito parcial para a obtenção do  
título Doutora em Artes Visuais, na Linha de  
Pesquisa: História e Teoria da Arte

Orientador: Luiz Alberto Ribeiro Freire

Salvador-BA  
2025

S586 Silva, Edjane Cristina Rodrigues da  
Ouro e prata a serviço do culto divino: o ofício de  
ourives e a produção de ourivesaria na cidade do Salvador  
(1700-1815) / Edjane Cristina Rodrigues silva. – 2025.  
318 p. : il.

Orientador: Luiz Alberto Ribeiro Freire  
Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Universidade  
Federal da Bahia. Escola de Belas Artes, 2025.

1. Arte Sacra. 2. Brasil colonial. 3. Catolicismo. 4.  
Ourivesaria. 5. Objetos litúrgicos. I. Freire, Luiz Alberto  
Ribeiro. II. Universidade Federal da Bahia. Escola de Belas  
Artes. III. Título.

CDU 739.1

**EDJANE CRISTINA RODRIGUES DA SILVA**

**OURO E PRATA A SERVIÇO DO CULTO DIVINO:  
O OFÍCIO DE OURIVES E A PRODUÇÃO DE OURIVESARIA SACRA NA CIDADE DO  
SALVADOR (1700-1815)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título Doutora em Artes Visuais, na Linha de Pesquisa: História e Teoria da Arte.

Salvador, 04/09/2025.

**Banca Examinadora**

---

Ângela Brandão  
Universidade Federal de São Paulo

---

Camila Fernanda Guimarães Santiago  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

---

Sabrina Mara Sant'Anna  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

---

Dilson Rodrigues Midlej  
Universidade Federal da Bahia

---

Luiz Alberto Ribeiro Freire - Orientador  
Universidade Federal da Bahia

Dedico este trabalho a *Ògún-Wari*

“Mestre dos metais, forjador de caminhos que entrelaça coragem com fios de ouro e nos ensina a forjar nosso próprio destino, desafiando-nos a abraçar a vida com a mesma intensidade com que ele forja o ferro. Diante dele somos todos ourives em busca da obra-prima que é nossa existência. *Ògún*, o guerreiro, o ourives que forja sonhos em metal e inspira almas a brilhar.”

*Ogunhê!*



Coração radiante do Sacrário que pertenceu ao altar do Santíssimo Sacramento da antiga Sé da Bahia. Autoria de Joaquim Alberto da Conceição Matos. Prata, séc. XVIII. Fotografia da autora.

A beleza é chave do mistério e apelo ao transcendente.

(*Carta de João Paulo II aos artistas*, 1999).

## **Agradecimentos**

Expresso meus sinceros agradecimentos a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire, pela confiança em aceitar me acompanhar em mais um processo de pesquisa acadêmica.

Ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (PPGAV-EBA/UFBA). Aos professores, membros da banca, pela disponibilidade em realizar a leitura e análise da tese.

A equipe de profissionais do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); equipe do Centro de Memória Jorge Calmon / Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em especial a arquivista Adriana Bastos; equipe do Museu Carlos e Margarida Costa Pinto, em especial a museóloga Simone Trindade; equipe do Museu Palácio da Sé, em especial a museóloga Mônica Reis e a equipe do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/BA), em especial a museóloga Ana Teresa Góis.

Agradeço ainda a ajuda e incentivo do Prof. Dr. Eugênio de Ávila Lins, Profa. Dra. Ângela Brandão, Profa. Dra. Viviane Santos, Diácono Raimundo Moreno de Almeida, Núbia Santos e a bibliotecária e colega do MAS, Priscila Rabelo, que gentilmente elaborou a ficha catalográfica;

Ao ourives Hélio Costa dos Santos (in memorian) e sua filha, Márcia Cristina dos Santos, que me proporcionaram conhecer um pouco do trabalho de um ourives a partir da visita a sua oficina de ourivesaria, no ano de 2018.

A diretora do Museu de Arte Sacra da UFBA, Profa. Dra. Maria Herminia Olivera Hernández, a coordenadora Isabela Souza e a colega Susan Lopes pela ajuda com as demandas do museu enquanto estive ausente, durante o processo de pesquisa.

Aos colegas do MAS pelas palavras de ânimo quando o cansaço falava mais alto. A equipe de profissionais da secretaria, exposição, restauração, documentação e biblioteca, pelo atendimento prestativo às minhas solicitações.

A minha grande amiga e irmã Maria Cícera Couto, que me acompanha desde o início da minha carreira profissional e acadêmica e que nunca deixou de acreditar em mim e em minha capacidade de superar obstáculos.

Aos queridos Fagner Bonfim, Belinda Neves, Fernando Oliveira e Ludmila Silva pelas longas conversas em que dividimos, de forma bem-humorada, os percalços da vida acadêmica.

A três mulheres incríveis que, juntas, formaram o tripé essencial ao meu equilíbrio físico, psicológico e emocional: Indianara Pereira (psicóloga junguiana); Camila Carvalho (astróloga) e Patrícia Pamplona (mestra reikiana).

Ao filho que Iemanjá me presenteou, Igor Santiago, pela valiosa contribuição durante toda a pesquisa com seu primoroso trabalho de transcrição das fontes e revisão textual. Agradeço ainda pela minuciosa investigação nos arquivos e pelas observações que foram fundamentais para a consolidação desta tese.

A minha amiga e irmã que Oxum colocou em meus caminhos, Rosely Bezerra, pela assessoria e orientação na área de design e tratamento das imagens. Sou eternamente grata pela sua parceria, pela escuta paciente e acolhedora durante o longo processo de construção da tese, nos melhores e piores momentos.

A minha filha Naiara Nascimento, te agradeço por partilhar comigo tantos aprendizados, desafios e alegrias que a vida tem nos proporcionado. Obrigada por estar ao meu lado e acreditar em mim. A minha mãe, Lenita Silva, agradeço pelo exemplo de determinação e pela compreensão por todas as ausências que a escrita da tese impõe. A minha nora, Priscila Purificação, agradeço a torcida e todas as palavras de carinho e incentivo. A Gaia, pela companhia de todas as horas. Que o amor nos mantenha unidas!

Por fim, agradeço a Iemanjá e a todos os meus ancestrais. Finalizo este ciclo para dar início a outro. *Ntondelê!*

## Resumo

O processo de colonização dos territórios conquistados na América portuguesa esteve diretamente ligado à proposta de expansão da fé cristã e a imposição de valores culturais fortemente alicerçados nos preceitos do catolicismo. Nos primeiros anos de ocupação das terras brasileiras, a Igreja avançou a partir da evangelização das populações locais e da ocupação territorial, com a criação de colégios nos principais centros urbanos, da ereção de igrejas e conventos.

Ao longo do século XVII, a cidade de Salvador organizou suas estruturas administrativas a partir da instalação e funcionamento da Câmara Municipal e da implantação das corporações de ofício. Dentre os grupos ligados às corporações, destaca-se a atuação dos oficiais ourives que, ao longo do processo de implantação da cristandade na colônia, foram os responsáveis pela manufatura de grande parte dos objetos destinados ao ceremonial litúrgico da Igreja Católica.

No início do século XVIII, a organização e promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia procurou atender a necessidade de regulação das práticas religiosas na colônia, estimulando a devoção ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia e às práticas sacramentais, promovendo o aumento no número de paróquias e irmandades leigas na cidade, intensificando a produção dos objetos de ourivesaria sacra. Ao mesmo tempo que crescia a demanda por objetos litúrgicos, aumentava o controle e a fiscalização da produção dos ourives por parte da Metrópole, culminando na proibição do exercício desses oficiais na colônia entre os anos de 1766 e 1815.

A presente tese examina a produção e o uso dos objetos de ourivesaria sacra católica na Cidade de Salvador, especialmente entre os anos de 1700 e 1815. Adotando uma análise formal desse corpus, procurou-se compreendê-los dentro do seu contexto histórico, econômico e social, tomando como base alguns pressupostos da história religiosa e da história da arte. Extrapolando os limites da análise estilística, artística, simbólica e estética, demonstrou-se as formas pelas quais o ofício dos ourives foi adaptado às especificidades da colônia portuguesa na América, suas estratégias de vida, sobrevivência e articulação, além de ter se mostrado claro que a crescente produção desses homens no período em tela deu-se pela organização das práticas religiosas, aumento expressivo de igrejas, ordens terceiras e irmandades na cidade, não se restringindo apenas a recente descoberta do ouro nas Gerais.

Palavras-Chave: Arte Sacra; Brasil colonial; catolicismo; ourivesaria; objetos litúrgicos.

## **Abstract**

The colonization process of the territories conquered in Portuguese America was directly linked to the expansion of the Christian faith and the imposition of cultural values deeply rooted in the precepts of Catholicism. In the early years of the occupation of Brazilian lands, the Church advanced through the evangelization of local populations and territorial consolidation, establishing colleges in major urban centers and erecting churches and convents.

Throughout the 17th century, the city of Salvador structured its administrative framework through the establishment of the City Council and the implementation of craft guilds. Among the artisans associated with these guilds, goldsmiths played a prominent role. As Catholicism took root in the colony, these craftsmen were responsible for producing a significant portion of the liturgical objects used in ecclesiastical ceremonies.

In the early 18th century, the organization and promulgation of the First Constitutions of the Archdiocese of Bahia aimed to regulate religious practices in the colony. These measures encouraged devotion to the Blessed Sacrament of the Eucharist and sacramental rites, fostering the proliferation of parishes and lay brotherhoods throughout the city. Consequently, the demand for sacred metalwork increased significantly. Simultaneously, metropolitan authorities intensified their oversight and control over goldsmithing activities, culminating in the prohibition of this trade in the colony between 1766 and 1815.

This dissertation examines the production and use of Catholic sacred metalwork in the city of Salvador, particularly between 1700 and 1815. Through a formal analysis of this body of objects, it seeks to understand them within their historical, economic, and social contexts, drawing upon perspectives from religious history and art history. Going beyond purely stylistic, symbolic, and aesthetic interpretations, the study reveals how the craft of goldsmithing was adapted to the specificities of the Portuguese colony in the Americas. It explores the strategies of livelihood, survival, and social negotiation employed by these artisans, demonstrating that the significant increase in the production of sacred metalwork during this period was closely linked to the organization of religious practices and the notable expansion of churches, third orders, and confraternities in the city - factors that extended far beyond the recent gold discoveries in the region of Minas Gerais.

**Keywords:** Sacred art; Colonial Brazil; Catholicism; Goldsmithing; Liturgical objects.

## **Abreviaturas**

ACMS - Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, Salvador

AHCMM - Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, Mariana

AHMS - Arquivo Histórico Municipal de Salvador, Salvador

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador

ASCMB - Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador

AVOTSFB - Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia, Salvador

BN - Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Salvador

LEV - Laboratório de Conservação e Restauração Reitor Eugênio Veiga, Salvador

MAS/UFBA - Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, Salvador

MCMCP - Museu Carlos e Margarida Costa Pinto, Salvador

SEDOC/MAS - Setor de Documentação e Pesquisa do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, Salvador

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UCSAL - Universidade Católica do Salvador, Salvador

## Lista de Imagens

Figura 1 - Documento contendo a assinatura de Joaquim Alberto da Conceição Mattos enquanto Ministro na Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia	56
Figura 2 - Altar lateral com a imagem de Santo Elói - Igreja de São Pedro dos Clérigos, Salvador-BA	72
Figura 3 - Imagem de Santo Elói (centro do altar). Igreja de São Pedro dos Clérigos, Salvador-BA	73
Figura 4 – Registro de marcas do ourives Lourenço Ribeiro da Rocha. No detalhe superior, à direita, a letra B encimado por coroa correspondendo a sua marca como ensaiador e, abaixo, as letras LR correspondendo às iniciais do nome do ourives	76
Figura 5a - Detalhe da marca do ensaiador; Figura 5b - Salva, século XVIII	77
Figura 6 – Registro da prata do ourives João Pereira Porto, 1693	80
Figura 7a - A esquerda, marca do ensaiador ; Figura 7b - Penca de balangandãs, prata, século XVIII	83
Figura 8a - Marca de Manuel Eustáquio Figueiredo, 1832; Figura 8b - Copo, prata, século XIX	84
Figura 9a - Marca do ensaiador Inácio Álvares Nazareth, c. 1866-1898; Figura 9b - Penca de Balangandãs, prata, século XIX	85
Figura 10a - Detalhe da base de um castiçal com a marca de ourives, de 10 dinheiros e de ensaiador; Figura 10b - Cálice, prata, século XIX	86
Figura 11a - Marca do ensaiador do Porto. Ao centro, marca de burilada e, à direita, do ourives; Figura 11b - Copo, prata, século XIX	87
Figura 12 - Documento assinado por João da Costa Campos referente ao material e valores recebidos para a confecção de castiçais de prata para o Convento do Carmo	99
Figura 13 - Oficina de Ourivesaria, século XVI	109
Figura 14 – Mesa de Ourives, século XVIII	111
Figura 15 - Mesa de Ourives, século XIX	111
Figura 16 - Banca de Ourives, século XIX	112
Figura 17a - Cadiño, à esquerda, utilizado no processo de fusão das substâncias metálicas a partir de altas temperaturas. Seu uso, foi muito comum nas casas de fundição dos séculos XVII ao XIX, casas de moedas e oficinas de ourivesaria. Cerâmica, século XVIII ; Figura 17b - Rilheira ou lingoteira, à direita, onde o metal fundido, já em estado líquido, é despejado e solidificado, formando as lâminas que serão, posteriormente, trabalhadas pelos ourives.	117
Figura 18 - Aurifex Romano. Relevo romano representando a figura de um aurifex brattiarus com alguns utensílios usados na produção de lâminas de ouro (brácteas)	118
Figura 19 - Oficina de Ourives. Representação de ourives realizando trabalhos de fundição e martelagem em uma oficina	118
Figura 20 - Martelos cinzeladores e cinzeis de diferentes padrões	120
Figuras 21a - À esquerda, ourives trabalhando com cinzel e martelo, realizando punções na lâmina metálica; Figura 21b - À direita, formatos de cinzel sobre a chapa metálica.	120
Figura 22a – Embutideira, a esquerda; Figura 22b – Embutidores, a direita	121
Figura 23 - Uso do buril	122
Figura 24a - Desenho da Custódia do Livro de Meissonier, 1727 , à esquerda; Figura 24b -	

Cálice assinado por Pierre Germain, 1751, à direita	126
Figura 25a - À esquerda, desenho da Custódia da Capela de S. João Batista, por Tommaso Politi (1717-1796); Figura 25b - Desenho do Lampadário para a Capela de S. João Batista, por Francesco Beislach (1702-1762), à direita	129
Figura 26 - Missal Romano (detalhe), 1726	132
Figura 27 - Missal Romano (detalhe), 1781	132
Figura 28 - Planta da Cidade do Salvador, 1605, por João Teixeira Albernaz	137
Figura 29a - Sacrário da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar. Prata, século XVIII. Alt. 1,45m; Figura 29b - Sacrário do Convento de Santa Clara do Desterro. Prata, Século XVIII. Alt. 1,30m	147
Figura 30 - Chave de sacrário, prata dourada e pedrarias, século XVIII/XIX. Alt.: 0,14m Coleção Arquidiocese de Salvador, sob guarda do MAS/UFBA	148
Figura 31 – Ostensório, prata e prata dourada, século XVIII/XIX, À direita detalhe da lúnula, ao centro, rodeada pela auréola radiante. Coleção Museu de Arte Sacra da UFBA. Alt. 1,02m	151
Figura 32 – Capela do Santíssimo Sacramento, administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, localizada em uma das capelas laterais da antiga Igreja da Sé da Bahia. Parte desse acervo encontra-se hoje no Museu de Arte Sacra da UFBA.	156
Figura 33 – Cruz, século XVII, e lanternas processoriais, século XVIII. Prata. Coleção Museu Carlos e Margarida Costa Pinto	158
Figura 34 – Senhor dos Passos com cruz e andor pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo. Madeira, tecido e prata, século XVIII	159
Figura 35 – Conta das forquilhas para a Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Bahia, por Joaquim Alberto da Conceição Mattos, 1801	167
Figura 36 - Recibo referente a limpeza de objetos de prata da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Bahia, realizada pelo ourives Boaventura de Andrade, 1804	168
Figura 37 - Diadema de Nossa Senhora pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Conceição da Praia, sob guarda do MAS/UFBA. Ouro e crisólitos, século XVIII, Alt. 0,27m	172
Figura 38 - Coroa de Nossa Senhora pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, sob guarda do MAS/UFBA. Prata dourada, século XVIII, Alt. 0,41m	172
Figura 39 - Exposição inaugural do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, 1959	182
Figura 40 - Sala da Prata, MAS/UFBA	184
Figura 41 - Frontal de altar proveniente da antiga Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata e prata dourada, século XVIII (último quartel). Alt.: 1,00m; Larg. 2,40m; Prof. 0,50m. Autoria de João da Costa Campos	188
Figuras 42 e 43 - À esquerda, detalhe da cartela central com elemento oval, e, à direita, decoração com laçarotes, flores e ramagens	189
Figuras 44 e 45 - À esquerda, padrões de rocalhas se intercomunicam com os elementos vegetalistas compondo a gramática decorativa do frontal; à direita, gravura de Jacob Gottlieb Thelot, ca. 1750, com padronagem semelhante a decoração do frontal	190
Figura 46 - Detalhes de gramática decorativa, com flores, folhagens e rocalhas	190
Figura 47 - Sacrário proveniente da antiga Sé, de propriedade da Arquidiocese de São	

Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, séc. XVIII, Alt. 1,41m; Larg. 2,40m; Prof. 0,90m. Autoria de Joaquim Alberto da Conceição Matos	192
Figura 48 - Detalhe da portinhola do Sacrário	193
Figura 49 - Parte posterior da portinhola com detalhe da imagem de uma custódia e, à direita, interior do receptáculo	194
Figuras 50 e 51 - À esquerda, padrões decorativos que circundam a porta do Sacrário; à direita, pomba do Espírito Santo, festões com flores e folhas	194
Figura 52 - Lateral do Sacrário	195
Figura 53 - Banqueta com aplicação de friso em prata	196
Figura 54 - Castiçal de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,97m	197
Figuras 55 e 56 - Detalhes da base e aparador do castiçal	198
Figura 57 - Lampadário proveniente da antiga Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt. 2,25m. Autoria de João da Costa Campos	199
Figura 58 - Lampadário suspenso e suas partes desmontadas	201
Figura 59 - Palma Relicário proveniente da Igreja da Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata e prata dourada, séc. XVIII (último quartel). Alt. 0,91m. Autoria de Joaquim Alberto da Conceição Matos	202
Figuras 60 e 61 - Detalhe de duas das quatro bases do conjunto de Palma Relicário com representação, à esquerda, da fênix sobre chamas e à direita, do pão eucarístico	203
Figuras 62 e 63 - Detalhe do corpo superior da Palma Relicário, à esquerda e elemento floral, à direita	204
Figura 64 - Evolução formal do cálice, segundo Charles Rohault de Fleury, 1883	205
Figura 65 - Cálice de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, sob guarda do MAS/UFBA. Século XVIII. Alt.: 0,26m	206
Figuras 66 e 67 - À esquerda, base do cálice com decoração fitomorfa intercalada com desenhos representativos da Eucaristia; à direita, copa do cálice com detalhes da decoração da falsa copa	207
Figura 68 - Âmbula de propriedade do Convento dos Perdões, sob guarda do MAS/UFBA. Prata dourada, século XVIII. Alt.: 0,39m	208
Figura 69 - Detalhe dos elementos iconográficos inseridos na base da âmbula	209
Figura 70 - Detalhe dos elementos iconográficos inseridos na porção inferior do bojo da âmbula	209
Figura 71 - Detalhe dos elementos iconográficos inseridos na tampa da âmbula	210
Figura 72 - Cálice Custódia. Coleção MAS/UFBA. Prata e prata dourada, século XVII. Alt.: 0,54m	212
Figura 73 - Ostensório de propriedade da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sob guarda do MAS/UFBA. Prata dourada e pedrarias. Inscrição de 1774. Alt.: 1,04m.	213
Figuras 74 e 75 - Detalhe da base do ostensório. À esquerda, emblema da Ordem dos Carmelitas Descalços e, à direita, inscrição em algarismos romanos indicando sua datação.	213
Figura 76 - Ostensório	214
Figuras 77 e 78 - Detalhe da haste com a incrustação de pedrarias à esquerda. À direita, pormenor da parte posterior do objeto	215

Figuras 79 e 80 - À esquerda, detalhe do hostírio com auréola radiante. À direita, um dos anjos que o circundam, com olhos de vidro	216
Figura 81 - Estante de Missal pertencente à Arquidiocese de Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Madeira e prata recortada, século XVIII. Alt.: 0,40m	217
Figura 82 - Estante de Missal pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Pilar. Prata, século XVIII. Alt.: 0,31m	218
Figura 83 - Detalhe dos elementos ornamentais de inspiração rococó inseridos na face anterior da estante	218
Figura 84 - Naveta de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,21m	220
Figura 85 - Detalhe da ornamentação cinzelada que compõe o vaso	220
Figuras 86 e 87 - Detalhes da cobertura da naveta, com abertura da tampa e colher	221
Figura 88 - Modelo de caçoula ou perfumador	221
Figura 89 - Incensadores com alça, século XII	222
Figuras 90 e 91 - Turíbulo de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XIX (início). Apresenta marca de 10 dinheiros e de ensaiador. Esta última, ilegível. Alt.: 0,23m	223
Figura 92 - Detalhe do opérculo (metade superior do Turíbulo)	224
Figura 93 - Conjunto de Sacras de propriedade do MAS/UFBA, proveniente do Convento das Mercês. Prata, séc. XVIII (1815). Alt. da sacra do meio: 0,35m; Alt. das sacras do Evangelho e do Lavabo: 0,33m	225
Figuras 94 e 95 - Detalhe das inscrições nas Sacras (1815. N. S. / DAS MERCES)	225
Figura 96 - Caldeira de água benta com hissope de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII (1719). Alt. da caldeira: 0,14m; alt. do hissope: 0,28m	226
Figuras 97 e 98 - À esquerda, caldeira com ornamentação vegetalista e , à direita, detalhe de inscrição com data na orla da base (1719)	227
Figura 99 - Concha batismal de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,15m	228
Figuras 100 e 101 - Bacia e Gomil de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt. do gomil: 0,31m; bacia: 0,45m x 0,34m	229
Figura 102 - Detalhe da cercadura de elementos florais na bacia	230
Figuras 103 e 104 - Detalhe dos elementos florais do gomil, em cinzelado baixo, à esquerda. Destaque dos elementos decorativos da asa	230
Figura 105 - Conjunto de galhetas e sineta pertencente ao MAS/UFBA. Prata dourada, século XVIII. Alt da sineta: 0,135m; galhetas: 0,105m. Marca de ourives não identificada	231
Figuras 106, 107 e 108 - Detalhe da ornamentação de cada um dos objetos	232
Figura 109 - Salva de pé de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,18m	233
Figura 110 - Detalhe da moldura da orla e da ornamentação em cinzelado	233
Figuras 111 e 112 - Porta paz pertencente à Catedral Basílica do Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XIX (início)	234

## **Lista de Tabelas, Gráficos e Transcrições**

Tabela 1 - Ourives admitidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1665-1699	46
Tabela 2 - Ourives admitidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1701-1793	49
Tabela 3 - Ourives admitidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1802-1821	55
Gráfico 1 – Registro de marcas de ourives em Salvador, 1725-1825	81
Tabela 4 – Ourives condenados na Cidade da Bahia em 1757	89
Tabela 5 – Ordens Religiosas em Salvador-BA	138
Tabela 6 - Freguesias de Salvador-BA	139
Tabela 7 - Ourivesaria: Irmandades do Santíssimo Sacramento e da Conceição da Praia da Bahia, séculos XVIII e XIX	164
Tabela 8 – Inventários de Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias existentes na Bahia, século XIX	173
Gráfico 1 - Registro de marca por peça, séculos XVIII-XIX	180
Gráfico 2 - Percentuais do acervo inventariado, por século	181
Tabela 9 - Registro das Marcas dos Ensaaiadores de Ouro e Prata da Cidade do Salvador, 1725-1845	239
Tabela 10 - Assinatura dos Ourives, Salvador-BA, 1725-1766	262
Transcrição 1 - Inventário das alfaias de ouro, prata, pedras e mais ornamentos e objetos pertencentes à Confraria Professa de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, século XIX.	289

# Sumário

<b>Agradecimentos</b>	7
<b>Resumo</b>	9
<b>Abstract</b>	10
<b>Abreviaturas</b>	11
<b>Lista de Imagens</b>	12
<b>Lista de Tabelas, Gráficos e Transcrições</b>	16
<b>Sumário</b>	17
<b>Introdução</b>	19
<b>Capítulo 1 - Corporações de ofício no Brasil: o caso dos ourives</b>	30
Antecedentes portugueses	30
Organização dos oficiais mecânicos em Salvador e atuação dos primeiros ourives	36
Câmara Municipal de Salvador e organização dos ofícios mecânicos	57
As regras para atuação dos ourives: regimentos e leis camarárias	61
Irmandade de Santo Elói na colônia	65
Registro de Marcas: ensaiadores e contrastes	73
Burlar leis: o auge da produção no período da proibição	87
<b>Capítulo 2 - Produção oficial: saberes, materiais, instrumentos e técnicas</b>	104
Mestres e aprendizes	104
A oficina e os utensílios de produção	108
Técnicas construtivas e decorativas da ourivesaria	113
Fundição	116
Martelagem	117
Cinzelagem e Repuxo	119
Gravação manual ou incisão	121
Cravação	122
Vazamento e Recorte	123
Granulação	123
O uso das gravuras na produção dos objetos de ourivesaria	123
<b>Capítulo 3 - Catolicismo na Bahia colonial: manifestações religiosas e devocionais</b>	133
Primeiros registros de liturgia e expansão católica na cidade de São Salvador da Bahia	133
Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: instrumento disciplinar das práticas sociais e religiosas	140
Dignidade e beleza no culto: normas para uso dos objetos em função ceremonial	144
Mecenato dos leigos a serviço do culto divino	160
<b>Capítulo 4 - Caracterização do Acervo</b>	179
Inventário Valladares: identificação preliminar da coleção de ourivesaria	179
A coleção de ourivesaria sob guarda do MAS/UFBA	183

Análise formal dos objetos de ourivesaria sacra	185
O Altar	186
Sacrário	191
Castiçal	196
Lampadário	198
Palma Relicário	202
Cálice	204
Âmbula	207
Ostensório	210
Estante de Missal	216
Naveta e Turíbulo	219
Sacras	224
Caldeirinha de água benta com hisope	226
Concha de batismo	227
Gomil e bacia de água-às-mãos	228
Galheteiro	231
Salva de pé	232
Osculatório ou Porta Paz	234
<b>Considerações Finais</b>	235
<b>Anexos</b>	239
<b>Referências</b>	295
1. Fontes Manuscritas	295
2. Manuscritos Digitalizados (Domínio Público)	300
3. Fontes Impressas	301
4. Estudos	302

## Introdução

As práticas litúrgicas realizadas pela Igreja Católica Romana envolveram, desde os seus primórdios, a utilização de uma série de recursos simbólicos e culturais que, ao longo dos séculos, serviram para ensinar os mistérios da fé e atingir a piedade dos fieis. A necessidade do culto e exposição da presença real de Cristo, através das espécies eucarísticas, estimulou a criação de objetos denominados “vasos sagrados”, utilizados na celebração da Eucaristia. Estes, pela sua importância em conter o mistério divino, passaram a ser produzidos com perfeição e respeito, confeccionados, de preferência, a partir de materiais nobres como o ouro e a prata.

Assim como os “vasos sagrados”, inúmeros objetos foram sendo elaborados pelo homem e incorporados às práticas ceremoniais católicas a partir da necessidade de organização e apresentação mais estruturada do discurso litúrgico, como um ato solene de celebração e fé através do rito. Destaca-se este como “um agir simbólico, que integra gestos, palavras e objectos, e se repete com regularidade, tendo uma eficácia de carácter metaempírico”<sup>1</sup>. O uso desses objetos se fez cada vez mais presente nas celebrações católicas sendo fundamentais, inclusive, na proposta religiosa de evangelização do “Novo Mundo”.

Estabelecendo-se no Ultramar, trouxeram os portugueses o impulso da cristianização unido ao projeto colonizador, impondo aos povos conquistados suas práticas religiosas e sociais. Como religião oficial trazida para a colônia, o catolicismo é implementado mediante a orientação da Coroa portuguesa, estando sujeito à sua autoridade. Como afirmou Eduardo Hoornaert, foi sendo estruturado, nos primeiros séculos de colonização brasileira, um cristianismo marcado pela forte cultura de símbolos, gestos e imagens, baseado em um discurso aparentemente pacífico, porém de caráter conservador, estruturado a partir de uma sociedade escravista<sup>2</sup>.

Com essa proposta, aportaram no Brasil os primeiros religiosos representantes das ordens regulares, além de homens responsáveis pela administração da Coroa e trabalhadores, com mão de obra especializada e necessária para a construção de edificações civis e militares,

<sup>1</sup> AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. P-V, Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 131.

<sup>2</sup> HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 19-52.

fundamentais ao processo de ocupação do território e produção de itens básicos para a formação social na colônia e prestação de serviços essenciais.

A cidade de Salvador foi, ao longo do século XVII, evoluindo administrativamente a partir da instalação e funcionamento da Câmara Municipal e da implantação das corporações de ofício, seguindo os moldes da metrópole, chegando a atingir, em meados do século XVIII, amadurecimento político, econômico e administrativo, sendo por isso reconhecida como “cabeça do Estado”<sup>3</sup>. Dentre as corporações de ofício, com atividade produtiva no cenário urbano de Salvador, destacamos a atuação dos oficiais ourives responsáveis pela confecção dos objetos de ourivesaria sacra destinados ao exercício do culto divino nos rituais católicos. É a partir desses objetos, do entendimento da sua produção, seu uso ritual e simbólico, que se desenvolve o eixo principal da nossa investigação. Objetos que se apresentam como indicadores do dinamismo religioso vivenciado na cidade de Salvador, tanto por clérigos quanto por leigos. Considerando-os como fontes materiais, destacamos seu papel como protagonistas das práticas religiosas realizadas pela Igreja, dotados de grande potencial de informação registrado na sua própria materialidade.

A organização efetiva da Igreja, na colônia, se dá, sobretudo, a partir da elaboração das normas e diretrizes de caráter canônico pastoral estabelecidas durante o primeiro sínodo diocesano da América portuguesa que resultou na promulgação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no ano de 1707<sup>4</sup>. Adaptado às especificidades e condições locais, o documento apresenta uma série de medidas baseada nos ensinamentos bíblicos, nas Constituições Portuguesas e nas diretrizes do Concílio Tridentino, constituindo-se como um texto normativo e disciplinar considerado, hoje, como importante fonte documental para a compreensão de aspectos da vida religiosa e do catolicismo no Brasil colônia<sup>5</sup>. Organizados em um conjunto de cinco livros, interessa-nos, sobretudo, os textos que abordam questões quanto ao uso dos objetos religiosos nos espaços sagrados, as condições materiais relativas ao culto, ornamentação e provimento das Igrejas.

---

<sup>3</sup> CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*. 2º Ed. Salvador: Memória e Arte, 2017.

<sup>4</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide*. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853. Para esta pesquisa, muito importante foi o estudo introdutório realizado pelos historiadores Bruno Feitler e Evergton Sales Souza sobre o respectivo documento: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. “Estudo introdutório”. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: EDUSP, São Paulo, 2010, p. 7-75.

<sup>5</sup> Ver os estudos da coletânea: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

Considerando o vasto acervo de ourivesaria sacra do período colonial ainda encontrado em Igrejas e Irmandades Religiosas em todo Brasil, além das coleções expostas em instituições museológicas, percebemos quão grandiosa foi a produção, consumo e circulação desses objetos durante a fase de expansão da fé católica na América portuguesa. Em Salvador, destacamos relevantes pesquisas e inventários envolvendo esse patrimônio religioso, sobretudo a partir da década de 40 do século passado, resultando em publicações essenciais ao desenvolvimento desta pesquisa, servindo como ponto de partida para nossa investigação.

Entre os anos de 1949 e 1955, José Antônio Prado Valladares<sup>6</sup>, responsável pela Inspetoria dos Museus e Monumentos do Estado da Bahia, realizou um inventário dos acervos de bens móveis e integrados, incluindo os objetos de ourivesaria das principais instituições católicas e museus da cidade. O trabalho, realizado em parceria com o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, compreendeu a catalogação de todas as peças encontradas, com registro descritivo e fotográfico. No ano de 1952, Valladares publicou “Ourivesaria”, fruto de suas pesquisas sobre o tema<sup>7</sup>.

Em 1962, Marieta Alves<sup>8</sup> publicou o livro “Mestres ourives de ouro e prata da Bahia”, lançado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, em convênio com o Conselho Estadual de Cultura<sup>9</sup>. A autora aponta algumas fontes documentais como Cartas Régias e Alvarás referentes a atuação dos ourives na colônia, além de citar alguns recibos de encomendas realizadas a ourives da cidade. No ano de 1976 lança “Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia”, apresentando uma extensa relação de artífices que atuaram em Salvador a partir da sua fundação até o século XIX<sup>10</sup>. Em se tratando de ourives, 315 nomes são identificados. É importante ressaltar que esse número supera qualquer outra relação de artífices no referido trabalho, ultrapassando o número de 39 escultores e 71 entalhadores.

---

<sup>6</sup> Nascido em Salvador, no ano de 1917, José Antônio Prado Valladares foi professor, crítico de arte, escritor e gestor de museus. Extremamente atuante no mundo das artes baianas e dos museus, Valladares esteve à frente do Museu do Estado da Bahia, hoje Museu de Arte da Bahia (MAB) entre 1939 e 1959. Publicou diversos artigos e crônicas envolvendo coleções de arte e preservação do patrimônio na Bahia.

<sup>7</sup> VALLADARES, José e Gizela. “Ourivesaria”. In: VALLADARES, José e Gizela. *As artes plásticas no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1952, 203-223.

<sup>8</sup> Historiadora, natural de Salvador, publicou livros, ensaios e artigos relativos ao patrimônio cultural baiano, atuando também como pesquisadora e colaboradora do SPHAN. As referidas publicações são frutos de um longo trabalho de pesquisa realizado em arquivos públicos, igrejas e irmandades da cidade.

<sup>9</sup> ALVES, Marieta. *Mestres ourives de ouro e prata da Bahia*. Imprensa Oficial da Bahia, 1962.

<sup>10</sup> ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial de Didático, Núcleo de Publicações, 1976.

A regulação do ofício de ourives, bem como de toda produção artística e artesanal que envolvia as principais atividades mecânicas na colônia, acontecia através de regimentos e de uma série de normas estabelecidas e fiscalizadas pelas Câmaras Municipais, responsáveis pelo funcionamento administrativo das cidades. O rigor fiscal com relação a atividade dos ourives acontecia de forma mais efetiva, levando em consideração, sobretudo, a matéria prima utilizada na manufatura dos objetos. Isso fez com que uma série de leis específicas para o exercício da profissão fossem implementadas durante o período colonial, seguindo as ordens da Metrópole. Dentre as exigências destacamos a imposição de “pureza de sangue” dos ourives, condição que, na Europa, excluía judeus e mouros dessa tarefa, excluindo também nas colônias recém conquistadas os indígenas, africanos e afro-descendentes. O candidato a ourives também precisava passar por um exame que o qualificava como artesão em ouro ou prata, lapidário e dourador, sendo este exame prestado perante as autoridades do respectivo ofício. Além disso, o controle passava pela obrigatoriedade do uso da “marca da cidade” nos objetos produzidos, assegurando a legitimidade do material, além do registro da marca do ourives na Câmara Municipal.

Apesar dessas medidas, alguns autores destacam que essas normas não eram cumpridas a rigor. Enquanto crescia o número de oficiais ourives na cidade, diligências eram organizadas na tentativa de evitar a produção clandestina. No ano de 1766 foi promulgada uma Carta Régia que proibia a profissão de ourives na Colônia, sob o pretexto de que tal atividade fomentava o descaminho do ouro. Foram quarenta e nove anos de proibição oficial, de 1766 a 1815, além dos inúmeros momentos de repressão sobre aqueles que trabalhavam na manufatura de objetos em metais preciosos na Colônia. Apesar disso, nesse período, segundo dados de Valladares, havia o registro de 158 oficinas de ourivesaria na cidade<sup>11</sup>.

Diante dos dados apontados, surgiram alguns questionamentos que procuramos investigar no decorrer do nosso trabalho: o que motivou o grande número de oficinas de ourivesaria e de ourives na cidade do Salvador, mesmo com todo o rigor e controle desse ofício por parte da Metrópole? Quem eram esses artífices que foram obrigados, em muitos momentos, a trabalhar clandestinamente na manufatura desses objetos de ouro e prata? Quais modelos ou gravuras eram utilizados como referências para a produção local? É possível reconhecer, nesta produção, aspectos estéticos e gramáticas decorativas que diferem daqueles produzidos pela Metrópole?

---

<sup>11</sup> VALLADARES, 1952, 203-223.

Levantamos a hipótese de que a produção de ourivesaria sacra na Salvador colonial, apesar de todas as normas de controle da Metrópole, foi se fortalecendo até conquistar seu esplendor, sobretudo no século XVIII, em virtude de uma maior organização das práticas litúrgicas a partir da promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que disciplinou, de maneira mais efetiva, a vida religiosa na colônia, estimulando o aumento do número de paróquias e Irmandades Religiosas, a valorização da devoção e culto ao Santíssimo Sacramento da Eucaristia e a organização material e provimento das Igrejas. O conjunto de normas estabelecidas no documento de 1707 foi elaborado com a intenção de atender a uma realidade social bem específica da colônia, que envovia não apenas a conversão dos indígenas e negros e a atenção aos cristãos novos, mas também a aplicação de uma disciplina moral a uma grande comunidade de degredados de conduta considerada duvidosa. Para tanto, a Igreja deveria investir em estratégias que ajudassem a população a absorver essas normas.

Estimamos também como hipótese para a grande produção desses objetos sacros no decorrer dos setecentos, a ascensão de instituições leigas unida ao aumento do número de habitantes e grande urbanização da cidade, neste momento. Em busca de prestígio social, assistência espiritual e material, as associações de leigos estiveram à frente da organização de festas e procissões religiosas importantes. Para a Igreja, a ordenação desses grupos ajudava na manutenção da disciplina cristã, servindo “como garantia de catequese, da conservação dos valores católicos e do controle sobre a fé dos baianos”<sup>12</sup>.

Não descartamos, em nosso trabalho, a importância da descoberta do ouro nas Minas Gerais e no interior do Estado da Bahia como um dos fatores para o estímulo da produção artística colonial. Entretanto, em se tratando da produção de ourivesaria católica, consideramos que esses objetos devam ser analisados, sobretudo, como equipamentos que serviram ao projeto de fortalecimento das práticas voltadas à cristianização da população local.

Apesar da grande quantidade de metais preciosos encontrados nas Minas, pesquisas apontam um número significativamente maior de ourives desempenhando essa função em Salvador. No entanto, nos chamou atenção o fato de não termos encontrado pesquisas relevantes com referência a atuação da Irmandade de Santo Elói, patrono dos ourives, na cidade. Considerada uma das irmandades de maior prestígio e atuação em Portugal e em

---

<sup>12</sup> COUTO, Edilece Souza. “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador-BA”. *Revista Brasileira de História Das Religiões*, v. 6, n. 18, 2014, p. 07-23; p. 8.

algumas cidades coloniais brasileiras, apresentaremos, no decorrer do trabalho, alguns documentos que comprovam sua presença em Salvador.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo geral realizar um estudo referente aos objetos de ourivesaria sacra utilizados no rito latino e demais práticas religiosas da Igreja Católica, na cidade de Salvador, no século XVIII e primeiro quartel do XIX, analisando as questões históricas, sociais e políticas que envolveram sua produção, bem como os elementos simbólicos e estéticos presentes nesses objetos sacros, destacando também seu uso ritual.

O recorte temporal está situado entre os séculos XVIII e início do XIX, demarcado entre dois importantes momentos que norteiam a pesquisa, sendo estes: a promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, no ano de 1707, e o período de proibição do exercício do ofício de ourives na colônia, entre os anos de 1766 e 1815. Foi necessário, entretanto, realizarmos um retrocesso temporal para buscar referências documentais que pudessem ajudar na análise do objeto de pesquisa e na melhor compreensão do período estudado, assim como, em alguns momentos, avançamos até a metade dos oitocentos.

Como objetivos específicos a pesquisa buscou compreender a organização dos oficiais ourives no espaço urbano de Salvador, bem como a dinâmica de encomendas e circulação dos objetos de ourivesaria sacra; identificar métodos e técnicas utilizados na manufatura desses objetos; investigar simbologias contidas nestes; destacar sua funcionalidade no contexto ritual católico; ressaltar elementos estéticos e gramáticas decorativas presentes no acervo estudado.

Investigar o objeto sacro, bem como os aspectos ligados à sua manufatura exige uma abordagem multidisciplinar evidenciando valores culturais, históricos, sociais, econômicos e simbólicos presentes em domínios teóricos variados. Desta forma, como referencial metodológico para a construção do projeto adotamos a análise formal, considerando o objeto de estudo dentro do seu contexto histórico de produção e religiosidade, baseado na história religiosa e história da arte. Investigando o objeto como fonte histórica, nossa pesquisa também dialoga com referências da história econômica, política e social do Brasil colônia, que serão melhor debatidos ao longo dos primeiros capítulos.

Movidos por essas questões pensamos, inicialmente, em realizar um grande levantamento das coleções de ourivesaria ainda encontradas nos espaços religiosos e museus da cidade, com o propósito de explorar ao máximo o universo das alfaias religiosas do

período estudado. No entanto, nos deparamos com o processo de pandemia em que diversas instituições na cidade foram obrigadas a se manter fechadas por cerca de dois anos, reabrindo de forma gradual apenas no segundo semestre de 2021. Outra dificuldade encontrada para realização do referido levantamento se deu pelas características dos objetos, delicados e valiosos, geralmente guardados a “sete chaves” sem possibilidade de consulta. A maioria das instituições negou o acesso do seu acervo para pesquisa justificando, sobretudo, a questão de segurança.

Diante disso, optamos por trabalhar com o acervo de ourivesaria do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia - MAS/UFBA<sup>13</sup>, por ser um acervo mais acessível, em virtude desta pesquisadora ocupar o cargo de Museóloga na instituição. O acervo do MAS/UFBA é constituído por objetos de arte sacra católica, do século XVI ao XX, representado em diversas tipologias, materiais e técnicas construtivas. Dentre as tipologias destacam-se pintura, escultura, mobiliário, ourivesaria, azulejaria, gravura e têxtil. Em se tratando de ourivesaria, o MAS abriga um significativo acervo pertencente a Igrejas e Irmandade religiosas, com coleções sob sua guarda em regime de comodato.

O acervo de ourivesaria do MAS é considerado bastante representativo para o estudo em questão, sobretudo, pela identificação de origem dos objetos através dos registros da documentação museológica. São peças provenientes da Catedral Basílica do Salvador; Irmandade do Santíssimo Sacramento e Conceição da Praia; Convento dos Perdões; Arquidiocese de São Salvador; Irmandade do Santíssimo Sacramento do Pilar; Igreja de Abadia; Capela de São José do Jenipapo, Mosteiro de São Bento da Bahia e Convento das Mercês, dentre outras peças adquiridas pela Universidade através de compra, especialmente na década de 60. Contaremos com parte deste acervo para a investigação mais minuciosa do objeto de pesquisa, no que tange a análise formal e estilística, contudo, objetos pertencentes a outras instituições serão apresentados no decorrer do texto, quando for necessário exemplificar ou elucidar determinados conteúdos.

A tarefa de pesquisar fontes do período colonial é bastante árdua, especialmente pela falta de documentação primária ou pela má conservação do que ainda se encontra nos arquivos públicos da cidade. A necessidade em analisar os documentos referentes à

---

<sup>13</sup> Instalado no antigo Convento de Santa Teresa, O Museu de Arte Sacra da UFBA foi inaugurado em 10 de agosto de 1959, pelo então Reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgar Santos, através de um convênio assinado entre a Universidade e a Arquidiocese de São Salvador. O MAS nasce como um Museu Universitário, tendo como uma das metas principais divulgar e expor a arte sacra cristã através de ações de preservação, pesquisa e comunicação.

organização e dinâmica das atividades mecânicas em Salvador nos levou ao Arquivo Histórico Municipal de Salvador - AHMS, onde se encontra a documentação camarária, livros de registro e de exame dos oficiais mecânicos da cidade. Infelizmente nos deparamos com a impossibilidade de pesquisa nesta instituição mesmo após a pandemia, em virtude da transferência de todo acervo para outro local. Apenas em junho de 2024 conseguimos acesso ao Arquivo Municipal, entretanto o banco de dados do acervo para pesquisa ainda estava indisponível, dificultando assim a busca pelos documentos<sup>14</sup>. Não menos complexa foi a realização das pesquisas nos arquivos de Irmandades e Ordens Religiosas cujo acesso, da grande maioria, é negado.

Trabalhando com essa realidade, fomos em busca de fontes possíveis e confiáveis que pudessem dar sustentação ao projeto, sem comprometer sua base histórica. Nesse sentido, foram fundamentais os dados sobre os ourives na cidade do Salvador encontrados nos trabalhos de Marieta Alves e José Valladares, conforme citamos, bem como em *Registro das Marcas dos Ensaiaadores de ouro e prata da Cidade do Salvador. 1725-1845*, do ano de 1952, publicado pela Prefeitura de Salvador em sua série Documentos Históricos do Arquivo Municipal. As questões político-administrativas municipais que envolveram as atividades dos ourives foram analisadas a partir da série de *Atas da Câmara de Salvador*, publicados entre 1944 e 1985, também parte da edição Documentos Históricos do Arquivo Municipal.

Foram consultados inventários e testamentos de ourives a partir da relação apresentada por Marieta Alves e outros encontrados no decorrer da pesquisa. Nos debruçamos também em documentos referentes às Ordens Religiosas, a saber: Livros de Irmãos; Livros de Acórdãos; Livro de Tombo das Ordens Terceiras, Confrarias e Irmandades de Salvador; Livros de Registro de óbitos e o Livro de Matrícula de Doentes do Hospital da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Como base para a compreensão da organização e atuação das atividades dos ourives, tomamos como fonte principal o *Livro dos Regimentos dos officiais mecanicos da mui nobre e sêpre leal cidade de Lixboa*<sup>15</sup>. Além deste, foram examinados

<sup>14</sup> O Arquivo Histórico Municipal de Salvador foi fechado no período da pandemia. Continuou fechado após a pandemia em virtude de um processo de transferência de todo seu acervo documental. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Estado da Bahia, SECULT, todo o acervo do Arquivo Municipal foi transferido de local e íntegra, hoje, o Centro de Interpretação do Patrimônio – Casa das Histórias. Esta, foi inaugurada e aberta ao público em janeiro de 2024, entretanto, o acesso ao acervo histórico só começou a ser liberado no segundo semestre do referido ano, mesmo assim sem disponibilizar ao pesquisador acesso a base de dados.

<sup>15</sup> Conjunto de leis consuetudinárias e regras que se reuniram no livro manuscrito em 1572, cujo original encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, transscrito por Carlos José de Araújo Vilela e impresso pela primeira vez em Coimbra pela Imprensa da Universidade em 1926.

Compromissos de algumas Irmandades atuantes em Portugal e em Salvador, Cartas Régias, Alvarás e Cartas de Exames<sup>16</sup>.

Poucos são os trabalhos desenvolvidos, no Brasil, em torno do tema ourivesaria sacra. Encontramos no volume 4 da Revista de Estudos Brasileiros, de 1940, um texto de autoria de Francisco Marques dos Santos intitulado *A ourivesaria no Brasil antigo*<sup>17</sup>. O autor nos dá algumas informações acerca da produção de ourivesaria, sobretudo no Rio de Janeiro, nos séculos XVII, XVIII e XIX. Em 1942, Dom Clemente da Silva Nigra publicou o texto *A prataria seiscentista no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro*, na Revista do Patrimônio Artístico e Cultural Nacional (IPHAN), que apresenta uma pequena introdução sobre a ourivesaria colonial e arrolamento de objetos sacros pertencentes a referida Ordem, descrevendo detalhadamente o acervo de ouro e prata<sup>18</sup>. No Catálogo intitulado *A arte da prata no Brasil*, editado em 1979, Pietro Maria Bardi inicia o texto ressaltando que seu trabalho possui um cunho mais jornalístico que histórico<sup>19</sup>. De fato, o catálogo prima pela fotografia, mas não se aprofunda muito nas questões históricas ou estilísticas da ourivesaria.

Outros autores foram importantes nessa nossa empreitada, além dos já citados. *O Ofício da Prata no Brasil*, de Humberto Franceschi, publicado em 1988, esquematiza a atuação dos ourives do ouro e da prata, dando ênfase àqueles em atividade no Rio de Janeiro<sup>20</sup>. *Os ourives na história de São Paulo*, de Maria Helena Brancante, lançado em 1999 apresenta relevante pesquisa que destaca a presença dos ourives na Capitania de São Vicente<sup>21</sup>. O livro possui imagens de objetos de ourivesaria civil e religiosa pertencentes ao Museu Paulista. A autora, contudo, não se detém na análise formal e estilística do acervo apresentado.

Em se tratando de estudos mais recentes, no Brasil, encontramos algumas dissertações e teses que tratam da história do design e produção da joalheria. Destacamos a tese de doutorado realizada no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, em 2013, de

<sup>16</sup> Para uma melhor compreensão, optamos por modernizar os textos extraídos das fontes primárias, adaptando-os à linguagem contemporânea.

<sup>17</sup> SANTOS, Francisco Marques dos. “A Ourivesaria no Brasil Antigo”. *Estudos Brasileiros*, ano II, vol. 4, nº 12, 1940, p. 625-679.

<sup>18</sup> NIGRA, Dom Clemente da Silva. “A prataria seiscentista no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 6, 1942, p. 241-276.

<sup>19</sup> BARDI, Pietro Maria. *A arte da prata no Brasil*. Salvador: Banco Sudameris Brasil S.A, 1979.

<sup>20</sup> FRANCESCHI, Humberto. *O ofício da prata no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1988.

<sup>21</sup> BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo: Editora Árvore da Terra, 1999.

autoria de Luiz Henrique Ozanan, que investiga a produção da joalheria em Minas Gerais<sup>22</sup>. Defendida no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2003, a dissertação de mestrado de Irina Aragão dos Santos trata da produção e uso dos adornos pessoais, envolvendo aspectos das relações sociais<sup>23</sup>. Destacamos ainda a tese de Valesca Henzel Santini, intitulada *Produção, circulação e usos da joia em São Paulo no século XIX, 1815 – 1889: um estudo de cultura material*, defendida em 2023 pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo<sup>24</sup>.

Em Salvador, encontramos a publicação do Catálogo *Prata da Casa: prataria luso-brasileira na coleção do Museu Carlos Costa Pinto*, de 2009, de autoria da Museóloga Mercedes Rosa<sup>25</sup>. A autora faz um breve relato histórico acerca da produção de ourivesaria civil e religiosa no período colonial brasileiro, realizando também uma análise descritiva de alguns objetos pertencentes à coleção do Museu Carlos Costa Pinto<sup>26</sup>.

Para a explanação sobre o tema da investigação, dividimos o trabalho em quatro seções e suas respectivas subseções além da introdução e conclusão. Na primeira seção abordaremos processo de organização dos oficiais mecânicos, tanto em Portugal como no Brasil, destacando a atuação dos primeiros ourives na cidade do Salvador e a presença destes na organização político, administrativa da cidade a partir da criação da Câmara Municipal, instituição responsável pela ordenação da vida pública e profissional dos oficiais mecânicos. Nos deteremos, sobretudo, nas legislações específicas, ou posturas municipais, criadas para regular a produção dos objetos de ourivesaria. Destacamos também, nesta seção, a presença da Irmandade de Santo Elói na colônia, identificando seu papel na Salvador setecentista.

A prática do ofício de ourives, as técnicas e saberes, a relação do mestre e aprendiz, bem como o ambiente oficinais são alguns dos temas que abordaremos na segunda seção. Para isto, buscamos a compreensão da relação ensino aprendizagem através de algumas

<sup>22</sup> OZANAN, Luiz Henrique. *A joia mais preciosa do Brasil: joalheria em Minas Gerais, 1735-1825*. 258p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

<sup>23</sup> SANTOS, Irina Aragão dos. *Jóias de afeto: um catálogo de referências sobre usos e significados na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>24</sup> SANTINI, Valesca Henzel. *Produção, circulação e usos da joia em São Paulo no século XIX, 1815 – 1889: um estudo de cultura material*. 250p. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

<sup>25</sup> ROSA, Mercedes. *Prata da casa: prataria luso-brasileira na coleção do Museu Carlos Costa Pinto*. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 2009.

<sup>26</sup> Atualmente Museu Carlos e Margarida Costa Pinto.

informações contidas em Estatutos e Regimentos de ourives em Portugal. Apresentaremos algumas técnicas de manufatura dos objetos, os instrumentos utilizados na produção, bem como as fontes impressas que possivelmente serviram de inspiração para a produção de ourivesaria sacra.

Na seção seguinte nos deteremos sobre a expansão da fé católica em terras brasílicas com a chegada dos primeiros religiosos, a dinâmica da organização e estabelecimento das diversas ordens religiosas na colônia, a construção de igrejas e mosteiros e a implantação das freguesias, fundamentais ao processo de ocupação territorial e religiosa. Destacaremos ainda a consolidação do primeiro sínodo diocesano da América Portuguesa, analisando algumas das disposições contidas neste documento, sua importância para as práticas religiosas e devocionais na colônia, bem como sua influência na criação e organização das inúmeras associações leigas na cidade.

Por fim, na quarta seção, realizaremos a análise formal dos objetos de ourivesaria sacra selecionados, apresentando aspectos da técnica empregada na sua manufatura, evidenciando sua composição estrutural. Apresentaremos ainda, elementos que compõem a linguagem ornamental e decorativa destes objetos, investigando suas características estilísticas, tipológicas e de uso no ritual cristão.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> Para possibilitar um maior conforto ao leitor e facilitar a compreensão textual, optamos por conciliar o sistema numérico de referênciação de autores com notas explicativas posicionadas na mesma folha, no rodapé, em todo o texto. Foi necessário também o uso de terminologias com sentido colonizador, ao longo do texto, encontradas em documentos da época e que foram inseridas neste trabalho apenas como forma de descrever o momento histórico analisado.

## Capítulo 1

### **Corporações de ofício no Brasil: o caso dos ourives**

#### **Antecedentes portugueses**

Para compreendermos como se desenrolou a organização dos oficiais ourives no Brasil colonial, precisamos abordar, mesmo que de maneira breve, alguns aspectos históricos que envolveram o processo de organização das corporações de ofícios na metrópole portuguesa<sup>28</sup>. Como afirmou Cybele Fernandes, “a regulamentação dos ofícios no Brasil, foi herdeira direta da organização portuguesa, de origem medieval, devidamente adaptada às condições da época”<sup>29</sup>. Antes, porém, voltemos um pouco à história para destacar formas associativas similares, surgidas ao longo do tempo, em que indivíduos se reuniam compartilhando as mesmas habilidades manuais ou a mesma função social.

O regime de trabalho dos artesãos tem início em Roma, entre 715-672 a.C., com as associações prosperando em quantidade e prestígio no meio romano até o seu declínio em virtude das invasões de povos de cultura germânica. Voltam a aparecer no século X, de forma mais aperfeiçoada, como corporações na Inglaterra, Alemanha e França, ligadas ao comércio e as grandes obras em construção, como as catedrais góticas, ao crescimento econômico e desenvolvimento das cidades, estando a partir daí sujeitas a fiscalização do trabalho<sup>30</sup>.

A necessidade de regulamentação do exercício dos artesãos e das atividades corporativas, em Paris, no fim do século XIII e início do XIV, levou Étienne Boileau<sup>31</sup> a reunir em uma coletânea, estatutos das corporações operárias francesas. O trabalho intitulado “Livre des Métiers” (Livro dos Ofícios), publicado em c.1268, tinha o intuito de preservar, por

<sup>28</sup> O uso do termo “corporações de ofícios” é comumente utilizado na historiografia para designar as associações de mesteres da Idade Média e Moderna, ligados por um mesmo ofício ou ofícios agregados por afinidades, organizados a partir de um sistema de produção artesanal. Em sua análise sobre organização do trabalho em Portugal, na Idade Média, Arnaldo Souza Melo (2009) discorre sobre a complexidade dessa terminologia, identificando o século XVI como a época em que a palavra “corporação” parece surgir em várias línguas europeias. Le Goff e Schmitt (2017), destacam as corporações como um “agrupamento profissional” de estrutura hierarquizada, com condições técnicas, práticas de trabalho e produção.

<sup>29</sup> FERNANDES, Cybele Vidal Neto. “Labor e arte, registros e memórias. As teias do fazer artístico no espaço luso-brasileiro”. In: *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Porto: Universidade do Porto/CEPESE/FCT, 2007, p. 109-118; p. 110.

<sup>30</sup> GONÇALVES, Lopes. “As corporações e as bandeiras de ofícios”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 206. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, p. 171-191, 1952.

<sup>31</sup> Nomeado Reitor em Paris, em 1261, foi dirigente da corporação dos mercadores daquela região, responsável por codificar os regulamentos, costumes e práticas das diferentes corporações de trabalhadores que tinham o seu ofício na capital do reino francês.

escrito, uma série de disposições regulamentares que foram, ao longo dos anos, transmitidas através da oralidade. Já no século XII há um aumento no número de ourives em cidades como Londres, Paris e outros grandes centros urbanos europeus<sup>32</sup>.

As corporações passam a se estruturar, de maneira mais efetiva, a partir do processo de expansão das cidades, crescimento do comércio e declínio do sistema feudal, o que possibilitou o desenvolvimento de novas atividades profissionais e de sua organização, como forma de proteção e defesa do trabalhador<sup>33</sup>. Esses grupos assistiam a seus membros como polos de proteção, crédito, previdência, além de estabelecer regras e critérios para o ordenamento e execução dos ofícios através de seus regimentos, estabelecendo, inclusive, uma hierarquia corporativa onde havia os mestres, oficiais e aprendizes.

Segundo Mônica Martins,

a existência das associações e sua sobrevivência foram garantidas pela importância que elas assumiram na vida dos indivíduos e das sociedades, na proteção e defesa dos grupos, no auxílio mútuo, no desempenho de funções no campo social que durante muito tempo não foram exercidas por esfera alguma do poder público<sup>34</sup>.

Unido aos interesses de ajuda mútua, essas corporações de artesãos também se destacavam pelos vínculos religiosos que possuíam, através do compromisso com uma irmandade ou confraria<sup>35</sup>, ligadas ao santo protetor do respectivo ofício, podendo também ser denominada *bandeira* pelo fato de seus membros participarem de cerimônias religiosas pelas ruas da cidade levando a frente um estandarte com a imagem do santo que o representava.

<sup>32</sup> CHERRY, John. *Medieval Craftsmen Goldsmiths*. 2º Ed. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

<sup>33</sup> A Revolução Comercial ocorrida entre os séculos XI e XIII esteve relacionada a fatores que levaram a mudanças na sociedade feudal. O fim das invasões facilitou a mobilidade através das rotas terrestres. A intensificação da atividade agrícola acarretou a produção de um excedente alimentar, possibilitando ao camponês dedicar-se a outras atividades, como o artesanato, e deslocar-se do campo para a cidade. Esses fatores possibilitaram o renascimento das cidades e crescimento econômico, além do aumento na produção de mercadorias para o consumo dos centros urbanos.

<sup>34</sup> MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: Mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. 238f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007, p. 10.

<sup>35</sup> De acordo com a perspectiva canônica, confraria são associações de fieis constituídas organicamente com o fim de exercerem obras de Piedade ou Caridade e de promoverem o culto público. Do latim *confraternitas*, são também conhecidas por confraternidades, fraternidades e, principalmente, irmandades, denominação que o código reservava as pias uniões constituídas como corpo Orgânico. Tinham como principais finalidades a assistência material e espiritual, sobretudo aos seus membros, bem como o fomento do culto, com destaque para a veneração do respectivo patrono e a realização da sua festa, momento alto da sociabilidade confraternal. Apesar de terem como objetivo maior a finalidade cultural e de assistência aos seus membros, poderiam estar ligadas aos ofícios caracterizadas, sobretudo, pelo reforço da sociabilidade e da integração profissional. Ver: PENTEADO, Pedro. “Confrarias”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. A-C, Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 459-470.

Havia, entretanto, ofícios que formavam irmandades próprias, distintas das bandeiras, ou ofícios não embandeirados, como era o caso dos ourives de ouro e ourives de prata<sup>36</sup>.

Em Portugal, nas cidades e vilas do Reino, o ofício mecânico<sup>37</sup> compreendia as atividades manuais envolvidas na execução e fornecimento de produtos, básicos ou de luxo, que atendessem a necessidade da população<sup>38</sup>. Paralela a organização das cidades, aparecem os instrumentos que serviam para regular e fiscalizar os serviços necessários ao bom funcionamento destas. Uma das formas mais antigas de controle e ordenação desses serviços urbanos se dá a partir da imposição do arruamento, unindo determinado grupo de pessoas que trabalhavam em um mesmo ofício, em local específico, dentro do espaço urbano da cidade<sup>39</sup>. Essa prática já era utilizada em Portugal desde o século XIV, como no caso dos ourives, cuja organização espacial para a atividade do grupo ficou estabelecida, no ano de 1373, em uma rua que ficou conhecida como Rua da Ourivesaria<sup>40</sup>.

A partir do século XIV, os oficiais mecânicos começam a se organizar de forma mais significativa, com os *mesteres* passando a ter representação junto ao Conselho de Vereadores da cidade. A inserção dos oficiais nos negócios da Câmara está diretamente relacionada, conforme a historiografia nos aponta, ao apoio destes grupos à ascensão do Mestre de Avis, D. João I, ao trono, durante a crise dinástica, em Portugal, iniciada em 1383<sup>41</sup>. Interessado no apoio popular, D. João I concede um conjunto de privilégios especiais aos mestereiros de Lisboa, através de Carta Régia, em abril de 1384, passando a inserir representantes dos oficiais mecânicos na administração camarária, legitimando a interferência dos mesteres nos negócios públicos<sup>42</sup>.

<sup>36</sup> CUNHA, Luiz Antônio. “Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia”. *Fórum* (Rio de Janeiro), 2 (4), 1978, p. 31-65.

<sup>37</sup> A partir desse ponto do texto iremos utilizar, com mais frequência, o termo “ofício mecânico”, que também designa o trabalho realizado manualmente ou com auxílio de instrumentos.

<sup>38</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A forte presença dos mesteres”. In: MATTOSO, José (dir.); MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Vol. III. Coimbra: Editorial Estampa, 1993, p. 311-313.

<sup>39</sup> LANGHANS, Franz-Paul. “As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa”. *Revista Municipal*, n. 7, 1941, p. 7-13.

<sup>40</sup> Para saber mais, ver: PEREIRA, J.M. Esteves. *A indústria portuguesa: século XII a XIX*. Lisboa: Empresa do Ocidente, 1900; COUTO, João; GONÇALVES, António M. *A Ourivesaria em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960; CARLOS, Rita. “O ofício de ensaiador da prata em Lisboa (1690-1834)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, série nº 7, p. 83-110, 2017.

<sup>41</sup> A Revolução de Avis refere-se à crise dinástica portuguesa, após a morte de D. Fernando I, que não havia deixado um herdeiro masculino para assumir o trono. Após inúmeros conflitos e conspirações contra a regência de sua esposa, D. Leonor Teles, a crise culminou com a ascensão de João, Mestre da Ordem de Avis, irmão bastardo de D. Fernando I, ao trono português.

<sup>42</sup> Alguns autores destacam que a prática de interlocução entre os mesteres e autoridades concelhias já acontecia desde meados do século XIV, quando eram consultados para tratar de assuntos específicos de cada ofício ou de interesse da comunidade. Esta prática se consolida com a Carta Régia de 1384, quando os mesteres, classificados

Ao determinar a presença dos oficiais mecânicos, o Mestre de Avis concede a novos grupos, com representação de força econômica da cidade, voz e voto nas matérias que eram de seus interesses. Para Marcelo Caetano esta foi, de fato, uma grande conquista obtida pelos mesteirais na revolução de 1384<sup>43</sup>. De acordo com Georgina Santos, a partir daí, D. João dá “o primeiro passo para a instituição do que seria, no século XV, a Casa dos Vinte Quatro”, cuja atuação começa a acontecer mais ativamente no final do quattrocentos quando passaram a ser convocados, com mais regularidade, pelo presidente ou juiz, em assembleias, no Hospital Real de Todos os Santos<sup>44</sup>.

Assim como em Lisboa, outras cidades portuguesas foram assumindo esse modelo de organização, mesmo que de forma desigual e conflituosa. Segundo Luís Miguel Duarte, tal qual Lisboa, no Porto, os oficiais geralmente defrontavam-se com uma oposição tenaz quando precisavam se posicionar em algumas deliberações camarárias<sup>45</sup>. Sobre essa estrutura organizacional nas cidades portuguesas, Joaquim Magalhães destaca que

Mesmo quando não se apresentaram com esta configuração, ficou um modelo aproximado. Muitas delas não parecem espontâneas. Todas o rei vai regulamentar com minúcia a partir de 1539. No Porto, em Coimbra, em Évora ou em Tavira, em Guimarães ou em Ponta Delgada<sup>46</sup>.

Foi-se estruturando a Casa dos Vinte e Quatro Lisboense, mesmo com inúmeros questionamentos sobre sua legitimidade por parte da nobreza e comerciantes. Reunia vinte e quatro representantes ao Senado da Câmara, sendo dois de cada ofício, escolhidos dentre os mais respeitados em sua atividade. Nem todos os ofícios manuais existentes participavam da organização da Casa dos Vinte e Quatro, havendo alguns critérios para atuação de seus representantes no Senado como o caráter de indispensabilidade do ofício para a sociedade e a quantidade de participantes, sendo mais aceitável ofícios que agrupasse a representação de uma massa maior de indivíduos. Dessa forma, havia a garantia de que mais impostos seriam

como “povo miúdo” passam a integrar o grupo de “homens bons”, estes conhecidos como representantes da elite. Para saber mais, ver: REIS, Lysie. “Os homens rudes e muito honrados dos mesteres”. *Revista de Ciências e Técnicas do Patrimônio*, v. 4, 2005, p. 235-259; MELO, Arnaldo Sousa. *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320 – c.1415*. 497f. Tese (Doutorado em História). Vol. 1. Programa de Doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2009; MARÇAL, Duarte de Meneses. “A casa dos vinte e quatro de Lisboa”. *Lusíada. Direito*, (25/26), 2021, 179–249.

<sup>43</sup> CAETANO, Marcelo. “A história da organização dos mestres na cidade de Lisboa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 318, 1978, p. 285-300.

<sup>44</sup> SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício Sangue: a Irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de cultura Ibero-Atlântica, 2005, p. 106.

<sup>45</sup> DUARTE, Luís Miguel. “Os Ourives da Câmara do Porto no final da Idade Média”. In: *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal*. Porto: Fund. Eng. Antônio de Almeida, 1986, p. 67-75.

<sup>46</sup> MAGALHÃES, 1993, p. 311.

arrecadados, além de ser possível um maior controle de grupos considerados pela nobreza como “gente baixa” ou “povo miúdo”.

Para cada ofício havia o presidente ou juiz do povo e um escrivão, ambos com assento no Senado. Eleitos anualmente, tinham como função zelar pelos interesses da profissão de forma administrativa, bem como sob ponto de vista político, econômico e social. Deveriam também estar à frente dos exames dos aprendizes que desejasse alcançar o título de mestre<sup>47</sup>. Através de licenças expedidas pela Câmara, os oficiais garantiam a abertura das suas lojas e tendas. Cada grupo possuía seu estatuto independente, aprovado pelo Governo e reconhecido pelo Senado<sup>48</sup>.

Para José Newton Meneses,

é com a consolidação dos núcleos urbanos mais estabilizados que se torna mais frequente a busca de normalização e controle corporativo, no interior do próprio ofício e por parte dos poderes local e central. Em Portugal, ressalte-se, essa busca de ordenamento acentua-se com os descobrimentos, a partir dos quais aumenta a complexidade das aglomerações urbanas e suas economias com a intensificação do processo de migração populacional e de especialização de atividades<sup>49</sup>.

A necessidade de se estabelecer normas mais estruturadas referente a organização e prática das atividades dos oficiais e a relação destes com as autoridades de fiscalização das cidades, leva esses grupos a elaboração de regimentos próprios para cada ofício ou para grupos de ofícios afins. Sendo assim, constitui-se no ano 1489, a primeira regulamentação escrita de corporação de ofícios mecânicos, em Portugal, disciplinando as atividades dos borzeguineiros, sapateiros, drapineiros, soqueiros e curtidores<sup>50</sup>. Antes deste instrumento, havia leis gerais envolvendo a produção dos ofícios mecânicos que estavam inseridas no conjunto de leis estabelecidas pelas Ordenações Afonsinas<sup>51</sup>.

---

<sup>47</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os Oficiais Mecânicos em duas Regiões Brasileiras: Salvador e São Paulo”. *Universitas Cultura* (Salvador), n. 37, p. 33-52, 1986.

<sup>48</sup> FAZENDA, Vieira. “As bandeiras dos ofícios”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 86, 1919, p. 131-136.

<sup>49</sup> MENESSES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 79.

<sup>50</sup> Ofícios ligados à produção de calçados, como botas, botinas e tamancos e ao trabalho com couro. Ver: CUNHA, Luiz Antônio. “Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia”. *Fórum* (Rio de Janeiro), 2 (4), 1978, p. 31-65.

<sup>51</sup> Mais antiga compilação de leis portuguesas, tendo como fonte o direito romano e canônico, promulgadas no reinado de D. Afonso V. Estão divididas em cinco livros que tratam de assuntos administrativos, jurídicos, ligados ao direito civil e penal, Estado e Igreja, dentre outros. Ver: EIRA, Josefina Isabel Gomes da. “Ordenações Afonsinas: Evolução e distinção social das penas”. *Omni Tempore. Encontros da Primavera 2016*, 2, p. 41-66, 2017.

João Dias faz referência a um documento legislativo que não chegou aos dias atuais, impresso em sua primeira versão, em Lisboa, por Valentim Fernandes, no ano de 1503, intitulado *Regimento dos oficiais das cidades e vilas*<sup>52</sup>. Segundo o autor, o documento foi reimpresso várias vezes, com a inclusão de novas leis, existindo ainda as versões feitas entre 1504 e 1511. Langhans destaca que os registros camarários que tratavam de posturas<sup>53</sup> referentes aos ofícios mecânicos se misturavam com outros documentos, versando sobre assuntos diversos. Havia também deliberações e textos que integravam alguns regimentos, desatualizados, causando confusão e desavenças entre os oficiais e representantes da Câmara. Foi necessária a interferência de D. João III nas questões administrativas, exigindo da Câmara de Lisboa uma revisão das posturas e regimentos já existentes<sup>54</sup>.

Em 1572 os antigos regimentos são reorganizados e compilados por Duarte Nunes de Leão, intitulado *Livro dos Regimentos dos Officiais mecânicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa reformados per ordenança do Ilustríssimo Senado dela pelo Ldo Drte nunez de liam*, consolidando definitivamente as práticas corporativas da cidade, juridicamente organizadas<sup>55</sup>. Transcrito em 1926, por Carlos José de Araújo Vilela, foi impresso pela primeira vez em Coimbra apresentando prefácio de Vergílio Correia. Nele estão descritas normas referentes a cento e um ofícios, organizados por ordem alfabética, apresentando inicialmente o *Regimento dos Ourives de ouro e lapidários*, no capítulo I, seguido do *Regimento dos ourives de prata*, no capítulo II.

Esse conjunto de regras foi copiado e distribuído pelas cidades e Câmaras portuguesas, bem como pelas suas colônias, servindo também como modelo para a atuação dos oficiais mecânicos no cenário luso-brasileiro<sup>56</sup>. Trataremos desses *Regimentos*, com mais detalhes, em momento posterior.

---

<sup>52</sup> DIAS, João José Alves. *Um olhar sobre as Ordenações. Biblioteca das Cortes: 180 anos*. Lisboa: Assembleia da República, 2017.

<sup>53</sup> Instrumento municipal em que estão descritas as normas e diretrizes para o ordenamento das cidades, bem como para o convívio e desempenho de atividades individuais e coletivas no espaço urbano.

<sup>54</sup> Alguns autores analisam que o processo de expansão e organização das corporações através de iniciativa régia, significou, sobretudo, uma centralização e maior controle do governo sobre os oficiais e uma submissão destes frente aos poderes concelhios. Ver: Langhans (1941) e Melo (2009).

<sup>55</sup> O livro original dos Regimentos, de 1572, encontra-se no Arquivo Municipal de Lisboa. Usaremos a versão editada e publicada por Vergílio Correia em 1926: CORREIA, Vergílio (ed.). *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, 1572*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

<sup>56</sup> BRANDÃO, Ângela. “O Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos e os estudos arquitetônicos da Biblioteca Nacional de Portugal: uma interpretação”. *Revista VIS: Revista Do Programa De Pós-Graduação em Artes Visuais*, 15(2), 2018, 8–21.

## **Organização dos oficiais mecânicos em Salvador e atuação dos primeiros ourives**

No contexto de colonização portuguesa na América, as associações de ofícios mecânicos tiveram uma organização semelhante à da Metrópole, adaptada às condições locais, envolvendo uma série de leis que regulavam a atuação desses profissionais. Presentes no processo de construção e crescimento da cidade, através da mão de obra especializada, alguns grupos chegaram a participar ativamente de desdobramentos sociais e econômicos, agindo nas esferas política e religiosa.

As primeiras referências aos oficiais mecânicos no Brasil são encontradas em relatos sobre a chegada de Thomé de Souza (1503-1579) e sua armada, no ano de 1549. Desembarcam com ele, além dos religiosos da Companhia de Jesus, homens para construir e fortificar a cidade, dentre eles soldados, degredados, criados do rei providos de cargos, que posteriormente ocuparam as casas de Câmara, cadeia, alfândega, fazendas, armazéns e outras oficinas convenientes e que fossem úteis ao serviço real<sup>57</sup>. Maria Helena Ochi Flexor destaca que o historiador Rodolfo Garcia inventariou catorze nomes de oficiais pedreiros, além do mestre de obras Luís Dias e de outros oficiais de ocupações diversas, que chegaram com o primeiro governador geral<sup>58</sup>.

Segundo Lysie Reis,

realmente, na esquadra, vieram alguns oficiais, embora em quantidade insuficiente para o vulto do empreendimento. A partir daí, oficiais portugueses no início, e todo o tipo de estrangeiro, no decorrer dos séculos, constituíram, junto com os brasileiros que se tornaram mestres, oficiais e aprendizes, a mão de obra local para as artes e ofícios<sup>59</sup>.

Ainda em 1549, Manoel da Nóbrega escreve ao seu superior relatando a necessidade no envio de oficiais para a execução das diversas atividades necessárias à colônia. Diz o texto:

<sup>57</sup> Ver: SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII. Poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda, 2012.

<sup>58</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Oficiais mecânicos e vida quotidiana no Brasil”. *Revista Oceanos* (Lisboa), n. 42, p. 70-84, 2000. Todo e qualquer pesquisador ao estudar os oficiais mecânicos, em Salvador, atualmente, se depara com a dificuldade de acesso a documentação do Arquivo Municipal da cidade. Fechado desde 2020, o Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) só foi reaberto a pesquisadores em junho de 2024. Após aberto, o arquivo passou por problemas no gerenciamento de dados do seu acervo, prejudicando o processo de localização dos documentos acondicionados nas estantes. Outro fator que dificulta a pesquisa é o desgaste desse acervo documental. Poucos documentos puderam ser consultados e alguns não foram localizados. Desta forma tomamos como referência, para nossa investigação, estudos já realizados por pesquisadores que se debruçaram sobre essa temática, dentre eles: Serafim Leite, Marieta Alves, Afonso Ruy, Maria Helena Flexor, José Valladares, além da análise dos volumes das Atas da Câmara da cidade de Salvador, publicado no ano de 1944.

<sup>59</sup> REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 23.

[...] é necessário Vossa Reverendíssima mandar officiaes, e hão de vir já com a paga, porque cá diz o Governador, que, ainda que venha alvará de Sua Alteza para nos dar o necessário, que não o haverá hi para isto. Os officiaes que cá estão têm muito que fazer, e que o não tenham estão com grande saudade do Reino, porque deixam lá suas mulheres e filhos, e não acceitarão a nossa obra, depois que cumprirem com Sua Alteza, e também o trabalho que têm com as viandas e o mais os tira disso. Portanto me parece que haviam de vir de lá, e, si possível fosse, com suas mulheres e filhos, e alguns que façam taipas, e carpinteiros. [...] Serão cá muito necessárias pessoas que teçam algodão, que cá há muito e outros officiaes<sup>60</sup>.

Assim como outros oficiais os primeiros ourives chegam na colônia, vindos de Portugal, trazendo suas experiências, conhecimentos técnicos e suas bases estéticas. Nas cartas enviadas, no ano de 1561, pelo padre Antônio Blasquez, irmão da Companhia de Jesus, aos seus superiores, há uma referência de um “devoto ourives”, vindo de Lisboa, sendo este muito afeiçoado à Companhia e habilidoso nos trabalhos com ornatos<sup>61</sup>. Na publicação da *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil*, ocorrida na última década do século XVI, também há o registro de um ourives chamado Balthesar Camello<sup>62</sup>.

Segundo José e Gizela Valladares,

Desde o fim do século XVI que a arte da ourivesaria ganhou importância entre os oficiais mecânicos da colônia portuguesa. Chegou a ser, mais para diante, elemento ponderável na economia dalgumas cidades, decaindo com a industrialização, quando não pode mais competir com os centros produtores europeus<sup>63</sup>.

Em suas pesquisas sobre a atuação dos jesuítas no Brasil, Serafim Leite destaca o papel desses religiosos no desenvolvimento das artes mecânicas na colônia, declarando que as primeiras confrarias de oficiais mecânicos foram instituídas, no Brasil, por esta ordem religiosa<sup>64</sup>. A falta de mão de obra na América Portuguesa fez com que os religiosos trouxessem irmãos oficiais para exercerem seu ofício e, sobretudo, ensinar a gente da terra, fossem eles negros, indígenas ou mestiços.

Em *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)*, publicado em 1953, Leite apresenta um arrolamento com nomes dos irmãos e seus respectivos ofícios, para além de suas atividades de evangelização. Relata o autor que, em 1570, chega em Salvador um grupo de irmãos com seus ofícios próprios, dentre eles um roupeiro e comprador, um tecelão e

<sup>60</sup> *Cartas Jesuíticas I. Cartas do Brasil, 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Gráfica, 1931, p. 85.

<sup>61</sup> *Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas, 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Gráfica, 1931, p. 309.

<sup>62</sup> *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia, 1591-1592*. São Paulo: Série Eduardo Prado, 1922. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/iXrgT>>. Acesso em 7 de julho de 2023.

<sup>63</sup> VALLADARES, José e Gizela. “Ourivesaria”. In: VALLADARES, José e Gizela. *As artes plásticas no Brasil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1952, p. 203-223.

<sup>64</sup> LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Brotéria; Livros de Portugal, 1953, p. 31.

cardador<sup>65</sup>, um pintor, um bordador, oficial de passamanaria<sup>66</sup>, um marceneiro, um carpinteiro, dois alfaiates e um ourives chamado B. Afonso Baena. Leite comenta que “a Portugal pediam-se Padres para Mestres e Evangelizadores do Brasil; e com a mesma ânsia, Irmãos que fossem hábeis nas Artes e Ofícios”<sup>67</sup>.

Dos 32 irmãos citados da época da construção do Colégio de Salvador, registrados em um catálogo de 1692, também aparece o registro de um ourives de nome Manuel Machado. Na extensa classificação das artes e ofícios dos irmãos jesuítas, o ofício de ourives aparece inserido no item “Artes e Ofícios singulares”, junto com outras atividades como Geógrafo, Químico, Cartógrafo, Mestre de Aritmética, Papeleiro, dentre outros. Além de Manuel Machado, identificado como ourives, consta na relação o nome de Manuel Carneiro, este identificado como ourives de prata<sup>68</sup>.

Ainda segundo Serafim Leite:

Com desenvolvimento e correspondentes necessidades dos Colégios, começaram a aparecer, nas oficinas anexas, os encarregados dos engenhos, os praticantes de cirurgia, os artífices especializados em ourivesaria e até em estatuária, ainda que geralmente as esculturas finas vinham de afamados estatuários de Lisboa<sup>69</sup>.

Walter Zanini destaca a construção naval como uma das atividades de maior expressão dos jesuítas no Brasil, envolvendo irmãos com grandes habilidades nos trabalhos de carpintaria e conhecimento das técnicas específicas nessa área. As demandas por toda sorte de serviço faziam com que os religiosos trabalhassem em obras de marcenaria e hidráulica, se envolvendo também nos serviços de caráter militar, como a construção de fortes<sup>70</sup>.

Oficialmente a organização dos oficiais mecânicos, em Salvador, acontece no ano de 1641, com a inserção destes ao Senado da Câmara seguindo os moldes de Lisboa. O volume 2 da publicação *Atas da Câmara* apresenta o registro da eleição de 12 representantes, mesteres, sendo um ou dois de cada ofício, incluindo os ofícios de caldeeiros, correeiros, alfaiate, barbeiro, ourives, pedreiro, sapateiro, tanoeiro, barbeiro, marceneiro, ferreiro e alfaiate<sup>71</sup>. Assim como em Portugal, a regulação desses ofícios acontecia através de uma série de normas

<sup>65</sup> Pessoa que carda, penteia, prepara as matérias têxteis para fiação.

<sup>66</sup> Passamanaria: arte decorativa especializada em fabricar detalhes têxteis elegantes.

<sup>67</sup> LEITE, 1953, p. 20.

<sup>68</sup> Idem, p. 107.

<sup>69</sup> Idem, p. 591.

<sup>70</sup> ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983.

<sup>71</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1641-1649*. Vol. II. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949, p. 16.

estabelecidas por regimentos e posturas, com serviços e produtos fiscalizados pelas Câmaras Municipais, estas responsáveis pelo funcionamento administrativo e ordenação da cidade.

O poder municipal na colônia foi se estruturando como organismo responsável pelas funções administrativas, judiciais e fiscais da cidade. É nosso interesse compreender e apresentar essa dinâmica não apenas como uma mera cópia da metrópole, mas, sobretudo, ampliar essa visão comparativa considerando a realidade local. Baseada em uma sociedade escravista, esses ofícios foram sendo incorporados à vida urbana, condicionados a necessidade urgente de mão de obra capacitada. Nesse contexto, interessa-nos refletir, com maior ênfase, sobre a participação e ordenação dos oficiais ourives no ambiente colonial da cidade de Salvador, analisando quem eram esses homens, como se organizavam e como se dava a relação desse grupo com as instâncias superiores do Estado e com a população local.

Estamos falando de um ofício cuja mão de obra era exclusivamente masculina, livre, e que, oficialmente, deveria ser exercida por um grupo na condição privilegiada do branco, condição esta que, na colônia, nem sempre foi respeitada com rigor. Assim como os demais oficiais mecânicos, os ourives eram responsáveis pelo fornecimento de produtos e serviços essenciais à sociedade e, no caso específico da nossa investigação, pela demanda por produtos voltados à vida religiosa na cidade. Inseridos em um contexto de organização e desenvolvimento urbano, este grupo conseguiu espaço nas esferas de poder político e social, estando diretamente ligados à história econômica da colônia, como veremos adiante.

Muitos desses ourives foram citados na publicação da pesquisadora Marieta Alves, a partir da identificação dos vários artistas e artífices atuantes na cidade, da sua fundação até o século XIX<sup>72</sup>. Para isso, Alves foi em busca de referências documentais encontradas nos arquivos das irmandades, ordens terceiras e instituições públicas da Bahia. Seguimos esse caminho, ciente das dificuldades de acesso a essas fontes e das lacunas existentes, especialmente pela perda documental ou pelo péssimo estado de conservação que se encontram atualmente. Salientamos, entretanto, que nossa investigação busca não apenas os ourives que se destacaram em produções artísticas, como os citados pela pesquisadora, mas também aqueles que, mesmo não evidenciados por grandes obras, fizeram parte das manifestações cotidianas de organização e sociabilidade do grupo.

---

<sup>72</sup> ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial de Didático, Núcleo de Publicações, 1976.

A partir do século XVII localizamos alguns registros de inventários e testamentos onde aparecem nomes de ourives, geralmente fazendo parte como testemunhas, visto que eram considerados homens de boa reputação. As análises desses documentos nos dão informações relevantes sobre a vida cotidiana desses indivíduos, ligadas a aspectos espirituais, materiais, de usos e costumes. No testamento estão as disposições e as últimas vontades do testador, incluindo aquelas em favor da sua alma. Na mentalidade cristã do período colonial, a morte e a perspectiva de salvação da alma ocupavam lugar proeminente não apenas no imaginário, mas também no cotidiano das pessoas que buscavam, a todo custo, alcançar o paraíso após a morte. Essa salvação, contudo, dependia das ações individuais, através das práticas de caridade, como forma de se redimir e conseguir o perdão dos pecados terrenos<sup>73</sup>. Sendo assim, muitos bens aparecem nos testamentos como doações a instituições religiosas, a exemplo das Santas Casas, receptoras de legados pios<sup>74</sup>, o que levou essas instituições a acumularem um significativo patrimônio imobiliário.

Os imóveis que constituíam o patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Bahia eram ocupados para fins residenciais ou comerciais, muitos deles enquadrados em contratos de aforamentos, muito bem registrados nos Livros de Tombo, Termos de aforamento, escrituras e testamentos da instituição, contendo informações interessantes sobre os indivíduos que negociavam ou adquiriam esses imóveis, bem como aqueles que ocupavam esses espaços<sup>75</sup>. Em um dos Livros de Tombo pesquisado, o ourives Gaspar da Silveira, morador da cidade de Salvador, é citado como foreiro, em 1614, negociando com a Santa Casa pelo uso de uma “morada de casas com quintais” pertencente à instituição<sup>76</sup>. Ainda no mesmo livro há o registro dos “Títulos de propriedade de que tem a Santa Casa ao redor

<sup>73</sup> Ver: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Apesar de tratar do contexto baiano oitocentista, aqui e acolá o autor retoma o contexto da morte no período colonial.

<sup>74</sup> Os legados pios eram bens deixados através de disposição testamentária a uma instituição como resultado da devoção da piedade do testador, com o interesse maior de salvação da sua alma. O testamento também deixava aos legatários, a obrigação de celebração de missas ou outros ofícios, além da distribuição de esmolas a Igrejas e aos mais necessitados.

<sup>75</sup> Esse tipo de negociação consiste em um contrato de negociação entre partes, no qual o proprietário do imóvel transfere ao adquirente, ou foreiro, em caráter perpétuo, o domínio útil, a posse direta, o uso, o gozo e o direito de disposição sobre o imóvel, mediante pagamento de renda anual. Em um estudo realizado pela arquiteta do Departamento de Gestão Imobiliária e Patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Prof. Jealva Ávila Lins Fonseca, a pesquisadora identificou que, dos imóveis pertencentes à Santa Casa, entre os séculos XVIII e XIX, 287 eram terrenos próprios e 64, terrenos foreiros. Ver: FONSECA, Jealva A. L. “Patrimônio Imobiliário Urbano da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos séculos XVIII-XX”. *Cadernos PPGAU/UFBA*, 3, p. 55-68, 2004.

<sup>76</sup> Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (ASCMB), FK/40 - Livro 1º de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), 1629-1665, fl. 1r.

dela”, com a relação dos seus ocupantes e o rendimento anual desses imóveis. Na relação, encontramos informações referentes aos seguintes ourives:

A primeira loja do sobrado do dito consistório em que agora vive Francisco da Costa, ourives da prata, rende a cada ano quatorze mil reis. [...] A casa que logo se segue em que vive Francisco Vieira ourives da prata que rende quarenta mil reis com sua loja<sup>77</sup>.

Em outro imóvel, situado em uma rua atrás da Capela Mór da Sé, em direção ao Colégio dos Jesuítas, “na banda de baixo, vive Francisco da Cruz, ourives do ouro, paga a cada ano setenta e cinco mil reis”<sup>78</sup>. Os imóveis da Santa Casa estavam distribuídos, especialmente, na área do centro antigo, com grande predominância nas freguesias da Sé, seguido da freguesia da Conceição da Praia. Os ourives citados residiam entre a Misericórdia, Igreja da Sé e Colégio dos Jesuítas, ou seja, na área do centro antigo. Não apenas residiam, como alguns também trabalhavam com sua loja, como no caso do ourives Francisco Vieira. Lembramos que o arruamento de ourives só acontece, oficialmente, na cidade do Salvador, em 1752. Trataremos deste tema mais adiante.

Além do registro citado anteriormente, informando que Francisco Vieira ocupava um imóvel da Santa Casa, seu nome aparece no testamento de Antônio Lobo Pichaleiro, que pede ao ourives para que fosse sua testemunha e, no testamento de Francisco Botelho do Amaral, onde este declara que o ourives lhe devia a quantia de duzentos mil reis, a juros, por uma certa escritura. Além desses documentos, Francisco Vieira é citado no Livro de Acórdãos, no ano 1660, recebendo a quantia de duzentos mil réis que lhe devia a Santa Casa. No inventário de João Alves de Azevedo, o ourives é novamente citado, tendo em mãos 100\$000 (cem mil réis) por “um crédito à razão de juros”. Dívida vencida em 28/11/1692 e paga a Santa Casa, em 25/11/1693, herdeira do dito João Alves. Dos juros da dívida, Francisco Vieira ainda teve que pagar 6\$250 à instituição<sup>79</sup>.

É possível que o Francisco Vieira citado nesses documentos seja o filho homônimo do conceituado ourives Francisco Vieira, que ocupou o cargo de juiz dos oficiais ourives da prata da cidade do Salvador, eleito na Câmara Municipal no dia 10 de setembro de 1625<sup>80</sup>. Apesar

<sup>77</sup> ASCMB, FK/40 - *Livro 1º de Tombo...*, fl. 294r.

<sup>78</sup> ASCMB, FK/40 - *Livro 1º de Tombo...*, fl. 297v.

<sup>79</sup> ASCMB, FK/42 - *Livro 3º de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos)*, 1686-1829, fls. 131r; 137r.

<sup>80</sup> A partir de meados do século XVII, as informações são incertas sobre as datas de atuação dos ourives Francisco Vieira e seu filho homônimo. Valladares (1952) esclarece que os documentos com nome de Francisco Vieira, registrados a partir de 1652, possivelmente fazem referência ao filho e não ao pai. Alves (1976) afirma que o filho exercia função de contraste até o ano de 1693, quando é substituído por João Pereira Porto. De fato, o nome de Francisco Vieira aparece repetidas vezes nos registros das Atas da Câmara. É certo que ambos se

de Marieta Alves afirmar que Francisco, o pai, era irmão da Santa Casa e membro da Mesa, não encontramos essa informação nos livros de Termos de Irmãos e seu nome não consta na listagem de irmãos existente no arquivo da instituição.

Outros dois ourives citados em documentos da Santa Casa são o ourives de ouro Nunes Peres, registrado no testamento de Diogo Fernandes, em 1621, onde este diz ter empenhado quatro colheres de prata e uma cruz pequena de ouro por nove patacas, pesados e atestados pelo referido ourives “que passou certidão”<sup>81</sup>. Assina esse testamento, como testemunha, outro ourives de nome Leonardo Pereira e o alfaiate Fernão Alendiz<sup>82</sup>.

Se nos testamentos encontramos, de forma mais detalhada, as últimas vontades do testador, incluindo as espirituais, nos inventários temos as informações sobre as disposições materiais desse indivíduo, contendo o arrolamento e avaliação dos bens móveis e imóveis, além da relação de herdeiros, dívidas, partilhas, dentre outras informações. Em ambos é comum encontrar, na relação de bens de pessoas com mais posses, objetos de ouro e prata, patacas, joias e até alfaias. Gabriel Soares, em *Tratado Descritivo do Brasil*, um dos mais valiosos documentos quinhentistas sobre a colônia portuguesa, destaca uma informação acerca da riqueza de alguns moradores abastados, donos “[...] de fazendas de raiz, peças de ouro, jaezes de cavalos e alfaias de casa [...]” e complementa: “[...] há muitos homens que tem dois e três mil cruzados em joias de ouro e prata lavrada”<sup>83</sup>.

No translado do testamento de Simão Barroso, datado de 1659, consta, da relação de bens deixados, “uma salva que pesa dezesseis mil réis, dez colheres e um copo de prata”, além de vinte e três moedas de ouro<sup>84</sup>. Em 1656, José Lopes declara, em seu testamento, deixar um “oratório com crucifixo e mais santos que se achem, mais uma tambuladeira de prata redonda que pesará quatro mil réis, mais quatro colheres de prata”<sup>85</sup>.

Em junho de 1767 morreu Ignacio da Costa Britto, declarado ourives da prata, deixando por herdeiros sua mulher, Francisca Teresa de Jesus, e quatro filhos do casal. Irmão

destacaram como ourives e como representantes desse ofício junto a Câmara Municipal. Ver: *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1625-1700*. Volumes I-VI. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1944-1951.

<sup>81</sup> ASCMB, FK/40 - *Livro 1º de Tombo...*, fl.38r.

<sup>82</sup> ASCMB, FK/40 - *Livro 1º de Tombo...*, fl. 41r.

<sup>83</sup> SOARES, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879, p. 115.

<sup>84</sup> ASCMB, FL/41 - *Livro 2º de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos)*, 1652-1685, fls. 104v-105r.

<sup>85</sup> ASCMB, FK/41 – *Livro 2º de Tombo...*, fl. 88r.

da Santa Casa de Misericórdia, admitido em abril de 1745, residia na Rua direita do Palácio e foi sepultado na Ordem Terceira de São Francisco<sup>86</sup>. Dono de muitas posses, no seu inventário<sup>87</sup> consta “[...] móveis como de raiz, dinheiro, ouro, prata, escravos”. Dentre as joias inventariadas, citamos algumas que foram recebidas por seu genro, Feliciano Calixto de Bastos, casado com sua filha Roza de Viterbo de Santo Inácio:

Uma corrente de ouro com onze oitavas e meia de peso a mil e duzentos e oitenta réis por oitava -12\$720;  
 Um rosário de ouro que pesa dezessete oitavas e doze grãos a mil e duzentos e oitenta réis - 22\$000;  
 Um breve com seus cordões que pesa vinte e três oitavas e doze grãos a mil e duzentos e oitenta réis- 29\$660;  
 Uma continha pequena com uma oitava e meia - 1\$920;  
 Uma resfriadeira de prata que pesa trinta e três oitavas e meia a cem mil por oitava -3\$350;  
 Um par de fivelas de prata com dezoito oitavas e meia a cem réis - 1\$850;  
 Um par de botões de ouro que pesa uma oitava e meia a mil e duzentos e oitenta réis - 1\$920;  
 Uma flor de ouro com quatro diamantes e um cristal e a dita flor tem o pé de prata - 3\$520;  
 Um rosicler de diamantes e seus brincos - 22\$000;  
 Uma goleta de prata com peso de três oitavas - \$300<sup>88</sup>.

Além das joias descritas, ainda há o registro de um rosário e uma conta de corais cravejada em ouro, um laço de ouro e diamantes e um cordão de ouro, este último valendo sete mil e quarenta réis. As pedras de diamantes foram avaliadas e certificadas pelo contraste Bento Roiz, que recebeu o valor de oitocentos e vinte réis - \$820 pelo serviço. A pesagem e o toque<sup>89</sup> das peças foram realizadas pelo ajudante de ensaiador da Casa da Moeda, Antônio José Froes, recebendo pelo serviço, seiscentos réis - \$600<sup>90</sup>. Pela quantidade de joias citadas neste inventário, é possível que seu trabalho, como ourives, estivesse mais voltado à produção de joalheria.

Deixando por herdeira e testamentária a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, o Padre Francisco de Araújo, em 1650, doou suas terras e todos os bens que nela encontrasse<sup>91</sup>. Em

<sup>86</sup> ASCMB, FK/4 - *Livro 4º de Termos de Irmãos*, 1733-1772, fl. 199v.

<sup>87</sup> Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Tribunal da Relação, Judiciário, 03/971/1440/05 - *Inventário de Ignácio da Costa Brito*, 1767.

<sup>88</sup> APEB, Tribunal da Relação, Judiciário, *Inventário de Ignácio da Costa Brito*, 1767, fl. 18r.

<sup>89</sup> Teste para verificar a autenticidade da joia.

<sup>90</sup> APEB, Tribunal da Relação, Judiciário, *Inventário de Ignácio da Costa Brito*, 1767, fls. 28r-28v.

<sup>91</sup> Padre Francisco Araújo era bisneto de Caramuru e proprietário da fazenda Saubara, hoje distrito de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano. Ainda em vida, doou a fazenda a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, com a condição da instituição reconstruir a Capela de Santo Antônio, existente em suas terras. Aceitando a doação, a Santa Casa toma posse da Fazenda e da Capela em 25 de fevereiro de 1652, tendo o padre Francisco falecido em 20 de fevereiro de 1659 e sepultado na referida Capela. Ver: COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves Marques da. *Contribuição dos museus para o desenvolvimento social. Estudo de caso: documentos referentes à*

seu inventário encontra-se uma relação de objetos de prata, alguns que deveriam ser desmanchados, segundo sua vontade, reaproveitando a prata para a confecção de um lampadário e castiçais para sua sepultura. Na relação de pratas por peso, constam os seguintes objetos:

Quatro pratos de prata usados, três irmãos e outro maior que o defunto disse deixar a Marinho de Castro, onze pratos pequenos, onze do serviço de mesa, seis colheres de prata, três garfos pequenos de prata, duas salseiras de prata, uma delas dizem deixar o defunto a Marinho de Castro, dois copos de prata, um púcaro de prata que dizem deixar o defunto a Antônio Aragão, um gomil de prata, uma bacia pequena de prata, dois caldeirões de cobre de carregar água, dois tachos velhos, um de cobre e outro de latão que ficam entregues a Luiz de Araújo, feitor-mor das fazendas de Saubara<sup>92</sup>.

Sobre a prata do inventário que deveria ser utilizada para o lampadário e castiçais, há uma informação na lateral do livro, identificando o procedimento solicitado pelo padre e realizado pelo ourives Francisco do Valle, contratado pela Santa Casa para fazer a obra<sup>93</sup>. Diz o texto:

[...] a prata se pesou e se entregou para fazer a obra ao ourives Francisco do Valle, que a recebeu neste consistório do Tesoureiro João Peixoto Viegas, e se achou pesarem todas as peças de sua receita e desta dita consta quarenta e nove marcos, cinco onças e duas oitavas e neste dia 1º julho de 1654 a tornou a receber o dito Tesoureiro do dito ourives Francisco do Valle feita em obra de um lampadário que pesou 16 marcos e seis onças e assim mais 4 castiçais que pesaram 22 marcos, 2 onças e 4 oitavas [...] pagou o dito Tesoureiro ao dito ourives 39\$060 (trinta e nove mil e sessenta) de feitio de toda a dita obra<sup>94</sup>.

Também é possível levantar dados sobre os ourives atuantes na cidade a partir dos *Livros de Termos de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia*, onde encontramos os registros dos irmãos admitidos, como no caso citado do ourives Ignacio da Costa Brito, incluindo dados pessoais que deixam transparecer informações importantes para nossa pesquisa. Esses registros, entretanto, foram sendo realizados sem normatização específica, feitos a critério de cada escrivão, ocasionando com isso ausência de dados, sobretudo, no século XVII. Neste período é mais comum o registro das seguintes informações: nome do irmão admitido, data de entrada, filiação, em alguns casos o estado civil e o ofício que ocupava, além do status econômico/social que identificava o irmão como “de maior” ou “de menor” condição.

*Fazenda de Saubara – Santo Amaro – Bahia, 1650-1792.* 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

<sup>92</sup> ASCMB, FK/41 – *Livro 2º de Tombo...*, fl. 9v.

<sup>93</sup> Em 07/01/1652, Francisco do Valle, ourives, é citado em um Termo de posse na Câmara, junto com Manoel Costa, juiz do povo, marceneiro e Francisco da Costa, alfaiate, todos eleitos em 01/01/1652. (*Atas da Câmara*, vol. III, 1949, p. 119) Segundo Marieta Alves (1976), o ourives realizou consertos em uma lâmpada de prata da Santa Casa, no ano de 1648, e limpeza de algumas alfaias em 1670. Não há, nos registros de Alves, nenhuma citação sobre a execução, por Francisco do Valle, dos objetos tratados em questão.

<sup>94</sup> ASCMB, FK/41 – *Livro 2º de Tombo...*, fls. 11v-12r.

Segundo Isabel Sá<sup>95</sup>, esta distinção entre irmãos nobres, considerados de primeira qualidade ou maiores, e irmãos menores, considerados de segunda qualidade, foi uma prática constante nas regras de admissão das Misericórdias, garantindo sempre uma certa supremacia aos irmãos nobres. Integravam o quadro de irmãos de “maior condição” indivíduos de famílias influentes a nível local, proprietários rurais ou funcionários administrativos com algum status social. Os irmãos considerados de “menor condição” eram aqueles que possuíam uma influência política inferior, geralmente pertencentes às elites do artesanato urbano, mestres com oficina própria.

Nos documentos da Santa Casa da Bahia, encontramos o registro de quinze irmãos que se declararam ourives, ourives de ouro ou ourives da prata no momento de sua admissão, entre os anos de 1665 e 1699, todos inscritos como irmãos “de menor condição”, como visto na tabela abaixo.

---

<sup>95</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

**Tabela 1 - Ourives admitidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1665-1699**

Nome	Admissão	Naturalidade	Casado	Ourives	Ourives do Ouro	Ourives da Prata	Menor condição
João do Valle	15/02/1665	Águeda, Bispado de Coimbra	X	X			X
Manuel de Almeida Pacheco	28/11/1677	-			X		X
João de Almeida Pacheco	26/06/1684	Bahia	X		X		X
Antônio dos Santos	21/03/1687	Bahia	X			X	X
Manoel da Silva Leão	08/04/1691	Porto	X			X	X
Domingos Pereira Dias <sup>96</sup>	08/04/1691	Freguesia de São Martinho, Bispado do Porto	X			X	X
Domingos Ferreira Zambuja	21/03/1695	Lisboa				X	X
Manuel Dias	23/03/1698	-	X			X	X

<sup>96</sup> Em 1717 passou a ser considerado “irmão de maior condição”.

Rocha <sup>97</sup>							
Francisco de Souza Salgado	23/03/1698	Braga	X	X			X
José de Almeida Pacheco	23/03/1698	Bahia	X	X			X
Manuel Pereira de Souza	23/03/1698	Bahia		X			X
Domingos Correia da Cruz	12/04/1699	-	X			X	X
Pedro Guerreiros de Aguirre	12/04/1699	-	X			X	X
Francisco da Silva Freire	12/04/1699	-	X				X
Antônio Guedes de Gouveia	12/04/1699	-	X	X		X	X
<b>Fontes:</b> ASCMB, FK/2 – <i>Livro 2º de Termos de Irmãos, 1663-1695</i> ; FK/3 – <i>Livro 3º de Termos de Irmãos, 1693-1733</i> , ESTEVES, <i>Catálogo de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia</i> , século XVII, 1977.							

<sup>97</sup> Há uma referência no termo de sobre sua “limpeza de sangue”.

No século seguinte os dados ainda são registrados sem normatização específica, mas já é possível identificar algumas informações sobre o local em que o oficial ourives vivia e, em alguns registros, a localização da sua loja. Entre os anos de 1701 e 1793 foram registrados quarenta irmãos ourives, ourives de ouro ou de prata, além de três cravadores e um Juiz da Balança da Casa da Moeda, como exposto na tabela abaixo.

**Tabela 2 - Ourives admitidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1701-1793**

Nome	Admissão	Naturalidad e	Casado	Ourives	Ourives do Ouro	Ourives da Prata	Menor Condição	Maior Condição	Falecimento
José Lopes de Britto <sup>98</sup>	19/06/1701	Pernambuco	X		X		X		28/11/1736
Jacinto Vieira Cabral	20/07/1701	Espadanedo, Bispado de Lamego	X			X	X		-
João de Araújo Braga	20/05/1703	Bahia	X			X	X		-
Domingos da Silva Freire	21/06/1705	Vila de Cairú	X		X		X		-
Manuel Correia Granja	17/04/1707	-	X	X			X		-
Joaquim Soares da Fonseca	01/04/1708	Lisboa	X			X	X		-
Pedro de Souza	01/04/1708	-	X			X	X		-

<sup>98</sup> Em 1708 passou a ser considerado “irmão de maior condição”.

Antônio Galvão	13/04/1710	-	X		X		X		08/10/1758
João Pereira da Silva	28/03/1711	Braga		X			X		-
Carlos Ribeiro da Rocha	25/10/1709	Bahia	X			X			-
Vicente de Sousa Pereira	24/03/1720	Bahia	X		X		X		31/03/1758
Ignácio Correia Ramos <sup>99</sup>	14/04/1726	Bahia				X	X		-
Manoel Lopes de Miranda	28/03/1728	-	X	X			X		-
Diogo Pinheiro	21/03/1733	Lisboa	X		X		X		-
Narciso das Neves	29/03/1733	Camamu, Bahia	X		X		X		-
Jacinto Ferreira dos Santos	29/03/1733	Bahia			X				-
Antônio de	03/04/1757	São Miguel	X			X	X		23/05/1791

<sup>99</sup> A Mesa decidiu por sua expulsão em 1732.

Souza Marques		de Gandra, Bispo do Porto						
Domingos de Souza Marques	03/04/1757	Porto		X				18/03/1793
Luis Pereira Guimarães	27/03/1763	Bahia	X	X				05/09/1768
Antônio Batista	16/07/1743 <sup>100</sup>	-	X	X				1753
Antônio de Freitas Borges	09/08/1740	Freguesia de Santa Maria de Ferreiros, Arcebispado de Braga	X			X	X	27/08/1781
Ignácio da Costa de Britto	11/04/1745	Bahia	X			X		13/06/1767
Antônio Antunes Correia <sup>101</sup>	11/04/1745	Lisboa	X					13/08/1762
Clemente Alves de Aguiar <sup>102</sup>	30/03/1749	-	X				X	23/05/182(?)

<sup>100</sup> Marieta Alves (1976) informa uma outra data, a de 1736.

<sup>101</sup> Oficial de Cravador.

<sup>102</sup> Filho do Ensaíador da Casa da Moeda.

Antônio Gomes Soares Casaca <sup>103</sup>	22/03/1750	Vila da Barca, Freguesia de Raios, Comarca de Valença, Arcebispado de Braga	X		X		X		-
Manoel Coelho de Oliveira	23/03/1750	Freguesia de Cova de Couros, Arcebispado do Porto	X			X	X		-
João Félix da Cruz	13/04/1751	Bahia	X	X			X		23/05/1757
Cláudio Rodrigues Lopes <sup>104</sup>	08/04/1754	-	X				X		-
Luiz Pereira Lopes	23/03/1755	Freguesia de Santa Eulália, Bispado de Coimbra	X	X			X		10/03/1778
Francisco Xavier dos Anjos	03/04/1757	Bahia	X		X		X		09/02/1799

<sup>103</sup> Ourives do ouro e cravador de diamantes.

<sup>104</sup> Oficial de cravador.

Francisco Xavier dos Anjos	04/04/1762	-	X	X			X		09/06/1798
Manoel Jorge Monteiro	15/04/1764	-	X	X			X		09/08/1783
Eusébio Nunes de Paiva	15/04/1764	Freguesia de Santiago de Igoas	X	X			X		30/06/1816
Dionisio Gomes de Carvalho <sup>105</sup>	26/07/1765	Freguesia de Santiago de Gavião, Termo de Barcelos, Arcebispado de Braga	X				X		04/01/1778
Cosme Damião dos Santos	31/03/1765	-	X	X			X		12/06/1806
Pedro Alexandrino Soares	31/03/1765	Freguesia de Nossa Senhora do Socorro	X	X			X		28/09/1804
Joaquim José Tavares <sup>106</sup>	15/03/1785	-	X					X	19/10/1802

<sup>105</sup> Cravador de diamantes.

<sup>106</sup> Juiz da Balança da Casa da Moeda.

Valentin de Góis e Vasconcelos <sup>107</sup>	16/04/1791	-	X				X		10/01/1805
João Martins Lima <sup>108</sup>	16/06/1793	-	X				X		-
<b>Fontes:</b> ASCMB, FK/3 – <i>Livro 3º de Termos de Irmãos, 1696-1733</i> ; FK/4 – <i>Livro 4º de Termos de Irmãos, 1733-1772</i> ; ESTEVES, <i>Catálogo de Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, século XVIII</i> , 1977.									

<sup>107</sup> Mestre Cravador.

<sup>108</sup> Ensaiador.

Francisco Xavier dos Anjos, irmão admitido em 03/04/1757, declarou ser ourives do ouro, morador da Saúde e possuir tenda aberta às Portas do Carmo<sup>109</sup>. Nesta mesma localidade também declarou possuir tenda aberta Claudio Rodrigues Lopes, que exercia função de oficial cravador, admitido pela Santa Casa em 04/04/1754<sup>110</sup> e Manoel Jorge Monteiro, ourives admitido em 15/04/1764<sup>111</sup>. Além destes oficiais, declarou possuir tenda aberta o mestre ourives Pedro Alexandrino Soares, “morador na Rua Direita que vai da Sé para o Colégio”, admitido em 31/03/1765<sup>112</sup> e Jacinto Ferreira dos Santos, ourives de ouro, admitido em 29/03/1733<sup>113</sup>, este com tenda aberta na Praia<sup>114</sup>. Nesse período, apenas dois oficiais foram declarados irmãos de “maior condição”, um deles o Juiz da Balança da Casa da Moeda, Joaquim José Tavares<sup>115</sup>, e o outro, filho do ensaiador da Casa da Moeda, Clemente Alves de Aguiar<sup>116</sup>. Entre os anos de 1802 e 1821, apenas três ourives pediram admissão na Santa Casa, como exposto na tabela abaixo<sup>117</sup>.

<b>Tabela 3 - Ourives admitidos na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1802-1821</b>			
<b>Nome</b>	<b>Admissão</b>	<b>Casado</b>	<b>Falecimento</b>
José Joaquim Álvares Riagaud	08/03/1802		11/09/1821
Antônio Nunes de Paiva	08/03/1802	X	10/05/1838
José Joaquim Magalhães	26/06/1804	X	-

**Fonte:** ASCMB, FK/6 – *Livro 6º de Termos de Irmãos, 1794-1834.*

<sup>109</sup> ASCMB, FK/4 – *Livro 4º de Termos...*, fl. 251r.

<sup>110</sup> ASCMB, FK/4 – *Livro 4º de Termos...*, fl. 189r.

<sup>111</sup> ASCMB, FK/4 – *Livro 4º de Termos...*, fl. 279r.

<sup>112</sup> ASCMB, FK/4 – *Livro 4º de Termos...*, fl. 288v.

<sup>113</sup> ASCMB, FK/4 – *Livro 3º de Termos...*, fl. 631r.

<sup>114</sup> Freguesia da Conceição da Praia.

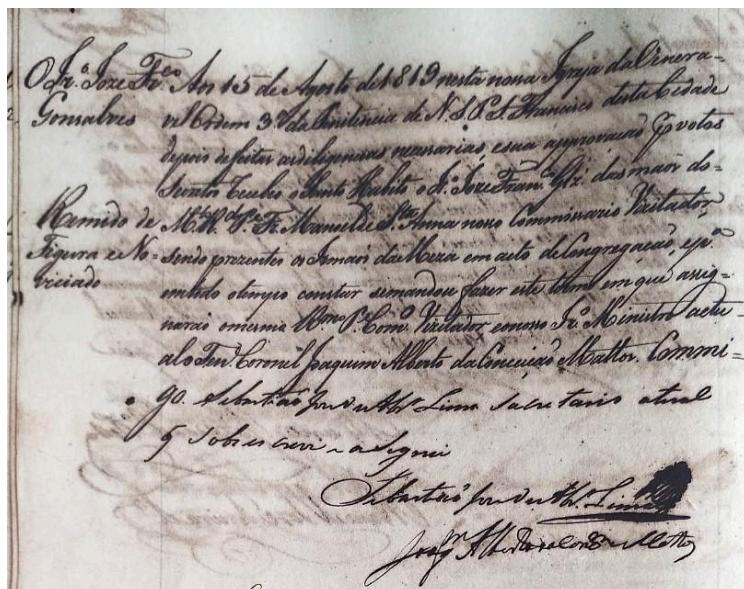
<sup>115</sup> ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, século XVIII*. Salvador: Centro de Memória Santa Casa da Bahia, 1977, p. 609.

<sup>116</sup> ASCMB, FK/4 – *Livro 4º de Termos...*, fl. 140v.

<sup>117</sup> No Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (ASCMB) foram consultados os seguintes Livros de Termos de Irmãos: Livro 2º com registros de admissão entre 02/04/1663 e 03/07/1695; Livro 3º com registros de admissão entre 15/04/1696 e 29/03/1733; Livro 4º com registros de admissão entre 29/03/1733 e 25/05/1772; Livro 6º com registros de admissão entre 30/10/1797 e 27/11/1834. O primeiro livro da coleção foi extraviado desde 1897, época em que seria copiado. Para catalogar os irmãos do século XVII foram utilizados o livro dois e parte do livro três, com suas respectivas cópias (ESTEVES, 1977). O Livro 5º (com registros de admissão entre 09/04/1775 e 30/10/1797) não pôde ser consultado, pois está interditado para pesquisa, em virtude do frágil estado de conservação. A análise dos dados sobre os ourives deste Livro foi realizada a partir do “Catálogo dos Irmãos”, organizado por Neuza Rodrigues Esteves em 1977.

Joaquim Alberto da Conceição Mattos, reconhecido por vários autores como sendo um dos maiores ourives da Bahia, no século XVIII, também foi irmão da Santa Casa, admitido no ano de 1792<sup>118</sup>. Segundo Marieta Alves, o ourives realizou trabalhos para várias Igrejas e Irmandades da cidade, dentre eles o sacrário que pertenceu a um dos altares laterais da antiga Sé da Bahia, atualmente exposto no Museu de Arte Sacra da UFBA<sup>119</sup>. Além de ourives, integrava o regimento do Forte do Barbalho e pertencia ao quadro de irmãos da Ordem Terceira de São Francisco, ocupando também o cargo de Ministro desta Ordem, conforme registro em documentação<sup>120</sup>.

**Figura 1 - Documento contendo a assinatura de Joaquim Alberto da Conceição Mattos enquanto Ministro na Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia**



Fonte: AVOTSF, *Livro de Profissões, 1797-1877*, fl. 149v. Fotografia: Igor Santiago, 2023.

<sup>118</sup> ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, século XVIII*. Salvador: Centro de Memória Santa Casa da Bahia, 1977, p. 365.

<sup>119</sup> ALVES, 1976, p. 109.

<sup>120</sup> No ano de 1782 Joaquim Alberto da C. Mattos solicita à rainha D. Maria I, a confirmação de carta patente no posto de capitão do Forte do Barbalho, na Bahia (AHU\_ACL CU\_005, Cx. 184\Doc. 13563). Em 1799 faz nova solicitação, desta vez ao príncipe regente, D. João, “a mercê do posto de sargento-mor da fortaleza do Barbalho.” (AHU\_ACL CU\_005, Cx. 212\Doc. 14979). Em 1809, o conde de Linhares assina carta em resposta a outra solicitação de Joaquim Alberto da Conceição, possivelmente de mudança da patente, deferindo o pedido do ourives. No documento, assinado pelo conde, não há especificada a patente solicitada pelo ourives, mas presumimos que tenha subido ao posto de “tenente-coronel”, conforme registro na documentação da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia. Ver: APEB – Cartas Régias CIVIL, CR-107-22. Disponível em <<http://200.187.16.150/index.php/cartas-regias-2467>>. Acesso em 05/07/2024. Na Ordem Terceira de S. Francisco, os registros documentais encontrados indicam que o ourives assinou, enquanto Ministro da Ordem, de 15 de agosto de 1819 a 2 de julho de 1820.

Como vimos, muitos ourives pertenceram ao quadro de irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Naquele momento era comum integrar-se em mais de uma irmandade, seja pela prática devocional e de fé, seja pelo aspecto político-social e de assistência que envolvia esses grupos. Veremos, mais adiante, que os ourives baianos, assim como outros oficiais mecânicos, associaram-se em uma irmandade específica que atendia aos seus interesses políticos, profissionais e religiosos.

### **Câmara Municipal de Salvador e organização dos ofícios mecânicos**

A partir da organização administrativa da cidade, com o funcionamento da Câmara Municipal e, sobretudo, no decorrer dos setecentos, com a crescente urbanização de Salvador, as atividades dos oficiais mecânicos tornaram-se mais necessárias. Esse contexto estimulou o consumo de produtos e serviços na cidade e, consequentemente, a necessidade de normatização, controle e fiscalização destes por parte do Senado da Câmara.

A efetiva atuação da administração municipal em Salvador, segundo Afonso Ruy, acontece desde junho do ano de 1549, com um modesto corpo dirigente estruturado com a denominação de “Mesa de Vereação”<sup>121</sup>. De sua composição faziam parte dois juízes do povo, três vereadores e um Procurador da cidade, eleitos anualmente por um grupo de homens que se destacavam na cidade, também chamados de “homens bons”, assim como em Lisboa, pertencentes à elite local. Completava esse quadro, um tesoureiro, um escrivão, um juiz de vintena, além de almotacés. Segundo Boxer, a Câmara Municipal, assim como a Santa Casa de Misericórdia, em Salvador, era predominantemente formada por indivíduos que pertenciam a famílias dos senhores de engenho do Recôncavo e, por volta de 1740, de uma classe mercantil em que prevaleciam aqueles nascidos na Europa<sup>122</sup>.

Para Avanete Sousa,

enquanto palco privilegiado de exercício do poder político, administrativo e econômico da coroa, Salvador tornara-se peça-chave para a reprodução da política administrativa e mercantil metropolitana para toda a colônia. Além de abrigar as instituições do macrocontrole geopolítico colonial, na sua ambiência continha toda uma estrutura de organização político administrativa para o exercício do poder local - representado pela Câmara - incumbido de implantar, regulamentar, superintender e controlar um conjunto de atividades da vida cotidiana, inclusive as econômicas<sup>123</sup>.

<sup>121</sup> Ainda segundo Afonso Ruy, a Câmara de Salvador foi a segunda a ser instalada no Brasil, sendo a primeira na Vila de S. Vicente, no ano de 1532. Entretanto, a ação política e administrativa da cidade de Salvador, como “cabeça da colônia”, a destacava dentre as demais. Ver: RUY, Afonso. *História da Câmara Municipal de Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 2002.

<sup>122</sup> BOXER, Charles. *O império colonial português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 1969.

<sup>123</sup> SOUSA, 2012, p. 53.

Sousa, assim como outros autores, destaca em seus estudos, a composição da estrutura administrativa e burocrática da Câmara Municipal de Salvador, no período colonial, descrevendo detalhadamente as atribuições concernentes a cada cargo ocupado pelos agentes camarários<sup>124</sup>. Apresentaremos algumas dessas funções no decorrer do texto, de maneira mais concisa, sem, contudo, prejudicar o entendimento das ações destes cargos no cumprimento das normas exigidas para o exercício do trabalho dos oficiais ourives na cidade.

De um modo geral o poder municipal, na colônia, seguiu o modelo metropolitano, configurando-se como um instrumento administrativo com a função de regulamentar e fiscalizar as diversas esferas da vida na cidade. Enquanto os vereadores desempenhavam funções administrativas de interesse público, o Procurador da cidade, figura de maior hierarquia na Mesa de Vereação, tinha um caráter de advogado do Município, defendendo os interesses do povo. A complexa estrutura do Senado da Câmara era constituída também pelo juizado de órfãos e pelos demais ofícios da Justiça. Aos almotacés cabia a responsabilidade pelo processo de fiscalização das leis que disciplinavam a dinâmica da cidade. A figura do mestre como representante dos oficiais mecânicos e, escolhido por estes, vai ser incorporada à Mesa de Vereação ainda em 1581, “com a atribuição de cooperar com os camaristas na criação dos regimentos dos ofícios e fixação de preço de seus salários e trabalhos de arte”<sup>125</sup>.

Essa informação que Afonso Ruy nos apresenta pode ser comprovada a partir da leitura de alguns registros de Atas da Câmara em que os oficiais, mesmo antes de 1641, momento em que os mesteres se reuniram oficialmente para eleição de seus representantes, já atuavam nos assuntos camarários, com a participação de seus juízes. Isso acontece no caso dos ourives, quando Francisco Vieira assume o cargo de juiz dos oficiais ourives da prata da cidade do Salvador, em 1625. Diz o Termo de Vereação:

Aos des dias do mês de setembro de mil seis centos e vinte e cinco annos nesta cidade do Salvador, e Cazas da Camara, se acharão presentes o Juiz Miguel Ferreira Feio, Fellipe Cavalcante e Albuquerque, e Manoel Cardozo de Amaral Vereadores, e Diogo Sodré Feio procurador da Cidade, e tratarão das coisas do bem comum, e despacharam algumas petições, e deram algumas licenças, e assinarão, Ruy Carvalho Pinheiro o escrevi, e declaro, que foram chamados os Officiaes ourives da prata para Juiz do dito Offício e tomando se os votos, sahio a mais votos por Juiz Francisco Vieira, morador nesta Cidade ao qual se lhe deu juramento dos Santos Evangelhos para que bem, e verdadeiramente sirva o dito Officio, guardando o serviço de Deus, e as partes seu direito, a ele recebeu o dito juramento, e prometeu

---

<sup>124</sup> A composição das Câmaras Municipais, na colônia, poderia variar de acordo com a importância político administrativa de cada cidade. Camargo (2013), apresenta detalhadamente os cargos estabelecidos na Câmara baiana no final do século XVIII. Ver também: Boxer (1969); Ruy (2002); Reis (2012) e Flexor (2000).

<sup>125</sup> RUY, 2002, p. 42.

assim o fazer, e assignou com o Juiz, o sobredito escrevi. Miguel Ferreira Feio - Felipe Cavalcante de Albuquerque – Manoel Cardozo do Amaral – Diogo Sodré Feio – Francisco Vieira<sup>126</sup>.

No ano de 1626, há o registro da eleição de Antônio Nobre para o cargo de juiz dos ofícios “de sangrar” e de Barbeiro<sup>127</sup> e Antônio Vieira, para juiz de Espadas. Ainda em 1626, assumiu o cargo de juiz do ofício dos pedreiros, Antonio Cardozo. No ano de 1628, foram eleitos dois juízes para o ofício de sapateiro, sendo estes Diogo Dias Leite e João Castro, além do Escrivão do referido ofício, Domingos Rodrigues<sup>128</sup>.

Segundo Luiz Antônio Cunha, “a regulamentação das práticas de ofícios no Brasil variava de uma cidade para outra, tendo as Câmaras Municipais flexibilidade para elaboração dos nomes, apesar do paradigma lusitano, especialmente do lisboeta”<sup>129</sup>. Para Vieira Fazenda não houve, em nenhuma cidade do Brasil, a representação da Casa dos Vinte e Quatro, nem os oficiais possuíam assento nas Câmaras Municipais<sup>130</sup>. O que tivemos, segundo o historiador, foram representações dos oficiais mecânicos, através dos mesteres, que se uniam aos “homens bons”, sendo ouvidos nos assuntos mais importantes para a organização da cidade. Apesar da informação de Vieira Fazenda, o registro do 2º volume das Atas da Câmara diz o seguinte:

Aos 23 dias do mês de maio de 1641 anos na cidade do Salvador e casas da Câmara estando juntos juízes ordinários Diogo Moniz Teles e Marcos Pinheiro e os vereadores Manoel Maciel Aranha em Salvador Rebello e Gaspar Pacheco de Castro e o procurador do Conselho que servem o ano presente estando juntos em Câmara para fazer a eleição dos mesteres por eles todos foi mandado lavrar um pregão que todos os oficiais que usassem de ofícios mecânicos desta cidade acidissem a Câmara para se fazer a eleição dos mestres como se tinha sentado para verem de servir nesta República os quais sendo juntos muita gente dos ditos oficiais se fez eleição dos que haviam de servir que eram 12 mesteres e que eles haviam depois de feitos elegeram um juiz do povo com seu escrivão [...] sairão por mesteres depois de eleitos digo vinte e quatro que nesta eleição se reduzirão a doze homens<sup>131</sup>.

Desta forma, fica claro que a resolução permitia a eleição de vinte quatro representantes dos oficiais sendo escolhidos, entre eles, doze dos “que mais suficientes

<sup>126</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1625-1641*. Vol. I. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1944, p. 10.

<sup>127</sup> Os barbeiros ofereciam serviços que iam desde aparar a barba até pequenas cirurgias. Podiam também sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas como recurso terapêutico popular para quem estivesse doente. Esta atividade, considerada menos nobre, era geralmente exercida por alforriados.

<sup>128</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1625-1641*. Vol. I. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1944, p. 22; 85.

<sup>129</sup> CUNHA, 1978, p. 52.

<sup>130</sup> FAZENDA, 1919, p. 131-136.

<sup>131</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1641-1649*. Vol. II. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949, p. 17.

fossem”<sup>132</sup>. Tomando como modelo a organização de trabalho artesanal das corporações de ofícios da Metrópole, os oficiais, na colônia, buscaram atender as normas estabelecidas no *Livro dos Regimentos* dos oficiais mecânicos de Lisboa, citado anteriormente, contudo, ressaltamos, mais uma vez, que práticas e realidades distintas obrigaram a adaptação de uma série de normas na colônia portuguesa. Muitas destas foram sendo incorporadas aos livros de posturas da Câmara, servindo para ordenar a vida pública e profissional dos oficiais mecânicos. Os códigos de posturas tratavam de questões referentes à prática do ofício, eleição de representantes, exame e licença para o exercício das atividades e para abertura das lojas e tendas, bem como a disposição destas pela cidade, além de condições gerais do trabalho.

Alguns artífices estavam submetidos aos Regimentos das Confrarias ou Irmandades, que seguiam preceitos religiosos e civis, além dos administrativos. Estes regimentos, também chamados de Estatutos, deviam ser aprovados pela autoridade eclesiástica e régia para que pudessem servir como instrumento legal. Mantendo a tradição portuguesa, os oficiais eram obrigados a acompanhar as procissões patrocinadas pela Câmara, carregando as bandeiras dos respectivos santos protetores de seus ofícios. Essas procissões eram organizadas pela Igreja, sendo as principais: Corpus Christi, São Sebastião, São Felipe e Santiago, Santo Antônio de Arguim e São Francisco Xavier<sup>133</sup>.

Em seus estudos sobre as corporações de ofícios do Rio de Janeiro, Eulália Lobo destaca a grande influência que as irmandades exerceram junto aos oficiais mecânicos na cidade, fiscalizando os juízes e se envolvendo em questões administrativas, inclusive de exames de habilitação, licença para o exercício da profissão e controle da mão-de-obra. Cobravam mensalidades, chamadas de “jóias”, mas também defendiam os interesses do grupo. Ainda segundo a autora, as irmandades mais atuantes no Rio de Janeiro foram a de São José, ligado aos ofícios de pedreiros, carpinteiros, ladrilheiros e marceneiros; a de São Jorge, ligados aos serralheiros, ferreiros, cutileiros, espingardeiros, latoeiros, pilheiros, funileiros, caldeeiros, douradores e seleiros. Além destas a de Santo Elói, ligada ao ofício de ourives, e a de São Crispim e São Crispiniano, aos sapateiros<sup>134</sup>.

De acordo com Russell-Wood,

---

<sup>132</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1641-1649*. Vol. II. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949, p. 18.

<sup>133</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Oficiais mecânicos da Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.

<sup>134</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “Estudo das categorias sócio-profissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930”. *Revista Brasileira de Economia*, 27, 1973, p. 136-137.

[...] com o estabelecimento dos Senados da Câmara e a existência de um sentimento de estabilidade, estratificação racial e social, as irmandades se multiplicaram rapidamente, estimuladas pela Coroa e as Câmaras locais. Havia duas razões predominantes para este estímulo: em primeiro lugar, a construção das igrejas, cujas construções foram reconhecidas oficialmente pela Coroa na doação de uma mercê fornecendo as Irmandades construtoras os direitos civis de posse das suas igrejas; em segundo lugar, o alto nível de assistência social oferecida pelas Irmandades aos seus irmãos, tal como assistência financeira, dotes para moças desamparadas, hospitalização, visitas aos indigentes e enfermos, e um enterro decente<sup>135</sup>.

Segundo pesquisas de Flexor, nem todos os ofícios mecânicos existentes em Portugal foram transplantados para a Colônia, existindo na cidade de Salvador, em 1699, os seguintes ofícios com seus respectivos anexos<sup>136</sup>: Carpinteiros (anexos: torneiros, marceneiros e entalhadores); alfaiates (anexos: palmilhadores e botoeiros); sapateiros (anexos: curtidores e surradores); pedreiros (anexos: canteiros e alvíneos); tanoeiros (anexos: sergueiros e carieiros); ferreiros e serralheiros (anexos: barbeiros, espadeiros, corrieiros, latoeiros, armeiros e caldeireiros); padeiros e confeiteiros; ourives do ouro e da prata; vendeiros e vendeiras de porta; marchante. Nossa pesquisa avança, a partir de agora, analisando normatizações mais direcionadas ao exercício profissional dos ourives e a organização desse ofício, em Salvador, no decorrer do século XVIII.

### **As regras para atuação dos ourives: regimentos e leis camarárias**

As normatizações referentes ao trabalho dos oficiais mecânicos, na colônia, conforme citamos, tem como base a compilação de leis dispostas no *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos de Lisboa*. Este conjunto de regras envolvia desde a escolha dos corpos gerentes, bem como as condições de trabalho e sanções de caráter monetário e penal impostas a cada ofício. Em se tratando dos ourives, Humberto Franceschi comenta que este foi sempre um dos ofícios regidos por um maior número de leis e regulamentos, em comparação aos demais, envolvendo também uma forte fiscalização do Estado, a partir das Contrastarias<sup>137</sup>. No Brasil, essa dinâmica não foi diferente, contudo, adaptada às realidades locais.

No ano de 1625 a Câmara de Salvador determinou, através de postura municipal, que “nenhum oficial de qualquer ofício ponha tenda, sem licença da Câmara e fiança nela, e seja examinado, e tenha seu regimento aporta, pena de seis mil réis”<sup>138</sup>. Além dessas obrigações,

<sup>135</sup> RUSSELL-WOOD, A.J.R. “Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no século XVIII”. *Universitas Cultura* (Salvador), n. 6/7, 1971, p. 145-168; p. 149.

<sup>136</sup> Atividades afins que eram agrupadas em determinados ofícios. Os que estavam à frente eram denominados “ofícios de cabeça” e os que acompanhavam estes, “ofícios anexos”. Ver: Flexor, 1974.

<sup>137</sup> FRANCESCHI, Humberto. *O ofício da prata no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1988.

<sup>138</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1625-1641*. Vol. I. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1944, p. 6.

também era exigido aos ourives o registro de sua marca, incluindo o registro da prata que usaria para a produção dos objetos.

Observamos no *Livro de Regimentos de Lisboa*, regulamentos autônomos para os ourives de ouro, descritos no Capítulo I e para os ourives de prata, no segundo capítulo. A distinção entre ourives do ouro e da prata é estabelecida desde tempos antigos e adotada em algumas cidades portuguesas<sup>139</sup>.

Para Laurindo Costa:

A separação é, como em outros países da Europa, antiquíssima. Os da prata faziam as peças grandes: a tassaria, a obra de copa e a obra de igreja, mesmo a de oiro, sendo grande; podiam ainda executar no Pôrto joias de prata, por ser costume antiquíssimo na terra, mas não podiam dourá-las. Os ourives de prata de Lisboa não podiam, contudo, fabricar hasta jóias de prata. Os de oiro faziam a obra miúda, as jóias de ouro, e a joalheria, propriamente dita (cravação). Podiam dourar peças que os de prata lhes apresentavam, e podiam esmaltar de cores<sup>140</sup>.

É muito provável que essa norma não tenha sido respeitada na colônia, com tanto rigor, entretanto, analisando o *Livro Registro de Marcas dos Ensaaiadores de ouro e prata do Salvador 1725-1845*<sup>141</sup>, localizamos informação sobre o oficial ourives Ignacio do Rozario Maciel, justificando sua atuação nas duas funções. Em seu registro, realizado em 13 de abril de 1766, Ignacio declara fazer uso de duas marcas, sendo “uma maior para alguma obra de prata e outra mais pequena para ouro”<sup>142</sup>. Dos 235 registros na publicação citada, 61 são de oficiais ourives da prata e 141, do ouro. Outros não apresentam referência a esse item, especialmente nos anos de 1755 e 1766.

Tanto o Regimento dos ourives do ouro quanto da prata, da cidade de Lisboa, dispõe sobre a escolha de seus juízes e escrivães, sistematizando o período de eleição em datas fixas, discriminando a vigência de cada cargo. A obrigatoriedade da licença e do exame para comprovação da habilidade do artífice também consta no documento, de forma detalhada. Neste caso, o candidato deveria ser examinado pelos juízes e dois oficiais do seu ofício, pagando uma taxa e, caso fosse aprovado, receberia carta de licença assinada pelos examinadores e autoridades competentes da Câmara. Analisando dados sobre os oficiais

<sup>139</sup> COUTO; GONÇALVES, 1960.

<sup>140</sup> COSTA, Laurindo. *Uma arte famosa*. Porto: Costa & Cia Editores, 1920, p. 59.

<sup>141</sup> Livro publicado pela Prefeitura de Salvador, no ano de 1952, com a transcrição de dois livros de registros de marcas dos ourives de Salvador, que fazem parte dos documentos históricos do Arquivo Municipal. Conseguimos fotografar, em 2019, um dos livros originais, mesmo que em estado crítico de conservação. Ver: *Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1952.

<sup>142</sup> *Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845*, 1952, p. 105.

mecânicos em Salvador, Flexor destaca que as datas das eleições dos oficiais variavam muito a cada ano e poucos registros de examinações foram realizados, como também foram escassas as concessões de licenças ou certidões para abertura de tendas<sup>143</sup>.

Ainda sobre a examinação dos candidatos o Regimento exigia, como prova específica aplicada aos ourives do ouro, a execução de “uma cinta de ouro lavrada e aparelhada para esmaltar com seu meio relevo e coroneta e remate e assi mesmo fará uma joia ordenada do mesmo teor”<sup>144</sup>. No caso dos ourives da prata a peça deveria ser executada conforme modelo preestabelecido. Sobre isto o regimento destaca:

[...] a pessoa que fizer um gomil como o que está adiante debuxado maior ou menor bem feito e acabado, poderá ser examinado de toda obra de martelo chã, convém a saber bacios de cozinha e de cortar e poderá usar em sua tenta de toda dita obra<sup>145</sup>.

O texto também se refere à execução de obras produzidas com “martelo e de cinzel” e objetos como “cálices, cruzes, porta-pazes, bagos, turíbulos”, tendo como referência modelos “a que adiante vai debuxada”. Segundo Ângela Brandão, essa referência aponta uma aproximação dos trabalhos artesanais com a produção de objetos elaborados, seguindo princípios e cânones eruditos. Em seus estudos, a autora analisa regimentos de outros ofícios, com o intuito de encontrar dados que possam informar sobre a utilização, por mestres e aprendizes, de tratados artísticos e gravuras que circulavam pelo mundo ibérico<sup>146</sup>.

Não tivemos acesso às cartas de Examinação na Câmara Municipal de Salvador em virtude dessa instituição estar fechada aos pesquisadores desde a pandemia, conforme já citamos, entretanto, durante as pesquisas encontramos algumas transcrições de documentos da Câmara feitas por pesquisadores como Osvaldo Valente e Carlos Ott. Uma dessas transcrições trata do “Registro da Carta de Exame do oficial de ourives de ouro Agostinho Cardoso da Silva”<sup>147</sup>.

<sup>143</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos na cidade notável do Salvador”. In: *Artistas e artífices e sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2007, p.373-383.

<sup>144</sup> CORREIA, *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa*, 1572, 1926, p. 17.

<sup>145</sup> Ibidem.

<sup>146</sup> BRANDÃO, Angela. “O Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos e os estudos arquitetônicos da Biblioteca Nacional de Portugal: uma interpretação”. *Revista VIS: Revista Do Programa De Pós-Graduação em Artes Visuais*, 15(2), 2018, 8–21.

<sup>147</sup> Alguns registros de pesquisas realizadas por Osvaldo Valente encontram-se no Setor de Documentação e Pesquisa – (SEDOC) do Museu de Arte Sacra da UFBA, dentre eles, transcrições de documentos da Câmara Municipal de Salvador referente a legislação sobre oficiais ourives. Osvaldo Valente foi membro fundador do antigo Centro de Estudo Baianos, criado em Salvador, no ano de 1941. Pesquisador autodidata, esteve à frente do Arquivo Municipal de Salvador, nomeado em dezembro de 1942. Seus estudos sobre marcas de contrastes e

O exame do candidato Agostinho Cardoso foi realizado pelo juiz da Irmandade de Santo Eloy e do ofício dos ourives do ouro, Sebastião Alvares da Costa, que assina Certidão juntamente com o escrivão da Irmandade, Manuel de Sá Teixeira, comprovando aptidão do candidato em julho de 1757<sup>148</sup>.

Sebastião Álvares da Costa juiz da irmandade de Santo Elói e do ofício de ourives do ouro pelos senhores do Senado da Câmara desta cidade na Bahia de 1757 certifício que examinei a pessoa de Agostinho Cardoso da Silva de tudo que pertence ao dito ofício e por achar o suplicante em tudo apto e capaz de poder ter sua loja aberta nesta cidade e seu trº [ilegível] lhe passei esta carta de licença para poder ter e por ser tudo assim mandei ao escrivão da irmandade que me passasse esta carta de exame indo por mim assinada<sup>149</sup>.

Após passar pelo processo de examinação, Agostinho Cardoso da Silva é encaminhado à Câmara, em agosto de 1757, a fim de obter autorização e licença para exercer seu ofício com tenda aberta, conforme esclarece o texto do documento.

O doutor Juiz de Fora vereadores e procurador da Câmara desta cidade e seu tesoureiro fazemos saber aos quais a presente carta de examinação virem que quer nos constar por Certidão do Juiz e Escrivão do Ofício de ourives do ouro desta cidade haverem examinado Agostinho Cardoso da Silva e ao acharem apto e suficiente para exercer o dito ofício, havemos por bem dar-lhe licença para poder usar do mesmo ofício com sua tenda aberta enquanto não mandarmos o contrário, aguardando em tudo as ordens da Mesa de Vereação e estará selada, com o selo quão antes nos serve e se registrara<sup>150</sup>.

Assim como neste registro, em outras cartas de exame de ourives encontradas no Arquivo Municipal da cidade de Mariana, em Minas Gerais, não existe informação detalhada sobre o tipo de prova a que o candidato deveria ser submetido, também não informa a naturalidade do ourives, filiação ou valor a ser pago pelo exame. Em 1749, Mathias Rodrigues Lima, contraste de ourives do ouro da cidade de Mariana declara que “Claudio Ferreira da Costa foi examinado e julgado apto, “e pelo ato capaz e suficiente conforme o regimento em conta de sua examinação”, tendo concedido licença ao candidato “[...] para poder usar da dita arte e fazer todas as obras pertencentes a ela e pôr tenda e taberna em qualquer parte”<sup>151</sup>.

---

prataria colonial são citados por Osvaldo Veloso Gordilho, na apresentação da publicação *Registros das Marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador 1725-1845*, da Prefeitura Municipal do Salvador. Sobre Osvaldo Valente, ver: SENA, Consuelo Pondé de. “Centro de Estudos Baianos, elementos para sua História”. *Universitas Cultura* (Salvador), n. 33, p. 41-58, 1985.

<sup>148</sup> Dos dois ourives citados no documento transscrito, apenas o escrivão Manoel Teixeira de Sá aparece nos registros de oficiais ourives de Marieta Alves. Consta o registro de sua marca no livro de Registo de Marcas da cidade de Salvador, em 1750.

<sup>149</sup> Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia/Setor de Documentação (MAS/SEDOC), (*Cópia transcrita*) - “Cartas de Examinação de Officiaes”, Arquivo da Prefeitura Municipal, nº 125, p. 181.

<sup>150</sup> MAS/SEDOC, (*Cópia transcrita*) - “Cartas de Examinação de Officiaes”, Arquivo da Prefeitura Municipal, nº 125, p. 181.

<sup>151</sup> Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM), Fundo da Câmara Municipal de Mariana, Código 164 - *Registro de Cartas de Exames de Ofício e de Licenças: 5 (1737-1821)*, fl. 101v.

Dentre as cartas de exame do arquivo de Mariana, uma em particular informa sobre o exame realizado por Manoel Alves, na cidade do Rio de Janeiro, em 1730, sendo este julgado apto pelo juiz do ofício de ouro da referida cidade. Certamente o ourives apresentou sua carta de exame do Rio de Janeiro à Câmara de Mariana, para que pudesse obter licença e exercer sua função nesta cidade. Diz o documento:

Domingos Ferreira Louzada, ourives do ouro desta cidade do Rio de Janeiro, juiz do ofício da dita arte, neste presente ano de mil setecentos e trinta anos, faça saber em como por mim foi examinado Manoel Alves e pelo atual ato é suficiente, como entre nós se costuma examinarmos capaz para poder usar de sua loja e tabernas em qualquer parte que usar a dita arte e fazer todas as obras pertinentes a ela e por ter satisfeito amostra acostumada para a confraria do glorioso Santo Elói, pedimos a vossa Mercês queira confirmar esta sua carta de aprovação feita nesta cidade do Rio de Janeiro a vinte e um de abril de mil setecentos e trinta anos<sup>152</sup>.

Sob a proteção de Santo Elói os oficiais ourives estabeleceram irmandades, tanto em Portugal como no Brasil, incluindo em seus regimentos ou estatutos normas que envolviam aspectos de interesse profissional, como a participação nos exames dos ourives e fiscalização das lojas, mas também, disposições sobre práticas religiosas e assistenciais, dentre elas a organização das festividades do seu patrono, amparo aos confrades mais pobres e suas viúvas, regulamentação da presença dos oficiais nas procissões, especialmente a procissão do Corpo de Deus. Dessa forma, tentavam conquistar certa autonomia em relação ao poder municipal.

### **Irmandade de Santo Elói na colônia**

A origem da devoção dos ourives ao seu patrono Santo Elói pode ser esclarecida a partir da sua hagiografia. Nascido no ano de 588 em uma cidade próxima a Limoges, França, Elói ou Eligio, proveniente do latim *Eligius*, mostrou desde criança sua inclinação aos trabalhos manuais. De família humilde, seus pais o educaram dentro dos princípios cristãos. Ainda jovem foi enviado por seu pai ao responsável pela Casa da Moeda de Limoges, um renomado ourives que exercia cargo de credor fiscal, para servir como aprendiz. Em pouco tempo conseguiu se aperfeiçoar nas funções que lhe foram passadas, com competência e honestidade<sup>153</sup>.

Aprendeu tudo que envolvia a produção de ourivesaria com grande habilidade técnica, desde a manufatura de objetos até a cunhagem de moedas. Pelo seu desempenho foi convidado a trabalhar para o rei Clotário, tendo sido a ele confiado a feitura de um trono de

<sup>152</sup> AHCMM, Códice 164 – *Registro de Cartas de Exames de Ofício e de Licenças: 5 (1737-1821)*, fl. 18r.

<sup>153</sup> ROHRBACHER, Padre. *Vidas dos Santos*. São Paulo: Editora das Américas, 1961, p. 341-358.

ouro ornado com pedras preciosas. Com o que restava do ouro, Elói fez outro trono para que não houvesse sobra de material para si. Esse gesto fez com que obtivesse o reconhecimento do rei não apenas pelo seu magnífico trabalho, mas também pelas suas qualidades pessoais, sobretudo, pela sua honestidade e fé, tornando-se seu conselheiro e importante ourives da época.

Com grande inclinação para a vida religiosa participava, com frequência, dos ofícios monacais. No ano de 632 fundou o Mosteiro de Solignac, ao sul de Limoges, tendo fundado também o primeiro mosteiro feminino em Paris, cuja direção foi confiada a Santa Áurea, primeira abadessa. Tornou-se bispo de Noyon e Tournai, levando sua missão de evangelização e fé cristã, com zelo e devoção. Após uma vida dedicada à santidade, faleceu no dia 1º de dezembro de 659, sendo enterrado na Abadia de Saint Loup<sup>154</sup>.

Pela sua história de dedicação à profissão e a religiosidade cristã, Santo Elói foi escolhido para ser o patrono das corporações de ourives. Iconograficamente é representado segurando as ferramentas da sua profissão ou como bispo usando capa, casula, mitra e báculo. Em algumas representações aparece calçando a pata cortada de um cavalo, retratando um de seus milagres<sup>155</sup>.

Segundo Jesús Sanz,

La confraría de San Eloy es una de las más antiguas y arraigada em todo em Occidente Europeo ya desde la Edad Media, cuyo desarollo se alarga por toda la Edad Moderna. A las hermandades existentes em França, Bélgica, Italia y algunos lugares de Alemani, se suman las de las principales ciudades espano-las que tuvieron Gremio de Plateros, tales como Barcelona, Córdoba, Salamanca, Santiago de Compostela, Sevilla, Toledo, Valencia, Velladolid, o Zaragoza, por citar algunos de los centros más destacados. Em casi todas estas ciudades se conservan noticias de la fundación medieval de la Confraría de San Eloy<sup>156</sup>.

Em Portugal, a partir de informações encontradas nos antigos inventários e espólios, é possível presumir que a organização corporativa de mestres ourives já estava enraizada no país durante o século XIII. Organizados sob a proteção de Santo Elói, tinham como compromisso a convivência fraterna e cristã e a missão de viver a imagem e semelhança de seu santo patrono, tornando-se bons ourives e cristãos. Como outras associações, representava

<sup>154</sup> JESÚS SANZ, María. *Una hermandad gremial: San Eloy de los plateros, 1341-1914*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1996.

<sup>155</sup> ROIG, Juan Ferrando. *Iconografía de los Santos*. Barcelona: Ediciones Omega, 1950, p. 93.

<sup>156</sup> SANZ, 1996, p. 17.

os interesses daquele grupo específico de artesãos, mestres e aprendizes, amparando-os juridicamente, de forma material e espiritual.

Laurindo Costa afirma que os ourives da prata lisboetas já possuíam sua regulamentação estruturada em 1460, constituindo-se sob o patronato de Santo Elói no ano de 1491. Para ele, esse momento pode ser considerado como a primeira forma de manifestação de atividade associativa deste grupo, baseado em um compromisso e pacto de assistência mútua. Em 1514, D. Manuel concede aos ourives da prata de Lisboa um espaço específico na cidade, distinto dos ourives do ouro, separando as funções a partir do arruamento<sup>157</sup>. Segundo Gonçalo de Vasconcelos Sousa, no Porto, também sob a proteção de Santo Elói, os ourives da prata se associaram em organização corporativa distinta dos ourives do ouro, existindo separações até o século XIX<sup>158</sup>. Em seus estudos sobre os mestres ourives de Guimarães, Manuela de Alcântara Santos informa que um único estatuto regulamentou a vida corporativa dos ourives do ouro e da prata nesta cidade, entretanto, esclarece que, apesar disso, cada ofício possuía seu juiz, escrivão, contraste, além de realizar eleições separadamente<sup>159</sup>.

No Brasil temos poucas informações a respeito da presença das Irmandades de Santo Elói. Em Recife, no século XVIII, Henrique Silva destaca que esta irmandade era composta pelos ourives da prata, estabelecendo-se na Igreja do Hospital do Paraíso junto com a irmandade de São Crispim e Crispiniano, composta por sapateiros, e a de São José do Ribamar, por oficiais carpinteiros, pedreiros, marceneiros e tanoeiros. O autor declara, entretanto, não haver registros documentais sobre a sua atuação<sup>160</sup>. No Rio de Janeiro alguns textos citam a Irmandade de Santo Elói a partir de registros sobre a Igreja de Santa Luzia onde encontra-se, até hoje, uma imagem do santo ourives, em um dos altares. Em seu livro sobre o Rio de Janeiro setecentista, Cavalcante<sup>161</sup> sugere o período de criação desta Irmandade como sendo anterior a 1759. Em nossas pesquisas, vimos que a Confraria já é citada no registro do ourives Manoel Alves, no ano de 1730, na documentação encontrada no arquivo de Mariana.

<sup>157</sup> COSTA, Laurindo. *Uma arte famosa*. Porto: Costa & Cia Editores, 1920, p. 20-21.

<sup>158</sup> SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos. *Ourivesaria Portuguesa: breves apontamentos históricos sobre os ofícios, marcas e matérias relacionadas, essencialmente até a criação das contrastarias (1882)*. Porto: [S.E.], 2020.

<sup>159</sup> SANTOS, Manuela de Alcântara. *Mestres Ourives de Guimarães. Séculos XVIII e XIX*. Porto: Campo das Letras, 2007.

<sup>160</sup> SILVA, Henrique Nelson da. “Os artífices e as Irmandade de Oficio. Cultura corporativa, conflitos e mobilidade social no Recife e Rio de Janeiro no século XVIII”. In: ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de (org.). *Entre a terra e o céu. Irmandades Leigas em Pernambuco (séculos XVIII – XIX)*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2019, p. 118-412.

<sup>161</sup> CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada ca Corte*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2004. p. 425

Em se tratando de Salvador, apesar de existirem pesquisas relevantes sobre oficiais mecânicos na cidade, estas não apresentam informações sobre a atuação da Irmandade ligada aos ourives. A falta de referência levou o pesquisador José Valladares a destacar o assunto, em um de seus textos sobre ourivesaria, no ano de 1952. Segundo o autor,

Na Bahia, apesar de todas as investigações ultimamente realizadas, nem uma só vez apareceu referência ao nome de Santo Elói. Entre os ourives atualmente vivos, o nome nem chega a ser conhecido. Não queremos concluir que, em Salvador, nunca tenha existido uma irmandade sob sua invocação, mas, se houve, não logrou importância, ficando totalmente esquecida<sup>162</sup>.

José Valladares certamente não conseguiu ter acesso aos documentos que fazem referência à Irmandade de Santo Elói em Salvador. Em nossa pesquisa, encontramos dois documentos que não apenas comprovam a existência da Irmandade e de sua atuação junto aos ourives, como também asseguram sua organização jurídica, inclusive com compromisso aprovado. Um desses documentos, já citado, o *Registro de Exame* do ourives Agostinho Cardoso, em 1757, comprova a ativa participação da Irmandade nas questões relativas a exames e licenças dos candidatos ourives, na Câmara Municipal. A outra documentação, localizada no Arquivo Histórico Ultramarino, trata do “Requerimento” em que os ourives da cidade solicitam provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de Santo Elói ao rei D. José, no ano de 1760. O documento indica que a Irmandade foi ereta na Igreja de São Pedro dos Clérigos da cidade da Bahia<sup>163</sup>, conforme descrição abaixo:

Dizem os Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy ereta na Capela do Glorioso São Pedro dos Clérigos da cidade da Bahia, que eles não só para maior honra de Deus, glória e serviço do mesmo santo, como para o bom governo, regime e crédito do dito ofício do ourives, zelo, e utilidade do bem comum, ordenado com a aprovação de toda a Irmandade o Compromisso junto com os capítulos nele descritos e guiados, pelo Compromisso da Irmandade do mesmo Santo nesta Corte e Cidade de Lisboa<sup>164</sup>.

---

<sup>162</sup> VALLADARES, 1952, p. 226.

<sup>163</sup> Fundada na segunda metade do século XVI, a Irmandade de São Pedro dos Clérigos de Salvador instala-se, a princípio, em um dos altares da antiga Sé da Bahia. No século XVIII os irmãos conseguem construir uma capela, em local próximo ao Palácio Arquiepiscopal e, em 1709, após adquirir um terreno pertencente aos Jesuítas, finalmente conseguem edificar seu templo. Em 1797 aconteceu um desmoronamento de terra, deixando muitos mortos e feridos, atingindo o edifício, assim como outros que estavam assentados em terreno da cidade alta de Salvador. A Igreja possui, até hoje, em um dos altares laterais, uma imagem de Santo Eloy. Ver: PEREIRA, André Luiz Tavares. *A constituição do programa iconográfico das Irmandades de Clérigos seculares no Brasil e em Portugal no século XVIII: estudo de caso*. 733f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

<sup>164</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 143, Doc. 11009 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento dos Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy ao rei [D. José] solicitando provisão de confirmação do compromisso com a aprovação de toda a Irmandade*. Bahia, 25 de janeiro de 1760, fl. 1r.

A partir dessa informação fomos em busca dos documentos referentes à Igreja de São Pedro dos Clérigos, na esperança de encontrar o Compromisso da Irmandade, na íntegra<sup>165</sup>. Diante de um vasto conjunto documental, sobretudo referente ao século XIX, nenhuma informação sobre a Irmandade de Santo Elói foi encontrada. Levantamos a hipótese que essa documentação possa ter se perdido com o desmoronamento que atingiu a primitiva Igreja de São Pedro dos Clérigos, no ano de 1797.

A data do requerimento encontrado no Arquivo Ultramarino é de 25 de janeiro de 1760, mas, como vimos, em outubro de 1757 a Irmandade já havia sido fundada, existindo os cargos de juiz e escrivão. Em todo o texto são citadas uma série de disposições que faziam parte de um “Compromisso velho” que precisava ser reformado, o que confirma nossa suposição de que eles já estavam organizados bem antes de 1760 e, como indica a documentação, conseguiram a aprovação da reforma dos seus estatutos em 1765.

Da mesma forma que os irmãos de Salvador, a Irmandade de Santo Eloy do Rio de Janeiro solicitou provisão de confirmação e de regulamentação do seu Compromisso, também no ano de 1760, no dia 15 do mês de dezembro. Tanto o requerimento de Salvador como do Rio de Janeiro apresenta apenas fragmentos de capítulos dos Compromissos das duas Irmandades, o que tornou difícil sua análise e interpretação, dificultando também uma análise comparativa com o Compromissos da Irmandade dos ourives de Lisboa, datado de 1750. Desta forma, pontuamos alguns tópicos de ambos os requerimentos que apresentam maior clareza de informação<sup>166</sup>.

Nos dois documentos destacamos, no parecer do Conselho, a preocupação em esclarecer o papel da Irmandade, restringindo a ação desta nos domínios administrativos da Câmara. Diz o parecer sobre o requerimento dos irmãos de Salvador:

No Capítulo de Compromisso se referiram em zelar pelo que contém o Compromisso que se pretende reformar, e posto seu contexto se vê que este Compromisso velho somente dispunha sobre pontos que respeitava a Irmandade de Santo Eloy e não se assemelha no que fora o ofício dos ourives, porém não é

<sup>165</sup> A documentação referente a Igreja de São Pedro dos Clérigos, assim como de Igrejas e de algumas Irmandades da cidade podem ser encontradas no Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS), que atualmente se encontra sob a responsabilidade da Universidade Católica de Salvador – UCSAL, no Laboratório Eugênio Veiga – LEV.

<sup>166</sup> A análise do documento da Irmandade de Santo Elói do Rio de Janeiro também foi realizada em: SANTOS, Beatriz Catão Cruz; LIMA, Carlos Alberto. “Notas sobre a Rua dos Ourives: os ofícios, a escravidão e a vida social na cidade do Rio de Janeiro (séc. XVIII). In: MARTINS, William de Souza; MAIA, Andréa Casa (Orgs.). *Novas pautas para a História Social: ensaios, pesquisas e memórias do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos seus 40 anos*. São Paulo: Dialética, 2024, p. 119-143.

inconveniente que o novo Compromisso disponha os pontos que tocar a este ofício, contanto que não se intrometa no que toca aos oficiais da Câmara, nem no que respeita a Casa da Moeda, e práticas ordinárias<sup>167</sup>.

Em um tom mais áspero e rude, o Conselho deu o mesmo recado aos irmãos da confraria do Rio de Janeiro:

Ao Conselho parece que é suposto as confrarias, ou irmandades, sejam constituídas com bom fim do culto, e aumento de algumas devoções, sempre causam algum embaraço ao sossego público, porque sendo compostas de pessoas ignorantes se costumam essas empenhar em pretensões do que lhe não é devido, ou persuadidas da sua ignorância, ou de algumas segundas intenções que podem conseguir mais facilmente com a força da união do que cada um poderia conseguir em particular [...] Por estes motivos se devia por mais cuidados do que regularmente se põem na confirmação dos compromissos das confrarias, porque depois de confirmadas se petição com privilégios que vulneram as leis pelas quais os Povos se devem governar<sup>168</sup>.

Esclarecem que antes de reconhecer a confirmação do Compromisso, este deveria passar por “reparos que podem [podiam] causar dúvidas”. Mais uma vez fica evidente uma tensão entre as irmandades e a Câmara:

No capítulo 1 se diz este Compromisso que haverá dois Juízes e se deve declarar que serão Juízes da Irmandade, e não do Ofício, porque o Juiz deste deve ser eleito pela Câmara.

No capítulo 2 onde diz para governarem o oficio, deve dizer para governar a Irmandade.

No capítulo 24, na parte em que diz pelos Juízes, deve dizer pelo Juiz do Ofício eleito pela Câmara, porque não compete à Irmandade conceder essa jurisdição aos seus juízes<sup>169</sup>.

Com relação às taxas de exames que os candidatos deveriam pagar, o Conselho esclarece aos ourives do Rio de Janeiro que o estabelecimento desses valores competia aos oficiais da Câmara e solicitam modificação, no seu Compromisso, com relação a taxa da entrada paga por cada irmão. O texto diz que a Irmandade deveria reduzir o valor de “quatorze mil e quatrocentos réis” para “mil novecentos e vinte réis” equiparando o valor com o da Irmandade da Bahia. São ainda esclarecidos pelo Conselho, nos dois requerimentos, disposições sobre a obrigatoriedade do fechamento das lojas nos dias santos. Encontramos também deliberações fragmentadas referente e penalidades e diligências, sempre com a ressalva de que essas ações deveriam ser fiscalizadas e executadas pela Câmara.

<sup>167</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 143, Doc. 11009, (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento dos Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy...*, fl 2r.

<sup>168</sup> AHU, ACL, CU, 017, Cx. 60, Doc. 5775, (Rio de Janeiro, 1614-1830) - *Parecer do Conselho Ultramarino, sobre requerimento dos mestres do Ofício de ourives do ouro da cidade do Rio de Janeiro, solicitando provisão de confirmação do compromisso de regulamentação da Irmandade e Culto de Santo Elio*. Lisboa, 15 de dezembro de 1760, fls. 1r-1v.

<sup>169</sup> AHU, ACL, CU, 017, Cx. 60, Doc. 5775, (Rio de Janeiro, 1614-1830) - *Parecer do Conselho Ultramarino, sobre requerimento dos mestres do Ofício de ourives do ouro da cidade do Rio de Janeiro...*, fl. 2r.

No requerimento dos irmãos de Salvador dois pontos chamam atenção: um deles trata do capítulo 26 do Compromisso, em que o Conselho pede para “tirar as palavras dos que dizem que não poderá ensinar atualmente mais de um aprendiz - e este há de ser branco - e o mais que contém neste capítulo se pode confirmar”. O critério da “pureza de cor” também é citado na correção do capítulo 27 em que diz: “parece que não tem como confirmar-se [o capítulo] por ser contra o Alvará de 20 de outubro de 1621 [...]”<sup>170</sup>. Neste Alvará, o rei D. Felipe III proibia o ensino do ofício de ourives, bem como sua produção, para cativos, negros, mulatos e indígenas, mesmo que fossem forros, na cidade de Lisboa e em todo o reino. Essa determinação atingia também suas colônias, entretanto, não era incomum que negros ou mulatos estivessem presente em oficinas de ourives, nas cidades coloniais, gerando insatisfação e queixas de membros do governo local.

Para além de um conjunto de normas, os Compromissos das Irmandades nos fornecem indícios valiosíssimos sobre as práticas sociais e o universo cultural, político e religioso desses grupos. Infelizmente não tivemos acesso a essa fonte. Os dois documentos encontrados no Arquivo Ultramarino revelam um pouco da tensão política que existia entre a administração municipal e os oficiais ourives ligados às instituições de caráter leigo. Tensão justificada em virtude de irmandades e confrarias terem se tornado, na América portuguesa, espaços destinados não apenas a prática da fé e do culto, mas também para a inserção desses grupos nas esferas de poder da sociedade colonial.

---

<sup>170</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 143, Doc. 11009, (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento dos Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy...*, fl.2v. Ver Legislação Régia, disponível em <<https://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=%C3%ADndios&f=geral&ts=1>>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

**Figura 2 - Altar lateral com a imagem de Santo Elói - Igreja de São Pedro dos Clérigos, Salvador-BA**



Fotografia da autora, 2020

Figura 3 - Imagem de Santo Elói (centro do altar). Igreja de São Pedro dos Clérigos, Salvador-BA



Fotografia da autora, 2020

### **Registro de Marcas: ensaiadores e contrastes**

Além de todo processo envolvendo o exame do candidato ao cargo de oficial ourives, a Câmara estabelecia uma série de legislações específicas para o controle da produção dos objetos de ourivesaria e da matéria prima utilizada. Tão importante quanto o ourives era a figura do ensaiador, que tinha como função principal averiguar a legalidade do metal utilizado. Em Portugal esse cargo remonta ao século XV, a partir de uma provisão afonsina que estabelecia o uso da “marca da cidade” nos objetos de prata, assegurando o “toque

mínimo” da prata em onze dinheiros<sup>171</sup>. Esse controle, entretanto, só passou a vigorar, com mais rigor, em 1688, durante o reinado de D. Pedro II, quando a marca da prata passou a ser obrigatória criando-se, para sua fiscalização, o cargo vitalício de dois ensaiadores, nomeados pela Câmara Municipal, sendo um de ouro e outro da prata<sup>172</sup>. Além de garantir o teor ou toque da prata, este deveria acompanhar os exames das peças produzidas. Em 1689, após resolução régia, o Senado da Câmara de Lisboa determina a necessidade da criação de um regimento específico para o cargo de ensaiador<sup>173</sup>.

O regimento intitulado *Regimento para os ensayadores dos officios dos ourives do ouro, e da prata*<sup>174</sup> é composto por quinze capítulos, apresentando detalhadamente as atribuições do cargo, bem como a forma com que as peças deveriam ser marcadas. O primeiro capítulo determina que:

O ensaiador da prata ensaiará todas as peças de prata, que de novo se fizerem nesta cidade, como também as que os ourives tiverem em suas lojas e casas já feitas, o qual o exame fará por burilada, por ser este o que geralmente se pratica em todos os Reinos<sup>175</sup>.

Além disso, o Regimento estabelece a obrigatoriedade da marcação das peças pelos ourives e, só depois, poderia seguir para o processo de ensaio com o oficial ensaiador. Este deveria ter sua própria marca, registrada no Senado da Câmara, assim como os demais ourives<sup>176</sup>. Os capítulos seguintes tratam sobre penalidades, obrigação do ensaiador ensinar o ofício, valores de cada ensaio, dentre outras determinações.

<sup>171</sup> O “toque mínimo” refere-se à proporção exigida, em peso, de metal precioso na liga. A prata com valor de onze dinheiros deveria possuir liga correspondente a 91,7% de prata e 7,3% de cobre, recebendo a marca “11”. No último quartel do século XVII, a liga da prata foi estipulada em 10 dinheiros e seis grãos, correspondendo a 85,4% de prata e 14,6% de cobre, recebendo a marca “10”. Esta última foi mais utilizada no Brasil. Ver: FABRINO, Raphael João Hallack. “A Prata”. In: *Guia de Identificação de Arte Sacra*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012, p.90-98.

<sup>172</sup> O estabelecimento destes cargos foi resultado do processo que ficou conhecido como “Lei da cunhagem”, em 04/08/1688, determinando o “levantamento” geral da moeda, exigindo que esta corresse a peso (declaração de quilates, dinheiros e grãos que deveriam ter o ouro e a prata).

<sup>173</sup> Ver: CARLOS, Rita. “O ofício de ensaiador da prata em Lisboa (1690-1834)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, série nº 7, 2017, p. 83-110.

<sup>174</sup> *Regimento para os ensayadores dos officios dos ourives do ouro, e da prata, e dos ourives dos ditos officios, cada hum na parte que lhe tocar na fórmula, que no exordio deste Regimento vai declarado*. [S.E.]: Lisboa, 1689. Em 1693 foi promulgado um regimento específico para ensaiadores do ofício de ouro, basicamente com as mesmas disposições do documento de 1689.

<sup>175</sup> *Regimento para os ensayadores dos officios dos ourives do ouro, e da prata, e dos ourives dos ditos officios, 1689*, p. 2.

<sup>176</sup> A marca registrada no Senado geralmente apresentava a letra inicial do Município, identificando o local de produção da peça, sob o símbolo real. A marca do ourives representa as iniciais de seu nome, podendo ter contornos variados.

Se o serviço de verificação da pureza e legalidade do metal cabia ao ensaiador, a avaliação correspondente aos valores econômicos das peças ficava a cargo do oficial de contraste que passava certidões de avaliação, conforme foi realizado no inventário do ourives Inácio Brito, citado neste trabalho. Segundo Gonçalo de Vasconcelos Sousa, “estas certidões eram róis onde se descrevia a tipologia da peça, a sua constituição, o peso e as gemas (no caso das jóias) e o respectivo valor”, podendo acontecer de uma pessoa exercer as duas funções, simultaneamente<sup>177</sup>.

A obrigatoriedade do cargo de ensaiador também vai acontecer no Brasil, através de provisão régia de 13/07/1718, designando dois ourives capazes para exercer o referido cargo, sendo os escolhidos Manoel Lopes da Cunha, ourives do ouro, para exercer o ofício em todas as peças que os ourives fabricarem e Lourenço Ribeiro da Rocha, ourives da prata, para exercer o ofício em todas as peças que lavrarem os ourives do referido metal. A nomeação aconteceu em 23/03/1719, no Senado da Câmara, conforme registro nas Atas da Câmara<sup>178</sup>. Apesar da nomeação em 1719, Manoel Lopes da Cunha apenas realizou o registro da sua marca, como ensaiador do ouro, no ano de 1727. Lourenço Ribeiro da Rocha realiza o registro de duas marcas no ano de 1725, sendo uma como ensaiador da prata e outra como ourives<sup>179</sup>, conforme consta na documentação a seguir.

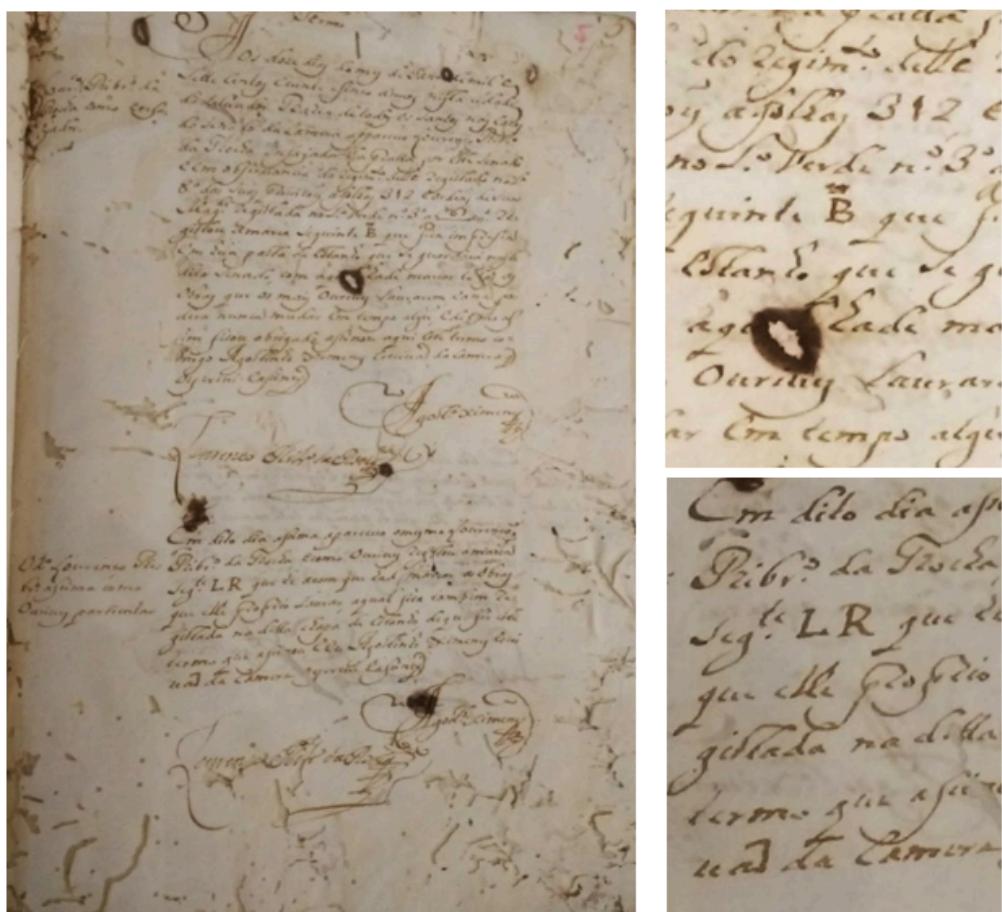
---

<sup>177</sup> SOUSA, 2020, s/p.

<sup>178</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1718-1731*. Vol. VIII. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1985, p. 21.

<sup>179</sup> Segundo Marieta Alves esse ourives foi admitido na Santa Casa em 1719, entretanto, o mesmo não consta na listagem de irmãos dessa instituição. Ainda segundo Alves, ele realizou trabalhos para a Ordem Terceira do Carmo, no ano de 1732, e para a Santa Casa, em 1741.

**Figura 4 – Registro de marcas do ourives Lourenço Ribeiro da Rocha. No detalhe superior, à direita, a letra *B* encimado por coroa correspondendo a sua marca como ensaiador e, abaixo, as letras *LR* correspondendo às iniciais do nome do ourives**



Fonte: AHMS, *Livro de Marcas*, 1725. Fotografia da autora, 2019

Vemos na figura 5a detalhes da marca do ensaiador que, segundo Valladares, seria de Lourenço Ribeiro da Rocha. De fato, a marca corresponde ao registro do documento anterior, com a representação da letra inicial do município, sob coroa real. A marca encontra-se punctionada no centro da salva<sup>180</sup>.

<sup>180</sup> Fonte: Ficha de documentação museológica MCMCP; VALLADARES (1952); AHMS, *Registro das Marcas*, 1725 (1952).

**Figura 5a - Detalhe da marca do ensaiador; Figura 5b - Salva, século XVIII**



Coleção: Museu Carlos e Margarida Costa Pinto, Salvador-BA. Fotografia da autora, 2024.

Em janeiro de 1726, Lourenço Rocha se dirige ao rei, D. João V, através de Requerimento ao Conselho Ultramarino, solicitando “o pagamento do seu ensaio das peças grandes dez réis e das pequenas de colher cinco réis”, alegando “[...] a carestia dos mantimentos e mais víveres daquela [da] Cidade”. Lourenço conseguiu o apoio dos outros ourives, que assinaram despacho a favor do suplicante. Da relação de assinantes constam os seguintes ourives: **Joaquim da Silva**, Domingos Corrêa, Ignácio Abreu de Andrade da Costa, Carlos Roberto da Rocha., Vicente Pereira da Silva, Abilio Lopes Teixeira., **Euzebio Pereira**, Joaquim Gonçalves Gavino, Joseph Eugênio de Almeida., Ambrósio de Freitas, Manoel Silva Soares, Francisco Conde Brito de Araújo, Alexandre Viana Cabral, **Manoel Marcos Ferreira**, **Luiz de Almeida**, Eusébio da Costa, João de Castro, Francisco de Sousa Dias e Vicente Mário Alberto Ramos<sup>181</sup>.

Como o Senado considerou não ter poder para conceder o pedido de Lourenço Ribeiro, coube ao ourives recorrer da decisão do processo ao rei, que atendeu à solicitação. Diz o parecer:

Para Vossa Majestade, que em consideração do que o Suplicante alega, e dos documentos que junto oferece, e folha corrida por onde se mostra não ter crime algum, lhe faça mercê mandar que se pague ao Suplicante do seu ensaio das peças grandes a dez réis, e das pequenas de colher para baixo cinco réis: atendendo a

---

<sup>181</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 25, Doc. 2253 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento do ensaiador da rua dos ourives da prata da Cidade da Bahia, Lourenço Ribeiro da Rocha ao rei [D. João V] solicitando o pagamento do seu ensaio das peças grandes dez réis e das pequenas de colher cinco réis*. Bahia, 17 de janeiro de 1726, fl. 4r. Apenas os ourives com nome em destaque (grifo nosso), encontram-se registrados na publicação de Marieta Alves (1976).

dissonância que vai dos víveres daquela Cidade aos desta Corte, e do trabalho que tem com a sobredita ocupação<sup>182</sup>.

Apesar da nomeação dos dois ensaiadores acontecer apenas trinta anos após a legislação de 1688, no ano de 1693 já havia sido registrado o Termo de Vereação, na Câmara de Salvador, apresentando o oficial João Pereira Porto para exercer o cargo de ensaiador, no lugar de Francisco Vieira, estabelecendo, inclusive, a marca “S” como sendo o símbolo de registro oficial para marcação dos objetos. Foi determinado também que haveria um livro rubricado por um dos juízes ordinários, onde deveria ser registrada toda a prata marcada, declarando quem a fez e o dono que a comprou ou mandou fazer<sup>183</sup>.

Neste mesmo ano, o juiz do povo, Francisco Ribeiro Velho, registrou requerimento que alertava sobre a falta de moedas na cidade. Segundo o juiz, havia duas causas principais para esse problema: o envio de moedas para Portugal e a produção dos ourives a partir da fundição das moedas. O documento deixa claro que a saída de moedas para Portugal era um problema tolerável, já que havia esperança de que essa moeda pudesse ser restituída ao Brasil a partir dos investimentos econômicos, entretanto, o mesmo não poderia acontecer com relação a produção de objetos de prata. Segundo ele, a maioria das moedas que eram convertidas em baixelas ou outros objetos de prata jamais poderiam se tornar moedas novamente e declara:

[...] se enriquece e autoriza o esplendor das Casas particulares; então se empobrece a debilita a República, que só se conserva com a substânciā comum do dinheiro; como a alma que mais vivamente anima as Cidades os Reinos e as Monarquias<sup>184</sup>.

Em atendimento ao Requerimento, os oficiais da Câmara assinam documento determinando regras para a produção em prata e penalidades para os falsificadores, definindo a necessidade do registro da prata e da marca do ourives. Sendo assim, estabelece:

[...] penalidade de 30 dias de cadeia e pagamento de 6000 réis para o ourives que realize trabalhos com prata, sem que antes tenha ido a casa da Câmara para registrar a prata. Além desse registro a prata deveria ser marcada com a marca do ourives e avaliada a sua qualidade conforme manda a lei, que seja de 10 dinheiros e 6 grãos. Caso fosse comprovada alguma falsificação ou a produção de alguma obra executada a partir de moeda fundida a pena seria de 10 anos de degredo para a África<sup>185</sup>.

<sup>182</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 25, Doc. 2253 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento do ensaiador da rua dos ourives da prata da Cidade da Bahia...*, fl. 1r.

<sup>183</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1684-1700*. Vol. VI. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1951, p.116-117.

<sup>184</sup> Ibidem, p. 203.

<sup>185</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1684-1700*. Vol. VI. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1951, 208.

Essas deliberações da Câmara representam aspectos da história monetária do Brasil envolvendo leis de cunhagem de moedas metálicas, escassez de numerário, fato que prejudicava a arrecadação de impostos pela Metrópole, práticas de cerceio<sup>186</sup> geralmente realizada pelos ourives, utilização das moedas para produção de alfaia, falsificações, dentre outras atividades consideradas desonestas, acarretando a chamada “crise da moeda”<sup>187</sup>. Segundo Fernando Lima, “as constantes queixas sobre a falta de moeda, externadas pela Câmara baiana a partir da década de 1630, e, principalmente, os pedidos de cunhagem de moeda provincial testemunharam essa escassez”<sup>188</sup>.

Não é nosso propósito, neste trabalho, realizar uma análise sobre a história econômica na colônia, contudo, não podemos investigar a produção de ourivesaria sem pontuar alguns aspectos da atividade econômica da cidade, visto que essa produção utilizava a matéria prima mais fiscalizada pelo poder central. Em virtude disso, tudo que era produzido em ouro e prata, inclusive as alfaias, deveria passar pelo rigoroso critério de fiscalização. Não por acaso, também é citado no requerimento do juiz Francisco Velho, a necessidade de registro e marcação dos objetos produzidos em prata que se mandava fazer para o culto Divino<sup>189</sup>.

Abaixo, documento em que o ourives e ensaiador João Pereira Porto realiza registro de uma custódia relicário e colheres de prata, no ano de 1693, conforme exigido pelo requerimento da Câmara. O documento é assinado pelo vereador Francisco de Sá, o escrivão da Câmara, João de Couros Carneiro e pelo referido ourives<sup>190</sup>:

Registrhou João Pereira Porto um relicário em forma de custódia que lhe mandou fazer, julgou-lhe apto [ilegível/rasurado] o qual por essa acabada que entregou ao seu dono, pagou mais outro registro seis colheres e lhe alegou tudo um marco e meio nela e registrou na forma da nova postura a que se sujeita, de que fiz este termo e assinou eu o vereador Francisco de Sá Barroso, e eu João de Couros Carneiro, aos 2

<sup>186</sup> Processo de raspagem da borda da moeda para obtenção de ouro e prata em pó.

<sup>187</sup> Fatores como a baixa de preços do açúcar e do tabaco, em decorrência da crise europeia no decorrer do século XVII e a concorrência do açúcar antilhano, são os temas mais explorados pela historiografia ao tratar da crise monetária na Bahia, que teve início em meados do século XVII. Ver: LIMA, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira. “A lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702). Um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea* (Rio de Janeiro), 2005, p. 385-410; SIMONSEN. Roberto C. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. 4º Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 e PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

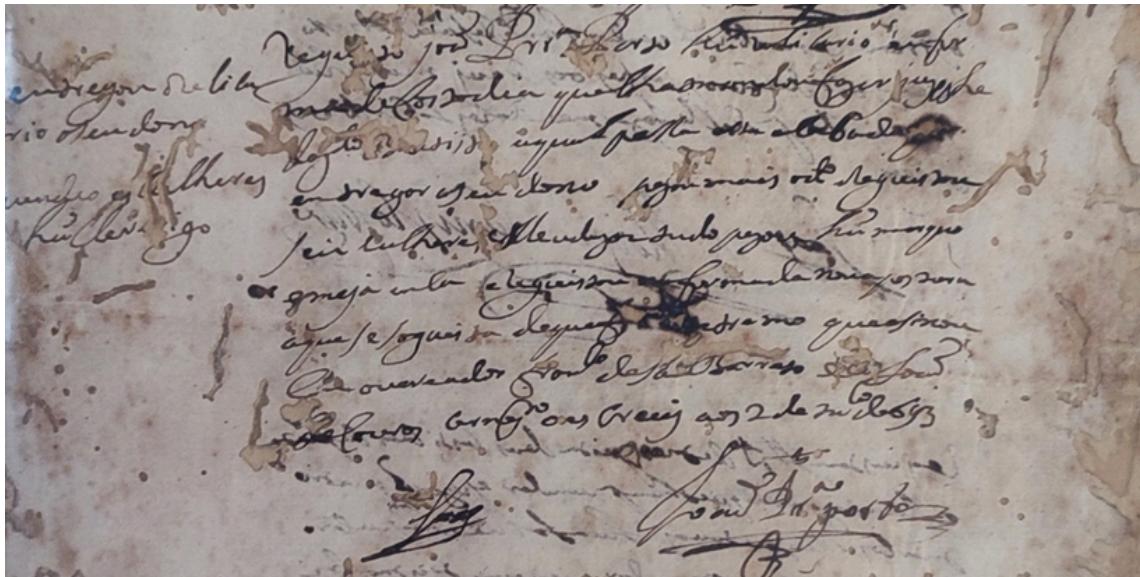
<sup>188</sup> LIMA, 2005, p. 391.

<sup>189</sup> *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1684-1700*. Vol. VI. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1951, p. 207.

<sup>190</sup> Este fólio foi encontrado solto, junto com a documentação sobre ourives, no Museu de Arte Sacra da UFBA, já citada neste trabalho. Faz parte do “Livro de registro da prata”, que se encontra no Arquivo Municipal de Salvador. Solicitamos à direção do museu que o documento seja encaminhado ao referido arquivo para que possa ser incorporado ao livro do qual faz parte.

de julho de 693. João Pereira Porto. Comentários ao lado do registro de João Pereira Porto: entregou relicário ao seu dono entregou colheres a um clérigo<sup>191</sup>.

**Figura 6 – Registro da prata do ourives João Pereira Porto, 1693**



Fonte: MAS/UFBA (SEDOC). Fotografia da autora, 2020

Encontramos registros de prata para a produção de objetos de culto, como também para objetos de ourivesaria civil. Constam também alguns registros de “prata velha” que os ourives declararam para ser usada na “melhoria” dos objetos (possivelmente reforma ou “modernização” de algum modelo antigo), como também há declarações de prata, sobretudo no ano de 1723, para uso em suas tendas.

Registrhou João Antunes de Souza cinco marcos, sete onças e três oitavas de prata velha que se lhe mostrou a declarar por ser para dar princípio a uns castiçais da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte do Carmo, de que fiz este termo que assinou eu João de Cravos Carneiro que escrevi e declaro que para cima tinha registrado. João Antunes de Souza.

Registrhou o dito acima quatro marcos de prata, ambos prata velha, a mesma que se mostrou na qual era um castiçal e declarou ser esta prata para melhorar. De que fiz este termo e o assinou, João de Cravos Carneiro<sup>192</sup>.

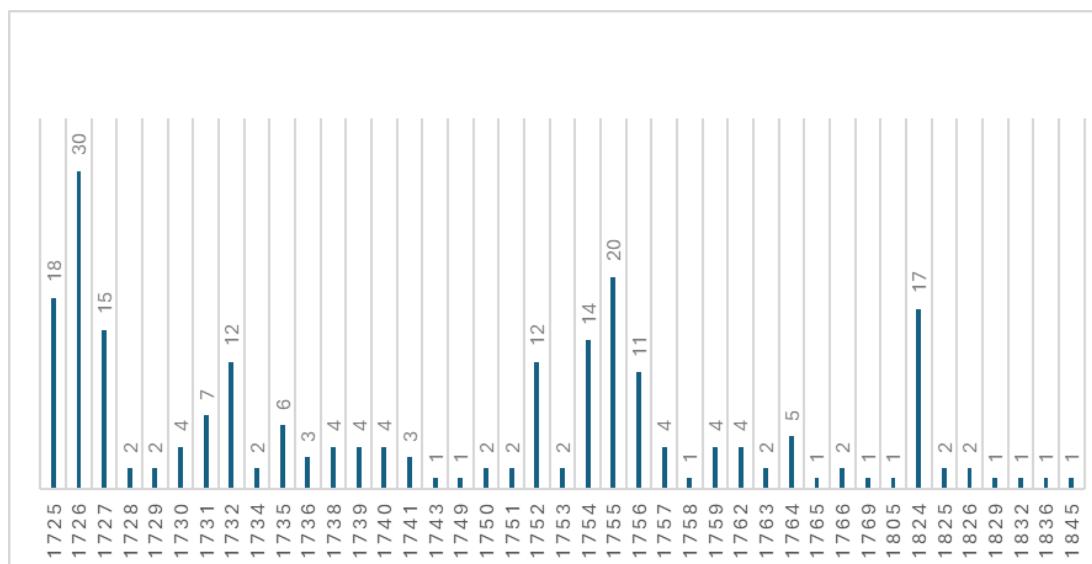
Em se tratando do registro das marcas dos ourives tivemos acesso, em 2019, apenas ao *Livro de Registro de Marcas de Ensaiadores de 1725 a 1766*, localizado no Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Sendo assim, tomamos como base para nossas pesquisas o *Livro de Registro de Marcas dos Ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador*, publicado pela Prefeitura Municipal no ano de 1952, citado anteriormente, que abrange o período entre 1725

<sup>191</sup> MAS/UFBA (SEDOC), Excerto do *Livro de Registro da Prata*, 1693, s/f.

<sup>192</sup> AHMS, *Livro de Registro da Prata*, 1693-1712, fl. 13r.

e 1845. Não sabemos se existiam livros de registros de marcas dos ourives anterior a 1725 ou se foram perdidos como aconteceu, segundo Flexor, com os primeiros Livros de Posturas da Câmara de Salvador<sup>193</sup>. A publicação da Prefeitura aponta que os anos de 1726, 1755 e 1824 tiveram os maiores números de registros de marcas. Entre os anos de 1769 e 1805 há uma grande lacuna de 36 anos, com apenas um registro no ano de 1805, voltando a apresentar outra grande interrupção de 19 anos, até 1824, ano em que há novo aumento no número de registros.

**Gráfico 1 – Registro de marcas de ourives em Salvador, 1725-1825**



Fonte: *Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1952.

Em resposta à crise monetária, Portugal resolveu instalar uma Casa da Moeda em Salvador, no ano de 1694, com o propósito de cunhar moedas de ouro e prata da província, com circulação restrita apenas ao Brasil. Em 1695, as primeiras moedas oficiais foram cunhadas, de 1.000, 2.000 e 4.000 réis em ouro e de 20, 40, 80, 160, 320 e 640 réis, em prata, que ficaram conhecidas como “patacas”. A instituição foi transferida para o Rio de Janeiro, no ano de 1699 e, depois, para Pernambuco, em 1700, voltando novamente para o Rio de Janeiro, numa base permanente, no ano de 1703. Em 1714 outra Casa da Moeda foi implantada em Salvador, funcionando até 1834<sup>194</sup>.

Essa instituição também foi responsável pelo ensino e avaliação dos ensaiadores. No documento em que o ourives e ensaiador Lourenço Ribeiro da Rocha solicita pagamento pelos

<sup>193</sup> FLEXOR, 2007, p. 375.

<sup>194</sup> Informações disponíveis em <<https://www.casadamoeda.gov.br/portal/>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

seus ensaios, citado anteriormente, o texto inicia informando sua competência, atestada pela Casa da Moeda:

Diz Lourenço Ribeiro da Rocha, ensaiador da Rua dos Ourives da Prata da Cidade da Bahia e seu Termo, que lhe aprendeu a dita arte de ensaiador da prata com o da Casa da Moeda daquela cidade [da Bahia] Mathias Corrêa por ordem do Provedor, que foi da mesma Casa, Eugênio Freire de Andrade, que o aprovou e nomeou no dito ofício depois de ser examinado nela pelo sobredito ensaiador, como se mostra da provisão passada pelo Senado da Câmara da mesma Cidade, em que lhe proveu na propriedade do dito ofício<sup>195</sup>.

Para Portugal, felizmente os problemas gerados com a queda no preço do açúcar brasileiro coincidiram com o início do ciclo de mineração, fomentando a economia luso-brasileira. Com a abertura da Casa da Moeda, além da cunhagem de moedas, foi estabelecida a cobrança do imposto de 20% sobre o ouro extraído, chamado de “quinto”<sup>196</sup>.

Apesar de toda legislação e obrigatoriedade de marcação dos objetos, essa prática não foi a regra. Da relação de ourives apresentados nos estudos de Marieta Alves, poucos possuem registros no livro de marcas do Senado e, da análise dos objetos de ourivesaria produzidos no período colonial encontrados em Igrejas e museus da cidade, concluímos que poucas apresentam alguma marca ou punção que possa indicar o ourives ou ensaiador. Apresentamos, a seguir, outras marcas encontradas em objetos, no decorrer da pesquisa, para uma melhor compreensão de como, na prática, o sistema de controle e fiscalização eram realizados.

Na figura 7a, vemos a marca de ensaiador baiano do século XVIII, não identificado (B sob coroa real, em perímetro retangular). A marca está inserida na parte posterior da alça desta peça conhecida como “Penca Balangandãs”, (fig. 7b) muito utilizada, na cintura, pelas mulheres negras, na Bahia, nos séculos XVIII e XIX. Isso demonstra que essa produção também passava pelo critério de controle e fiscalização<sup>197</sup>.

---

<sup>195</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 25, Doc. 2253 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento do ensaiador da rua dos ourives da prata da Cidade da Bahia..., fl. 1r.*

<sup>196</sup> Na tentativa de reduzir os contrabandos do ouro e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu a arrecadação do “quinto”, que correspondia ao pagamento, a Portugal, da quinta parte de todos os metais extraídos no Brasil.

<sup>197</sup> Fonte: Ficha de documentação museológica do acervo MCMCP; ROSA (2009).

**Figura 7a - A esquerda, marca do ensaiador ; Figura 7b - Penca de balangandãs, prata, século XVIII**



Coleção: Museu Carlos e Margarida Costa Pinto. Fotografia à esquerda de Simone Trindade e à direita da autora, 2024.

Na figura 8a, marca do ourives baiano, Manuel Eustáquio de Figueiredo, registrada em 1832 (M encimado pela letra B deitada, sob coroa imperial), passando a ser utilizada como marca de ensaiador, sendo uma das mais conhecidas na Bahia. Não é conhecido o motivo de um oficial que possuía registro na Câmara com a função de ourives da prata, utilizar uma marca de oficial ensaiador. A marca é encontrada no copo de prata, muito utilizado na Bahia<sup>198</sup>.

---

<sup>198</sup> Fonte: Ficha de documentação museológica MCMCP; *Livro de Registro de Marcas de Ensaaiadores de 1725 a 1766*, 1952.

**Figura 8a - Marca de Manuel Eustáquio Figueiredo, 1832; Figura 8b - Copo, prata, século XIX**

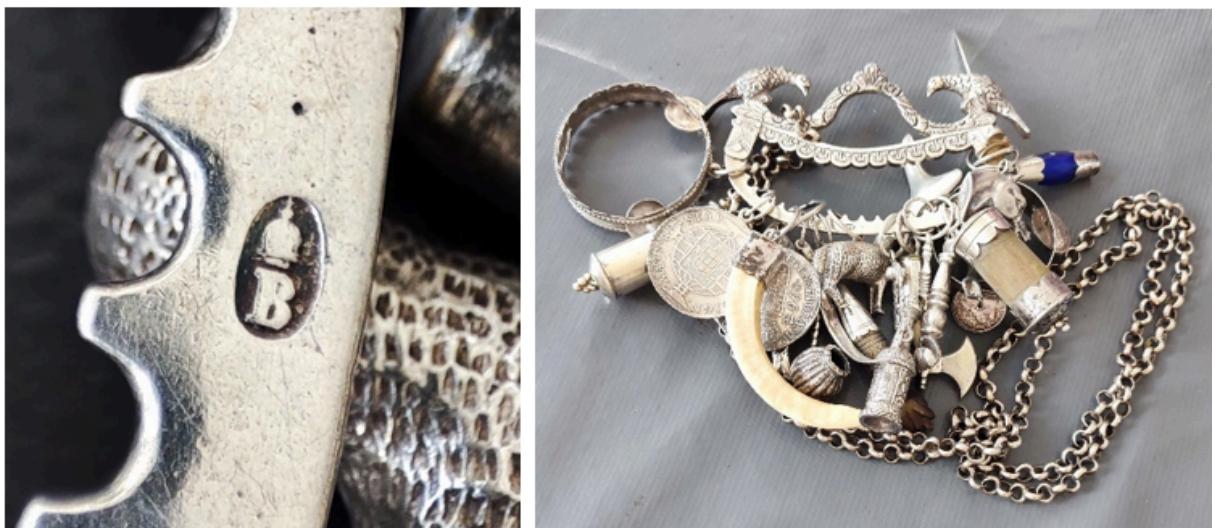


Coleção: Museu Carlos e Margarida Costa Pinto. Fotografia da autora, 2024

Em mais uma “Penca de Balangandãs”, encontramos o registro de marca de ensaiador, desta vez Inácio Álvares de Nazareth, utilizado no séc. XIX (B sob coroa imperial, em perímetro oval)<sup>199</sup>.

<sup>199</sup> Fonte: Ficha de documentação museológica MCMCP; ROSA (2009).

**Figura 9a - Marca do ensaiador Inácio Álvares Nazareth, c. 1866-1898; Figura 9b - Penca de Balangandãs, prata, século XIX**



Coleção: Museu Carlos e Margarida Costa Pinto. Fotografia da autora, 2024

Na base de um castiçal (fig. 10a), vemos o detalhe de três registros utilizados para o controle e fiscalização da produção das peças de ourivesaria: a marca de ourives JOC (José Oliveira Coutinho - 1855). Ao centro, marca de 10 dinheiros atestando a legalidade do metal e a marca de ensaiador do Rio de Janeiro, (R sob coroa Imperial)<sup>200</sup>.

---

<sup>200</sup> Fonte: Ficha de documentação museológica, MAS/UFBA; SANTOS, Francisco Marques dos. “A Ourivesaria no Brasil Antigo”. *Estudos Brasileiros*, ano II, vol. 4, n° 12, 1940, p. 625-679.

**Figura 10a - Detalhe da base de um castiçal com a marca de ourives, de 10 dinheiros e de ensaiador;**

**Figura 10b - Cálice, prata, século XIX**



Coleção: Museu de Arte Sacra da UFBA. Fotografia da autora, 2022

Nem sempre encontramos todas as marcas de controle exigidas em uma única peça. Em algumas só aparece a marca do ourives, outras apenas do ensaiador. Raras são as peças que apresentam todas as marcas exigidas. Na figura 11a, observamos, entre a marca do ensaiador do Porto, Caetano Rodrigues de Araujo, registrada em 1853 (P sob coroa em perímetro em forma de gota) e a marca do ourives do Porto, Antônio Pereira de Castro Godinho, registrada em 1868, uma marca característica de “burilada”, que consiste em uma linha em zig-zag produzida com buril quando da recolha de material para análise e confirmação do seu teor<sup>201</sup>.

<sup>201</sup> Fonte: Ficha de documentação museológica, MAS/UFBA; VIDAL, Manoel Gonçalves. *Marcas de Contrastes e Ourives Portugueses*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1974.

**Figura 11a - Marca do ensaiador do Porto. Ao centro, marca de burilada e, à direita, do ourives; Figura 11b - Copo, prata, século XIX**



Coleção: Museu de Arte Sacra da UFBA. Fotografia da autora, 2022

### **Burlar leis: o auge da produção no período da proibição**

Apesar de todas as normatizações criadas para fiscalização e controle da produção de ourivesaria, o número de ourives, em Salvador, cresce, sobretudo no decorrer do século XVIII. Os estudos de Marieta Alves apresentam dados sobre os oficiais mecânicos, em Salvador, até o século XIX, sendo registrados por ela um total de 331 ourives. Sabemos que o número era muito maior pois alguns nomes não registrados nas pesquisas de Alves foram identificados no decorrer da nossa investigação e inseridos no trabalho.

Aos ourives exigia-se o exame do oficial que conferia sua aptidão prática, licença da Câmara para exercer o ofício e abrir loja, registro da marca para controle da produção, registro da prata utilizada para a execução das obras, além das verificações relativas à legalidade da matéria prima. Certamente era difícil fiscalizar, todo o tempo, tantos ourives existentes na cidade. Somava-se a estas exigências, a imposição da “pureza de sangue”, condição que, na Europa, excluía judeus e mouros do ofício de ourives e, nas colônias americanas, viria atingir também o indígena e o negro. Lembremos que, em Lisboa, o Alvará de 1621 dizia que nenhum negro, mulato, nem índio, mesmo que liberto poderia exercer cargo de ourives. O ofício de ourives se destacava dos demais considerando a nobreza do material utilizado, além da técnica e precisão exigidos para a realização das obras, muitas delas

utilizadas a serviço do culto católico. Sendo assim, legalmente dele eram excluídos quem não possuísse “sangue puro”.

Como vimos, algumas deliberações dos Regimentos dos oficiais mecânicos foram incorporadas aos livros de Posturas da Câmara de Salvador e, em alguns casos, encontravam-se contidas nos regimentos das confrarias ligadas a cada ofício. As posturas eram lidas em voz alta, nos pregões públicos, pelas ruas da cidade, com o intuito de esclarecer a população sobre infrações e estimular as denúncias, visto que qualquer um poderia realizar uma acusação, ganhando, com isso, a terça parte do valor da condenação. Para tanto, o delator deveria apenas apresentar uma testemunha que pudesse comprovar a acusação.

Tanto nos Regimentos dos oficiais, como nas posturas da Câmara, as penalidades previstas para quem não atendesse às exigências legais estavam registradas de forma clara, com o pagamento de multas até a prisão e degredo. No *Livro de Condenações do Senado*, encontramos o registro da condenação do ourives do ouro Manoel da Silva no ano de 1736. Diz o documento:

Aos vinte dois dias do mês de agosto de mil setecentos e trinta e seis anos nesta cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos em casas da Câmara onde estavam os oficiais do Senado abaixo assinados a ir condenar ao Manoel da Silva, ourives do ouro em trinta dias de cadeia e quatro mil réis para o conselho e no perdimento de vinte pares de fivelas entre grandes e pequenas e de duas verônicas de São Bento e duas guarnições de Breve da marca tudo de prata por não estar na lei e por marcas conforme a certidão do ensaiador do ouro a quem pertence o exame das ditas pessoas, Manuel Lopes da Cunha e de como assim a determinarão que fossem entregue ao contraste para a vender pelo preço da lei, mandaram fazer este termo que assinaram, eu Antônio Cardoso da Fonseca o escrevi // Corte Real // Azevedo // Avellar // Figueiredo //<sup>202</sup>

Ainda neste mesmo livro há o registro, no ano de 1757, da condenação de vinte e quatro ourives por “falta de marcarem o ouro e prata que estavam em suas tabuletas e por terem a prata e o ouro com menos quilates e grãos que são permitidos pela lei”. Elaboramos a tabela abaixo com as informações sobre as condenações dos ourives e o local de suas residências, uma vez que, durante a pesquisa, documentos tão detalhados como esse não foram comuns. Após avaliados pelo ensaiador e contraste da cidade, foram condenados.

---

<sup>202</sup> AHMS, *Livro de Condenações do Senado e Vereações*, 1703-1805, fls. 103r-103v.

**Tabela 4 – Ourives condenados na Cidade da Bahia em 1757**

<b>Ourives</b>	<b>Residência</b>	<b>Causa</b>	<b>Condenação</b>
José Carneiro da Costa	Arco de Ignácio Álvares	“por ter um par de brincos de aliofraes e filigrana de ouro fora da lei”	Dois mil réis
Luiz Pereira Lopes	Rua Direita das Portas do Carmo	“por se lhe achar na tabuleta dois pares de fivelas em marco de prata fora da lei”	Dois mil réis
Domingos Álvares Pinto	Corpo Santo	“acharam-se várias peças de ouro e prata por marcar, ainda que na lei?”	Quatro mil réis
Francisco Xavier dos Anjos	Portas da Ribeira	“por se lhe acharem várias peças de prata, ainda que na lei, porém por marcar”	Quatro mil réis
José Gonçalves de Freitas	Defronte do Palácio	“por se acharem várias peças de ouro por marcar”	Quatro mil réis
Bartholomeu Rodrigues de Seixas	Rua Direita do Colégio	“algumas peças de ouro na lei, porém por marcar”	Quatro mil réis

Bernardo José de Almeida	Rua Direita da Fonte dos Padres	“teve nas suas tabuletas a maior parte do ouro e prata por marcar, ainda que na lei”	Seis mil réis
Manoel Domingues	Rua Direita do Canto do Peixe	“várias peças de ouro e prata por marcar, [...] um par de fivelas de prata e uns olhos de Santa Luzia fora da lei”	Sete mil réis
Simão dos Santos Estrelado	Rua Direita das Portas do Carmo	“maior parte das peças da sua tabuleta de ouro e prata por marcar, ainda que na lei”	Seis mil réis
Antônio Pereira	Canto do Peixe	“várias peças de ouro e prata em sua tabuleta a lei, porém por marcar”	Quatro mil réis
Manoel Álvares	Fonte do Pereira	“várias peças, ou a maior parte delas, assim de ouro como de prata, na lei, porém, por marcar, [...] dois revelizinhos de filigrana de ouro e um par de fivelas desiranados fora da lei”	Sete mil réis

Manoel de Sá Teixeira	Fonte dos Padres	“várias peças, ou a maior parte delas, de ouro e prata, em sua tabuleta na lei, porém por marcar, [...] um brinquedinho de ouro, o que sonega a lei, e uma fivela de pescocinho de prata”	Sete mil réis
Gonçalo Pereira	Canto do Leilão	“por não estarem marcadas várias peças de ouro, ainda que na lei”	Quatro mil réis
Manoel Carvalho	Portas do Carmo	“várias peças de ouro e prata por marcar, ainda que na lei, [...] um par de fivelas de sapatos de prata menos da lei”	Sete mil réis
João Rodrigues Chaves	Fonte do Pereira	“algumas peças de ouro na lei, porém por marcar”	Dois mil réis
Cristóvão Nunes Santiago	Canto do Peixe	“algumas peças de prata por marcar, ainda que na lei”	Dois mil réis
Alexandre Pereira Porto	Trapiche do Azeite	“várias peças de prata na lei, porém por marcar”	Três mil réis

José da Silva Cação	Fonte dos Padres	“algumas peças de ouro na lei, porém por marcar”	Quatro mil réis
Filipe São Tiago	Guindaste dos Padres da Companhia	“algumas peças de ouro na lei, porém por marcar”	Dois mil réis
Manoel Rodrigues da Costa	Praia da Conceição	“a maior parte das peças de ouro e prata nas suas tabuletas, ainda que na lei, porém por marcar, [...] por se lhe acharem fora da lei um par de fivelas de prata lavradas e um par de brincos de filigrana de ouro”	Oito mil réis
João Pereira de Matos	Alfândega	“várias peças de prata por marcar, ainda que na lei”	Dois mil réis
Manoel Rodrigues de Magalhães	Portas da Ribeira	“várias peças de ouro e prata, ou quase todas, na lei, porém por marcar, [...] por se lhe acharem fora da lei umas fivelas com charneiras”	Sete mil réis

Caetano de Jesus e Araújo	Fonte do Pereira	“teve várias peças por marcar de ouro e prata” <sup>203</sup>	Trinta e dois mil réis
Euzébio João de Carvalho	Canto do Peixe	“todo o ouro e prata de sua tabuleta por marcar, ainda que na lei”	Sete mil réis
<b>Fonte:</b> AHMS, <i>Livro de Condenações do Senado em Vereações, 1703-1805</i> , fls. 119v-124r.			

<sup>203</sup> A lista do ourives foi farta e diversificada, assim como os valores em que foi condenado: “Caetano de Jesus e Araújo, morador a praia na Fonte do Pereira, teve várias peças por marcar de ouro e prata, a saber dezoito pares de botões grandes de broches, quarenta e seis pares de ilhós lavrados, oito correntes de São Bento, vinte e sete pares de brincos de filigrana, dez pares ditos lavrados, três fivelas de pescocinho, vinte fios de conta de ouro entre finos e grossos, quatro cordões tudo de ouro, e assim mais vinte e cinco pares de fivelas de prata, e um breve com seu trancelim, tudo na lei, porém por marcar, e por esta falta foi condenado em dez mil réis, a saber seis pelo ouro e quatro pela prata, segundo o regimento dos ourives, e assim mais se lhe acharam dois pares de brinco, um laço e um recicle, uns botões, um crucifixo, três fivelas de pescoço, e umas de liga de ouro, fora da lei, e por marcar, por cuja falta condenamos ao dito ourives em seis mil réis, e no perdimento das mesmas peças, que serão amassadas, e por equidade, querendo o dito ourives pagar seis mil réis, digo, pagar dezesseis mil réis, pelo valor do ouro das ditas peças por ser muito maior se lhe entregaráo estas depois de amassadas, em trinta e dois mil réis” (AHMS, F. 7, E. 28, P.3 - *Livro de Condenações do Senado e Vereações, 1703-1805*, fls. 122v-123v).

Além de apresentar a dinâmica das penalidades com suas multas, o documento nos permite conhecer um pouco mais sobre a produção desses ourives, com o registro de alguns objetos em suas oficinas e o local onde residiam. A maioria dos oficiais citados possuía marca registrada no Senado, portanto, sabiam das normas exigidas, bem como as penalidades para quem não cumprisse a lei. Segundo os dados contidos no Livro de condenações, muitos ourives possuíam a matéria prima dentro dos critérios de qualidade exigidos, entretanto, a obrigatoriedade da marcação do objeto, pelo Senado, era negligenciada pela grande maioria. É possível que o valor para tal serviço fosse considerado alto pelos ourives. Tal documento atesta e justifica a ausência de marcação na grande maioria dos objetos de ourivesaria que chegaram aos dias de hoje.

Sabemos que, iniciado o empreendimento da conquista portuguesa em nossas terras, diferentemente da exploração que se deu na Espanha, a busca pelo ouro apenas se intensificou anos mais tarde. A economia do primeiro século se voltava à produção de açúcar e exploração de escravizados. Dados da historiografia revelam que a prata, nos primeiros séculos de nossa colonização, tinha procedência do Rio da Prata, do Peru, de Potosí, da Argentina e do México. Descoberta em 1546, as minas de prata de Potosí, localizada no alto Peru, atual Bolívia, fez com que os portugueses organizassem expedições, na busca pelos metais preciosos, que duraram naquela região por mais de um século<sup>204</sup>.

Apenas no final do século XVII acontece a tão esperada descoberta de ouro na região das Minas Gerais, acarretando a expansão territorial e administrativa da colônia. Criam-se, em 1693, a capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais<sup>205</sup>. Segundo Teixeira:

A primeira ocorrência de ouro com importância econômica em território brasileiro foi o chamado “ouro de aluvião”. A descoberta remonta ao ano de 1693. O bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, no comando de uma tropa de cinquenta homens, identificou a ocorrência do metal em um ribeirão localizado na bacia do Rio Doce, em Minas Gerais. Com incentivo da Coroa Portuguesa, seguiram-se novas descobertas e, por volta de 1720, o Brasil se tornou um grande produtor, com cerca de dois terços da produção mundial<sup>206</sup>.

---

<sup>204</sup> BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo*. São Paulo: Editora Árvore da Terra, 1999.

<sup>205</sup> HERMANN, Jacqueline. “Cenário do encontro de povos: a construção do território”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. IBGE, Rio de Janeiro, 2007, p. 19-33.

<sup>206</sup> TEIXEIRA, João Batista Guimarães. *Ouro na Bahia: Metalogênese e Potencial Exploratório*. Salvador: CBPM, 2019, p. 19.

Com as descobertas e exploração das minas de ouro e pedras em grande escala, o governo tratou de tomar medidas necessárias para assegurar o pagamento do fisco<sup>207</sup>. Dessa forma, “todo ouro extraído das Minas Gerais era obrigado a passar pelas casas de fundição e de moeda, mantidas pela Coroa, de modo que fosse descontado o quinto devido ao Estado”<sup>208</sup>. Sobre a organização fiscal das minas, Simonsen destaca que:

Em 1700 foram enviados às minas os primeiros provedores para o recebimento dos quintos, e o bando do governador Arthur de Sá Menezes, de abril de 1701, proibia a exportação de ouro, sem que se fizesse a prova, por intermédio de uma guia, de haver sido satisfeito o pagamento desse imposto. Foram criados, para esse fim, registros, nas estradas do Rio, São Paulo, Bahia e Pernambuco<sup>209</sup>.

Os relatos historiográficos mais significativos com relação a exploração do ouro, no Brasil, são, sem dúvida alguma, aqueles que se referem as incursões as Minas, entretanto, sabemos que há informações sobre a busca do ouro na Bahia e o desbravamento dos seus sertões desde o século XVI. Assim como os paulistas, o objetivo de encontrar jazidas, minerais e pedras preciosas levou colonos a realizar expedições ao longo dos rios Mucuri, Jequitinhonha e rio Doce. As expedições levaram os homens a penetrarem o sertão, descobrindo as minas de Jacobina e Rio de Contas. No século XVIII a Coroa se mostrou bastante interessada nos bons resultados obtidos com a mineração dessa localidade<sup>210</sup>.

A grande produção aurífera brasileira, nesse período, impulsiona a coroa portuguesa a estabelecer uma legislação de maior repressão, cerco e fiscalização, em virtude da grande quantidade de sonegação ao fisco metropolitano e contrabando dos metais preciosos. Nas frotas para Lisboa, o ouro brasileiro é levado junto com outras mercadorias<sup>211</sup>. É um momento em que há uma grande quantidade de metais nobres, gemas e toda sorte de matéria prima extraída da mineração circulando pelos grandes centros urbanos do Brasil, sobretudo naqueles com importante zona portuária. Para evitar a fundição e extravio clandestino dos metais, o

<sup>207</sup> O “fisco” refere-se à administração encarregada de arrecadar impostos. No caso do “quinto” esse imposto era cobrado pela Coroa Portuguesa sobre todo o ouro encontrado em suas colônias e correspondia a 20%, ou seja, 1/5 (um quinto) do metal extraído que era registrado em “certificados de recolhimento” pelas casas de fundição. Ver: LUNELLI, Reinaldo Luiz. A atualização do quinto. Disponível em: <<https://www.portaltributario.com.br/artigos/atualizacaoquinto.htm>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

<sup>208</sup> CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ª ed. São Paulo: EDUNESP, 2005, p. 36.

<sup>209</sup> SIMONSEN, 2005, p.352.

<sup>210</sup> Hélida Conceição chama atenção para a “lacuna historiográfica” que, de certa forma, invisibilizou a participação da Bahia no processo de conquista do ouro que ocorreu no Brasil setecentista. Ver: CONCEIÇÃO, Hélida Santos. *O sertão e o Império: as vilas do ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)*. 422f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018; PINTO (1979) e TEIXEIRA (2019).

<sup>211</sup> Pinto (1979) apresenta um estudo sobre o movimento das frotas de Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro a Lisboa, de 1697 a 1766, analisando os produtos exportados, incluindo o ouro brasileiro.

trabalho dos oficiais ourives passa a ser cada vez mais fiscalizado e, em abril de 1752, o Conde de Athouguia determina a arruação dos ourives em Salvador:

Ordeno e mando que os Ourives assim do ouro como da prata, os lavoreiros, pilheiros, batefolhas e fundidores de ouro que há nesta Cidade e seus arrabaldes, se arruem em ruas públicas, desde as Portas do Carmo até a de São Bento, em rua direita e crontária de uma certa parte do Terreiro de Jesus, excetuando dos ditos Oficiais que moram na Praia, porque estão ficando nela, eles assinalo a rua Direita da Matriz da Conceição e a Fonte dos Padres, o que executarem irregularmente uns e outros dentro de cinquenta dias; e se assim o não fizerem ordem por este serviço, os que por alguma diligência que se acham em outras partes faltando dentro deste Bando, **serão presos e exterminados para fora desta dita Cidade**<sup>212</sup>.

O documento fala ainda em “um grande número de ourives do ouro e prata na cidade, alguns trabalhando em lojas públicas, outros em casas particulares”<sup>213</sup>. Como vimos, a vigilância aumenta e as penalidades passam a ser cada vez mais rigorosas<sup>214</sup>. As ações de repressão contra os ourives acontecem também em Minas, Rio de Janeiro e Pernambuco, culminando, em julho de 1766, com a determinação do rei, através de Carta Régia, da prisão e até expulsão dos ourives atuantes em toda a colônia.

Antes mesmo do Alvará de 1621, o Regimento dos ourives de ouro e lapidários de Lisboa, de 1572, deixa claro, no item 20, que “nenhum ourives de ouro seja tão ousado que nesta cidade e seu termo ensine a escravo algum preto nem branco, nem índio o dito ofício”, e esclarece que o trabalho dos escravizados nas oficinas e tendas deveria ser limitado ao manuseio dos “foles de suas forjas e para os ajudarem [aos ourives] a martelar o ouro e prata mas não poderão fundir nem fazer outra obra alguma nas ditas tendas”<sup>215</sup>.

No requerimento dos irmãos da Confraria de Santo Elói da Bahia, citado anteriormente, vimos que um dos temas abordados pelo Conselho foi a desaprovação de um dos capítulos do Estatuto da Confraria. A resposta do Conselho deixa transparecer que os irmãos da Bahia solicitavam autorização para que seus escravizados pudessem ser admitidos nas lojas, possivelmente como ajudantes. Diz o parecer:

---

<sup>212</sup> AHU, CU, 005, Cx. 2, Doc. 208-209, (Bahia, Eduardo de Castro e Almeida) - *Ofício do Vice-Rei Conde de Athouguia, participando ter mandado arruar os ourives de ouro e prata, com o fim de melhor se fazer a fiscalização e evitar que clandestinamente fundissem ouro extraviado das minas e desencaminhado ao direito dos quintos*. Bahia, 6 de abril de 1752, fl.2r. (Grifo nosso).

<sup>213</sup> AHU, CU, 005, Cx. 2, Doc. 208-209, (Bahia, Eduardo de Castro e Almeida) - *Ofício do Vice-Rei Conde de Athouguia...*, fl. 1r.

<sup>214</sup> O episódio de perseguição aos ourives em Salvador, é bem explorado pelos poucos autores que tratam dos oficiais ourives e sua produção na referida cidade. Destacamos, entretanto, alguns documentos que não foram apresentados por esses estudiosos ou que foram apenas citados sem as transcrições.

<sup>215</sup> CORREIA, 1926, p. 8.

O capítulo vinte e sete parece que não convém confirmar-se por ser contra o Alvará de vinte de outubro de mil seiscentos e vinte e um e a derrogar-se o Alvará para os escravos próprios dos ourives se deve derrogar para os mais pretos e mulatos pela iniquidade que se segue de serem uns admitidos e outros não quando haverão da proibição é igual para todos<sup>216</sup>.

Do conjunto de oficiais ourives apresentados por Marieta Alves, apenas dois pardos e um crioulo são citados, estes atuando no século XIX<sup>217</sup>. Neste século, já aparece nos registros documentais de algumas instituições, informações mais detalhadas sobre o indivíduo, incluindo a profissão, idade e cor. Em uma consulta ao livro de matrículas dos doentes que entraram no hospital da Santa Casa, em meados do século XIX, encontramos nomes de alguns ourives, todos pardos<sup>218</sup>. Ainda no Arquivo da Santa Casa, encontramos nos registros de sepultamento no Cemitério das Quintas dos Lázaros, no ano de 1890, mais dois ourives pardos<sup>219</sup>.

O fato de não haver registros de ourives pardos no século XVIII não significa que estes não estavam presentes na produção de ourivesaria. Muito embora os registros de Marieta Alves não apresentem referência alguma a ourives pardos, no século XVIII, em nossas pesquisas encontramos registros de um ourives pardo, muito conceituado por suas obras para Igrejas e Irmandades na cidade. Estamos falando de João da Costa Campos, conhecido especialmente pela manufatura do altar de prata que pertenceu à antiga Sé da Bahia e que hoje se encontra exposto no Museu de Arte Sacra da UFBA. Em uma de suas publicações, Marieta Alves dá destaque ao trabalho do Capitão ourives João da Costa Campos, conhecido como “um dos mais afamados ourives da época”, junto com Domingos de Souza Marques, Joaquim Alberto da Conceição Matos e Gonçalo Ferreira Rosário, contudo, nenhum comentário é feito sobre sua cor<sup>220</sup>.

Segundo Alves, em 1787 o ourives foi escolhido por membros responsáveis pela Igreja da Sé, para a execução de uma lâmpada para a Capela do Santíssimo Sacramento e, no ano de 1789, foi novamente chamado para realizar uma reforma nas alfaias, considerada “prata velha”, ficando também responsável pela modificação do antigo frontal do altar da referida

<sup>216</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 143, Doc. 11009, (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento dos Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy...*, fl. 3r.

<sup>217</sup> São estes: Joaquim Rodrigues de Almeida, Inácio Alves Nazaré, ambos pardos, e o crioulo Teodoro José de Santana Gomes. (ALVES, 1976, p. 21;83;121.).

<sup>218</sup> São estes: André de Souza Carvalho, pardo, 40 anos; Bernardo da Costa Borges, 23 anos; Manoel Jacinto Vieira, pardo, 43 anos; Manuel Jacinto Viana, pardo, 40 anos. ASCMB, ED/1060 – *Livro 19 de Matrículas dos doentes que entraram, saíram e faleceram na Santa Casa de Misericórdia, 1852-1855*, fls. 20v; 23v; 59r; 100v.

<sup>219</sup> Felippe Juvêncio da Conceição, pardo, 84 anos (1890); João Baptista da Silva Braga, pardo, 75 anos (1890). ASCMB, Cx. 4 e 5 - *Guias de óbitos do Cemitério Quinta dos Lázaros*, janeiro-dezembro de 1890.

<sup>220</sup> ALVES, Marieta. *Mestres ourives de ouro e prata na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1962, p. 12.

Capela, “ao gosto moderno”. Apesar dos reconhecidos trabalhos, o ourives faleceu, em 1806, em delicada situação financeira<sup>221</sup>.

No Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB, localizamos seu inventário. As informações do seu nascimento são desconhecidas, mas estima-se que tenha nascido em meados do século XVIII. Casado com Maria da Lapa, com quem tinha oito filhos, ao morrer deixou dívidas e algumas encomendas de trabalhos sem concluir, causando grandes problemas à viúva. A relação de bens do casal consta no inventário, incluindo a listagem de escravizados e o mobiliário utilizado no seu ofício, todos arrematados em praça pública. Dentre os móveis deixados, destacamos:

Um oratório de madeira branca pintado e dourado, e nem uma imagem do Senhor Crucificado de madeira com cruz e calvário de jacarandá com cravos, título e diadema de prata, estimado em trinta e dois mil réis - 32\$000. Um caixão do ofício de ourives com alguns ferros, avaliado em doze mil e quatrocentos réis - 12\$400. Uma balança com um maço de libra, avaliada em mil e seiscentos réis - 1\$600. Um paiz, e um martelo do mesmo ofício, avaliados em dois mil réis - 2\$000<sup>222</sup>.

Além de uma dívida de dezesseis mil réis procedente de um empréstimo que fez a Antônio Moreira Serra, João da Costa Campos faleceu sem terminar um ornato para a imagem de Nossa Senhora do Carmo, encomendado pelo padre da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Frei José de Jesus Maria, bem como alguns castiçais de prata encomendados pelo Prior do Convento do Carmo, Frei João Gomes da Anunciadora. Em um documento datado de 01 de novembro de 1804, assinado pelo ourives, há o detalhamento da negociação e dos materiais utilizados para esta encomenda.

---

<sup>221</sup> ALVES, 1962, p. 12.

<sup>222</sup> APEB, Tribunal da Relação, Judiciário - 04/1771/2241/06 - *Inventário de João da Costa Campos*, 1806, fl. 4v.

**Figura 12 - Documento assinado por João da Costa Campos referente ao material e valores recebidos para a confecção de castiçais de prata para o Convento do Carmo**



**Fonte:** APEB, Tribunal da Relação, Judiciário - 04/1771/2241/06 - *Inventário de João da Costa Campos*, 1806, fl. 15v. Fotografia da autora, 2023

Em busca de maiores informações sobre seu nascimento, nos deparamos com registros de batismo, do ano de 1776, de dois de seus escravizados e de uma das filhas do casal. Em todos os registros, João da Costa Campos é declarado como pardo. Abaixo, dados sobre o registro de sua filha:

Aos quinze de fevereiro de mil setecentos e seis, nesta Sé, batizei e pus os santos oleos a Anna parda parvula, filha legitima do Capitão João da Costa Campos e Maria da Lapa, **ambos pardos**. Foi padrinho Nestor Frutuoso Vicente Vianna, solteiro, da Freguesia de São Pedro. Do qual fiz este assento e assinei. Antonio Ferreira dos Santos<sup>223</sup>.

Traçar o perfil social dos ourives, no período colonial, a princípio, parece algo fácil, visto que eram considerados homens pertencentes à elite. Segundo Ruy, o ofício de ourives era classificado como “a profissão mais rendosa da cidade, e cujos oficiais, segundo a legislação do Reino, eram considerados nobres”<sup>224</sup>. É possível que, em sua maioria, fossem homens de boa condição financeira, entretanto, não podemos deixar de registrar que, trabalhando neste ofício também havia homens de condição social menos privilegiada. Da mesma forma, é perigoso afirmar que apenas brancos ocupavam cargos de ourives. É preciso

<sup>223</sup> ACMS, *Livro de Batismos*, Catedral da Sé, 1760-1790, fl. 143v. (Grifo nosso). Não encontramos nenhuma referência ao cargo de “capitão”, ocupado por João da Costa Campos, informação também citada nos registros de Marieta Alves.

<sup>224</sup> RUY, 2002, p. 172.

um olhar mais atento para perceber que, muitas vezes, estamos apenas repetindo informações que parecem estar, por assim dizer, cristalizadas, no âmbito da pesquisa em arte. Quando nos referimos a João da Costa Campos, como pardo, não estamos tratando de um ourives que trabalhava na clandestinidade. Estamos tratando de um grande ourives, contratado por inúmeras Igrejas e Irmandades da cidade para a execução de significativas alfaias religiosas.

Não apenas pardos, mas também negros, mulatos e até praticantes do judaísmo estiveram presentes no processo de produção nas oficinas de ourivesaria, independente do que a legislação determinava.<sup>225</sup> Os registros documentais sobre este fato podem ser encontrados nos arquivos com dados referentes ao período colonial brasileiro. No Arquivo Ultramarino, localizamos uma carta do juiz de fora de Olinda e do Recife, Francisco Martins da Silva, ao rei D. João V, informando sobre o “excessivo número de oficiais ourives que há na Cidade de Olinda, neste Recife, e mais lugares da capitania, sendo os mais deles mulatos e negros, contra uma lei constragente de Vossa Magestade”<sup>226</sup>. Nos arquivos da Torre do Tombo, localizamos alguns processos contra oficiais ourives, dentre eles o de Bartolomeu Mendes Simões, ourives do ouro, natural do Rio de Janeiro e morador na Bahia, filho bastardo de Francisco Mendes Simões e de sua escrava Brites, mulher parda. O ourives foi julgado e acusado, em 1720, de judaísmo<sup>227</sup>.

Os documentos citados colocam fim a dúvidas e discussões que, até hoje, ainda pairam entre os estudiosos sobre a história da arte baiana. Dúvida muito bem evidenciada por Luiz Alberto Ribeiro Freire. Segundo o autor:

a participação de negros e mulatos nos ofícios artísticos tem sido alvo de celeuma e contradições. Por um lado, aqueles que evocaram as leis que restringem a prática dos ofícios, as quais proibiam negros, mulatos e índios de exercerem alguns ofícios, como o de ourives. Por outro lado, aos que se apoiam na constatação de que as leis restritivas não eram seguidas com rigidez, havendo uma flexibilidade imposta por uma composição populacional preponderantemente negra e mestiça<sup>228</sup>.

Apesar das normas e de documentos informando sobre todas as proibições, no caso do Brasil, destacamos que o ofício de ourives não foi exclusividade dos brancos e cristãos,

<sup>225</sup> É importante destacar que muitos negros trouxeram do continente africano seus conhecimentos sobre metalurgia. Para saber mais ver: ARAÚJO, Emanoel (org.). *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu Afro Brasil, 2010.

<sup>226</sup> AHU, CU, 015, Cx. 43, Doc. 3866, (Pernambuco, 1590-1826) - *Carta do juiz de fora de Olinda e do Recife, Francisco Martins da Silva, ao rei [D. João V], informando o excessivo número de oficiais ourives em Olinda, no Recife e mais lugares da capitania, a maioria mulatos e negros, de que resulta o aparecimento de moedas falsas e furtos, e sugerindo medidas para se regular suas atividades*. Recife, 25 de abril de 1732, fl. 1r.

<sup>227</sup> ANTT, PT/TT/TSO-IL/028/01378 - *Processo de Bartolomeu Mendes Simões*, 1719-1723.

<sup>228</sup> FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A Talha Neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2006, p. 92.

sobretudo no século XVIII, momento em que a produção de ourivesaria cresceu consideravelmente. Na tentativa de conter os descaminhos e fraudes envolvendo a exploração e uso dos metais preciosos, no ano de 1730, o Rei ordenou ao Governador das Minas Gerais, a expulsão de todos os ourives e fundidores da Capitania de Minas<sup>229</sup>. Em 1796 é determinada nova ordem de expulsão, dessa vez abrangendo as capitâncias da Bahia, Minas, Rio de Janeiro e Pernambuco. Em Carta Régia o Rei determinou

[...] prender e incorporar nos Regimentos desta Cidade todos os Oficiais e Aprendizes do referido Ofício de Ourives de Ouro ou de Prata, que forem solteiros, ou pardos forros, incorporando-os nos Regimentos pagos desta Capitania, ou nos de qualquer outra vizinha<sup>230</sup>.

Esse momento da história dos oficiais ourives, na Bahia, foi apresentado por Marieta Alves através dos relatos de alguns desdobramentos da execução da Carta Régia citada, com a prisão e incorporação, nas tropas da cidade, de aprendizes e oficiais de ourives, solteiros, brancos e pardos forros, além do fechamento de lojas e apreensão de seus instrumentos de trabalho que foram encaminhados para avaliação e venda na Casa da Moeda<sup>231</sup>.

Apesar de todos os esforços da coroa portuguesa em controlar e até proibir os trabalhos de ourivesaria na colônia, a produção não parou. Valladares comenta que “aos ourives do Brasil parece que nunca faltou trabalho”<sup>232</sup>. Para Rosa, “as oficinas continuaram a produzir e faziam tudo clandestinamente. Nesta época, a Bahia e o Rio de Janeiro produziram tanto que exportaram objetos de prata, baixelas principalmente, para Buenos Aires e Angola”<sup>233</sup>. Sem dúvida, a descoberta do ouro parece ter estimulado a arte da ourivesaria setecentista, contudo, veremos que o aumento das irmandades religiosas leigas, em Salvador, e a organização do culto católico a partir da valorização das práticas sacramentais, propiciou

<sup>229</sup> “Expulsão dos ourives e fundidores da Capitania de Minas, 1730”. In: *Revista do Archivo Público Mineiro*, 1896-1900, p. 163-164. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader.aspx?bib=321389&pagfis=3610>>. Acesso em 10 de junho de 2024.

<sup>230</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 96, Doc. 18732, (Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, 1613-1807) - *Ofício do Provedor da Casa da Moeda José Venanc' o de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe comunica ser de absoluta necessidade pôr em execução a carta régia de 30 de julho de 1766, pela qual se mandara expulsar da Capitania da Bahia todos os oficiais de ourives*. Bahia, 31 de março de 1799, fl. 2v.

<sup>231</sup> Sobre isto, ver: ALVES (1962) e AHU, CU, 005. Cx. 41, Doc. 7611, (Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, 1613-1807) - *Carta do Desembargador João Ferreira Bettencourt e Sá para o Provedor da Casa da Moeda, sobre arrecadação e avaliação da ferramenta do ourives Domingos de Souza Marques*. Bahia, 13 de abril de 1767.

<sup>232</sup> VALLADARES, 1952, p. 235.

<sup>233</sup> ROSA, Mercedes. “Ourivesaria baiana e colonial: os ourives e suas obras”. In: *Artistas e artífices e sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2005, p. 403-411; p. 406.

uma série de encomendas de objetos necessários à liturgia e ao provimento de Igrejas em toda a cidade, solidificando assim a produção de ourivesaria sacra na cidade.

Por fim, apresentamos os dados quantitativos referente a atuação dos ourives na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco, a partir de três estudos significativos sobre oficiais mecânicos na colônia, que atestam a grande atividade dos ourives no período colonial, mesmo com toda repressão<sup>234</sup>.

No ano de 1974, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN publica o Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais, baseado nos verbetes que a pesquisadora Judith Martins<sup>235</sup> desenvolveu entre os anos de 1940 e 1960, através dos inúmeros documentos levantados em diversos arquivos públicos e eclesiásticos das cidades mineiras. A pesquisa foi orientada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Sphan, e realizada por funcionários e colaboradores da instituição. A publicação em 2 volumes apresenta, em ordem alfabética, uma extensa relação de artífices dando descrições e informações documentais sobre as atividades, ofícios e atuação destes, em Minas Gerais, no período citado. Sobre os ourives, os dados apontam um total de 105 oficiais, com a maioria em atividade na cidade de Ouro Preto, seguido de Mariana e Sabará. Os documentos atestam a atuação de 96 ourives no século XVIII e apenas 09, no século seguinte.

Com a mesma metodologia de pesquisa, Marieta Alves lança, em 1976, dados acerca da atuação dos artistas e artífices na Bahia entre os séculos XVII e XIX, dentre eles os ourives. Suas pesquisas apontam uma extensa relação desses oficiais, totalizando 331 ourives, com os registros documentais destacando a atividade de 272 ourives apenas no século XVIII<sup>236</sup>.

A publicação sobre os artistas e artífices atuantes em Pernambuco, entre os séculos XVI ao XIX, é lançada apenas no ano de 2008. Elaborada a partir das pesquisas documentais realizadas por Vera Lúcia Costa Accioli, o trabalho apresenta dados sobre os ourives na cidade, incluindo o ofício de “prateador”, que além da produção dos objetos de prata, também

<sup>234</sup> No Rio de Janeiro, outro polo importante da produção de ourivesaria brasileira, não encontramos informações quantitativas sobre os oficiais mecânicos. Quanto a isso, parece-nos que este trabalho ainda está para ser elaborado e publicado.

<sup>235</sup> MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974.

<sup>236</sup> ALVES, 1976.

eram responsáveis por revestir qualquer peça deste metal<sup>237</sup>. Foram registrados 104 oficiais que trabalhavam como ourives, sendo a maioria dos citados, com atuação no século XIX.

---

<sup>237</sup> ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A identidade da beleza. Dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2008.

## Capítulo 2

### Produção oficial: saberes, materiais, instrumentos e técnicas

#### Mestres e aprendizes

Como vimos, nos primeiros séculos de colonização brasileira, religiosos da Companhia de Jesus passaram a ensinar nativos e escravizados, através de suas oficinas, conhecimentos práticos em diversas atividades manuais com o propósito de formar trabalhadores capazes de contribuir com serviços essenciais ao projeto colonizador. A partir da organização de alguns grupos em corporações de ofícios, o sistema de ensino aprendizagem assume uma estrutura hierarquizada, de caráter consuetudinário, envolvendo as figuras do aprendiz, oficial e mestre.

A transmissão de conhecimento desses grupos acontecia de forma direta, nas oficinas, a partir da convivência do aprendiz com o mestre e da observação do trabalho prático. Essa convivência durava anos, proporcionando ao neófito o desenvolvimento de habilidades e técnicas específicas para o exercício do ofício. O acesso do aprendiz nas oficinas geralmente acontecia ainda na infância, mas também era possível ingressar na adolescência ou na fase adulta. A trajetória profissional baseava-se em três etapas fundamentais, iniciando com aprendizagem, seguida da passagem a oficial e finalmente a obtenção do grau de mestre<sup>238</sup>. O oficial deveria então passar pelo exame e obter a carta do Senado, como vimos anteriormente, estando apto a abrir loja com o título de mestre, mantendo sob suas ordens oficiais e aprendizes.

No que se refere ao regimento dos ourives de ouro e prata, de 1572, poucas observações são encontradas com relação ao processo de ensino aprendizagem nas oficinas. Essas informações aparecem, de maneira mais detalhada, nos regimentos ou estatutos das irmandades de Santo Elói, sendo mais comum o registro de normas referente ao número de aprendizes, idade mínima exigida para o ingresso nas oficinas, valores de taxas de ingresso, conhecida como “joia”, e taxas de esmolas para a confraria.

---

<sup>238</sup> ALVES, Natália Marinho Ferreira. *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela, materiais e técnica)*. Vol. I. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal, 1989.

O ensino, entretanto, não estava condicionado ao ambiente oficial, apesar de ser este o espaço base da produção. Cabia ao mestre a responsabilidade de instrução sobre lições do dia a dia como valores éticos, de respeito a hierarquia e disciplina. Sendo assim, também cabia ao mentor o direito de castigar e punir o aprendiz que não respeitasse as regras exigidas<sup>239</sup>. Esses limites educacionais quase sempre eram determinados em uma espécie de contrato moral entre o pai do aprendiz e o mestre da oficina. Para Freire:

A cultura de formação e a prática laboral dos oficiais mecânicos, inclusive dos ofícios artísticos, transferiram-se de Portugal para o Brasil com maior ou menor fidelidade conforme o ofício, necessidade social e permissão da Coroa portuguesa<sup>240</sup>.

Segundo Flexor, a hierarquia dos ofícios mecânicos, em São Paulo, era estabelecida entre mestre, oficial, aprendiz e servente, enquanto na Bahia havia o mestre, oficial, aprendiz e jornaleiro, sendo este último correspondente ao servente paulista. Com exceção dos serventes e jornaleiros, todos podiam prestar exames para subir na escala hierárquica do ofício<sup>241</sup>.

Com relação a irmandade de Santo Elói da cidade do Porto, Costa destaca que, “o ensino da Arte da ourivesaria era estabelecido por meio de contrato realizado entre os mestres e aprendizes, devidamente autenticado pelos Juízes do Ofício” e que o regimento dos ourives de prata, de 1698, já determinava a proibição do ensino do ofício a indivíduos “de infecta nação”, respeitando a determinação do Alvará Régio de 1621<sup>242</sup>. Sobre a “pureza de sangue” dos aprendizes, o compromisso de 1750 da Irmandade de Santo Elói dos ourives da prata de Lisboa, determina, em seu capítulo 30:

que nenhum oficial deste ofício ensine a preto ou mulato, ainda que forro, nem ainda a pessoa de nação hebraica, ou morisca, porque sendo a pureza de sangue um dos principais fundamentos dos bons costumes não devemos admitir aquelas pessoas em quem a mácula faz<sup>243</sup>.

Ainda neste capítulo, a Irmandade ressalta a exigência da “puridade de sangue” por não admitir o risco de uma pessoa maculada trabalhar “com menos decência os vasos sagrados e preciosas peças”. Para tanto, exige que sejam declaradas à Mesa, na presença de dois mesários como testemunhas, informações detalhadas sobre os aprendizes, como

<sup>239</sup> Essa relação de autoridade aparece no texto do *Regimento dos Ourives de Lisboa*, de 1572, capítulo 25, ao se referir ao mestre como “amo” em relação ao aprendiz.

<sup>240</sup> FREIRE, 2006, p.66.

<sup>241</sup> FLEXOR, 2000.

<sup>242</sup> COSTA, 1920, p. 43.

<sup>243</sup> ANTT, PT/TT/AOPL/002/197A – *Compromisso da Irmandade do bem-aventurado Santo Eloy pertencente ao ofício de Ourives da Prata novamente acrescentado no anno de 1750*, fl 16v.

naturalidade, ocupações e domicílio dos pais e outras informações que pudessem comprovar a “pureza de sangue” do neófito. A pena prevista para quem aceitasse um aprendiz que não atendesse esta condição seria prisão e multa. O capítulo 31 estabelece que em cada loja apenas deveria ser aceito um aprendiz, salvo quando este completasse quatro anos de ensino. Essa regra, contudo, não atingia a filhos e netos dos oficiais confrades, “porque a estes ou um ou muitos poderão ser ensinados por seus pais todos juntos ao mesmo tempo”<sup>244</sup>.

O critério de ensinar apenas um aprendiz parece não ter sido adotado nas irmandades de santo Elói, na colônia brasileira. No requerimento citado em seção anterior, vimos que o parecer do Conselho Ultramarino determinou a alteração do capítulo 26 do Compromisso dos irmãos da confraria de Salvador solicitando retirar “as palavras que dizem que não poderá ensinar atualmente mais de um aprendiz, e este há de ser branco e cristão velho”. Também há referência aos exames de filhos de irmãos da Irmandade, que deveriam ser avaliados e obrigados a obter a carta de exame, assim como os demais aprendizes<sup>245</sup>.

Quanto ao requerimento dos irmãos da confraria de Santo Elói do Rio de Janeiro há uma observação do Conselho, solicitando acrescentar ao capítulo 29 que, “para administrar os aprendizes não se deve proceder inquirição judicial, nem informação por escrito, e basta que se não aceite o aprendiz sem licença do juiz do ofício”. Caberia então ao juiz da Irmandade julgar se o candidato atendia a todas as condições exigidas para desenvolver as funções de um aprendiz<sup>246</sup>.

Voltando ao Compromisso dos irmãos de Lisboa, de 1750, destacamos o capítulo 32, em que diz não ser permitido ao oficial receber aprendizes vindos de outras lojas. Essa norma geralmente era estabelecida, na maioria dos estatutos, como forma de evitar desentendimentos entre os mestres das oficinas. Também é comum encontrar a recomendação de exigência do exame de ofício para aquele que pretendesse ter aprendizes sob sua responsabilidade.

A exigência de saber ler e escrever aparece registrada no Compromisso de 1793, capítulo 25, em que diz ser tarefa do escrivão de ofício o exame dos candidatos quanto ao

<sup>244</sup> ANTT, PT/TT/AOPL/002/197A — *Compromisso da Irmandade do bem-aventurado Santo Eloy*, 1750, fl 17r.

<sup>245</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 143, Doc. 11009, (Bahia, Avulsos, 1604-1808) - *Requerimento dos Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy...*, fl. 3r.

<sup>246</sup> AHU, ACL, CU, 017, Cx. 60, Doc. 5775, (Rio de Janeiro, 1614-1830) - *Parecer do Conselho Ultramarino...*, fl. 2v.

conhecimento da leitura. Neste caso, o aprendiz não deveria ter menos de treze anos nem mais de dezoito, ter “bons costumes” e “índole dócil”<sup>247</sup>.

Com a intenção de capacitar o neófito na arte do “debuxo”, os irmãos de Lisboa determinam, no capítulo 35, a contratação de “um mestre perito na arte de debuxar, o qual os ensine, dando-lhe duas lições em cada semana, ou três”. Para os representantes da irmandade, os jovens aprendizes não conseguiam atingir perfeição nas obras em virtude da falta de regularidade da prática do debuxo. No Regimento de 1793 a mesma preocupação em instruir o aprendiz a dominar a técnica do debuxo também aparece, no capítulo 27, determinando, mais uma vez, a contratação de um professor para ensino desta disciplina.

Dará, pois, este professor as referidas lições em aula cita no arruamento deste ofício a hora que determinar a Mesa; e todos os Mestres serão obrigados a mandar seus aprendizes a sobredita aula a ouvir as lições em primeiro ano ao menos da sua aprendizagem. O professor terá extremo desvelo em forcejar quanto puder para que os aprendizes tirem das lições aquele aproveitamento, instrução, que lá vão buscar, e de que necessitam para serem perfeitos no ofício de ourives da prata<sup>248</sup>.

E para estimular nos alunos o gosto e a arte do debuxo, em ambos os estatutos foram definidas premiações, no dia da festa de Santo Elói, a dois aprendizes que tivessem executado os melhores trabalhos em debuxo. Caberia ao professor a escolha desses dois vencedores, que receberiam o prêmio em dinheiro.

A preocupação em oferecer aos aprendizes a prática do desenho para o aprimoramento do ofício nos leva a acreditar que a autoria dos riscos sobre os quais trabalhavam os ourives fossem, na maioria das vezes, deles próprios. Para a realização das peças, o ourives deveria ser habilidoso na arte do desenho e, provavelmente, ter um certo conhecimento sobre simbologia religiosa, além de modelos compositivos e ornamentais. O uso de impressos europeus, tratados e livros religiosos ilustrados foram fundamentais na formação artística e estilística desses ourives. Tema que retomaremos adiante.

Joaquim Alves ao analisar contratos e encomendas de ourives do Porto, nos séculos XVII e XVIII, destaca que a obra encomendada podia ser executada de três formas: a partir da cópia de uma obra já existente; segundo o risco do ourives e através do traço de um arquiteto. Este último, geralmente era solicitado na execução de trabalhos mais complexos<sup>249</sup>.

---

<sup>247</sup> ANTT, PT/TT/MR/NE/06/24 – *Compromisso da Confraria do Bem Aventurado Santo Eloy, e Nossa Senhora D'Assumpção dos Ourives da Prata, novamente colligido, e reformado, Anno de 1793.*

<sup>248</sup> Ibidem.

<sup>249</sup> ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. “A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Análise de alguns contratos”. In: *I Congresso Internacional do Barroco - Actas, I volume*. Porto: Universidade do Porto, 1991, p. 335-354.

No manuscrito *Antiguidade da Arte da Pintura*<sup>250</sup>, de autoria do pintor e tratadista português Félix da Costa Meesen (1639-1702), datado de 1696, o autor apresenta conceitos estéticos sobre a pintura, ressaltando a necessidade dos diversos artifícies em conhecer a técnica e a nobreza do desenho como forma de aprimoramento de seus trabalhos. Afirma ser o debuxo “aos ourives do Ouro e da Prata muy necessário, pois he lastima estejam segos em sua ignorância”<sup>251</sup>, e acrescenta que “não há arte nem ofício que em todo ou em parte não dependa da arte do debuxo”<sup>252</sup>.

O Estatuto dos ourives de ouro e prata de Guimarães, datado de 1781, tem definido como o tempo mínimo de oito anos de aprendizagem e dois anos de trabalho como oficial, estabelecendo o número de dois aprendizes para cada mestre. A “pureza de sangue” dos aprendizes também é exigida, em virtude do trabalho realizado com objetos sagrados, exigindo “toda veneração e tratamento de reverência por serem dedicadas ao Culto Divino”. Sendo assim, nenhum ourives de ouro ou prata deveria ensinar o ofício a pessoas de infecta nação, como mouro, judeu, mulato ou apóstatas da fé cristã, penitenciado ou estrangeiro que não fosse Católico Romano<sup>253</sup>.

O extremo rigor em afastar do ofício homens “impuros” se dava não apenas pelo acesso dos aprendizes a valiosa matéria prima utilizada para a manufatura dos objetos. O aspecto religioso também justificava esse impedimento por ser neste espaço que acontecia a produção das alfaias litúrgicas, cuja função dos objetos seria de servir como intermediários materiais no processo ritual da eucaristia. Além destes, eram também produzidos outros objetos auxiliares do culto, usados na preparação das cerimônias ou mesmo como ornamentação do espaço sagrado da Igreja.

### A oficina e os utensílios de produção

Oficinas de ourivesaria europeias foram registradas em gravuras a partir do século XV e XVI, apresentando detalhadamente sua dinâmica, seus mobiliários e utensílios utilizados no processo de produção, como no conhecido trabalho do francês Étienne Delaune, datado de

<sup>250</sup> MEESEN, Félix da Costa. *Antiguidade da Arte da Pintura, sua nobreza, divino e humano que a exercitou, e honras que os monarcas fizeram a seus artífices*, 1696. Disponível em <<https://collections.library.yale.edu/catalog/10075634>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

<sup>251</sup> MEESEN, 1696, p. 124-125.

<sup>252</sup> MEESEN, 1696, p. 128-129.

<sup>253</sup> *Estatuto dos Ourives de ouro e prata da Villa de Guimarães que fizeram para o bô. Regimen do seu ofício no anno de 1781.* Disponível em: <<https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/arquivo-digital/item/107707#?c=0&m=0&s=0&cv=0>>. Acesso em 20 de abril de 2023.

1576 (fig. 13). Na imagem, vemos três ourives trabalhando, sentados ao redor de uma grande mesa bem iluminada pela luz natural, vinda de uma janela, e dois aprendizes de pé. A direita, um deles segura uma forja e o outro, a esquerda, puxa uma espécie de guincho em um banco que servia para esticar as lâminas de metal, transformando-o em fio<sup>254</sup>. Penduradas nas paredes da oficina, ferramentas de toda espécie usadas na prática do ofício. No canto da sala vemos a fornalha, elemento essencial da oficina, utilizada para os trabalhos de fundição, a bigorna para a forja e o fole.

**Figura 13 - Oficina de Ourivesaria, século XVI**



**Fonte:** Étienne Delaune, gravura em papel. França, 1576. Disponível em: <[https://www.britishmuseum.org/collection/object/P\\_1951-1120-5](https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1951-1120-5)>. Acesso em 10 de agosto de 2024

Essa mesma estrutura de oficina francesa, representada na gravura, parece ter sido encontrada em quase todo centro da Itália<sup>255</sup>. Na França, os regimentos estipulava que o trabalho das oficinas de ourives, também estabelecidas em ruas específicas, deveria ser facilmente visível ao público como forma de prevenir manuseios indevidos<sup>256</sup>. No século XVIII a revolução intelectual efetivada na Europa, a partir do movimento iluminista, levou o homem a produção de obras encyclopédicas apresentando compilações de conhecimentos em todos os domínios, incluindo artes e ofícios. A mais conhecida delas, a *Encyclopédie ou*

<sup>254</sup> Técnica conhecida como trefilação.

<sup>255</sup> JOLIO, Paolo. “A arte em prata em Nápolis”. In: OSWALDO, Angelo; LEONE, Giorgio; VOLDRET, Rossela. *Barroco Itália Brasil: prata e ouro na Casa Fiat de Cultura*. São Paulo: Base 7 Projetos Culturais, 2014, p. 26-35.

<sup>256</sup> BRAULT, Solange; BOTTINEAU, Yves. *L'Orfèvrerie Française du XVIII Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

*dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editada pelos filósofos franceses Denis Diderot (1713-1784) e Jean Le Rond D'Alembert (1717-1783), também apresenta o registro de trabalho em oficinas de ourivesaria, de joalheria e metalurgia<sup>257</sup>.

A necessidade de iluminação neste tipo de oficina exigia um espaço de trabalho com grandes janelas e entradas de luz natural. As ferramentas muitas vezes eram fabricadas pelo próprio ourives, classificadas pelo tamanho e funcionalidade. Alguns serviam para trabalhos de modelagem como martelos, marretas, tesouras, bigornas, alicates, tornos e prensas. Outras serviam para a execução de acabamento e decoração das peças como buris, cinzeis e martelos cinzeladores. Equipamentos de maior dimensão e máquinas também eram usadas para a preparação e processamento do metal como o laminador, que servia para afinar as lâminas metálicas e transformá-las em chapa, a prensa, destinada a impressão das placas metálicas e o “banco de estirar ou trefilar”, usado para distender o metal até atingir finas espessuras como um arame<sup>258</sup>.

A bancada ou mesa de trabalho do ourives era estruturada, inicialmente, de forma a possibilitar seu uso por mais de uma pessoa. Pela necessidade de ter sempre ao alcance das mãos as diversas ferramentas de trabalho, esses móveis eram confeccionados com muitas gavetas, de diferentes dimensões, para o armazenamento desses materiais.

Era comum, em alguns países da Europa, a utilização de pedaços de pele de couro presos sob a mesa, no espaço destinado ao ourives, com a finalidade de apoiar pequenos objetos em metais preciosos, minúsculas gemas ou lascas de pedras que pudessem cair durante a realização do trabalho. Esse modelo de mesa deu origem às bancas individuais, comumente utilizadas pelos ourives portugueses<sup>259</sup>. No piso das oficinas, o uso de ripas de madeira servia para evitar que minúsculos materiais grudassem nos sapatos dos trabalhadores.

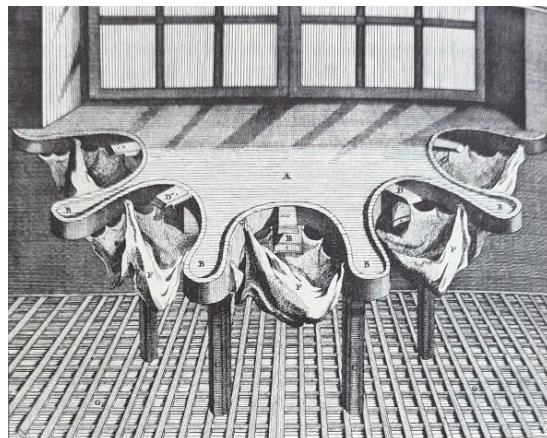
---

<sup>257</sup> A Encyclopédia foi publicada entre as décadas de 1750 e 1770, na França, com a contribuição de muitos autores. No Brasil, foi editada em cinco livros, entre os anos de 2015 e 2017. Sobre as imagens citadas, ver: DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond, *Encyclopédia ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Vol. 1. São Paulo: EDUNESP, 2015.

<sup>258</sup> CUZNER, Bernard. *Manual del platero. Diseño y manufactura de objetos de plata de uso doméstico*. 2<sup>a</sup> ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A., 1958.

<sup>259</sup> MOTA, Rosa Maria dos Santos. “Mobiliários de ofício: as bancas de ourives”. *Res Mobilis – Revista Internacional de Investigación en mobiliario y objetos decorativos*, v. 5, n. 6, 2016, p.96-107.

**Figura 14 – Mesa de Ourives, século XVIII**



**Fonte:** Museu Chateau de Seneffe. Disponível em: <<https://chateaudeseneffe.be/fr/collection>>. Acesso em 2 de agosto de 2024.

**Figura 15 - Mesa de Ourives, século XIX**



Fonte: Museu Chateau de Seneffe. Disponível em: <<https://chateaudeseneffe.be/fr/collection/etabli-d-orfevre>>. Acesso em 2 de agosto de 2024.

Segundo Rosa Maria Mota, a tradicional banca de ourives portuguesa apresenta estrutura de uma caixa robusta, de uso individual, onde encaixam-se gavetas de tamanhos diferenciados. Sobre o tampo de madeira lisa, no centro da mesa, geralmente usava-se uma chapa de metal lisa para facilitar o trabalho do ourives. Abaixo do tampo, encaixava-se um

estirador, de caráter opcional, que servia de apoio ao ourives. O móvel poderia também conter gavetas secretas ou segredos, apenas conhecido pelo profissional que a usava. Era comum cada ourives ter sua mesa individual, mandando fazê-la por algum carpinteiro, ou mesmo ele próprio fazendo sua peça de trabalho<sup>260</sup>.

Encontramos esse modelo de mobiliário no acervo do SESI Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte. Em uma de suas salas de exposição foi recriado o espaço de uma oficina de ourivesaria com mobiliários, ferramentas e equipamentos. A expografia apresenta ao público algo bem próximo de um ambiente de trabalho dos ourives do século XIX. Outros dois móveis foram localizados, sendo um pertencente ao Museu Afro Brasil, este com uma estrutura mais robusta, e outro no Museu das Bandeiras, em Goiás. Ambos possivelmente confeccionados no início do século XX.

**Figura 16 - Banca de Ourives, século XIX**



Fonte: *Catálogo do Museu de Artes e Ofícios - SESI, Belo Horizonte*.

Até o século XIX pouca coisa parecia ter mudado na estrutura e organização das oficinas de ourivesaria, bem como nas técnicas empregadas para a produção dos objetos. Dos utensílios e ferramentas, daquele período, restaram os registros nos inventários, como no caso da documentação do ourives baiano João da Costa Campos. Não encontramos, em Salvador,

---

<sup>260</sup> MOTA, 2016.

imagens do interior das oficinas de ourivesaria coloniais, entretanto, segundo dados de Valladares, no XVIII há o registro de 158 oficinas de ourivesaria na cidade<sup>261</sup>.

Com o propósito de entender e pesquisar o processo de manufatura dessa arte, em 2019, visitamos a oficina do ourives Hélio da Costa Santos, em Salvador, no bairro de Cajazeiras, naquele momento com 83 anos. No espaço de trabalho, cercado por muitas ferramentas, o ourives ainda realizava algumas técnicas de produção tradicionais e recebia encomendas de coroas e resplendores para adornar imagens religiosas. Em virtude da pandemia, outras visitas para análise das técnicas de trabalho desse ourives não puderam ser realizadas. O senhor Hélio encerrou suas atividades pouco tempo depois. Segundo sua filha, o ourives parece ter aprendido o ofício com um ourives português, na região do Pelourinho, o que nos leva a concluir que a transmissão de conhecimento da arte e técnica da ourivesaria, de maneira tradicional, ainda acontecia no início do século XX.

As corporações de ofícios foram extintas em 1824, a partir de uma carta magna outorgada por Dom Pedro I. Em outubro de 1828 uma legislação é promulgada, dando nova forma às Câmaras Municipais, redefinindo suas atribuições e competências. Com isso, a estrutura de organização dos oficiais mecânicos começa a mudar. A partir de meados do século XIX tem início a criação dos Liceus de Artes e Ofícios com o interesse na formação de técnicos e operários para a indústria que começava a despontar no país.<sup>262</sup>

### **Técnicas construtivas e decorativas da ourivesaria**

Podemos dizer que “ourivesaria”, em seu sentido literal, se refere a arte de produzir exclusivamente objetos em ouro, entretanto, este termo também está associado às técnicas que envolvem o uso da prata e outros metais, quando revestidos de ouro e prata, e a produção de objetos destinados a adornos corporais, neste caso conhecidos como joalheria. A produção dos objetos de ourivesaria envolve diversos tipos de materiais e técnicas específicas, desenvolvidas pelo homem desde muito cedo, acompanhando sua evolução.

Os achados arqueológicos ajudam a esclarecer informações acerca dos primeiros processos de mineração desenvolvidos pelos nossos antepassados, revelando a diversidade e riqueza tecnológica de um vasto patrimônio cultural metálico, considerado como importante fonte documental. Inicialmente os metais foram usados em seu estado nativo. Com o

---

<sup>261</sup> VALLADARES, 1952, p. 215.

<sup>262</sup> FLEXOR, 2000.

desenvolvimento de técnicas de manipulação mais aprimoradas, surgiram as ligas metálicas, que são misturas de dois ou mais metais ou de um metal com outra substância simples, por meio de aquecimento. Depois que os metais se fundem em temperatura elevada, esfriam, solidificando-se<sup>263</sup>.

Segundo Costa,

no continente europeu a utilização de ligas metálicas remonta ao terceiro milênio a.C., quando o homem calcolítico descobriu, por experiência ou coincidência, que a combinação de certos elementos metálicos - formando ligas - melhorava as propriedades do material, ampliando consideravelmente as possibilidades de aplicação<sup>264</sup>.

O ouro e a prata, assim como o cobre, foram os primeiros metais manipulados pelo homem, encontrados na natureza como elemento puro. O ouro, pela sua ductilidade e maleabilidade,<sup>265</sup> passou a ser trabalhado pelo processo de martelagem mesmo antes do desenvolvimento da metalurgia.<sup>266</sup> Segundo Sousa, a relativa facilidade de se combinar o ouro com outros metais estimulou a produção de inúmeros trabalhos com este elemento por quase todas as civilizações<sup>267</sup>. Na região Ibérica, assim como no Mediterrâneo, a metalurgia tem início com o uso do cobre, pouco antes de 3.000 a.C. Com este metal há uma generalização da produção de artefatos na Península Ibérica, na primeira Idade do bronze, sendo também desse período a manufatura das primeiras joias de ouro<sup>268</sup>.

O ouro forma perfeitamente liga com a prata e o cobre, mas também com o paládio, o níquel, o ferro e o cádmio. À semelhança do ouro, a prata, no seu estado puro, possui características de maleabilidade, podendo também ser trabalhada com o cobre, além do

<sup>263</sup> Atualmente, as fontes de calor podem ser através do contato direto com a chama do maçarico; aquecimento indireto através do cadiño (aquecido com o calor do maçarico); forno de resistência elétrica e forno de indução eletromagnética. Ver: SANTOS, Rita. *Joia, fundamentos, processos e técnicas*. São Paulo: SENAC, 2017.

<sup>264</sup> COSTA, Virginia. "Ligas Metálicas: estrutura, propriedades e conservação de objectos culturais". In: SILVA, Armando Coelho Ferreira da; HOMEM, Paula Menino (coords.). *Ligas Metálicas. Investigação e Conservação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p. 15-28; p. 15.

<sup>265</sup> Capacidade do metal sofrer deformações permanentes, a certas temperaturas, sob a ação mecânica de técnicas como martelagem, forjadura e laminagem. Quanto mais o metal for maleável, menos trabalho é necessário para obter sua deformação, facilitando a produção de lâminas e chapas muito finas.

<sup>266</sup> GUERRA, Maria Filomena. "Patrimônio Cultural em ouro e prata. Técnicas de fabricação de objetos e origem dos metais". In: *Anais do 2º Congresso Latino-americano de Restauração de Metais*, Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 77-102.

<sup>267</sup> SOUSA, Ana Cristina Correia de. *Ourivesaria estampada e lavrada. Uma técnica milenar numa oficina de Gondomar*. 375f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1997.

<sup>268</sup> SENNA-MARTINEZ, J.C. "Metals, Technique and Society. The Iberian Peninsula between the first Peasant Societies with Metallurgy and the Urban Revolution". In: CANDEIAS, António; GUERRA, Maria Filomena; TISSOT, Isabel (coords.). *A ourivesaria pré-histórica do Ocidente Peninsular Atlântico: compreender para preservar*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013, p. 11-20.

estanho, chumbo, zinco e do níquel<sup>269</sup>. O processo de produção e composição das ligas servem para alterar as características do material em relação ao seu estado puro, podendo modificar sua maleabilidade, resistência, elasticidade e coloração<sup>270</sup>. Como vimos, esse método sofreu extremo controle, no período colonial brasileiro, a partir da imposição do “toque mínimo”, que representava a proporção exigida de metal precioso na liga.

Em se tratando da modificação dos metais para a obtenção de efeitos visuais e estéticos, especialmente em adornos e joias, o processo mais conhecido possivelmente seja o das ligas de ouro, prata e cobre, os quais, “dependendo da proporção relativa de cada um dos elementos, podem apresentar uma grande diversidade de coloração”<sup>271</sup>. Para se chegar à produção final de um objeto de ourivesaria, é necessário passar por etapas que vão desde a exploração do minério, extração do metal e purificação deste, obtenção da liga e, finalmente, sua manufatura. Nesta etapa, o trabalho pode exigir uma maior ou menor complexidade, envolvendo técnicas específicas, conforme o tipo de objeto a ser confeccionado:

Desde a antiguidade, existem, fundamentalmente, dois processos técnicos para a elaboração de uma peça de ourivesaria: martelagem e fundição. Enquanto o primeiro se realiza a frio, a partir de uma folha metálica, que é modelada em função da perícia do repuxador, o segundo processa-se a quente, utilizando o metal em estado líquido para ser vazado num molde<sup>272</sup>.

A grande diversidade de técnicas de manufatura dos objetos de ourivesaria foi sendo aprimorada, ao longo dos tempos, a partir da habilidade dos ourives e de seus conhecimentos sobre as características físicas e químicas dos metais. O interesse pela metalurgia e suas técnicas está expressa na obra do metalúrgico hispano Alonso Barba, intitulado *Arte de los Metales, en que se enseña el verdadero beneficio de oro, y plata por azogue. El modo de fundirlos todos, y como se han de refinar y apartar uno de otros*, com a primeira impressão em Madrid, no ano de 1640, se tornando uma valiosa fonte de conhecimento para os estudiosos no assunto<sup>273</sup>.

<sup>269</sup> Também chamados de metais preciosos, os metais nobres não sofrem com o fenômeno de oxidação, embora seja formada uma fina película oxidante sobre a superfície que não deteriora o metal. Os mais conhecidos são o ouro e a prata. Além destes, existem outros que possuem características físicas semelhantes: platina, paládio, ródio, rutênio, irídio e ósmio. Os metais não nobres oxidam em contato com o oxigênio. São abundantes na natureza e são fundamentais no processo de produção de ligas de metais, ajudando a melhorar suas propriedades mecânicas.

<sup>270</sup> Os metais nobres apresentam características especiais para a produção de objetos de joalheria, entretanto, por serem metais “macios” precisam de uma maior resistência, conseguida a partir da adição de outros metais, como o cobre por exemplo. A adição de metais mais baratos ajuda também na redução de custos do produto.

<sup>271</sup> COSTA, 2008

<sup>272</sup> IMC - Instituto de Museus e da Conservação. *Normas de Inventário de Ourivesaria*, Lisboa, 2011, p. 43.

<sup>273</sup> Para saber mais, ver: CALVO, Miguel; SEVILANO, E. “Alvaro Alonso Barba y El Arte de los Metales”. *QUIBAL*, n. 106, 1998, p. 106-111.

A seguir, apresentamos algumas das técnicas tradicionais que foram amplamente utilizadas na produção dos objetos sacros pertencentes a ritualística cristã da Igreja Católica, dentre eles alguns que compõem a nossa pesquisa.

### Fundição

Técnica que envolve o processo de fundir e moldar metais a uma determinada temperatura, através de moldes vazados que, quando em estado líquido, constituem uma liga homogênea adquirindo forma após a solidificação. Esse método teve início por volta de 4000-3000 a.C., na era do bronze, momento em que o homem passa a manipular alguns metais como o cobre, chumbo e estanho, utilizando-os na fabricação de artefatos e adornos. Na América do Sul pré-colombiana a fundição do cobre, ouro e prata já era conhecida por volta de 50 d.C<sup>274</sup>. No Brasil, a fundição de metais passa a acontecer já no primeiro século, sobretudo para a manufatura de utensílios domésticos, armas e moedas e, especialmente, após a instituição da primeira Casa da Moeda, em 1694<sup>275</sup>.

Os dois processos mais antigos e tradicionais dessa técnica são a fundição por molde de areia, onde o molde é criado a partir da utilização de areia misturada com aglomerantes e água para criar uma estrutura moldável e a fundição por cera perdida, onde o protótipo é modelado a partir de uma base em cera e, posteriormente, envolvido em uma camada geralmente feita em argila ou gesso, para formação do molde. A cera derretida é retirada e o molde é preenchido com o metal em estado líquido. Após solidificação o molde é quebrado.<sup>276</sup> Também é comum, sobretudo na joalheria, após atingirem o estado líquido de fundição, as ligas metálicas serem derramadas em moldes específicos, chamados de lingoteiras e rilheiras, para a produção de lâminas que se transformam em chapas e fios de formatos variados para serem trabalhados em diferentes tipos de peças<sup>277</sup>.

---

<sup>274</sup> KLIALUGA, Andréia Madeira. *Metalurgia básica para ourives e designers – do metal à joia*. São Paulo: Blucher, 2009.

<sup>275</sup> MORENO, Isabela; DAGLISH, Geralda. “Do barro ao metal: a fundição artística no brasil do séc. XVIII à contemporaneidade”. In: *Anais do 23º Encontro da ANPAP – Ecossistemas Artísticos*, Belo Horizonte, 2014, p. 3757-3772.

<sup>276</sup> KLIALUGA, 2009.

<sup>277</sup> SANTOS, 2017.

**Figura 17a - Cadinho, à esquerda, utilizado no processo de fusão das substâncias metálicas a partir de altas temperaturas. Seu uso foi muito comum nas casas de fundição dos séculos XVII ao XIX, casas de moedas e oficinas de ourivesaria. Cerâmica, século XVIII ; Figura 17b - Rilheira ou lingoteira, à direita, onde o metal fundido, já em estado líquido, é despejado e solidificado, formando as lâminas que serão, posteriormente, trabalhadas pelos ourives.**



Fonte: Acervo do Museu do Ouro, Sabará-MG. Disponível em:  
<https://museudoouro.museus.gov.br/acervo/>.

## Martelagem

Conforme citamos, o processo de martelagem a frio já era utilizado desde a antiguidade. O cobre natural foi um dos primeiros metais com o qual se praticou o uso da técnica do martelado, no período calcolítico<sup>278</sup>. No Império Romano, a arte de esculpir metais preciosos era conhecida como *caelatura*, técnica pela qual o metal bruto era trabalhado em uma única peça, criando diferentes tipos de gravuras comuns na arte da ourivesaria.<sup>279</sup> Desse período, evidências epigráficas destacam algumas imagens de artesãos conhecidos como *aurifex* e *brattiarius*<sup>280</sup>.

<sup>278</sup> LANOEL, Alejandro. *Diccionario Universal de Artes Plásticas*. Tomo I. Argentina: Ediciones Didácticas, 2019.

<sup>279</sup> GONZÁLEZ, Pérez. “How Roman Sumptuary Specialists Called Themselves: a corpus-based study”. *Latomus*, n. 78, 2019, p. 996-1037.

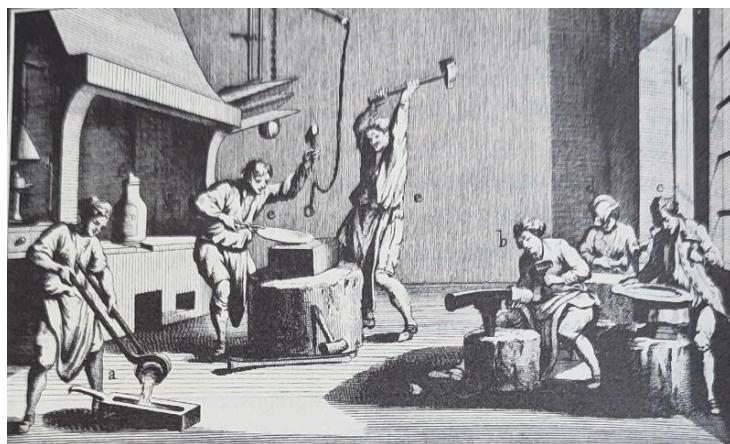
<sup>280</sup> *Aurifex*: palavra latina para designar tanto o ourives que trabalhava produzindo a ourivesaria quanto o vendedor e comerciante de ourives e olarias de ouro. *Brattiarius* eram os artesãos que transformavam metais em lâminas muito finas ou folhas (*brácteas*).

**Figura 18 - Aurifex Romano.** Relevo romano representando a figura de um *aurifex brattiarius* com alguns utensílios usados na produção de lâminas de ouro (brácteas)



Fonte: Museu do Vaticano. Disponível em:  
[<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aurifex\\_pernice\\_Jdl-1911.png>](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Aurifex_pernice_Jdl-1911.png).

**Figura 19 - Oficina de Ourives.** Representação de ourives realizando trabalhos de fundição e martelagem em uma oficina



Fonte: Encyclopédia Diderot, Vol. 1.

A técnica consiste em moldar as chapas metálicas com a utilização de martelos específicos, sem uso da soldadura. Para isto, o metal é colocado em uma superfície lisa e resistente, sendo moldado através do impacto de sucessivas marteladas. Essa técnica faz com que o metal seja gradualmente transformado e modelado da forma desejada.<sup>281</sup> A inclinação da ferramenta e a força dos golpes de martelo ajudam a dar diferentes formas ao metal, de

<sup>281</sup> SANTOS, Sandra Cristina Almeida. “Contribuição para o estudo da oficina de ourivesaria de Almeida Júnior Casa Museu Guerra Junqueiro”. 2º Ciclo de Estudos em Museologia, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2013. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/74419>>. Acesso em 8 de setembro de 2023.

acordo com a habilidade técnica e criatividade do artesão, podendo ser alisado, arredondado ou texturizado. O martelo, ferramenta indispensável ao ourives, possui uma grande variedade de formas, materiais e tamanhos que vão ser escolhidos para o trabalho, de acordo com a dimensão do objeto que se pretende criar e do tipo de liga utilizada. Dentre tantos, destacamos os de aço, geralmente usados para modelar e forjar o metal, os de madeira e borracha, para alisar e refinar a superfície metálica sem deixar marcas e os de cinzelar, que possui formatos especiais para essa técnica específica que exige precisão e delicadeza do ourives, como veremos a seguir.

### **Cinzelagem e Repuxo**

As duas técnicas geralmente aparecem combinadas em uma mesma peça, sendo fundamental, em ambas, a utilização do cinzel<sup>282</sup> e do martelo. A partir das batidas com um martelo sobre o cinzel, o ourives cria linhas delicadas, pequenos sulcos ou desenhos com relevos na superfície do metal trabalhado. A cinzelagem exige habilidade do ourives em combinar a força do martelo e a minúcia do cinzel, com precisão e destreza, esculpindo e moldando a composição nas duas faces da placa metálica, aperfeiçoando o relevo. Cinzeis menores ajudam o ourives a conseguir maior definição das linhas do desenho, enquanto os cinzeis de espessura mais grossa servem para criar e acompanhar os efeitos das curvaturas<sup>283</sup>.

O sentido do repuxado está no ourives “empurrar” o metal com o cinzel, pressionando e moldando a chapa metálica, previamente desenhada, para criar e realçar volumes e relevos, destacando efeitos de curvatura e de elementos decorativos côncavos e convexos. O termo análogo em francês é *repousséche* e em inglês *emboss*, que significa pulsar, empurrar, gravar em relevo, remetendo a algo moldável<sup>284</sup>.

---

<sup>282</sup> Instrumento não cortante adequado para criar desenhos de efeitos distintos sobre a superfície metálica com a ajuda de golpes de martelo. Fonte: IMC - Instituto de Museus e da Conservação. *Normas de Inventário de Ourivesaria*, Lisboa, 2011.

<sup>283</sup> LENCI, Ruggero. “La tecnica a sbalzo su lastra metallica”. *Studi Sulla Rappresentazione dell'architettura e sull'uso dell'immagine nella scienza e nell'arte*, 4 (7), 2019, p. 38–49. Disponível em <<https://doi.org/10.15168/xy.v4i7.123>> . Acesso em 08 de abril de 2024.

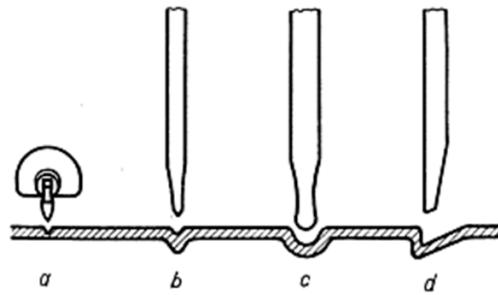
<sup>284</sup> LENCI, 2019

**Figura 20 - Martelos cinzeladores e cinzeis de diferentes padrões**



Fonte: <<http://www.teheran.ir/spip.php?article1720#gsc.tab=0>>.

**Figuras 21a -** À esquerda, ourives trabalhando com cinzel e martelo, realizando punções na lâmina metálica; **Figura 21b -** À direita, formatos de cinzel sobre a chapa metálica.



Fonte: <<https://fr.irna.ir/news/84136065/L-artisanat-li%C3%A9-%C3%A9-%C3%A0-la-ciselure-ghalamzani-en-Iran>>.

<<https://ourivesrock.blogspot.com/2012/12/repousse-ou-cinzelado-tecnica-de.htm>>

Outra maneira de conseguir volumes e formas côncavas e convexas nas chapas metálicas é através da utilização de embutideiras, que são blocos quadrangulares com vários encavos de diâmetro e profundidade diferentes, usados em conjunto com embutidores, cilindros de aço com extremidades arredondadas que se adaptam às superfícies côncavas da embutideira<sup>285</sup>.

---

<sup>285</sup> SANTOS, 2017.

**Figura 22a – Embutideira, a esquerda; Figura 22b – Embutidores, a direita**



Fonte: Oficina do ourives baiano Hélio da Costa Santos. Fotografias da autora, 2019.

### **Gravação manual ou incisão**

Também utilizada como técnica decorativa para superfícies metálicas, é executada com instrumentos pontiagudos ou cortantes, conhecidos como buris, efetuando desenhos, inscrições ou texturas no objeto. O buril é uma importante ferramenta manual utilizada em vários procedimentos de gravação nas áreas artísticas, constituindo-se de uma haste de aço extremamente afiada fixada em um cabo de madeira, geralmente de pequena dimensão e formato de meia esfera, o que permite uma boa adaptação à mão do gravador. Com formatos e tamanhos diferentes, o buril precisa estar afiado de acordo com o trabalho a ser feito, podendo ser utilizado para cortar, engastar, desbastar e gravar<sup>286</sup>.

No século XV o buril começa a ser difundido como instrumento artístico em vários centros culturais como Alemanha, Flandres, França e Florença<sup>287</sup>. Seu uso é descrito no *Tratado da Gravura* do mestre gravador francês Abraham Bosse, publicado pela primeira vez em 1645, onde o autor apresenta técnicas de gravura em metal, incluindo esclarecimentos sobre o uso desse instrumento<sup>288</sup>.

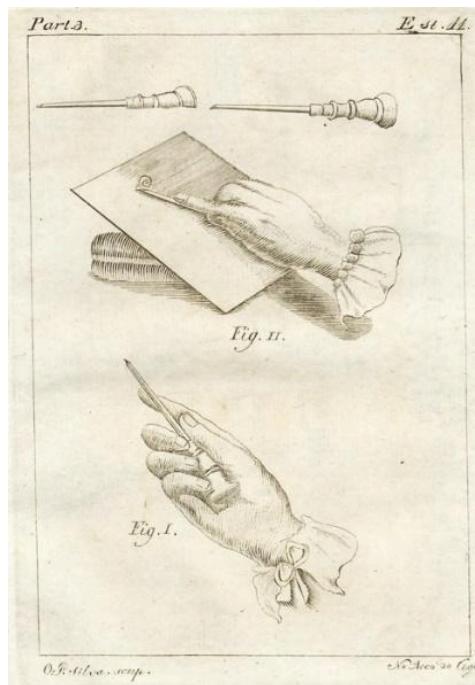
---

<sup>286</sup> SANTOS, 2017.

<sup>287</sup> LANOEL, 2017.

<sup>288</sup> Abraham Bosse foi gravador, especialista na técnica em água-forte, que consiste no método de gravação em pranchas metálicas, geralmente de cobre ou zinco, utilizando verniz e ácido nítrico para o processo de composição do desenho. Publicado na França, em 1645, com o título de *Traicté des manières de graver en taille douce sur l'airin. Par le moyen des eaux fortes, & des vernix durs & mols. Ensemble de la façon d'en imprimer les planches & d'en construire la presse, & autres choses concernans les dits arts*, sua obra foi reeditada e revista, na França e em parte da Europa, ao longo dos séculos XVII e XVIII. A tradução portuguesa foi realizada por José Joaquim Viegas Menezes, publicada em 1801.

**Figura 23 - Uso do buril**



Fonte: BOSSE, 1801. Disponível em: <<https://purl.pt/208>>. Acesso em 12 de setembro de 2024.

Lembremos que “burilada”, termo que vem da palavra buril, era o método utilizado para a análise dos objetos produzidos pelos ourives, como forma de identificar o teor do metal precioso. Uma pequena porção do metal era retirado dos objetos, com o auxílio desse instrumento, em geral em forma de linha em ziguezague, para posterior realização do processo de ensaio, conforme citamos em seção anterior.

### Cravação

Técnica que permite fixar pedras preciosas no objeto, como elemento decorativo e valorização estética, também conhecida como “engaste”. Como existem vários métodos de cravação, é necessário um especialista que tenha conhecimento sobre as propriedades de cada gema, para a escolha correta da técnica a ser utilizada. É um trabalho que exige muita habilidade do ourives, além do uso de ferramentas específicas com formatos e dimensões diferentes. A cravação é um método muito utilizado na joalheria, mas também é comum seu uso para a decoração de objetos litúrgicos, sobretudo ostensórios, cálices e cruzes, além de objetos que adornam imagens religiosas, como coroas, resplendores, diademas, cetros, dentre outros.

### **Vazamento e Recorte**

O vazamento consiste em criar motivos decorativos em chapas de ouro e prata, perfurando a superfície metálica com cinzeis ou buris a partir de um desenho previamente decalcado no metal, obtendo-se superfícies com efeitos decorativos que se assemelham a um rendilhado. O acabamento nas margens dos espaços vazados é realizado com limas e buris<sup>289</sup>. O recorte geralmente é efetuado com serras específicas e de tamanhos variados que são usadas para fazer diversos tipos de corte, exigindo paciência e prática do ourives<sup>290</sup>.

### **Granulação**

Técnica milenar que consiste na decoração de uma superfície metálica, geralmente ouro ou prata, a partir da utilização de pequenos grânulos do mesmo metal, encaixando-os um a um, através de soldadura, de forma a cobrir a superfície metálica, permitindo um efeito estético delicado. Dependendo da peça e da quantidade de grãos, o processo torna-se bastante demorado e muito minucioso. Essa técnica decorativa foi amplamente utilizada por artesãos etruscos, cujos trabalhos tornaram-se referência na ourivesaria<sup>291</sup>.

Todas essas técnicas estão associadas a processos de acabamento do objeto, garantindo um trabalho final de melhor qualidade. Desbastar as sobras, limpar, soldar, polir, esmaltar, brunir, todas essas ações também estão presentes na manufatura de uma peça de ourivesaria, exigindo materiais específicos e conhecimento técnico apurado.

### **O uso das gravuras na produção dos objetos de ourivesaria**

A utilização de impressos e gravuras como forma de multiplicação da imagem tem sido amplamente estudada por pesquisadores no campo das artes visuais, sobretudo sua relação com a produção pictórica. No Ocidente a prática da gravura em papel tem início no final do século XIV, mas é apenas no século XV que passa a ser desenvolvida na Itália e demais países europeus, como expressão artística e meio de divulgação.<sup>292</sup> Estampas avulsas passam a circular por toda a Europa, assim como figuras de santos e livros religiosos ilustrados, como forma de difundir e ensinar o discurso religioso cristão. Da mesma forma, as gravuras ornamentais que se consolidaram amplamente no século XIX, atenderam uma

<sup>289</sup> SANTOS, 2013.

<sup>290</sup> SANTOS, 2017.

<sup>291</sup> VALLE, Manuel; VALLE, Lucília Boullosa. *Ouro popular português*. Porto: Lello & irmão Editores, 1992.

<sup>292</sup> TERRA, Fernanda. *Mestres da Gravura*. Catálogo Exposição - Coleção Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Centro Cultural Correios, 2011.

demandava de um mercado europeu desde o século XVI, fornecendo repertórios decorativos a arquitetos, artistas e artesãos<sup>293</sup>.

As fontes impressas incluíam manuais de arquitetura e ornamentação, tratados teóricos, edições de pranchas e gravuras avulsas, que provinham dos grandes centros europeus, como Itália, França, Holanda e Alemanha, também servindo como fonte de atualização estilística para mestres, oficiais e aprendizes<sup>294</sup>. Além da circulação das fontes impressas, estilos artísticos puderam atingir uma divulgação internacional a partir das viagens de artistas e o comércio de obras de arte<sup>295</sup>.

A técnica do desenho, como já vimos, era essencial ao trabalho do ourives e, sua prática, uma exigência dos confrades de Santo Elói na formação do aprendiz. É possível que, dentre os funcionários de uma grande oficina, houvesse aquele que se especializava na atividade do desenho, esboçando as encomendas e apresentando modelos a clientela.<sup>296</sup> A aprendizagem nas oficinas prevalecia, mas alguns artistas conseguiam se aperfeiçoar na arte do desenho e escultura, também no âmbito acadêmico. Em Roma, destaca-se o trabalho do ourives, metalista e fundidor Francesco Giardoni, que recebeu, além da formação oficinal, formação artística na Academia de São Lucas. Filho do também ourives Fillipo Giardoni, teve sua maior atividade na primeira metade do setecentos, realizando encomendas para Portugal<sup>297</sup>.

Em se tratando das obras de ourivesaria barroca produzidas na Itália, Teresa Leonor realiza uma análise a partir dos desenhos da oficina Valadier,<sup>298</sup> apresentando gravuras produzidas que serviram para uso múltiplo e aquelas de uso único. Considerando o tipo de desenho, a pesquisadora identifica a técnica empregada na produção do objeto, a exemplo dos

<sup>293</sup> PAIM, Gilberto. *A beleza sob suspeita. O ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

<sup>294</sup> FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “A Gênese formal e simbólica do retábulo de N. Sr. Do Bonfim da Bahia e seus derivados”. *Revista de arte Ohun*, n. 1, 2004, p. 1-26.

<sup>295</sup> OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

<sup>296</sup> MONTAGU, Jennifer. “O Álbum Weale revisitado”. In: *De Roma para Lisboa. Um Álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: SCML, Museu de São Roque, 2015.

<sup>297</sup> VALE, Teresa Leonor M. “Testemunhos brônzeos do Setecento romano em Lisboa. As molduras do Ecce Homo e da Virgem Orante do Museu Nacional de Arte Antiga e outras obras de Francesco Giardoni”. *Revista De Artes Decorativas*, (6), 2012, 127-150.

<sup>298</sup> Família de ourives e fundidores com produção, em Roma, nos séculos XVIII e XIX. O pai, Andrea Valadier, nasceu na França e foi para Roma, com residência estabelecida no ano de 1714, onde aprendeu o ofício de ourives. Os filhos Luigi e Giuseppe Valadier seguiram a profissão do pai. Ver: VALE, Teresa Leonor. “Da arte e da técnica: os desenhos como fonte de informação da prática artística. A oficina dos Valadier, ourives romanos dos séculos XVIII e XIX”. *Quintana: Revista do Departamento de História da Arte*, (20), 2021, p. 1-16.

desenhos com contornos perfurados. Nesta tipologia o molde perfurado era colocado sobre o metal e as perfurações serviam como guia para o ourives trabalhar o contorno do desenho, punctionando. Outro tipo analisado apresenta, além do desenho propriamente dito, anotações específicas sobre o objeto, incluindo informações acerca de materiais e técnicas a serem utilizadas.

Assim como Giardoni e a família Valadier, outros ourives se destacaram na produção de desenhos, com estudos importantes para a compreensão do processo de concepção e elaboração das obras de ourivesaria. Citaremos alguns trabalhos com gravuras reunidas e apresentadas ao público pelos seus projetistas, especialmente as que tratam de ourivesaria religiosa.

A coleção de estampas francesas de 1690, que integra o *Livre de Desseins pour Toute Sorte d'ouvrages d'Orfèvrerie et ornements propres à plusieurs sortes d'arts* (Livro de desenhos para todo tipo de ourivesaria e ornamentos específicos para diversos tipos de artes), do ourives Michel Paul Mounton<sup>299</sup>, apresenta um repertório de imagens para qualquer artista qualificado, com composições ornamentais naturalistas e figuras angelicais, como *putti* e querubins. Todos os objetos litúrgicos apresentam características estilísticas do seiscentos, com grande predominância de decoração vegetalista trabalhada em folhas de acantos estilizadas e anjos. Uma interessante composição aparece na capa principal do livro, onde se vê duas figuras masculinas, que se assemelham a querubins, realizando trabalhos de ourivesaria, como martelagem e cinzelado. Ao redor, inúmeros objetos da liturgia cristã compõem o cenário que tem, ao fundo, um frontispício.

A obra de Juste-Aurèle Meissonnier é conhecida como uma das fontes impressas de maior divulgação e referência do rococó francês. Nascido na Itália, no ano de 1695, Meissonnier migrou para Paris tornando-se um renomado ourives, escultor, pintor, arquiteto e desenhista. Foi nomeado, em 1724, mestre ourives e designer de Luís XV. Em um conjunto de estampas, o ornamentista elabora objetos valorizando composições assimétricas e movimentadas, incluindo desenhos de plantas, motivos arquitetônicos, mobiliário e ornamentos.

---

<sup>299</sup> MOUTON, M. P. *Livre de Desseins pour Toute Sorte d'ouvrages d'Orfèvrerie et ornements propres à plusieurs sortes d'arts Inventé et Gravé par S.r MP. Mouton Orfèvre à Lyon natif de mons en hainault*, 1690. Disponível : <https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/53102-livre-de-dessins-pour-toute-sorte-d-ouvrages-d-orfevrerie-et-ornements-propres-a-plusieurs-sortes-d-arts?offset=1>. Acesso em 20 de maio de 2024. Tradução nossa.

Conhecido pelo gênero “pitoresco”, essas gravuras ornamentais começam a circular na França e em outros países a partir de 1734, ano da publicação da série dos seis *Livres d'Ornements de Meissonier* (Livro de ornamentos de Meissonier)<sup>300</sup>. Algumas placas figuram desenhos de objetos religiosos, a exemplo de uma Custódia executada para as freiras Carmelitas de Poitiers, em 1727, além de cruz de altar, cibório, turíbulo, naveta, castiçais e lampadários<sup>301</sup>.

Em *Éléments d'Orfèvrerie* (Elementos de Ourivesaria)<sup>302</sup>, o ourives e joalheiro parisiense, Pierre Germain, apresenta seu processo criativo a partir das gravuras de objetos de ourivesaria de uso religioso e civil. O livro é dividido em duas partes, com a primeira delas dedicada às representações de objetos religiosos com elementos ornamentais que vão das formas mais sóbrias até as mais elaboradas, com traços sinuosos e movimentados.

**Figura 24a - Desenho da Custódia do Livro de Meissonier, 1727 , à esquerda; Figura 24b - Cálice assinado por Pierre Germain, 1751, à direita**



Fontes: *Oeuvre de Juste Aurèle Meissonnier*, 1727; *Éléments d'Orfèvrerie*, 1748.

<sup>300</sup> OLIVEIRA, 2003. *Oeuvre de Juste Aurèle Meissonnier peintre sculpteur architecte et dessinateur de la chambre et cabinet du roy : Première partie exécutée [sic] sous la conduite de l'auteur, 18e siècle*. Disponível em: <<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/10415-oeuvre-de-juste-aurele-meissonnier>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022. Tradução nossa.

<sup>301</sup> Ibidem.

<sup>302</sup> *Éléments d'Orfèvrerie Divisés en deux Parties de Cinquante Feuilles Chacune Composée par Pierre Germain Marchand Orfevre Joaillier A Paris, 1748.* Disponível em: <<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/35681-elements-d-orfevrerie-composes-par-pierre-germain-ain>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022. Tradução nossa.

O designer ornamental e entalhador italiano Filippo Passarini lança, em 1698, o livro *Nuove inventioni di ornamenti d'architettura e d'intagli diversi* (Novas invenções de ornamentos arquitetônicos e esculturas diversas)<sup>303</sup>, que parece ter tido ampla divulgação em território luso. A publicação apresenta modelos ornamentais para frisos, mobiliário, fontes, objetos de ourivesaria, incluindo objetos da liturgia cristã. O estilo barroco prevalece nos desenhos, com intenso exagero decorativo. Segundo estudos de André Afonso, as obras da publicação de Passarini, assim como as de Giovanni Giardini, no livro *Disegni diversi inventati e delineati da Giovanni Giardini* (Diferentes designs inventados e delineados por Giovanni Giardini)<sup>304</sup>, publicado em 1714, também em Roma, configuram-se como:

um dos principais eixos de divulgação, em Portugal, dos modelos compostivos e ornamentais de artes decorativas do tardo-barroco romano e que serão longa e intensamente glosados na produção de ourivesaria portuguesa de parte significativa do século XVIII<sup>305</sup>.

Na primeira metade do setecentos, Portugal assiste a um desenvolvimento artístico e cultural que leva o ensino das artes e a produção gráfica a um patamar de excelência no país. Com uma conjuntura econômica favorável, em virtude das grandes remessas de metais preciosos extraídas do Brasil, D. João V (1689-1750), o rei conhecido como Magnânimo, vive um momento de abundância financeira, consolidando seu reinado como um dos mais significativos para as artes, atingindo posição de prestígio e importância internacional. Conhecido pelo gosto extravagante, D. João tinha paixão pelos rituais esplendorosos dos serviços religiosos e buscava imitar as maneiras do rei Luís XIV, da França<sup>306</sup>. No seu governo foi criada a Academia Real de História Portuguesa com a formação das primeiras aulas de arte com ensino de literatura, pintura, desenho e gravura artística. A contratação de artistas estrangeiros, de grandes centros europeus, possibilitou a troca de conhecimentos, contribuindo para a qualificação, renovação artística e o surgimento de gravadores mais capacitados<sup>307</sup>.

Nesse cenário de fausto e riqueza, o monarca decide elevar a capela manuelina do Palácio Real ao título de basílica, denominando-a Basílica Patriarcal, dando a este espaço benefícios litúrgicos e um especial acervo artístico. Da mesma forma D. João edifica, na

<sup>303</sup> PASSARINI, Filippo. *Nuove inventioni di ornamenti d'architettura e d'intagli diversi*. Roma: Domenico de Rossi, 16[??]. Disponível em: <<https://purl.pt/21802>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022. Tradução nossa.

<sup>304</sup> *Disegni diversi inventati e delineati da Giovanni Giardini*, 1714. Disponível em: <[https://archive.org/details/gri\\_33125008675809/page/n113/mode/2up](https://archive.org/details/gri_33125008675809/page/n113/mode/2up)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022. Tradução nossa.

<sup>305</sup> AFONSO, André das Neves. “Composição e ornamento numa relevante alfaia litúrgica. A urna do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Julião de Setúbal”. *Revista de História da Arte*, n.8, 2017, p. 57-70.

<sup>306</sup> BOXER, Charles. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969.

<sup>307</sup> BATISTA, Jorge. “Contributos para o percurso da gravura e do ensino artístico em Portugal entre os séculos XVIII e XIX”. *Revista Visuais*, v. 5, n. 2, 2019, p. 85–105, 2019.

Igreja lisboeta de São Roque, a capela real de São João Batista, um monumento desenhado e elaborado pelos mais afamados artistas e artífices italianos, sendo posteriormente transportado e montado, peça a peça, e inaugurado em 1751<sup>308</sup>.

A Basílica Patriarcal torna-se o espaço destinado aos ceremoniais litúrgicos romanos que D. João procurava reproduzir em Lisboa, encomendando uma grande quantidade de obras de arte, sobretudo objetos de prata. “Assim, a ourivesaria assume particular protagonismo, sendo elevadíssimo o volume de encomendas efetuadas e concretizadas, sobretudo em contexto romano”<sup>309</sup>. Da mesma forma, obras de ourivesaria e outras obras ornamentais passam a ser produzidas, a pedido de D. João, destinadas a servir a Capela Real de São João Batista. Desses dois valiosos patrimônios arquitetônicos, apenas a Capela de São João resistiu ao terremoto ocorrido em Lisboa, no ano de 1755<sup>310</sup>.

Para a compreensão do conjunto de encomendas joaninas e sua importância no âmbito da arte decorativa e da ourivesaria sacra, é fundamental o reconhecimento de um álbum de desenhos produzido na Itália, por volta de 1740, conhecido como *Álbum Weale*<sup>311</sup>. O álbum apresenta um minucioso registro, tanto escrito como desenhado, das encomendas de obras italianas, solicitadas por D. João, para a decoração e uso nos dois monumentos citados: a Capela real e a Patriarcal. As obras produzidas influenciaram a arquitetura, pintura e, sobretudo, as artes decorativas e a dinâmica da produção artística em Portugal e na Europa, no século XVIII e, possivelmente, a produção artística no Brasil.

O *Álbum Weale* viaja de Lisboa até o Brasil, trazido junto com a biblioteca real portuguesa, quando da sua transferência para o Rio de Janeiro, em 1810, em virtude da vinda da família real. Segundo dados dos pesquisadores, durante essa transferência o livro, assim como outras coleções, foi roubado e levado para Inglaterra. Foi encontrado apenas em 1995

<sup>308</sup> PIMENTEL, António Filipe. *A encomenda prodigiosa. Do Patriarcal à Capela de São João Batista. Catálogo de Exposição do Museu Nacional de Arte Antiga*. Portugal: Museu São Roque, Santa Casa de Misericórdia, 2013.

<sup>309</sup> VALE, Teresa Leonor Magalhães do. “Entre castiçais, vasos, bustos de santos e estátuas de apóstolos: ceremonial e aparato barroco do altar da Patriarcal joanina”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.1, 2<sup>a</sup> série, 2014, p. 195-211; p. 200.

<sup>310</sup> VALE, 2014.

<sup>311</sup> O nome faz referência ao editor inglês John Weale, que esteve de posse do livro por um período. Este, é composto por 160 folhas numeradas, recto e verso, com o registro das encomendas de D. João, reunidos pelo embaixador da família real, Manuel Pereira de Sampaio, sob o título de *Libro degli Abbozzi de Designi delle Commissioni che si fanno in Roma per Ordine della Corte*. A intenção do embaixador era esclarecer e comprovar os gastos do rei com as obras de arte, em virtude de algumas críticas com relação aos gastos do monarca. Ver: VALE, 2014.

pelo especialista em desenho, estampa e arte decorativa Peter Fuhring, entre os manuscritos da biblioteca da Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris<sup>312</sup>.

**Figura 25a - À esquerda, desenho da Custódia da Capela de S. João Batista, por Tommaso Politi (1717-1796); Figura 25b - Desenho do Lampadário para a Capela de S. João Batista, por Francesco Beislach (1702-1762), à direita**



Fonte: *Catálogo De Roma para Lisboa*, 2015.

Sabemos que a reprodução de gravuras editadas na Europa foi amplamente utilizada no Brasil, haja vista a conhecida e já estudada produção pictórica de José Joaquim da Rocha e seus discípulos<sup>313</sup>. Gravuras, missais e riscos influenciaram, sobremaneira, a produção de arte sacra católica e, muito provavelmente, de objetos de uso litúrgico. Para Freire,

O uso dessas gravuras impunha-se pelo controle da Igreja Católica tridentina quanto a iconografia decente das figuras sagradas, por isso a impressão recebia a autorização papal, garantia de não haver nenhum desrespeito ou heresia, das tantas

<sup>312</sup> MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. “Roma, Lisboa, Rio de Janeiro, Londres e Paris. A longa viagem do Álbum Weale (1745-1995) revisitada”. In: *De Roma para Lisboa. Um Álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: Museu São Roque, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, p. 39-57.

<sup>313</sup> Conhecido pela sua atuação na Bahia, no século XVIII, com obras de quadratura no teto de importantes igrejas de Salvador, Recôncavo baiano, Sergipe, João Pessoa e Paraíba. Seu nome se destaca como fundador da Escola Baiana de Pintura. Ver: OTT, Carlos. *A Escola Bahiana de Pintura 1764-1850*. São Paulo: MWM Motores Diesel, 1982. Sobre o uso da gravura nas composições pictóricas do artista José Joaquim da Rocha ver FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “As “Arma Christi” de Eli Du Bois e José Joaquim da Rocha”. In: *Revista Museu*, IV série, n.8. Publicação do Círculo Dr. José Figueiredo, 1999, p. 151- 181.

praticadas pelos protestantes para desmoralizar o culto dos santos, das relíquias e o próprio catolicismo<sup>314</sup>.

Segundo Fátima Hanaque,

Por manter-se a sede do governo português até 1763, em Salvador, e do Arcebispado do Brasil ter sido influenciado pelas Constituições Primeiras da Bahia, foi grande a participação de artistas, alguns vindos de outras províncias ou além-mar, assim como, de origem baiana, na decoração das construções oficiais e religiosas<sup>315</sup>.

Até a oficialização do ensino artístico no Brasil com a chegada da Missão Artística Francesa e a fundação da Real Escola de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, a transmissão do saber artístico acontecia através dos artesãos provenientes das oficinas, como vimos. É possível que, assim como a Irmandade de Santo Elói de Lisboa, aqui no Brasil, os irmãos ourives tenham adotado aulas de desenho para os aprendizes do ofício, utilizando o recurso didático de cópia de estampas e gravuras que transitavam entre regiões diversas, sobretudo, entre a Metrópole e a colônia brasileira. Apesar da dificuldade em encontrar registros dessas fontes no Brasil, Freire destaca que, na Bahia, os discípulos da aula militar já tinham contato com tratados europeus de arquitetura e geometria do século XVIII. Esses desenhos, dos anos de 1778 e 1779 podem ser encontrados no Arquivo Ultramarino<sup>316</sup>.

Não temos notícia sobre a existência de ourives nessas aulas, porém, o vínculo militar não era incomum a alguns oficiais mecânicos. O próprio Joaquim Alberto da Conceição Matos, como vimos na seção anterior, além de ourives era capitão do Forte do Barbalho. É muito provável que ele tenha passado por aulas de desenho e arquitetura militar. Sobre a confecção do sacrário da antiga Sé da Bahia, encomendado ao Capitão Joaquim Matos, Marieta Alves comenta que o ourives, em março de 1793, havia alterado o risco do sacrário e, em agosto do mesmo ano, apresenta dois moldes de sacrários de madeira para escolha dos irmãos representantes da Mesa<sup>317</sup>, o que configura o conhecimento desse ourives na arte do desenho. Quanto aos moldes, o mais comum era que os ourives recorressem a oficinas de

<sup>314</sup> FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “José Joaquim da Rocha e a Escola Baiana de Pintura; entre a oralidade, a crônica e a documentação”. *Perspectiva Pictorum*, 2(2). 2024, p. 207-229.

<sup>315</sup> CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. “O novo e o velho. Mestres aprendizes na pintura baiana, (1790-1850)”. In: *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas VII Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte, Porto, 2005, p. 367-372.

<sup>316</sup> FREIRE, 2006.

<sup>317</sup> ALVES, 1962.

entalhadores para a confecção dessas peças<sup>318</sup>, contudo, não descartamos a possibilidade deste ourives produzir seus próprios moldes para apresentar aos encomendantes.

Apesar de não termos comprovação documental de sua atividade militar, o ourives João da Costa Campos também era conhecido como Capitão. Na documentação de batismo de uma de suas filhas, também apresentada em seção anterior, e em outras duas documentações de batismos referente a seus escravizados, o ourives é denominado Capitão João da Costa Campos<sup>319</sup>.

No início do século XIX, Alexandre Lefranc publica em Paris, *Recueil de dessins d'orfèvrerie à l'usage des marchands et fabricantes orfèvres*.<sup>320</sup> Dividido em duas partes, na primeira são apresentados modelos de serviço de mesa, como cafeteiras, açucareiros, molheiras, talheres e a segunda parte é composta por desenhos de objetos de uso nas Igrejas como cibórios, cruzes, cálice, porta-paz, dentre outros.

Os livros religiosos ilustrados, especialmente o Missal Romano, que compilava textos da missa segundo os princípios da Cúria romana, também serviram como fonte de inspiração para artistas e artesãos. Trazidos inicialmente pelas ordens religiosas que se instalaram na colônia, eram também usados em agremiações religiosas para a correta prática dos ritos litúrgicos, sendo geralmente compostos de gravuras, muito utilizadas como referência na produção pictórica das Igrejas.<sup>321</sup> Ressaltamos a possibilidade dessas imagens também terem servido como fontes de inspiração para a produção de objetos litúrgicos, na ourivesaria, visto que algumas trazem modelos de ostensórios, cálices, turíbulos e navetas e outros objetos que valorizavam a imagem do Santíssimo Sacramento da Eucaristia. As inúmeras reproduções desse tipo de gravura serviram a um propósito didático e catequizante.

---

<sup>318</sup> FERNANDES, 2005.

<sup>319</sup> ACMS, *Livro de Batismos, Catedral da Sé, 1770-1790*. fls. 143r-143v.

<sup>320</sup> LEFRANC, Alexandre. *Recueil de dessins d'orfèvrerie à l'usage Des Marchands et Fabricants Orfèvres, Contenant tout ce qui a rapport au Service de la Table, de l'Eglise, etc.* Paris, 18[??]. Disponível em: <<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/viewer/36434/?offset=#page=7&viewer=picture&o=bookmark&n=0&q=>>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

<sup>321</sup> Ver: SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830)*. 381f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

Figura 26 - Missal Romano (detalhe), 1726



Fonte: *Missale Romanum*. Antuérpia: Ex Typografia Plantiniana, 1726.

Figura 27 - Missal Romano (detalhe), 1781



Fonte: *Missale Romanum*. Lisboa: Ex Typografia Regia, 1781.

## Capítulo 3

### Catolicismo na Bahia colonial: manifestações religiosas e devocionais

#### **Primeiros registros de liturgia e expansão católica na cidade de São Salvador da Bahia**

O impulso expansionista de Portugal com o empreendimento da conquista de terras para a Coroa, pautado, sobretudo, por interesses comerciais, esteve unido a grande missão eclesiástica evangelizadora da Igreja Católica, que buscava almas para Deus através da conversão e catequese dos povos conquistados. Embarcando para terras distantes, em naus que rumavam ao “novo mundo”, a presença de religiosos era imprescindível, cumprindo o papel de orientadores espirituais e auxiliando também como médicos diante das diversas doenças que acometiam a tripulação<sup>322</sup>. Assim, como salientou Charles Boxer, ao analisar esse processo, “a íntima e inseparável relação entre cruz e coroa, trono e altar, religião e império, foi uma grande preocupação para os monarcas, ministros e missionários”<sup>323</sup>.

No caso da América portuguesa, os primeiros lusitanos se estabeleceram na então denominada Ilha de Vera Cruz, com um grupo primário formado por alguns franciscanos, liderados por Frei Henrique Soares Coimbra e, em 1549, como vimos, desembarcam os jesuítas liderados pelo português Manoel da Nóbrega. Da ação missionária dos franciscanos, nesse primeiro momento, sabemos que sua instalação definitiva aconteceu no ano de 1585, com a fundação do Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda (PE), e que atuaram durante os 49 anos iniciais de colonização. Para Iglesias, os franciscanos, “embora militantes na obra missionária da história do Brasil, foram muito pouco notados pelos historiadores brasileiros”, ocasionando, entre outros problemas, em uma visão hegemônica da atuação jesuítica em terras de conquista<sup>324</sup>.

Com o propósito de implantar uma cristandade nas terras recém-descobertas, esses primeiros religiosos traziam consigo as manifestações do culto católico com todas as suas

---

<sup>322</sup> SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

<sup>323</sup> BOXER, Charles. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 97.

<sup>324</sup> IGLESIAS, Tania Conceição. “Fontes franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na história da educação brasileira”. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 11, n. 43, 2012, p. 254–267; p. 255. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639941/7504>>. Acesso em 15 de abril de 2021.

características culturais, materiais e simbólicas, que foram sendo inseridas e adaptadas à realidade local a partir das ações evangelizadoras-educacionais e das práticas ritualísticas.

Encontramos no primeiro registro documental desse processo de construção do que hoje chamamos de Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha. Além da descrição sobre as novas terras, o relato da primeira missa realizada em 26 de abril de 1500 celebrada por Frei Henrique Coimbra oficializando, em nome de Deus, a posse da terra. A cruz, símbolo máximo da fé cristã, foi erguida como forma de marcar essa posse no dia em que se comemorava uma das celebrações mais importantes do culto cristão: a Páscoa. Em *História do Brasil*, no capítulo primeiro, frei Vicente do Salvador<sup>325</sup> também nos deixa um relato sobre a primeira missa, fazendo referência ao benefício do Sagrado Sacramento para a conversão daqueles a quem ele chamou de “gentios” e o respeito destes ao verem os religiosos que aqui chegavam. Diz o texto:

Mas muito mais cresceu neles o respeito, quando viram a oito frades da ordem do nosso padre S. Francisco, que iam com Pedro Álvares Cabral, e por guardião o padre frei Henrique, que depois foi bispo de Ceuta, o qual disse ali missa, onde os gentios ao levantar da hóstia e cálice se ajoelharam e batiam nos peitos como faziam os cristãos, deixando-se bem nisto ver como Cristo Senhor Nossa neste divino sacramento domina os gentios, que é o que a igreja canta no Invitatório de suas matinas, dizendo: Christum regem dominantem gentibus, qui se manducantibus dat spiritus pinguedinem, venite adoremus<sup>326</sup>.

A carência de alfaias para o culto nos primeiros anos da colonização brasileira certamente dificultava o ofício dos religiosos, pois é comum encontrar textos desse período relatando essa dificuldade. Destacamos um desses registros em *Cartas do Brasil*, do padre Manoel da Nóbrega, em que o religioso declara:

Recebemos aqui tudo segundo nos haveis escrito, isto é, duas caixas com livros e ornamentos para as igrejas, os quais eram muito necessários, porque com a ajuda do Senhor se farão igrejas em muitos lugares. Quizeramos que nos mandássemos mais algumas campainhas pequenas e grandes e igualmente cálices, ainda que sejam de metal, não podendo mais ser, e tudo o que é preciso para a missa, como o vinho e

<sup>325</sup> Considerado o primeiro historiador brasileiro, o religioso franciscano frei Vicente do Salvador nasceu por volta de 1564, em Matuim, Salvador-Ba. Filho de imigrantes portugueses, estudou no Colégio dos Jesuítas, em Salvador, e Direito, na Universidade de Coimbra. De volta a Salvador e após breve trabalho no clero secular, resolve ingressar na ordem mendicante dos franciscanos, recebendo o hábito no ano de 1599 e a admissão dos votos em 1600. Trabalhou na evangelização dos indígenas na Paraíba, lecionou no convento de Olinda, fundou o convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro e foi eleito guardião de Salvador no ano de 1633. Escreveu o livro *História do Brasil* em 1627, falecendo, porém, antes da sua publicação. Para saber mais, ver: WILLEKE, Frei Venâncio. “Frei Vicente do Salvador, OFM”. *Revista de História*, São Paulo, v. 26, n. 54, 1963, p. 295–307, 1963. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121966/118788>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

<sup>326</sup> SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2010, p. 66.

farinha, mas acima de tudo, muitos Irmãos para plantarem esta nova vinha do Senhor<sup>327</sup>.

Em *Tratado Descritivo do Brasil*, o autor nos dá informações acerca de objetos de culto para missas, no ano de 1551, trazidos pelo então bispo Dom Pedro Fernando Sardinha, a quem destaca ser “pessoa de muita autoridade, grande exemplo e extremado pregador, o qual levou toda clerecía, ornamentos, sinos, peças de prata e outras alfaias do serviço da igreja, e todo o mais conveniente ao serviço do culto divino”<sup>328</sup>. No capítulo XXXII relata ter, na Bahia e Recôncavo, naquele momento, um total de “sessenta e duas igrejas, em que entra a Sé e três mosteiros religiosos”, estando todas elas “limpas e providas de ornamentos, em as quaes nos dias do orago, se lhe faz muita festa”<sup>329</sup>.

É incomum o relato de Gabriel Soares de Sousa com relação ao provimento de ornamentos para as Igrejas naquele momento, pois, conforme citamos, a maioria das declarações encontradas sobre o assunto ressaltam a falta de alfaias e qualquer tipo de aparato usado para as cerimônias, conforme registro em uma carta escrita pelo padre Luís da Grã ao padre Doutor Torres, no ano de 1561, em *Cartas Jesuíticas*:

Está esta casa tão falta de coisas necessárias para fundar igrejas, que nem cálices, nem pedras d'aras, nem retábulos, nem missais, nem vestimenta, frontal, toalhas, etc, temos. Vossa Reverendíssima, por amor do Senhor, nos faça haver alguma esmola destas cousas<sup>330</sup>.

No ano de 1551 é criada a Diocese de São Salvador da Bahia<sup>331</sup>, tendo início a organização efetiva da vida eclesiástica da cidade com a nomeação do primeiro bispo em terras brasileiras, o sacerdote da Diocese de Évora, Dom Pedro Fernandes Sardinha, cabendo a este “pregar a Palavra, converter os gentios, organizar o povo cristão em comunidades paroquiais e dar-lhes párocos e auxiliares”<sup>332</sup>. Dessa forma, Salvador passa a ser o centro da administração religiosa da América Portuguesa<sup>333</sup>. No ano de 1676, a diocese é elevada a

<sup>327</sup> *Cartas Jesuíticas I (Cartas do Brasil)*, 1931, p. 111.

<sup>328</sup> SOUZA, 1879, 382, p. 104.

<sup>329</sup> SOUZA, 1879, p.142.

<sup>330</sup> *Cartas Jesuíticas II (Cartas Avulsas)*, 1931, p.292.

<sup>331</sup> A criação da Diocese de Salvador se deu a partir da Bula Super Specula Militantis Ecclesiae, de 25 de fevereiro de 1551, instituída pelo Papa Júlio III, desmembrando as terras que a passam a constituir do arcebispado do Funchal. Ver: KRIEGER, D. Murilo S.R. *Documentos de fundação e outros registros da Arquidiocese de São Salvador da Bahia – Sede Primacial do Brasil*. Salvador: UCSalPRESS, 2019.

<sup>332</sup> KRIEGER, 2019, p. 15.

<sup>333</sup> Entre os séculos XVI e XVII foram bispos: D.Pedro Fernandes Sardinha (1551-1556); D. Pedro Leitão (1558-1573); D. Antônio Barreiros (1575-1600); D. Constantino Barradas (1602-1618); D. Marcos Teixeira de Mendonça (1621-1624); D. Miguel Pereira (1627-1630); D. Pedro da Silva Sampaio (1632-1649) e D. Estevam dos Santos (1670-1672). (KRIEGER, 2019, p. 89).

Arquidiocese, o que, segundo Feitler e Souza “fará aumentar a necessidade de afirmação da preeminência da jovem Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos”<sup>334</sup>.

A partir da necessidade em expandir seus territórios religiosos a Igreja Católica foi se estabelecendo, inicialmente ocupando espaços precários e modestos, com pequenas capelas de madeira e palha, de fácil deterioração e que, anos depois, foram refeitas com materiais mais duradouros, como pedra e cal. Segundo Flexor, Salvador teve seus primeiros edifícios religiosos situados fora dos muros da cidade, a exceção da capela de Nossa Senhora da Ajuda, construída de forma improvisada pelos jesuítas quando chegaram com o governador Tomé de Souza e da capelinha que deu origem a Igreja da Conceição da Praia, esta edificada na parte baixa da cidade. Ainda segundo a autora, das igrejas construídas nos primeiros séculos de colonização, poucos registros são encontrados pois a maioria foram demolidas ainda naquele período, devido a frágil estrutura de materiais com as quais foram erguidas<sup>335</sup>.

A ocupação do sítio aconteceu seguindo o modelo de urbanização portuguesa, com a organização das funções administrativas, religiosas e residenciais, na Cidade Alta e o comércio e o porto, na Cidade Baixa. Todo o processo de povoamento e organização urbana envolvia também a construção de igrejas, mosteiros e locais de culto. Sobre isso Azzi observa que a Igreja no Brasil esteve, em sua organização institucional, totalmente vinculada a Portugal através de uma série de bulas papais que davam aos reis direitos espirituais sobre as suas colônias, o que causou uma total dependência dos religiosos com a Coroa Portuguesa<sup>336</sup>.

O controle dos Jesuítas na conversão dos indígenas deu a eles absoluta liderança no serviço educacional até a data da sua expulsão, em 1759. O sistema adotado para a conversão dos “infieis” implicava em organização de aldeamentos com educação imposta de forma rígida, em severo regime de obediência e, como já citado, investimento na criação de escolas, incluindo o ensino de ofícios. Apenas no final do século XVI chegam ao Brasil religiosos pertencentes a outras ordens com o intuito de se estabelecer no território, como as ordens beneditina, carmelita e franciscana<sup>337</sup>.

Salvador, no final do século XVI, já desponta como a grande metrópole quinhentista do Brasil, concebida para ser a “cabeça do Estado”, sobretudo pela sua função

<sup>334</sup> FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. “Uma metrópole no ultramar português. A Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos”. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica*. Salvador: EDUFBA, 2016, p.129-162; p. 130.

<sup>335</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Igrejas e Conventos da Bahia*. Brasília: Programa Monumenta, 2010.

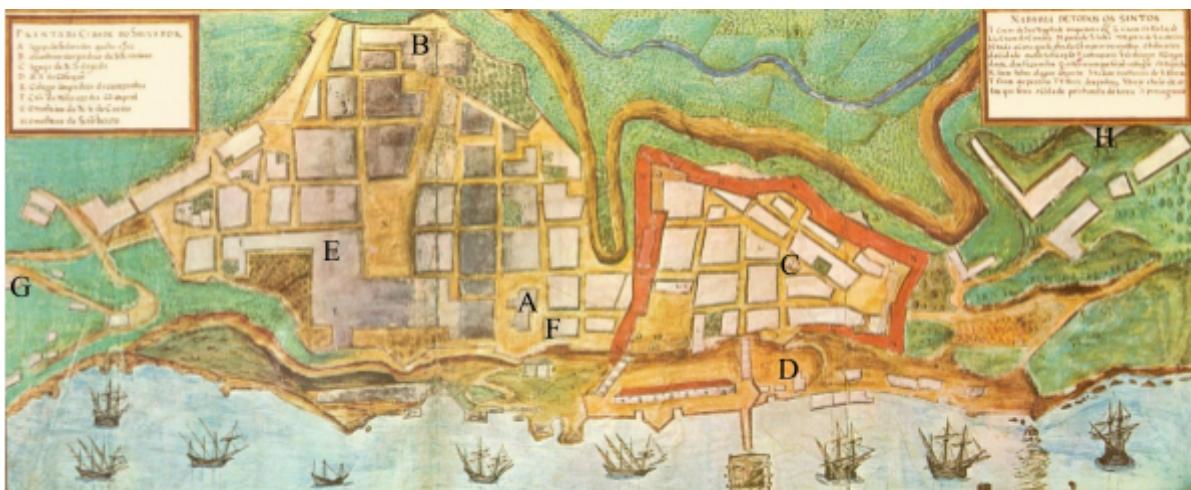
<sup>336</sup> AZZI, Riolando. *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. Rio de Janeiro: Paulinas, 1983.

<sup>337</sup> AZZI, 1983.

político-administrativa e religiosa. Ainda neste século, incorpora novas áreas em sua malha urbana, e, entre os anos de 1580 e 1640, amplia e reconstrói importantes edifícios públicos e religiosos, expandindo consideravelmente o número de templos católicos, com a edificação de novas igrejas e outros monumentos arquitetônicos<sup>338</sup>.

É possível ver no mapa a seguir, a dinâmica da organização e estabelecimento das diversas ordens religiosas na colônia, a partir da ocupação do território fora dos muros da cidade, o que poderia facilitar os trabalhos de catequização dos indígenas, contribuindo também para a expansão da área urbanizada para o sul, com os beneditinos, e para o norte com os jesuítas e carmelitas<sup>339</sup>.

**Figura 28 - Planta da Cidade do Salvador, 1605, por João Teixeira Albernaz<sup>340</sup>**



Fonte: Guia Geográfico - Cidade do Salvador. Disponível em: <<http://www.cidade-salvador.com/seculo17/inicio-seculo17.htm>>. Acesso em 15 de junho de 2021.

Em *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*, José Antônio Caldas identifica 78 freguesias, sendo 9 na cidade, 22 no Recôncavo, 13 nas Vilas do Sul, 18 no Sertão de baixo e 16 no Sertão de cima. Na cidade da Bahia, o autor relaciona as seguintes: São Salvador na Sé; Nossa Senhora da Conceição da Praia; Santíssimo Sacramento do Pilar; Santo Antônio Além do Carmo; Nossa Senhora das Brotas; Santíssimo Sacramento e Santa Anna; São Pedro; Santíssimo Sacramento do Rosário

<sup>338</sup> CARDOSO, Luiz Antonio F.; BAÊTA, Rodrigo E. “A construção da paisagem urbana da área central de Salvador: da fundação até finais do século XIX”. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LUDEÑA, Wiley (Orgs.). *Diálogos Metropolitanos Lima-Salvador: processos históricos e desafios do urbanismo contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 101-148.

<sup>339</sup> Ibidem.

<sup>340</sup> Legenda: A: Sé Primacial; B: Convento de São Francisco; C: Igreja de Nossa Senhora da Ajuda; D: Igreja da Conceição da Praia; E: Colégio dos Jesuítas; F: Santa Casa de Misericórdia; G: Convento do Carmo; H: Mosteiro de São Bento.

e Nossa Senhora da Vitória<sup>341</sup>. Caldas apresenta também informações sobre as Ordens Religiosas na cidade<sup>342</sup>:

<b>Tabela 5 – Ordens Religiosas em Salvador-BA</b>	
<b>Ordem Religiosa</b>	<b>Data de chegada ou de estabelecimento na cidade</b>
Jesuítas	1549
Carmelitas	1580
Beneditinos	1581
Capuchos de Santo Antônio de Pádua	1594
Agostinianos Descalços	1623
Carmelitas Descalços	1665
Clarissas - Desterro	1677
Capuchos de N. Sa da Piedade	1679
Recolhimento das Beatas da Ordem Franciscana – Capela dos Perdões	1729
Ursulinas – N. Sa da Soledade	17--
Convento de N. Sa da Conceição da Lapa (professas)	1744
Congregação de S. Felipe Neri	1756

Fonte: CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*. 2º Ed. Salvador: Memória e Arte, 2017.

Em seus estudos sobre as freguesias de Salvador, Anna Amélia Nascimento informa a criação de dez freguesias na cidade até o ano de 1760<sup>343</sup>. A autora apresenta a data de criação de cada uma delas, conforme quadro a seguir<sup>344</sup>:

<sup>341</sup> CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*. 2ª ed. Salvador: Memória e Arte, 2017, p. 72.

<sup>342</sup> Ibidem. A data completa referente ao Convento de Nossa Senhora da Soledade não está registrada no livro. Segundo Azzi (1992), 1739 é a data de fundação do Convento das Ursulinas da Soledade.

<sup>343</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador. Aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

<sup>344</sup> Essas datas divergem em algumas publicações sobre o tema.

<b>Tabela 6 - Freguesias de Salvador-BA</b>	
Freguesias	Data de criação
Sé	1552
Nossa Senhora da Vitória	1561
Conceição da Praia	1623
Santo Antônio Além do Carmo	1646
Senhora de Sant'Ana	1679
São Pedro Velho	1679
Santíssimo Sacramento do Passo	1718
Nossa Senhora das Brotas	1718
Nossa Senhora do Pilar	1720
Nossa Senhora da Penha	1760

Fonte: NASCIMENTO, Anna Amélia V. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: Aspectos Sociais e Urbanos do Século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

As delimitações das freguesias foram definidas desde cedo, continuando nos séculos seguintes, sendo em número de seis no início do século XVIII, nove em meados deste século, crescendo para dez em 1760 e, em 1870, é criada a décima primeira. Constituíam-se como centro de atividades diversas, tendo como finalidade principal as funções religiosas de atendimento à comunidade com batizados, casamentos, sepultamentos e unção dos enfermos, envolvendo também a organização e realização de solenidades externas como as procissões<sup>345</sup>.

Voltando aos dados apresentados por José Antônio Caldas, o autor cita ainda três ordens terceiras ativas na cidade, sendo estas: Nossa Senhora do Monte do Carmo, São Francisco e São Domingo e complementa a descrição minuciosa dos elementos que compunham a esfera religiosa e eclesiástica, informando que:

Em toda Cidade, e sua capitania se achão para cima de 300 Igrejas, entre Capelas, Freguesias, Oratórios, Ermidas Conventos etcetera com mais de 2000 operários sacerdotes de Misa, e clérigos em ordens Sacras, e Adidos a Igreja<sup>346</sup>.

Com relação às Irmandades, destaca:

Há muitas Irmandades entre as quais he de São Pedro Clérigos que se faz a mais lustrosa por rica e opulenta, e da Misericórdia e dos Passos; do Santíssimo Sacramento há sete, todas riquíssimas, e outras muitas inumeráveis, em que se gasta todos os anos infinito cabedal, tudo dirigido para honra, e Glória de Deus, em salvação das Almas<sup>347</sup>.

<sup>345</sup> NASCIMENTO, 2007.

<sup>346</sup> NASCIMENTO, 2017, p. 48.

<sup>347</sup> CALDAS, 2017, p. 49.

Este é, pois, o primeiro cenário da presença da Igreja Católica no espaço brasílico, desde a chegada dos primeiros religiosos até a instalação definitiva de alguns dos principais conventos na cidade. Nos dois primeiros séculos, a imposição da fé esteve intimamente ligada à imposição da cultura e dos valores morais da sociedade portuguesa, através da conquista dos territórios, da busca por riquezas e catequese dos indígenas. Dessa forma, “em sua dezena de freguesias, o zoneamento canônico situava a Sé como núcleo irradiante e organizador da cidade religiosa, quer pelo título, quer pelo sítio no plano geral da urbe”<sup>348</sup>.

Para Azevedo, “a Igreja lutou desde os primeiros dias da colonização para formar um clero realmente piedoso e dedicado à sua missão, mas encontrou numerosos e difíceis obstáculos”<sup>349</sup>. Dentre esses desafios destacamos a formação teológica bastante limitada do clero, a falta de controle dos bispos sobre os clérigos irregulares, a distância entre as paróquias e a grande extensão do território brasileiro. Entretanto, apesar dessas dificuldades a Igreja torna-se, através da instituição do Padroado, um instrumento de apoio eficaz na organização de uma sociedade em formação.

Trazido para a colônia como religião oficial, o catolicismo que se estabelece no Brasil se apresenta ainda bastante vinculado ao mundo medieval e a “nova Igreja que se implanta busca inspiração na reforma tridentina, com sua característica clerical, sacramental, com ênfase no aspecto doutrinário da fé”<sup>350</sup>.

### **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: instrumento disciplinar das práticas sociais e religiosas**

Reconhecendo Salvador como a mais importante cidade da América Portuguesa, o Papa Inocêncio XI, conforme citamos, eleva a Diocese de São Salvador da Bahia à Arquidiocese e Sede Metropolitana, através da *Bula Inter pastoralis offici curas*, de 22 de novembro de 1676, após o falecimento do último bispo que havia governado a Diocese, D. Estevam dos Santos. Durante 216 anos a Arquidiocese de Salvador foi a única no país. Apenas em 1892 a Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro é elevada à Arquidiocese<sup>351</sup>.

---

<sup>348</sup> SILVA, Cândido Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 28.

<sup>349</sup> AZEVEDO, Thales. O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social. Salvador: EDUFBA, 2002, p. 46.

<sup>350</sup> AZZI, 1983, p. 15.

<sup>351</sup> KRIEGER, 2019, p. 16.

Até o final do século XVII, quatro arcebispos foram nomeados, sendo o primeiro deles D. Gaspar Barata de Mendonça (1676-1681), que renunciou ao cargo sem nunca ter vindo à Bahia. O segundo, D. João da Madre de Deus (1682-1686), teve um curto período de atuação, com duração de pouco mais de três anos, sendo responsável por lançar pedra fundamental no Convento das Clarissas. Faleceu vítima da febre amarela que assolava a cidade naquele momento. Assim como seu antecessor, o terceiro arcebispo, D. Manuel Ressurreição (1687-1691), teve uma breve atuação, também falecendo em virtude de febre amarela. Coordenou as ações que oficializaram, junto a Câmara de Salvador, São Francisco Xavier como padroeiro da cidade<sup>352</sup>. O quarto arcebispo, D. João Franco de Oliveira (1691-1700), conseguiu ocupar o cargo por um longo período, realizando, em seu governo, visitas diocesanas, penetrando os sertões até o Rio São Francisco, registrando avanços na interiorização da Igreja<sup>353</sup>.

Para Silva, “dos dias fundadores ao ano de 1676, quando elevada a Igreja Metropolitana, a Arquidiocese de São Salvador da Bahia dilatou em muito o seu espaço e a grande linha fronteiriça recortando-a para o interior, era agora o rio São Francisco”<sup>354</sup>. As atividades pastorais desses homens da Igreja, apesar de estarem inseridas em um contexto religioso, destacam-se muito mais por seu caráter administrativo e jurídico do que propriamente apostólico, com ações diretamente comprometidas com a estrutura do padroado<sup>355</sup>.

Avançamos para as próximas disposições da Igreja, com a chegada de D. Sebastião Monteiro da Vide, novo arcebispo a assumir o cargo em maio de 1702. O arcebispado de D. Sebastião é de singular importância para a compreensão da história da Igreja Católica e do catolicismo no Brasil colonial, sobretudo, pela sua ação efetiva na organização eclesiástica durante os vinte e um anos que esteve à frente da Arquidiocese.

Para Fleiter e Souza,

D. Sebastião dedicou-se com afinco à sua missão pastoral, ao engrandecimento da Igreja na sua diocese – através de uma série de construções e reformas que deram

<sup>352</sup> Em 1686, Salvador foi assolada pela febre amarela, popularmente chamada de “febre da bicha”. Com o desespero da população, os Jesuítas resolveram apelar pela intercessão do São Francisco Xavier que, segundo relatos, atendeu às súplicas dos devotos, cessando de imediato a peste. Como forma de gratidão, foi requisitado ao Senado da Câmara que o santo fosse considerado padroeiro da cidade. Em bula solene, de 10 de maio, S. Francisco Xavier foi proclamado padroeiro sendo, a partir desta data, reverenciado com festa e procissão anual. Cf. FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

<sup>353</sup> Cf. FEITLER; SOUZA, 2016; CALDAS, 2017; KRIEGER, 2019.

<sup>354</sup> SILVA, 2000, p. 49.

<sup>355</sup> AZZI, 1992.

continuidade ao trabalho dos seus antecessores – bem como ao enaltecimento da sua mitra no seio do mundo católico por meio do que parece ter sido uma verdadeira política editorial<sup>356</sup>.

Essa “política editorial” citada pelos autores refere-se, em especial, a promoção do Sínodo Diocesano, no ano de 1707, com a elaboração de normas e diretrizes de caráter canônico pastoral, que resultaram na publicação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, antes reguladas pelas Constituições de Lisboa<sup>357</sup>. Aprovadas em 1707 e impressas em 1719, as *Constituições Primeiras* apresenta um texto normativo e disciplinar das práticas religiosas no Brasil colônia, inspirado em outros documentos canônicos, porém, adaptado à realidade e às particularidades do Brasil<sup>358</sup>. Diz o texto introdutório:

E considerando Nós, que as ditas Constituições de Lisboa se não podião em muitas coisas acomodar a esta tão diversa Região, resultando dahi alguns abusos do culto Divino, administração da Justiça, vida e costumes de nossos súbditos: e querendo satisfazer ao nosso Pastoral ofício, e com oportunos remédios evitar tão grandes danos, fizemos, e ordenamos novas Constituições<sup>359</sup>.

A necessidade de realização do sínodo diocesano em terras brasileiras era uma preocupação não apenas do clero, mas também de importantes setores da sociedade baiana, a exemplo dos homens que compunham o Senado da Câmara, que se queixavam da falta de legislação para controle de certos abusos cometidos pelas autoridades eclesiásticas, incluindo a pouca moralidade dos clérigos. Essa insatisfação intensificou ainda mais a necessidade de elaboração do sínodo, com normatizações específicas, que já estava sendo planejado na gestão de D. João Franco de Oliveira, porém, sem alcançar sucesso.<sup>360</sup> Com a chegada de Monteiro da Vide, finalmente, a concretização do sínodo pode ser realizada colocando o arcebispo baiano em local de destaque, resultando, como observa Azzi, na publicação da “única legislação eclesiástica elaborada no Brasil durante o período colonial”<sup>361</sup>.

---

<sup>356</sup> FEITLER; SOUZA, 2016, p. 144.

<sup>357</sup> As constituições diocesanas serviam como um instrumento jurídico-pastoral, servindo para regulamentar a vida de uma diocese a partir do conjunto de disposições de direito, posturas disciplinares, orientações litúrgicas e pastorais. Ver: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. C-1, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 9.

<sup>358</sup> LAGE, Lana. “As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina no Clero do Brasil”. In: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (Orgs.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Ed Unifesp, 2011, p. 147-177.

<sup>359</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide*. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853, p. XXI.

<sup>360</sup> FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. “Estudo introdutório”. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: EDUSP, São Paulo, 2010, p. 7-75.

<sup>361</sup> AZZI, 1992, p. 177.

Esse conjunto normativo tem sido utilizado como fonte de pesquisa para muitos que se dedicam ao estudo da história da Igreja no Brasil colônia. Ao nosso trabalho, traz importantes informações acerca da organização material das Igrejas e da sua relação com as expressões artísticas que, naquele momento, estavam inteiramente voltadas à difusão e ensinamento das sagradas escrituras. Além disso, aponta caminhos de discussão a respeito da valorização das práticas sacramentais tão disseminadas pelas diretrizes tridentinas e que, ao nosso ver, influenciaram a produção dos objetos de ourivesaria sacra na colônia, notadamente no século XVIII.

Os debates que tratam da influência do Concílio de Trento no Brasil estão muito bem evidenciados nas discussões levantadas por Bruno Feitler, onde o mesmo apresenta alguns autores que levantam a possibilidade de o espírito reformista já estar presente na estratégia missionária jesuítica, assim como outros que sustentam a teoria de que a aplicação das normas tridentinas teria acontecido muito lentamente na América portuguesa, tornando-se mais efetiva a partir da promulgação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia<sup>362</sup>. Para nós, consideramos o posicionamento de Lage, que afirma:

No Brasil, a reforma tridentina só chegaria de forma sistemática no século XVIII, coincidindo com o longo reinado de Dom João V (1706-1750), apesar de os princípios que a orientaram estarem presentes desde o início da colonização, sobretudo por meio da ação dos Jesuítas, cuja ordem já encarnava o ‘espírito tridentino’ antes mesmo de o concílio dar início a suas várias e intermitentes reuniões<sup>363</sup>.

Antes de nos determos em algumas das disposições contidas no documento diocesano, é interessante ressaltar que a ação pastoral empreendida por D. Sebastião deu a ele subsídios para a definitiva concretização das Constituições Primeiras, possibilitando um conhecimento profundo das necessidades locais. Segundo Fleiter, as visitas diocesanas aconteceram de forma frequente no Brasil, entretanto, os longos períodos de vacância do cargo prejudicaram essas missões pastorais<sup>364</sup>. Fleiter e Souza destacam ainda que, apesar de não haver registros documentais detalhados acerca das suas visitas, é bastante provável que D. Sebastião tenha

<sup>362</sup> FLEITER, Bruno. “Quando chegou Trento ao Brasil?”. In: GOUVEIA, Antônio Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (Coords.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173.

<sup>363</sup> LAGE, 2011 p. 148. Lembramos que, de todos os concílios da Igreja, o sacrossanto concílio de Trento é, sem dúvida, o mais conhecido, estudado e questionado no âmbito da história da Igreja Católica, considerado como o grande momento em que a Igreja constitui definitivamente seu movimento de reforma interna como resposta a questionamentos surgidos nas primeiras décadas do séc. XVI. Tendo início no ano de 1545, Trento foi fundamentado a partir de inúmeros debates, embates e crises, sendo dividido em três períodos distintos: de 1545 a 1549 sob a autoridade do papa Paulo III, de 1551 a 1552, sob Júlio III e de 1562 a 1563, sob Pio IV. Ver: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. C-1, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 409.

<sup>364</sup> FLEITER, 2014.

seguido as determinações tridentinas que já vigoravam “preocupando-se tanto com as condições materiais das igrejas e outros edifícios religiosos, quanto com o estado espiritual dos fieis, pregando à população, instaurando devassas sobre situações pecaminosas e administrando o sacramento do crisma”<sup>365</sup>.

Outra ação bastante efetiva do arcebispo D. Sebastião foram as ereções de igrejas, que vinha acontecendo de forma gradual em gestões anteriores. No ano de 1718, o arcebispo conseguiu autorização do rei para ereção de vinte paróquias, com todas as despesas de côngruas pagas pela Fazenda Real<sup>366</sup>. Com isso, o arcebispo pretendia fortalecer a disciplina e modelo de vida cristã junto a comunidade, na tentativa de enquadrar a vida religiosa na América portuguesa o mais próximo possível das determinações tridentinas.

### **Dignidade e beleza no culto: normas para uso dos objetos em função ceremonial**

A obra diocesana está dividida em cinco livros, organizados da seguinte maneira: o Livro Primeiro trata de assuntos concernentes a doutrina e culto católico e dos sacramentos; o Livro Segundo aborda as questões ritualísticas da missa, esmola, guarda dos dias santos e domingos, jejum, bem como da cobrança de dízimos e oblações; o Livro Terceiro trata da moralidade do clero, indumentárias clericais, cumprimento do ofício divino, procissões, provimento das igrejas quanto a clérigos e sacerdotes, livros de registros das paróquias, funcionários eclesiásticos e conventos; o Livro Quarto refere-se a imunidade dos clérigos, edificação e reparação das igrejas, mosteiros, capelas e ermida, das santas imagens, do espaço sagrado das igrejas, ornamentos e mobiliários, do inventário dos bens móveis, testamentos, legados pios e enterramentos, das Confrarias e seus Compromissos; finalmente o Livro Quinto trata dos diversos atos de desrespeito e transgressões de cunho moral e religioso, bem como das respectivas penalidades adotadas para estes casos.

Não temos a pretensão de analisar o documento diocesano em sua totalidade, mas iremos nos deter a alguns itens que julgamos importante destacar para o entendimento de uma das hipóteses levantadas em nosso trabalho, no que diz respeito ao incremento da produção de objetos de ourivesaria sacra na cidade de Salvador, no decorrer dos setecentos. O que nos interessa são as diretrizes estabelecidas nas Constituições que influenciaram não apenas as realizações artísticas pictóricas, a configuração espacial dos templos e a devoção, mas também a produção de alfaias que certamente se multiplicam a partir da valorização do culto

---

<sup>365</sup> FEITLER; SOUZA, 2010, p. 14.

<sup>366</sup> Ibidem.

ao Sacramento da Eucaristia e das práticas sacramentais, disseminadas pelas constituições tridentinas.

Em Trento reafirma-se a doutrina acerca dos sete sacramentos, sendo estes: batismo, crisma, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordenação e matrimônio<sup>367</sup>. Para a Igreja era imprescindível que a população adotasse uma frequência regular, sobretudo, com relação ao sacramento da eucaristia e confissão, ou penitência, como forma de promover, de maneira mais efetiva, um controle moral e psicológico dos fieis<sup>368</sup>.

Como observa Jacques Le Goff,

Os principais instrumentos da dominação da Igreja foram a consolidação da teologia e a prática dos sacramentos. E como a Igreja é a única a distribuir os sacramentos, o homem não pode se salvar a não ser pela Igreja e graças à Igreja<sup>369</sup>.

Adotando as considerações tridentinas, os sacramentos recebem atenção especial no Livro Primeiro das Constituições Primeiras, com a instrução de que toda paróquia deveria ter um “manual dos sacramentos”<sup>370</sup>. Ao longo do texto, os ritos sacramentais vão sendo apresentados, sequenciados de forma minuciosa através da orientação da prática de gestos, palavras e intenções com o objetivo principal de conduzir o fiel a vivenciar a experiência com o sagrado e, sobretudo, vivenciar o mistério eucarístico que é manifestado no ato da missa, representado pelo sangue e corpo de Cristo, símbolos maiores da crença cristã<sup>371</sup>.

Considerado como o mais importante dos sacramentos, a eucaristia atinge seu momento de celebração durante a missa solene, lembrando a cena vivida por Jesus e seus

<sup>367</sup> Segundo a doutrina católica, os sacramentos foram instituídos por Cristo, entretanto, essa concepção não deve ser entendida em sentido histórico, uma vez que essa estrutura foi organizada e estabelecida pela Igreja a partir de inúmeras discussões doutrinárias e disciplinares acontecidas durante as assembleias conciliares que atravessam toda história secular da Igreja. Os três primeiros sacramentos, batismo, confirmação e eucaristia referem-se à iniciação e alicerces de toda vida cristã. A Penitência e a Unção dos Enfermos são chamados sacramentos da cura e os demais, ordem e matrimônio, são denominados sacramentos a serviço da comunidade. Cf. VATICANO, Catecismo da Igreja Católica, (§ 1210-1211). Disponível em: <[https://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/indice\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/indice_po.html)>. Acesso em 10 de maio de 2023.

<sup>368</sup> PAIVA, José Pedro. “A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas”. In: GOUVEIA, Antônio Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (Coords.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 13-40.

<sup>369</sup> LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média. Conversas com Jean-Luc Pouthier*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p. 88.

<sup>370</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia..., 1853*, p. 11.

<sup>371</sup> A Igreja Romana “efetua o sacramento da Eucaristia, com pão ázimo, sustentando e ensinando que no mesmo sacramento o pão é verdadeiramente transsubstanciado no corpo e o vinho no sangue de nosso Senhor Jesus Cristo”. A presença real de Cristo no sacramento da Eucaristia foi reafirmada no Concílio de Trento, retomando o termo “transubstancialização” e afirmando a excelência da Eucaristia sobre os demais sacramentos. Cf. DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, São Paulo, 2006, p. 303; p. 420-421.

apóstolos na “Última Ceia” descrita no Evangelho de Lucas (22:10)<sup>372</sup>. Este acontecimento bíblico, que antecede os momentos da Paixão, torna-se símbolo referencial da comunhão e aliança de Deus para com o povo cristão. Através do pão e do vinho abençoados por Jesus, a celebração eucarística proclama a memória de Cristo, bem como dos seus ensinamentos e sua ressurreição<sup>373</sup>. Sendo assim, o texto normativo do Concílio de Trento traz uma recomendação para que os fieis, presentes na missa, pudessem receber o sacramento da eucaristia<sup>374</sup>.

Ainda sobre a conduta na realização dos sacramentos, o texto das Constituições Primeiras dá orientações sobre quais objetos deveriam ser utilizados em alguns desses ritos, devendo ser, preferencialmente, produzidos em prata. O título XXVII dá ênfase a guarda do Santíssimo Sacramento no sacrário<sup>375</sup>, que deveria estar “sempre no Altar maior, ou em outro, se houver mais acomodado para o Culto de tão Divino Sacramento”<sup>376</sup>. A legislação eclesiástica determina ainda que:

Serão os ditos Sacrários, dourados por fora, e muito melhor se também o forem por dentro: e quando não possa ser, serão por dentro forrados de cetim, damasco, veludo raso carmesim, ou ao menos de tafetá da mesma côr, para que pareça digno aposento, em que está encerrado JESUS Christo nosso Senhor. E no cofre que se costuma ali ter, (que seja forrado do mesmo sobredito) quando não sirva em seu lugar para o mesmo efeito alguma âmbula de prata dourada por dentro, e por fora, estará a Sagrada Hóstia, e as partículas que parecem bastantes, que hão de ser renovadas ao menos cada quinze dias, em corporais de linho fino, ou de hollanda muito limpos. E para se levar o Senhor aos enfermos haverá outra ambula de prata, podendo ser dourada assim por dentro, como por fora<sup>377</sup>.

A crescente devoção ao culto eucarístico, impulsionado pelas normas tridentinas, conduziu a grande suntuosidade na produção dos sacrários na cidade de Salvador, sendo

<sup>372</sup> *Bíblia de Jerusalém*. Edição em Língua Portuguesa. São Paulo: Paulus, 2008.

<sup>373</sup> O ato de Jesus tem como referência a tradição judaica da Ceia Pascal, que acontecia no momento da ceia familiar, realizado como uma refeição fraterna. A partilha do pão era realizada pelo pai que, em seguida, passava o cálice judeu para celebração. É, pois, na antiguidade cristã que se formam as bases principais para a celebração eucarística incorporada pela Igreja católica Romana. Cf. JUNGMANN, Josef A. *Missarum Sollemnia: origens, liturgia, história e teologia da missa romana*. 5º Ed. São Paulo: Paulus, 2008.

<sup>374</sup> DENZINGER, 2006, p. 423-424.

<sup>375</sup> Nos primeiros séculos do culto cristão, as partículas sagradas eram guardadas em casas particulares. Este hábito foi abandonado a partir do século IX, quando passaram a ser armazenadas apenas nas Igrejas. No século XI era comum sua guarda em local suspenso, dentro de uma pomba, geralmente feita em ouro ou prata, utilizada como vaso sagrado, que ficava suspensa sobre o altar, pendurada ao cibório, sendo considerados tabernáculos móveis. A valorização do Santíssimo Sacramento, na sequência das regulamentações tridentinas, impulsiona a devoção eucarística junto à comunidade cristã e, consequentemente, normatiza o uso do sacrário, tanto na sua forma arquitetônica quanto do ponto de vista estético. Essa valorização fez com que os sacrários fossem colocados em local nobre e destacado, visível para adoração. Para saber mais ver: SANT’ANA, Sabrina Mara. *Sobre o meio do altar: os sacrários produzidos na região centro-sul das Minas Gerais setecentista*. 208f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

<sup>376</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p.42.

<sup>377</sup> Ibidem.

confeccionados todos em prata. Da mesma forma, essa devoção estimulou a expansão das confrarias do Santíssimo Sacramento, que falaremos mais adiante.

**Figura 29a - Sacrário da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar. Prata, século XVIII. Alt. 1,45m; Figura 29b - Sacrário do Convento de Santa Clara do Desterro. Prata, Século XVIII. Alt. 1,30m**



Fotografia de Claudiomar Gonçalves, 2008; Fotografia da autora, 2019

**Figura 30 - Chave de sacrário, prata dourada e pedrarias, século XVIII/XIX. Alt.: 0,14m Coleção Arquidiocese de Salvador, sob guarda do MAS/UFBA**



Fotografia da autora, 2019

Assim como o sacrário deveria ser representado com distinção para a guarda das espécies eucarísticas, também a âmbula, o cálice, a patena, os vasos para a guarda dos santos óleos e tudo que fosse destinado ao serviço divino deveriam ser feitos de materiais nobres e belos, com dignidade, incluindo dignidade estética, e decência. Sobre os objetos de uso no ritual da Igreja Católica, Roque destaca que

As coisas materiais colocadas ao uso do culto adquiriram uma valência que os elevava ao nível do sacro entitativo. A divindade de Cristo presente nas espécies eucarísticas atinge tudo que rodeia, do espaço, ao altar, às alfaias e paramentos. A sacralidade de que ficavam imbuídos protegia-os com interditos cada vez mais rigorosos, chegando ao limite da intocabilidade dos objectos litúrgicos<sup>378</sup>.

O ouro aparece nos textos bíblicos, sobretudo no Antigo Testamento, como símbolo associado às riquezas terrenas, mas também como referência aos valores cristãos mais preciosos. Em *Êxodo*, há a descrição detalhada de como deveria ser a construção e ornamentação do Santuário, cujo propósito era servir como um Templo de adoração e de ligação entre a comunidade e a presença divina. Para tanto, segundo as escrituras, foi dado sabedoria e entendimento aos homens, através do espírito de Deus, para a realização de toda espécie de trabalhos, “para elaborar desenhos, para trabalhar o ouro, a prata e o bronze, para

---

<sup>378</sup> ROQUE, Maria Isabel. *O Sagrado no Museu: musealização de objectos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, p.184.

lapidar pedras de engaste, para trabalhar a madeira e para realizar toda espécie de trabalho artístico”<sup>379</sup>. O texto traz ainda, instruções detalhadas sobre a Habitação e tudo que deveria compor esse espaço, incluindo a Arca da Aliança, símbolo maior da presença de Deus, sendo esta produzida em madeira de acácia revestida de ouro puro, por dentro e por fora. Para a mesa dos pães, os acessórios que deviam estar sobre a mesa, como pratos, recipientes para o incenso, galhetas e taças, todos confeccionados em ouro puro, assim como o candelabro, fabricado em ouro batido<sup>380</sup>.

No início do cristianismo, os objetos utilizados para o culto atendiam apenas a celebração do mistério eucarístico. No decorrer dos séculos, a ritualística cristã foi sendo elaborada com seus diversos elementos, símbolos e normas, tomando como base referências bíblicas e teológicas, sendo a mais antiga denominada *Didakē*<sup>381</sup>, espécie de manual de instrução cristã da comunidade primitiva, escrito no primeiro século. A partir do momento em que o cristianismo assume a posição de religião oficial do Império Romano, no século IV, o culto passa a servir como um instrumento de propaganda com a adoção de algumas mudanças significativas no ritual litúrgico, edificação de templos mais imponentes e uso de alfaias dignas das funções a que se destinavam<sup>382</sup>. De acordo com Roque, “a maior alteração introduzida na liturgia desta época reside precisamente na noção do espaço e dos objetos utilizados no âmbito do sagrado, ao aplicar-lhes progressivamente uma reserva de exclusividade ao culto”, dando a estes uma conotação de objeto sacro<sup>383</sup>. Este momento marca também a mudança da língua litúrgica do grego para o latim<sup>384</sup> e a aproximação com aspectos da cultura ocidental<sup>385</sup>.

Ao longo da Idade Média, no Ocidente, a Igreja busca uniformizar o rito através de diversas normativas, mas é no Concílio de Trento que essa sistematização ganha força, apesar da existência de algumas influências de devoções populares presentes nesse momento. Vauchez observa que, no medievo, até mesmo “nas regiões cristianizadas de mais longa data, a religião oficial era apenas, em muitos casos, um verniz que recobria superficialmente

<sup>379</sup> Ex 35, 30-33. In: *Bíblia de Jerusalém*. Edição em Língua Portuguesa. São Paulo: Paulus, 2008.

<sup>380</sup> Ex 36, 8-17. Ibidem.

<sup>381</sup> Do grego *didaché* que significa ensinamento, instrução, doutrinação. Livro em que contém as instruções morais, litúrgicas e disciplinares atribuídas aos doze apóstolos de Cristo. (DOTRO, Ricardo Pascual; HELDER, Gerardo Garcia. *Dicionário de Liturgia*. São Paulo: Ed. Loyola, São Paulo, 2006, p. 58).

<sup>382</sup> ROQUE, 2011.

<sup>383</sup> ROQUE, 2011, p. 182.

<sup>384</sup> Essa transição linguística acontece entre os séculos III e VI. Cf. JUNGMANN, 2008, p. 66.

<sup>385</sup> MARSILI, Salvatore. *Sinais do Mistério de Cristo: teologia, liturgia dos sacramentos, espiritualidade e ano litúrgico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

elementos heterogêneos qualificados de ‘superstições’ pelos clérigos”<sup>386</sup>. Nesse contexto, a Igreja estimula o culto aos santos e suas relíquias como ideal de perfeição cristã, reforçando modelos de santidade e devoção<sup>387</sup>.

No século XII, a necessidade da Igreja em combater heresias e movimentos de rejeição ao sacramento da eucaristia se une ao desejo da população em se aproximar e estar em contato mais direto com o divino. Esse cenário acaba desencadeando um movimento de adaptação do ritual cristão, possibilitando aos fieis um momento de contemplação do mistério eucarístico no momento ritual da missa. Desta forma, tem regulamentado e formalizado, no início do século XIII, o ritual de elevação da hóstia, após a consagração, a uma altura que pudesse ser vista e venerada por todas as pessoas<sup>388</sup>.

Ainda sobre as determinações das Constituições Primeiras contidas no Livro Primeiro, encontramos diretrizes a respeito da exposição do Santíssimo Sacramento na quinta-feira da Semana Santa, enfatizando que esta deveria acontecer “com a solenidade, culto e ornato possível”. Para esta finalidade os sacerdotes deveriam utilizar cofres ou custódias, a fim de transportar e expor a hóstia com o máximo de proteção<sup>389</sup>. Veremos, mais adiante, como esta solenidade realizada na Semana Santa, denominada “Procissão de Corpus Christi”, torna-se a principal e mais luxuosa do império lusitano.

---

<sup>386</sup> VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII ao XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 23.

<sup>387</sup> Tendo início no Oriente, em Constantinopla, a tradição de culto às relíquias chegam ao Ocidente a partir de meados do século VII, aumentando, sobretudo, nos séculos VIII e IX, momento em que os diversos fragmentos de restos mortais de santos espalham-se em todas as regiões cristãs. Em busca do perdão dos pecados pela intercessão das relíquias os fieis iam em peregrinação até os santuários onde as relíquias eram expostas ao público. Desta forma, a Igreja passa a promover um lucrativo comércio dessas preciosas relíquias, acumulando riquezas durante séculos. Três eram os principais locais de peregrinação: Jerusalém, Santiago de Compostela e Roma. Para saber mais ver: VAUCHEZ, 1995 e LE GOFF, 2017.

<sup>388</sup> Cf. VAUCHEZ, 1995; JUNGMANN, 2008.

<sup>389</sup> O cofre eucarístico tem formato de caixa com fechadura e tampa abaulada, de pequenas dimensões, produzida em metal nobre, utilizada para transportar as hóstias em cortejo solene. A custódia, ou ostensório, do latim *ostendere* (mostrar), servem para a exposição do Santíssimo, também produzido em metal precioso, possui formato verticalizado e receptáculo central para acondicionamento da hóstia consagrada. Cf. *Thesaurus: Vocabulário de objectos do culto católico*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Fundação da Casa de Bragança, 2004.

**Figura 31 – Ostensório, prata e prata dourada, século XVIII/XIX, À direita detalhe da lúnula, ao centro, rodeada pela auréola radiante. Coleção Museu de Arte Sacra da UFBA. Alt. 1,02m**



Fotografia de Claudiomar Gonçalves, 2008

No Livro Segundo das Constituições, destacamos as diretrizes relativas ao ritual da Missa, com instruções específicas aos sacerdotes sobre a celebração e, mais uma vez, o texto enfatiza a utilização correta dos objetos durante o ritual, determinando: “Não se poderá dizer Missa sem Calix, de prata, ao menos na copa, e patena também de prata consagrados”<sup>390</sup>. A preocupação com o uso do Altar<sup>391</sup> também é descrita no documento, devendo este possuir “pedra d’Ara sagrada” e espaço suficiente para acomodar “a hóstia, o Calix e corporaes sagrados”<sup>392</sup>. Após o uso, estes e outros objetos necessários ao culto deveriam ser recolhidos

<sup>390</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 143.

<sup>391</sup> Comum em diversas religiões ao longo da história, o altar esteve presente desde os ritos de adoração e sacrifícios pagãos greco-romanos até os judaicos. Na religião cristã, a mesa nas casas particulares foi, por muito tempo, o objeto central das primeiras celebrações da comunidade cristã primitiva que se reunia para a ceia fraterna e que, mais tarde, vai se converter no altar do sacrifício místico. Os altares feitos de madeira foram sendo substituídos, entre os séculos III e IV, após a liberdade de culto proclamada por Constantino, por altares de pedra, mármore ou alabastro, uma referência a Cristo como “rocha viva” e “pedra angular” Cf. (Mt 21,23,42) e (Pd 2,4,6). Para saber mais ver: AROCENA, Félix Maria. *El Altar Cristiano*. Barcelona: Centro de Pastoral Litúrgica, 2006. FRADE, Gabriel. “Elementos para a compreensão do Altar Cristão”. *Revista de Cultura Teológica*, v. 19, n. 73, 2011, p. 149-163.

<sup>392</sup> Ibidem.

na Sacristia, “em caixão com gavetas”, acondicionados com toda dignidade<sup>393</sup>. A partir das normas diocesanas, o uso desse mobiliário passa a ser obrigatório, conforme estabelece o texto:

Serão obrigados passados três meses depois da publicação destas constituições, a ter mais sacristias das igrejas (onde não houverem ainda ao mares, ou caixões) ou nas mesmas igrejas em parte alguma separada os ditos armários, ou caixões grandes bem fechados e limpos para guardarem a prata, cálices, vestimentas, me sais, e todos os outros ornamentos que andarem em contínuo serviço da igreja<sup>394</sup>.

A Igreja foi, ao longo dos séculos, desenvolvendo uma linguagem ritual e simbólica, estimulando assim os sentidos e a piedade da comunidade cristã. Para tanto, buscou nas manifestações artísticas, nos objetos e nos diversos elementos e expressões exteriores, evocar a fé e a devoção. “Sendo o homem um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual, exprime e percebe as realidades espirituais através de sinais e símbolos materiais”<sup>395</sup>. Analisando o símbolo, Eliade destaca este como algo pertencente à substância da vida espiritual, no campo do indizível e que diz respeito à experiência humana do sagrado e do transcendente. Para o autor:

O cristianismo herdou uma antiquíssima e muito complexa tradição religiosa, cujas estruturas sobreviveram dentro da Igreja, mesmo que os valores espirituais e a orientação teológica tenham mudado. De qualquer modo, nada do que, através do Cosmos, manifesta a Glória – para falar em termos cristãos – pode deixar indiferente um crente<sup>396</sup>.

Sobre a utilização de objetos, símbolos e expressões exteriores para auxiliar o fiel na meditação e contemplação da sagrada eucaristia, destaca o texto do Concílio de Trento:

Como a natureza humana é tal que não se consegue elevar facilmente à meditação das realidades divinas sem recursos exteriores, por isso, a Igreja, mãe piedosa, instituiu certos ritos, a saber: que algumas coisas na Missa fossem pronunciadas em voz baixa [cân.9], outras em voz mais alta; também empregou cerimônias [cân.7] como bênçãos místicas, luzes, incensos, vestes e muitas outras coisas do gênero, <tomadas> da disciplina e tradição apostólica, para que com isso se acentuasse a majestade de tão grande sacrifício e os espíritos dos fiéis fossem estimulados, por

<sup>393</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 143. O termo “caixões de gaveta” era usado desde o século XVI para designar o que conhecemos como arcaz. Sua característica é de um móvel de sacristia, com formato retangular e gavetões para a guarda de alfaia e paramentos. Por ser de grandes dimensões, e inamovível, é colocado em uma ou duas paredes que sejam as mais compridas da sacristia. Além desses “caixões de gaveta”, armários também podiam ser utilizados para esta finalidade, como se vê na Sacristia da Igreja de Santa Teresa do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Neste exemplar o móvel fica embutido na parede. Para saber mais ver: FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

<sup>394</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 260-261.

<sup>395</sup> Cf. VATICANO, *Catecismo da Igreja Católica*,(CIC § 1146).

<sup>396</sup> ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos*. Lisboa: Arcádia, 1979, p. 36.

estes sinais visíveis de religião e piedade, à contemplação das realidades elevadíssimas que estão escondidas neste sacrifício<sup>397</sup>.

Sendo assim, normatiza-se o uso de inúmeros objetos com funções específicas para cada momento do ritual, com especial atenção a reserva das espécies eucarísticas nos sacrários e sua exposição solene em determinadas cerimônias, através das custódias ou ostensórios. As prescrições de D. Sebastião, no texto das Constituições Primeiras, abrangem também o cuidado com esses objetos designando a presença de um sacristão em cada Igreja, que tivesse “sangue limpo”, bons costumes e fidelidade. Sob sua responsabilidade deveriam estar todas as peças da Igreja, entregues através de um inventário feito pelo Pároco<sup>398</sup>.

No livro quarto, o arcebispo orienta que em cada Igreja deveria haver ornamentos e móveis para a celebração das missas, com “decência e limpeza” e apresenta uma relação de objetos para os “altares e celebração do Santo Sacrificio da Missa”, dentre eles “cruzes, toalhas, cortinas, sacras, panos para as mãos, estantes, almofadas, castiçais, cálices, patenas, missais, galhetas, caixa de hóstia, campainhas”<sup>399</sup>. E nas Igrejas onde houvesse a presença do Santíssimo Sacramento era exigido “turíbulo, naveta, palio, custódia, ambula para comunhão, lanternas, sacrário e a lâmpada que diante do Senhor esteja sempre acesa.” Complementa o texto destacando “que tudo na quantidade e qualidade será conforme a possibilidade de cada uma das Igrejas, mas haverá muito cuidado que tudo seja limpo, são e decente e que não se celebre senão em cálices ao menos de prata com patena do mesmo”<sup>400</sup>.

O aparato ceremonial cresce à medida que a Igreja se fortalece na colônia, estimulando uma grandiosa produção de objetos sacros. O cenário de escassez material dos primeiros séculos de cristianização dá lugar a opulência das Igrejas baianas. Tomemos como exemplo o inventário de objetos da Companhia de Jesus apresentado por Serafim Leite, em que o autor intitula “Tesouro sacro dos Jesuítas da Baía”<sup>401</sup>. Após a expulsão desta Ordem, em 1759, o governo português decide, através de carta régia, pela venda de todos os objetos pertencentes à Ordem. Após processo de inventário, os objetos foram entregues ao Cabido em março de 1760. Leite comenta que “a atenção principal dos inventariantes recaía sobre os objetos móveis de culto existentes na Igreja, Sacristia e Capelas interiores”<sup>402</sup>. Ainda segundo o autor,

<sup>397</sup> DENZINGER, 2006, p. 448.

<sup>398</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 229.

<sup>399</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 259.

<sup>400</sup> Ibidem.

<sup>401</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949, p. 377.

<sup>402</sup> LEITE, 1949, p. 377.

os objetos de ouro pertencentes ao culto divino foram avaliados por José de Britos Freitas, contraste de ouro, e os de prata por Manuel Caetano da Rocha, contraste da prata. Segundo um ofício de agosto de 1799 encaminhado pelo Governador de Portugal para o então Arcebispo da Bahia, D. Fr. Antônio Correia, a venda dos pertences dos Jesuítas serviria para suprir as despesas extraordinárias da Capitania. Para tanto, as joias e alfaias de ouro e prata deveriam ser encaminhadas a Casa da Moeda<sup>403</sup>.

A relação de todo inventário dos Jesuítas consta da obra de Serafim Leite. São 18 páginas do livro apenas com o arrolamento dos objetos de ourivesaria. O primeiro item do inventário apresenta “o ouro do colégio da Baía” e o segundo identifica toda “a prata da Igreja do Colégio da Baía”. Esta última distribuída pelos inúmeros altares da Igreja, incluindo a prata pertencente à Irmandade de Nossa Senhora da Paz, além dos vasos sagrados pertencentes à Igreja. Não é à toa que D. Sebastião, ao elaborar o corpus normativo diocesano em terras brasileiras, impõe zelo diante dos objetos de culto e, sobretudo, determina o controle desse acervo sacro através dos inventários.

O luxo e a pompa também faziam parte das manifestações públicas do calendário cristão. Presentes em todo o período colonial, as solenidades de caráter religioso se expandem para além do espaço das igrejas, através das procissões, atingindo grande opulência no século XVIII. Durante a Semana Santa as procissões organizadas por diversas irmandades “percorriam as ruas da freguesia da Cidade Alta (Sé, Santana, Passos) e da Cidade Baixa (Conceição da Praia, Boa Viagem e Penha)”, com destaque para a Irmandade do Santíssimo Sacramento, promotora do culto e devoção à Eucaristia<sup>404</sup>. Em seus estudos, Couto identifica a fundação de oito irmandades e duas ordens terceiras que estavam à frente da realização de procissões durante a Semana Santa, em Salvador, entre os anos de 1645 e 1783<sup>405</sup>.

Impulsionadas após a realização do Concílio de Trento, as Confrarias do Santíssimo Sacramento “constituíram uma tentativa de resposta à crise teológica levantada pelos chamados protestantes quando os mesmos negaram a presença de Deus na eucaristia”<sup>406</sup>.

<sup>403</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 96, Doc. 18732, (Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, 1613-1807) - *Ofício do Provedor da Casa da Moeda José Venanc' o de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe comunica ser de absoluta necessidade pôr em execução a carta régia de 30 de julho de 1766, pela qual se mandara expulsar da Capitania da Bahia todos os oficiais de ourives*. Bahia, 31 de março de 1799, fl. 3r.

<sup>404</sup> COUTO, Edilece Souza. “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador-BA”. *Revista Brasileira de História Das Religiões*, v. 6, n. 18, 2014, p. 07-23.

<sup>405</sup> COUTO, 2014.

<sup>406</sup> BRAGA, Isabel. “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806–1820)”. *Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-19; p. 6.

Presentes em muitas igrejas pós-tridentinas, a capela do Santíssimo Sacramento recebia atenção especial, ocupando lugar de destaque, sendo umas das mais ornadas com preciosas alfaias.

Na Sé Primacial do Brasil, os membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento realizaram várias encomendas aos mais renomados ourives da cidade, para a execução de valiosas alfaias como castiçais, lampadários, relicários, tocheiros, além de sacrário e altar, todos produzidos em prata, para adornar a Capela do Santíssimo Sacramento desta Igreja<sup>407</sup>. Segundo Freire, “uma das funções das irmandades era zelar pelo culto divino, o que implicava também a conservação do templo, inclusive das alfaias e da ornamentação”<sup>408</sup>. Muitos desses objetos passaram por reformas no século XVIII, atendendo ao gosto da época, como foi possível comprovar em alguns documentos apresentados no decorrer do nosso trabalho<sup>409</sup>.

Com relação ao interesse de mudança por novos arranjos e ornamentos no interior dos templos baianos, Freire comenta que “o desejo de ordenação dos templos mais condizente com novos conceitos” já pode ser visto no século XVIII, sobretudo, a partir das reformas das talhas<sup>410</sup>. Complemento esta análise de Freire, ampliando essa perspectiva de renovação na estética sacra setecentista aos objetos de ourivesaria, cujo material era fundido com o intuito de reformá-los seguindo um estilo mais “moderno”. Sobre o conceito de modernidade naquele momento, Freire destaca:

O sentido de moderno estava muito atrelado às novidades que ocorriam na Europa (principalmente nas metrópoles portuguesas) e à interpretação que nossos artistas faziam dessas novidades, com o patrocínio das irmandades. Algumas dessas irmandades eram formadas por pessoas pertencentes a classes sociais que tinham acesso à educação e à informação por meio de leitura de periódicos e livros, de viagens à Europa e de notícias – orais ou escritas – que recebiam dos parentes que moravam no além-mar. Essas fontes de atualização também eram válidas para os artistas, pelo menos para os mestres pertencentes é uma classe alfabetizada de trabalhadores livre-se com acesso à informação, até mesmo pelas imposições do ofício<sup>411</sup>.

---

<sup>407</sup> O investimento da irmandade, durante a reforma de sua capela na Igreja da Sé, também contou com a encomenda da pintura de quatro painéis para as paredes laterais, com representações iconográficas valorizando o culto à Eucaristia. Carlos Ott atribui a produção deste conjunto pictórico ao pintor baiano José Joaquim da Rocha. Cf. Ott, 1982.

<sup>408</sup> FREIRE, 2006, p. 48.

<sup>409</sup> ALVES, 1962.

<sup>410</sup> FREIRE, 2006, p. 20

<sup>411</sup> FREIRE, 2006, p. 48.

**Figura 32 – Capela do Santíssimo Sacramento, administrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, localizada em uma das capelas laterais da antiga Igreja da Sé da Bahia. Parte desse acervo encontra-se hoje no Museu de Arte Sacra da UFBA.**



Fonte: Álbum da Igreja da Sé, 1928.

Com o mesmo interesse de renovação, os representantes da Mesa da Santa Casa de Misericórdia aprovaram, através de resolução de maio de 1742, a confecção de castiçais novos e grandes, utilizando a prata dos castiçais velhos. Consta no documento:

[...] foi proposto pelo nosso irmão provincial que tendo a Igreja da dita casa todos os paramentos necessários para ornato da Igreja, feitos com toda perfeição, somente salvam para ordenar maiormente com que estava o sacrário de prata com que se depositam a âmbula com as formas sagradas, e uns castiçais de prata e que não parecia de razão que se pusessem em uns castiçais antes todos os antigos como os que haviam quando a Casa os podia mandar fazer pela moda mais moderna, pois qualquer Irmandade ou Confraria que tinha menos rendimentos, tinha castiçais primorosos para obras de maior valor, que vi que havia a Casa para ornato da Igreja [...] O que ouvido por todos se votou uniformemente que se mandasse fazer os seis castiçais para o que se desse a obrigação que se tivesse a prata dos castiçais velhos, e procurando-se oficiais que os fizessem com mais cômodo e brevidade foi eleito o Mestre D.ez de Azevedo, o que vindo comparecendo a Mesa ajustou fazer os ditos castiçais dando-se-lhe por feitio de cada marco a dois mil e duzentos réis<sup>412</sup>

<sup>412</sup> ASCMB, A/14 – *Livro 3º de Acórdãos da Mesa e Junta, 1681-1745*, fl. 267r.

Todo esse aparato cerimonial vai também ser utilizado nas celebrações externas, a partir das manifestações coletivas realizadas no espaço urbano da cidade, como no caso das procissões religiosas. Marcada por uma forte exteriorização de fé coletiva, as procissões estiveram presentes no cotidiano da colônia, sendo algumas obrigatórias e patrocinadas pelo Senado da Câmara, a exemplo das procissões de Corpus Christi, Anjo Custódio, São Sebastião, São Felipe e Santiago, Santo Antônio de Arguim, São Francisco Xavier e São João Batista<sup>413</sup>. Nesse contexto, a procissão do Corpo de Deus vai receber atenção especial na América Portuguesa, assim como no Reino<sup>414</sup>, sendo sua organização religiosa de competência da Irmandade do Santíssimo Sacramento<sup>415</sup>. O texto diocesano destaca a procissão do Corpo de Deus como “a procissão das procissões”, devendo ser realizada na cidade com todo “ornato possível de pompa e majestade”, ornamentando também as ruas por onde o Santíssimo passasse em procissão, com ramos e flores e, nas janelas das casas, ornamentação com tecidos de seda e quadros com imagens de santos<sup>416</sup>.

Para além da sua função religiosa, a procissão do Corpo de Deus, bem como outras de destaque no calendário católico, configuraram-se, no período colonial, como um momento de convivência das diversas camadas sociais, desde a elite privilegiada do clero secular, religiosos do clero regular, irmandades leigas com destacado prestígio social, oficiais mecânicos, até a população mais pobre e fieis anônimos. A hierarquia social se faz presente nesse cenário, inclusive, na posição em que o fiel se colocava com relação ao Santíssimo exposto. Desta forma, quanto mais próximo da hóstia, maior influência possuía, assim como o fato de segurar as varas de pálio<sup>417</sup>, durante a procissão, representava um ato de grande prestígio social<sup>418</sup>.

---

<sup>413</sup> As procissões “del Rey” ou procissões reais eram obrigatórias, de acordo com as Ordenações do reino, que determinavam o comparecimento obrigatório da população, sob pena de serem multados, incluindo os oficiais mecânicos, que deveriam comparecer com suas insignias. Incluíam, além das celebrações religiosas, outras cerimônias de cunho oficial determinadas pela metrópole. Para saber mais, ver: RUY, 2002 e FLEXOR, 1974.

<sup>414</sup> Instituído pelo papa Urbano IV, em 1264, através da bula *Transiturus de Hoc Mundo*, a celebração da festa de *Corpus Christi* tinha como finalidade relembrar aos fieis a importância do sacramento da eucaristia. A festa se estende pelas várias dioceses, tornando-se obrigatória na época do papado de João XXIII, sendo incorporada aos novos domínios cristãos, em terras colonizadas pós concílio de Trento. No século XIV torna-se comum carregar o santíssimo em procissão nas festas solenes de *Corpus Christi* e nas celebrações de missa votiva do Santíssimo Sacramento, às quintas feiras santas, bem como em outras solenidades durante o ano. Cf. JUNGMANN, 2008.

<sup>415</sup> OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. “A Irmandade do Santíssimo Sacramento: funções e funcionamento (Ouro Preto, século XVIII)”. *OPSIS*, v. 12, n. 1, 2012, p. 382–403.

<sup>416</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 194-195.

<sup>417</sup> Do latim *Pallium* (manto), o pálio é um dossel móvel que protege o Santíssimo Sacramento em procissões eucarísticas. Para sua sustentação desse suporte são utilizadas as varas de pálio, geralmente em número de quatro ou seis. São confeccionadas em prata. (DOTRO; HELDER, 2002, p. 125).

<sup>418</sup> SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa, século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

**Figura 33 – Cruz, século XVII, e lanternas processionais, século XVIII. Prata. Coleção Museu Carlos e Margarida Costa Pinto**



Fotografia da autora, 2023

A devoção ao martírio e sacrifício de Jesus também é disseminada a partir das procissões realizadas na Semana Santa, com a supervalorização das cenas dramáticas e do sofrimento de Jesus a caminho do calvário, como forma de ensinar aos fieis as virtudes da humildade, resignação e obediência, através da meditação das dores do próprio Cristo. Segundo Marques, a devoção dos passos da paixão, “com esse perfil de via-sacra, entra no Brasil por intermédio dos Carmelitas Calçados em 1626, a partir de Belém do Pará, passando daqui ao Maranhão até atingir grande esplendor na Bahia setecentista”<sup>419</sup>.

<sup>419</sup> MARQUES, João Francisco. “A renovação das práticas devocionais”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*. Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 558-601; p. 580.

**Figura 34 – Senhor dos Passos com cruz e andor pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo. Madeira, tecido e prata, século XVIII**



Fotografia da autora, 2020

Com todo esse aparato litúrgico, não é de se estranhar que, no Título XXV, do Livro Quarto das Constituições, estejam contidas as normatizações referentes ao controle de todos os pertences de cada Igreja e a exigência de um “inventário da prata, móveis e outras coisas da Igreja”, além de um “Livro de Tombo” para registro das informações mais importantes. O inventário deveria ser feito pelo pároco, na presença de duas testemunhas, sendo entregue aos tesoureiros ou sacristães, caso houvesse na Igreja, ou ao pároco principal. A pena para a não realização do inventário foi estipulada no valor “dez cruzados”. O texto estabelece ainda, que o peso da prata deveria ser declarado no inventário<sup>420</sup>.

<sup>420</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 262.

A legislação diocesana dispõe também sobre a organização das confrarias, determinando o controle sobre seus regimentos e compromissos, com o intuito de evitar alguns abusos cometidos, a exemplo dos altos valores mensais cobrados aos irmãos. Conforme vimos, as confrarias, também denominadas irmandades, se estruturavam com finalidade cultural de veneração a um santo patrono e assistência material e espiritual aos seus membros, podendo estar ligadas a determinados ofícios. A admissão de um fiel a determinada irmandade religiosa estava condicionada a seu status social e cor de pele, estabelecendo claramente um processo de estratificação social. Em toda América portuguesa estiveram à frente da organização de festas, procissões, ereção de capelas e igrejas, sepultamentos de seus membros e até mesmo do amparo aos indigentes. Para nossa pesquisa, destacamos essas associações como responsáveis por impulsionar fortemente a produção de alfaias e objetos litúrgicos em Salvador, sobretudo no século XVIII, momento de crescimento urbano, crescimento demográfico e prosperidade econômica da cidade.

### **Mecenato dos leigos a serviço do culto divino**

Na Salvador setecentista a devoção esteve presente no cotidiano de uma população bastante heterogênea e escravista, sendo vivenciada tanto por clérigos como por leigos. Como vimos, a dinâmica social da cidade, nesse período, se desenvolveu a partir das celebrações do calendário cristão com a participação direta de associações leigas, como as irmandades e ordens terceiras. Enquanto as irmandades se caracterizam como associações de devoção, ligadas também às corporações de ofícios, cor de pele ou status social, as ordens terceiras configuraram-se como associações vinculadas às ordens religiosas tradicionais, a exemplo dos franciscanos e carmelitas<sup>421</sup>.

No decorrer do século XVIII a religiosidade baiana foi alimentada pela atuação de inúmeras irmandades leigas, algumas delas usufruindo de grande prestígio social e político. Geralmente ocupavam os altares laterais das Igrejas para a prática de devoção e homenagem ao santo patrono, sendo comum a existência de duas ou mais confrarias em um único templo. Ao longo dos anos, algumas dessas irmandades conseguiram arrecadar recursos financeiros suficientes para a construção de templos religiosos próprios, com a devida autorização da Coroa portuguesa, garantindo mais prestígio e independência ao grupo. Segundo estudos de Lucilene Reginaldo, na segunda metade do setecentos, 65 confrarias do Arcebispado da Bahia

---

<sup>421</sup> MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 397.

enviaram seus compromissos para serem aprovados ou confirmados em Lisboa, sendo 28 localizadas em Salvador<sup>422</sup>. Para Couto,

A existência das Irmandades era bem-vista pela Igreja e pelas autoridades administrativas da Bahia. O clero considerava esses agrupamentos como garantia de catequese, da conservação dos valores católicos e do controle sobre a fé dos baianos. E os políticos ficavam livres da responsabilidade de socorrer os necessitados prestando-lhes serviços de saúde<sup>423</sup>.

No século XVIII tem início os censos demográficos no Brasil, entretanto, os dados sobre o contingente populacional da cidade ainda são bastante imprecisos. Em *Povoamento da cidade do Salvador* Thales de Azevedo informa que, no início do século, atendendo a exigência da legislação canônica já estabelecida em Portugal, os párocos eram obrigados a fazer, anualmente, rol pelas ruas, casas e fazendas, registrando nomes, sobrenomes e local de residências das pessoas, individualmente<sup>424</sup>. De acordo com os dados registrados nos livros eclesiásticos, em 1706 a cidade contava com 21.601 almas de confissão<sup>425</sup>. Em 1757 o medidor de obras da cidade contabilizou 37.323 almas<sup>426</sup> e, no ano de 1759, um novo censo realizado por ordem do Conde dos Arcos apontava 40.263 habitantes<sup>427</sup>. No ano de 1775 foi enviado a Lisboa um mapa censitário de todas as freguesias pertencentes ao arcebispado da Bahia, com o registro de 40.922 almas na cidade e 16.093 no subúrbio<sup>428</sup>, com uma estimativa de 36% de brancos e 64% de “pessoas de cor”<sup>429</sup>.

É também no século XVIII que a população de negros libertos, ou forros, começa a crescer consideravelmente no Brasil, sobretudo no Nordeste e nas Minas Gerais, chegando a constituir uma parcela significativa das camadas urbanas<sup>430</sup>. Apesar de socialmente marginalizados, muitos ocuparam espaços nos diversos setores da estrutura de trabalho na colônia, incluindo a produção de ourivesaria, conforme apresentamos anteriormente. Nesse contexto, o processo de assimilação entre as tradições religiosas africanas e o catolicismo ibérico resultou no que Reis caracteriza como um “catolicismo negro-popular”, que se

<sup>422</sup> REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 251f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

<sup>423</sup> COUTO, 2014, p. 8.

<sup>424</sup> AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade do Salvador*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

<sup>425</sup> AZEVEDO, 1955, p. 189.

<sup>426</sup> AZEVEDO, 1955, p. 193.

<sup>427</sup> AZEVEDO, 1955, p. 194.

<sup>428</sup> AZEVEDO, 1955, p. 196.

<sup>429</sup> AZEVEDO, 1955, p. 234.

<sup>430</sup> REIS, João José. “Presença negra: conflitos e encontros”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2007, p. 79-100.

desenvolveu em torno das irmandades “de cor” presentes no território brasileiro<sup>431</sup>. Isso permitiu com que os grupos continuassem a cultuar, de maneira discreta e em meio às festas e devoções cristãs, reis e divindades presentes em sua cultura e religiosidade<sup>432</sup>. Dessa forma,

A festa do padroeiro constituía um momento singular de mobilização e visibilidade pública da agremiação, quando as irmandades negras poderiam galgar um lugar de distinção na sociedade colonial. Suas festas, além dos atos litúrgicos, permitiam manifestações menos solenes. Representavam circunstâncias especiais de demonstrações culturais, como os reinados do Rosário e as coroações de reis e rainhas do Congo, e por isso, também, chances privilegiadas para o reconhecimento de diferenças no interior das comunidades de africanos e crioulos<sup>433</sup>.

A identidade étnica foi uma das formas de agregação dos negros nas irmandades religiosas, contudo, havia irmandades que reuniam africanos de diferentes etnias e de condições diversas, homens e mulheres livres e escravizados, africanos e crioulos<sup>434</sup>. Segundo Russel-Wood, a mais poderosa irmandade de pessoas negras, no Brasil colonial, foi a de Nossa Senhora do Rosário<sup>435</sup>. Em Salvador, a Irmandade do Rosário foi estabelecida na Sé da Bahia no ano de 1685 e outras, sob a mesma invocação, foram fundadas nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Praia, Sant’Ana, Santo Antônio além do Carmo, São Pedro Velho e em Itaparica<sup>436</sup>.

É uma tarefa difícil identificar todas as irmandades atuantes em Salvador durante o século XVIII, mas sabemos que este foi um período de grande expansão dessas instituições, tanto de brancos, como de negros e pardos, tornando-se espaços não apenas de práticas religiosas, mas também espaços de organização político-social. As coleções de arte sacra pertencentes às Igrejas ou em exposição nos museus da cidade nos dão uma mínima impressão da riqueza e grandiosidade do acervo sacro que pertencia a estes grupos. Pouca documentação restou referente aos inventários desse período e o acesso a documentação ainda existente nos arquivos das irmandades, na maioria das vezes, é negado a pesquisadores.

<sup>431</sup> REIS, 2007, p. 90.

<sup>432</sup> SCHWARCZ; STARLING, 2018.

<sup>433</sup> REGINALDO, Lucilene. “Irmandades”. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 268-274; p. 273.

<sup>434</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R.de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Centro de Estudos Afro-Orientais, Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2006.

<sup>435</sup> O culto a Virgem Maria foi extremamente estimulado após o concílio de Trento, servindo como estratégia de evangelização nas colônias portuguesas. A invocação de Nossa Senhora do Rosário passa a ser a principal devoção das agremiações de escravizados, libertos em várias regiões do Império português. Na Bahia, essas irmandades foram controladas, na sua maioria, por africanos, angolas e crioulos. As Irmandades do Rosário dos Pretos se espalharam por todo arcebispado da Bahia durante o século XVIII. Cf. REGINALDO, 2005.

<sup>436</sup> RUSSELL-WOOD, 2007, p. 194-195.

Na Biblioteca Nacional, encontramos uma cópia do original das *Memórias e mais papeis pertencentes às Irmandades do Ssmo. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia (1º volume)*, produzida por João José Lopes Braga, com data de 20 de outubro de 1852<sup>437</sup>. O documento é um valioso registro sobre a história da Irmandade, mantenedora da Igreja, além de apresentar dados importantes sobre as obras custeadas e a encomenda de vários ornamentos feita por esta Irmandade. Segundo Braga, em 1736 duas Irmandades atuantes na Igreja, a do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora da Conceição da Praia, se juntaram com o propósito de ampliar sua estrutura. O autor comenta ainda que a localização da Igreja, junto ao mar, foi atraindo todo corpo do comércio, tornando-se uma das mais populosas freguesias da cidade e uma das mais ricas.

Referindo-se à magnificência da Igreja da Conceição da Praia, Braga comenta que não havia perfeição apenas no material empregado nas obras, mas também na quantidade de ornamentos produzidos em ouro e prata, dentre eles:

alfaias de grande preço e primor, como nada pode haver de melhor, não só em todo o Brasil, como mesmo na Europa, e o seu custo talvez excedeu muito ao de todo edifício, por que além de nove lâmpadas de prata, algumas delas de dimensões colossais, duas banquetas completas, frontal de altar do SS. Sacramento, duas ricas custódias, sendo uma dourada e grande número de outras alfaiaias do mesmo metal, e muitas de ouro<sup>438</sup>.

O documento apresenta informações detalhadas sobre despesas e receitas de obras custeadas pela Irmandade, indicando data e valores de cada serviço e, em alguns casos, o nome do responsável pela obra. Destacamos, na tabela a seguir, apenas os serviços referentes a ourivesaria. Diante dos dados apresentados no documento, ressaltamos que, mesmo no período de proibição da produção de ourivesaria na colônia, de 1766 a 1815, as encomendas e a manufatura de ourivesaria para o culto divino, continuaram.

---

<sup>437</sup> Biblioteca Nacional (BN), Seção de Manuscritos, II - 33, 26, 01 – *Memórias e mais papeis pertencentes às Irmandades do Ssmo. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia (1º volume)*, copiado por José da Silva Basto, c. 1852. Em 1847, João José Lopes Braga, membro da irmandade do Santíssimo Sacramento, da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia foi convidado pela mesa administrativa da referida irmandade para coligir e organizar seu arquivo, resultando na publicação deste documento histórico no ano de 1852.

<sup>438</sup> BN, Seção de Manuscritos, II - 33, 26, 01 – *Memórias e mais papeis...*, 1852, s/f.

**Tabela 7 - Ourivesaria: Irmandades do Santíssimo Sacramento e da Conceição da Praia da Bahia, séculos XVIII e XIX**

Livro 1º de Despesas	
Ano	Serviço/Valor
1779	Pago para reforma de 54 castiçais para a Capela mor e seus pertences - 148\$465
1788	Prateamento de 98 castiçais – 80\$040
1794	para o pagamento de diversas obras na Capela mor, sacristia e consistório. Para tintas, ouro, prata, para as obras douradas e pinturas pagas adversos inclusive jornais - 431\$180
1º Livro de Receita - Joias	
Ano	Serviço/Valor
1704	Para despender em prata para augumil 48/8as - 48\$160 feitio pago a ourives - 10\$000
1705	Por umas galhetas pagas ao ourives <b>Jacinto Cabral</b> 137/8as - 13\$770 Feitio pago ao mesmo - 12\$730 Uma escrivanhinha 4 Marcos de prata - 26\$500 paga ourives <b>Manuel Correia</b> pelo feitio e 20/8as de prata - 16\$100
1714	4 castiçais de prata novos feitos pelo ourives <b>Francisco Ruiz Chaves</b> , aproveitando a prata velha dos 4 que tinha a irmandade - 495\$990
1731	Prata paga a ourives <b>Eusébio da Silva</b> pela reforma de 2 bacias e lampadário - 279\$030 Pago ao contraste - 13\$760
1741	Pago a ourives <b>Domingos Ferreira Pacheco</b> por 2 castiçais de bojo previsão do 8 marcos 71 onças e 6/8as - 71\$140
1745	Por 152/8as de prata para jarro, bacia e galhetas e prato, além de 110/8as das que tinham as velhas - 16\$720 Feitio do jarro e bacia - 28\$000 Idem das galhetas e prato - 16\$000 Molhadura para a perfeição da obra - 1\$280
1747	Importância de uma coroa de nossa senhora pesando 214/8as de ouro, recebido a pagamento por vezes do pecúlio 3 adições Feitio da mesma pago a <b>Domingos de Sousa Marques</b> - 32\$160 2 Navetas de prata pesando 11 ½ marcos e 3/8as - 80\$170 Feitio do ourives <b>Luiz Ruiz</b> - 22\$000 Para 1 vossa de Guião que se mandou fazer de prata da Colônia 5 marcos 43/8as a 6400 – 36\$300 Feitio pago a José Antonio Barreto - 19 \$840
1750	Para a Cruz de prata para o guião pesando 11 marcos, 5 onças, 13/8as - 78\$059 Feitio da mesma - 38\$544 Uma Cruz para Deus menino e feitio - 3\$050 Um Resplendor de ouro com a sua Pedra enfeite o para o mesmo Deus menino - 15\$040
1753	Por 4 forquilhas do andor de nossa senhora pesando 10 Marcos e 2 onças de prata - 65\$600

	Pelos moldes e paus para forquilhas - 13\$420
1754	Pago ao ourives pelas 4 forquilhas de prata lavrada com suas varas de jacarandá pesando seus 13 Marcos, 46/8as - 89\$440
1759	Pagamento de 3 marcos, 5 onças e 7/8as de prata na escrivaninha que se mandam fazer de novo vindo agora ter o peso de 8 Marcos, 4 onças e 4/8as - 23\$900 Para conserto na coroa que sai na procissão - 3\$200
1765	Para uma vara de prata nova feitio - 16\$000 Para 2 castiçais triangulares (prata para eles 20 Marcos) - 140\$800 Feitio dos mesmos - 45\$000
1773	4 serpentinas para o nicho de nossa senhora pesando 9 Marcos e 57/8as me importando o feitio para se ter dada a prata - 25\$600
1778	Feitio de cálice novo, tempos e dado a prata do velho - 93\$145
1783	Para 6 castiçais grandes pesando 193 Marcos, 3 onças e 3/8as, abatendo 77 marcos, 1 onça e 7/8as de prata velha que se deu pagando se só 116 marcos, 1 onça e 4/8as ao ourives <b>Domingos de Souza Marques</b> - 301\$980 Idem para uma Cruz de prata pesando 52 Marcos, 3 onças e 3/8as. paga o ourives Domingos de Souza Marques a 6400 o marco - 371\$520 Idem de 13/8as de ouro para diadema e letras da imagem - 18\$100 Idem para o feitio do mesmo - 5\$120 Idem feitio da Cruz a 24000 o marco - 127\$120 Para 2 lâmpadas que pesam 413 Marcos e 51 onças novas deduzindo 188 marcos e 19/8as da lâmpada velha líquido?? 225 marcos 32/8as – 1:443\$200 Feitio das 2 lâmpadas – 926\$905 Uma lâmpada para o consistório 26 marcos 22/8as - 165\$000 Feitio da mesma - 62\$700
1798	Para conserto da lâmpada do consistório de nossa senhora pelas fitas que furtaram e se mandaram fazer pesando 378 ½ 8as - 37\$850 Feitio da mesma - 19\$150
1803	18 estrelas de prata para o manto - 3\$210
2º Livro de Receita	
1819	Um castiçal da pureza mandado vir de Lisboa por intermédio de Marechal José de Almeida pesando 75 Marcos 4 onças 4/8as imposta 35 898\$650
1848	Uma bacia com jarro de prata que se mandou fazer e consta da conta deste ano documento número 21 - 223\$760 pesando a prata que se deu para queima de obras velhas 776/8as. Bacia e jarro velho - 259\$200
1850	Uma campanha de prata grande como consta no livro de despesas pesando 18 oitavas - 189 \$840
Fonte: Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, II, 33, 26, 01 – <i>Memória e mais papéis pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento, e de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, c. 1852.</i>	

O ourives Domingos de Sousa Marques, citado no documento da Irmandade da Conceição da Praia, também realizou obras para a Santa Casa de Misericórdia, do qual era irmão, conforme registro no *Livro de Acórdãos*. Em junho de 1763 a Mesa decide entregar sob sua responsabilidade, a feitura de quatro castiçais de prata, dois para cada um dos altares da matriz, uma cruz de prata para a capela-mor e mais dois castiçais pequenos para iluminar os sacramentos nos dias de festa, junto ao sacrário<sup>439</sup>. Segundo Alves, o ourives também realizou trabalhos para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, em 1780<sup>440</sup>.

A preocupação com a encomenda de ornatos para a Igreja da Santa Casa já havia sido registrada em 1700, através de um “Termo de Resolução” em que os membros da Mesa solicitaram “a feitura de uma série de ornamentos ricos para o culto divino”<sup>441</sup>, assim como, em 1706, solicitam a obra de um lampadário para a capela-mor da Igreja, deixando responsável pela fatura o ourives Manoel da Silva Leal que, segundo documento, seria “um dos mais peritos oficiais de ourives da prata que [havia] nesta cidade”, tendo sido responsável em fabricar o lampadário da Capela do Santíssimo Sacramento da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia<sup>442</sup>

O ourives Joaquim Alberto da Conceição Matos, já citado em nosso trabalho como responsável pela confecção de inúmeras alfaias para igrejas e irmandades na cidade, a exemplo dos Sacrários para a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar e outro para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, ambos em prata, também confeccionou lampadários, castiçais, estantes de missal, dentre outros objetos, para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de São Pedro, Ordem Terceira do Carmo e Ordem Terceira de São Francisco<sup>443</sup>. A respeito dos terceiros franciscanos, localizamos um recibo de abril de 1804, assinado pelo ourives, recebendo a quantia de trezentos mil réis para a compra de cinquenta marcos de prata para a confecção de seis castiçais grandes de banqueta e outros, datados de 1805 e 1807, referente ao feitio de catorze castiçais de prata. Além destes, constam ainda recibos relativos à encomenda de doze forquilhas de prata, entre os anos de 1801 e 1802 e de lâmpadas, pelo qual recebeu duzentos mil reis em dinheiro, no ano de 1811. Parece que o ourives e Capitão Joaquim Alberto da Conceição Matos também não encontrou impedimentos para continuar sua produção, mesmo no período da proibição. Assim

<sup>439</sup> ASCMB, A/14 – *Livro 3º de Acórdãos...*, fl. 179v.

<sup>440</sup> ALVES, 1962.

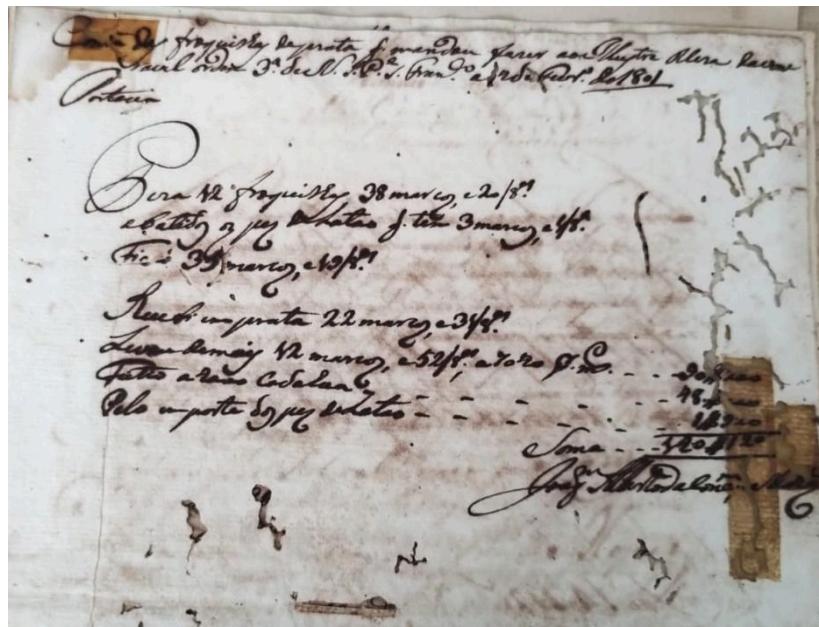
<sup>441</sup> ASCMB, A/14 – *Livro 3º de Acórdãos...*, fl. 151r.

<sup>442</sup> ASCMB, A/14 – *Livro 3º de Acórdãos...*, fl. 152v.

<sup>443</sup> ALVES, 1962.

como a Irmandade da Conceição da Praia, a Ordem Terceira de São Francisco continuou solicitando a feitura de objetos de ourivesaria para o culto e ornamentação dos Templos.

**Figura 35 – Conta das forquilhas para a Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Bahia, por Joaquim Alberto da Conceição Mattos, 1801<sup>444</sup>**



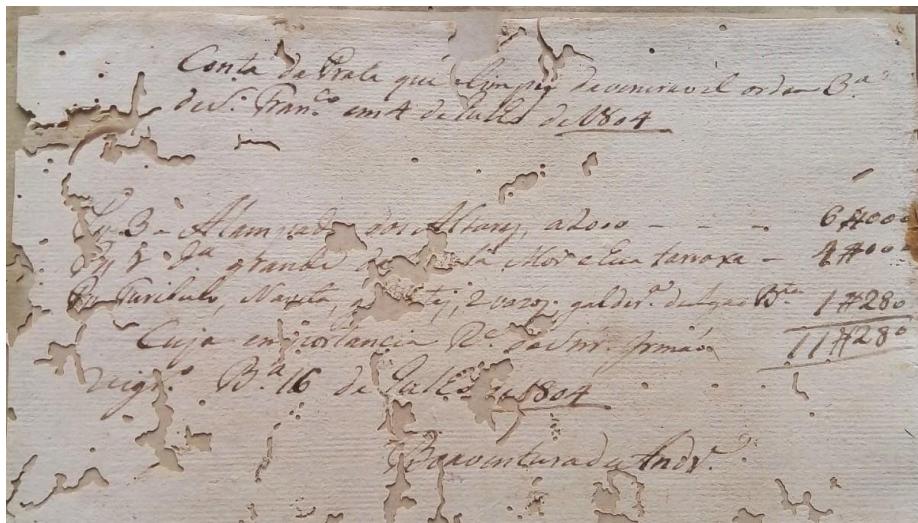
Fonte: AVOTSF, *Recibos e Contas do Capitão Joaquim Alberto da Conceição Mattos, 1801-1802*. Fotografia de Igor Santiago, 2023.

Irmandades e ordens terceiras mais abastadas também pagavam aos ourives pela limpeza e consertos dos seus objetos de ourivesaria, quando necessário. No ano de 1798, a Ordem Terceira de São Francisco pagou ao ourives Alexandre Gonzales de Silva a quantia de dez mil réis por limpezas de objetos de prata. Em 1804, foi contratado Boaventura de Andrade, que recebeu a quantia de 11\$280 pelo serviço. Manoel Gonzales de Souza executou a limpeza das peças nos anos de 1807 e 1811 e em 1815, o ourives João de Deus da Cruz foi contratado para a realização da limpeza de 7 lâmpadas, 14 castiçais e demais peças para ajustes, pelo valor de 16\$000<sup>445</sup>.

<sup>444</sup> Transcrição: “Conta das forquilhas de prata que se mandou fazer a Ilustre Mesa da Venerável Ordem 3º de Nossa Seráfico Padre São Francisco em 4 de fevereiro de 1801. Para 12 forquilhas 38 marcos e 20 oitavas e abatidos os pés de latão que tem 3 marcos e 1 oitava. Ficou 35 marcos e 19 oitavas. Recebi em prata 22 marcos e 31 oitavas. Levou demais 12 marcos e 52 oitavas a 700 réis – 70\$200. Feitiço a 4000 casalua – 48\$000. Pela importância dos pés de latão – 1\$920. Soma – 120\$120. Joaquim Alberto da Conceição Mattos”.

<sup>445</sup> Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco (AVOTSF), Salvador – *Consertos e limpezas das alfaiaias de prata, 1798-1815* fls. 1r – 6v. Dos quatro ourives mencionados nos recibos, apenas o nome de Boaventura Andrade consta no levantamento apresentado por Marieta Alves em 1976.

**Figura 36 - Recibo referente a limpeza de objetos de prata da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Bahia, realizada pelo ourives Boaventura de Andrade, 1804<sup>446</sup>**



Fonte: AVOTSF, *Documentos Avulsos*, século XIX. Fotografia de Igor Santiago, 2024.

Algumas irmandades que tinham dificuldades na manutenção de suas Igrejas recorriam a ajuda da Metrópole, na tentativa de conseguir recursos para conclusão das obras dos templos, bem como para a compra dos ornamentos necessários à realização do culto. No Arquivo Histórico Ultramarino localizamos diversos requerimentos das capitaniais de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, enviados ao rei Dom João V, solicitando ornamentos para as Igrejas. Em Salvador, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário solicitou ajuda do Rei, através de requerimento enviado ao Conselho Ultramarino, em junho de 1711, conforme vemos abaixo:

Dizem o Juiz e mais Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, cita na Cidade da Bahia, que eles suplicantes fizeram uma Igreja a sua custa, com algumas esmolas, e por serem alguns dos ditos irmãos cativos, e não poderem fazer todos os ornamentos que lhe são necessários para a dita Igreja, se ocorrem a piedade de Vossa Majestade a quem Pedem por serviço da mesma Senhora lhes faça mercê mandar lhe dar ajuda de custo na mesma Cidade da Bahia para os ditos ornamentos por ser uma obra pia com a mesma piedade remunerará a Vossa Majestade a esmola<sup>447</sup>.

<sup>446</sup> Transcrição: “Conta da prata que limpei da Venerável Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco em 4 de julho de 1804. Por 3 lâmpadas dos altares, a 2000\$ - 6\$000. Por 1 lâmpada grande da capela mor e uma tarraxa - 4\$000. Por turíbulo, naveta [inelegível], 2 vasos, aspersório de água benta – 1\$280. Total: 11\$280. Cuja importância recebi do Senhor Irmão Vigário. Bahia, 16 de julho de 1804. Boaventura de Andrade”.

<sup>447</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 7, Doc. 555 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) – *Requerimento do juiz e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade da Bahia ao rei [D. João V] solicitando ajuda de custo para os ornamentos da Igreja que construiram*. Bahia, 13 de junho de 1711.

Infelizmente não conseguimos verificar, na documentação, o parecer do Conselho em resposta à solicitação dos irmãos do Rosário pela falta de legibilidade do texto, impossibilitando a transcrição.

Em outro requerimento, neste caso de uma paróquia, o vigário da Igreja de Nossa Senhora da Pena, em Porto Seguro, escreve uma carta, em abril de 1736, solicitando ao rei alguns “ornamentos para se celebrarem o ofício divino com devida decência”, justificando que os fregueses da sua freguesia eram “pobríssimos”. Desta forma, pedia ajuda a D. João V, através de sua “Real Grandeza e piedade”, para a aquisição de um frontal festivo para o Altar Mor, um pálio, panos de púlpitos, quatro castiçais de prata, um turíbulo e naveta, também de prata, e um sino para sua Igreja<sup>448</sup>. Sobre esta solicitação o documento traz como resposta um despacho, datado de maio de 1737, apenas com a solução para a situação do sino da igreja, ordenando remeter para o reino o item quebrado, para que pudesse se fundir de novo.

Santos ressalta que as demandas das comunidades religiosas, na colônia, nem sempre eram supridas pela assistência do padroado régio, que estipulava uma certa quantia do tesouro para construção de templos em solo brasileiro<sup>449</sup>. Em muitas situações a contribuição dos paroquianos era extremamente necessária para a edificação, manutenção e ornamentação das Igrejas, podendo esta contribuição ser solicitada mediante ordens régias ou concedida de forma espontânea pelos fieis. Segundo a autora:

O auxílio régio geralmente era solicitado nos momentos dificeis, quando os fregueses, as irmandades, as confrarias, as ordens terceiras, os eclesiásticos, os membros da Câmara, os governadores, entre outros fieis ou autoridades, não conseguiam dar continuidade às construções ou reformas das igrejas por falta de recursos<sup>450</sup>.

Ainda sobre o requerimento do vigário da Igreja de Nossa Senhora da Pena, o documento traz a informação sobre a renda anual, reservada a cada Igreja matriz, aplicada às fábricas das Igrejas paroquiais do Arcebispado da Bahia, a quem, portanto, o suplicante deveria recorrer. Diz o texto:

[.] cada uma das Igrejas Matrizes deste Arcebispado tem seis mil réis de renda cada ano para a sua fábrica, e ornamentos, e na forma da mesma ordem se faz menção,

---

<sup>448</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 55, Doc. 4745 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) – *Requerimento do vigário colado da matriz de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro, licenciado Manuel Luís de Sousa ao rei [D. João V] solicitando os ornamentos necessários para a igreja matriz: sino, quatro castiçais, turíbulo e naveta de prata*. Bahia, 17 de abril de 1736, fl. 1r.

<sup>449</sup> SANTOS, Clara Braz dos. *Louvor e distinção no Brasil Colonial: as façanhas virtuosas da nobreza nos séculos XVII e XVIII*. Florianópolis: Editora Udesc, 2023.

<sup>450</sup> SANTOS, 2023. p. 212.

que recebe um prioste ou fabriqueiro cada aviso, que nomeia o Reverendo Arcebispo por ordem deste se desprende nos ornamentos que são precisos, as Igrejas mais necessitadas, e o mesmo Arcebispo devia o Reverendo Suplicante requerer, representando-lhe alguma carência, e falta de ornamentos, que tem nessas Igrejas<sup>451</sup>.

O significado do termo “fabriqueiro”, segundo Bluteau<sup>452</sup> seria “aquele que cobra as rendas da Fábrica da Igreja”<sup>453</sup>. Na prática, mais do que um cobrador, o fabriqueiro atuava como um administrador dos bens temporais da Igreja, exercendo uma função semelhante ao que conhecemos como tesoureiro. Teoricamente estavam subordinados aos párocos, estes responsáveis em providenciar os reparos dos templos e o que fosse necessário ao culto nas igrejas, contando para isso com as rendas das fábricas. Em sua pesquisa, Guilherme Pereira das Neves, citando Le Bras<sup>454</sup>, identifica a origem dessas fábricas, na França, no século XII, que surgem como uma vontade dos leigos de defenderem por si mesmos, em substituição aos senhores e curas, os seus interesses temporais e espirituais. Os fabriqueiros eram eleitos entre os paroquianos, a partir de uma assembleia, devendo saber ler e escrever e ter boa conduta. Na colônia, os fabriqueiros não chegaram a constituir uma coletividade e não tinham tanta autonomia, pois estavam subordinados aos párocos, fato que contribuía para atritos e desentendimentos entre eles<sup>455</sup>.

Dito isto, voltemos ao requerimento referente a Igreja de Nossa Senhora da Pena e as demandas encontradas pelos fieis, na colônia, para realizar o culto divino com dignidade e decência, conforme estabelecia a legislação canônica. A responsabilidade sobre o provimento das igrejas do ultramar também cabia à Mesa da Consciência e Ordens<sup>456</sup>, enquanto agente do padroado, apoiado no estatuto da Ordem de Cristo. Por este motivo, o documento também

<sup>451</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 55, Doc. 4745 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) – *Requerimento do vigário colado da matriz de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro..., fl. 1v.*

<sup>452</sup> BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Vol. 4, F-J. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713, p. 3-4.

<sup>453</sup> A “Fábrica da Igreja” refere-se ao patrimônio material das igrejas e capelas, bem como sua administração. Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. “*E receberá mercé*”: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>454</sup> LE BRAS, Gabriel. *Études de sociologie religieuse: sociologie de la pratique religieuse dans les campagnes françaises*. Paris: Presses Universitaires de France, Paris, 1955. Apud NEVES, 1997.

<sup>455</sup> NEVES, 1997.

<sup>456</sup> Criada em 1532 por Dom João III, a Mesa de Consciência e Ordens atuava como um tribunal ou conselho cujas competências se estendiam igualmente à supervisão de instituições de assistência, como albergarias e hospitais, e à administração do padroado régio, tanto no continente, como no ultramar (padroado de todas as igrejas, neste último caso). Atendia a problemas diversos como a reforma das ordens religiosas, a evangelização dos territórios conquistados, testamentos feitos ao rei e até o resgate de cativos. Seu campo de atuação se estendia também às questões relativas à Universidade de Coimbra e Ordens Militares. Sua intervenção na esfera religiosa envolvia o poder de nomeação e provimento de todo o padroado régio, o que motivou protestos do núnio apostólico em Lisboa, no ano de 1545. Além disso, também tinha o controle do acesso aos cargos e hábitos das três Ordens Militares: Cristo, Santiago e Avis. (MATTOSO, 1992, p 154.).

contém um longo parecer, do qual apresento apenas um recorte, emitido pelo Governador e Administrador da Ordem dos Cavaleiros do Mestrado de Cristo. Diz o parecer:

[...] e porque é justo que as Igrejas tenham renda certa para a fábrica delas, hei por bem que depois de provida a dita Sé da Bahia, assim no que tocar as obras, como ornamentos, lhe fiquem para a fábrica em cada um ano oitenta mil réis e que as mais Igrejas do Bispado hajam, e se lhe dê cada um ano a cada uma das que estiverem nas vilas, cabeças das capitanias, oito mil réis, e as das aldeias seis mil réis para fábrica, assim das obras das capelas mores, como de ornamentos e mais coisas necessárias ao culto divino<sup>457</sup>.

Esse valor deveria ser enviado anualmente, administrado pelo fabriqueiro e vistoriado nos momentos de visitações. Sobre o valor dos dotes, o texto das Constituições Primeiras esclarece:

[...] todas as paróquias do arcebispado da Bahia pertencem a Ordem e Cavallaria de Nossa Senhor Jesus-Cristo, de que S. Majestade é perpétuo administrador, tem o mesmo Senhor com muito católica providência mandado pagar pontualmente, e vão na folha os dotes das Igrejas, que é seis mil réis a cada Igreja, e oito para as que estão em Villas<sup>458</sup>.

Em se tratando das capelas ou ermidas edificadas por leigos, o texto determina que estas deveriam dispor “ao menos seis mil réis cada ano para sua fábrica, reparação e ornamentos”<sup>459</sup>. Nestes casos, a licença para construção e manutenção do templo só poderia ser concedida caso a renda conseguida pelos fiéis fosse suficiente para sua manutenção. Sendo assim, é compreensível que taxas fossem cobradas em ocasião de festas, missas festivas e enterros, assim como súplicas e requerimentos fossem feitas por representantes de irmandades em condição menos privilegiadas.

Além de atenderem ao provimento material das igrejas no que diz respeito aos objetos litúrgicos, as irmandades também realizavam encomendas com o intuito de ornar as imagens religiosas, como vimos na relação de despesas da Irmandade da Conceição da Praia. Impulsionado pelas reformas tridentinas e pelas Constituições Primeiras, o culto das imagens estimulou a produção e o emprego de objetos de ourivesaria através da ornamentação de santos e santas com as mais belas e exuberantes joias. Como destaca Flexor:

Os santos vestiam-se com luxo e não só usavam joias – anéis, argolas, fivelas, coroas, resplendores -, como tinham sua coleção particular de ouro, prata e pedras preciosas. A Virgem e o Cristo crucificado, os santos e santas amavam as riquezas, como os seres humanos e, talvez, até mais. Não só eram ornados como reis e rainhas, com seus ricos e mantos e coroas, como a ele se destinavam joias, pedras,

<sup>457</sup> AHU, ACL, CU, 005, Cx. 55, Doc. 4745 (Bahia, Avulsos, 1604-1808) – *Requerimento do vigário colado da matriz de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro...*, fl. 2v.

<sup>458</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 253.

<sup>459</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1853, p. 255.

metais preciosos, moedas, dados por esmola em pagamento de promessas e dívidas ou deixadas como legado testamental<sup>460</sup>.

**Figura 37 - Diadema de Nossa Senhora pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Conceição da Praia, sob guarda do MAS/UFBA. Ouro e crisólitos, século XVIII, Alt. 0,27m**



Fotografia de Claudiomar Gonçalves, 2018.

**Figura 38 - Coroa de Nossa Senhora pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, sob guarda do MAS/UFBA. Prata dourada, século XVIII, Alt. 0,41m**



Fotografia de Claudiomar Gonçalves, 2018

---

<sup>460</sup> FLEXOR, 2010, p. 70.

Segundo Kátia Mattoso, no início do século XIX a cidade de Salvador possuía cerca de cem irmandades divididas entre brancos, mulatos e negros, entretanto, a autora não informa como foi realizada essa estimativa<sup>461</sup>. Levantamos dados de meados deste mesmo século, com base no *Livro de Inventário das Ordens Terceiras, Irmandade e Confrarias*, localizado no Arquivo Público do Estado, em que há o registro de 51 irmandades entre os anos de 1851 e 1853, como consta na tabela abaixo<sup>462</sup>. É provável que houvesse um número maior de irmandades, mas o registro dessas se fez necessário, certamente, em virtude do valioso patrimônio material que possuíam. No início do Inventário, um pequeno texto esclarece que o livro “há de servir para o tombo dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias e irmandades, determinado pelo parágrafo 8 do artigo 46 do decreto 2 de outubro de 1851<sup>463</sup>.

<b>Tabela 8 – Inventários de Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias existentes na Bahia, século XIX</b>
Inventário das alfaias de ouro e prata pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Fé e Santa Cruz, ereta na Matriz de São Salvador
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de São Pedro dos Clérigos
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Venerável Ordem Terceira de São Francisco
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade Benedito, ereta no Convento de São Francisco
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade da Princesa Santa Efigênia, ereta no Convento de São Francisco
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Santos Passos e Vera Cruz da Capela de Nossa Senhora da Ajuda

<sup>461</sup> MATTOSO, 1992, p. 401.

<sup>462</sup> APEB, Poder Executivo Provincial, Série Religião, Códice 5266 – *Livro de tombo dos bens de todas as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias de Salvador*, 1851-1853.

<sup>463</sup> Por esse decreto, estabelecido em 02/10/1851, foi estabelecido o Regulamento para as Correções, incluindo Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias sendo convocado para prestar contas dos bens, os administradores das Capelas, Juízes, Síndicos, Tesoureiros ou procuradores. Decreto disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-834-2-outubro-1851-559565-publicacaooriginal-81859-pe.html>>. Acesso em 12 de dezembro de 2024.

Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de São Pedro Velho
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Santa Cecília, ereta na Matriz de Sant'Ana
Inventário das alfaias de ouro, prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus da Paciência, colocado na Matriz de São Pedro Velho
Inventário das alfaias de ouro, prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de João Pereira
Inventário das alfaias de ouro, prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora das Angústias, ereta no Mosteiro de São Bento
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Barroquinha
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios, ereta na Capela de Nossa Senhora da Barroquinha
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana
Inventário das alfaias de ouro e prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Santa Cecília, ereta na Matriz de Sant'Ana
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Matriz do Santíssimo Sacramento e Sant'Ana
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora de Nazaré
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio Além do Carmo
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Glorioso Padre Santo Antônio, ereta na matriz de Santo Antônio Além do Carmo
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Divino Espírito Santo, ereta na Matriz de Santo Antônio Além do Carmo
Inventário das alfaias de ouro prata pedras e mais ornamentos e objetos pertencentes à Confraria Professa de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Quinze Mistérios
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição da praia, ereta na Matriz da mesma freguesia

Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro e prata pertencentes à Irmandade de Senhora Sant'Ana, ereta na matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, e que se acham em poder do administrador abaixo nomeado
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção da Capela do Corpo Santo, filial a Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata pertencentes à Irmandade da Devocão do Glorioso São João Batista, o qual se transladou para a Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia em 01/01/1855
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Glorioso São Pedro Gonçalves, ereto na sua Igreja do Corpo Santo, filial a Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Igreja do Corpo Santo, filial a Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Nossa Senhora das Dores da Capela do corpo Santo, filial a Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de São José, ereta na Capela do corpo Santo, filial a Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Hora, ereta na Capela de Santa Bárbara, filial a Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de São Benedito, ereta na Matriz da Conceição da Praia
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade Santíssimo Sacramento do Pilar
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de São Francisco de Paula, filial a Matriz de Nossa Senhora do Pilar
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus de Bouças, ereta na Capela de Nossa Senhora do Montserrat
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, ereta na Matriz de Nossa Senhora da Penha
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Devocão do Senhor Bom Jesus do Bonfim em sua Capela

Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa senhora da Conceição da Praia (com pesos)
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Vitória
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta na Matriz do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora da Vitória
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora da Graça e Livramento do Rio Vermelho, filial da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de São Lázaro do Camarão, filial da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Aflitos, filial a Freguesia de Nossa Senhora da Vitória
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora das Brotas
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Rua do Passo
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário das Portas do Carmo
Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo
Fonte: APEB, Poder Executivo Provincial, Série Religião, Códice 5266 – <i>Livro de tombo dos bens de todas as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias de Salvador</i> , 1851-1853.

O Inventário apresenta os “bens de raiz” e a relação de alfaias e ornamentos de cada uma das irmandades e ordens terceiras atuantes na cidade, naquele momento, de maneira detalhada. Apesar de ser um documento de meados do século XIX, julgamos importante apresentar algumas informações, como forma de acrescentar dados para a pesquisa sobre o acervo sacro na cidade de Salvador. Dentre todos os inventários contidos no livro, destacamos o *Inventário das alfaias de ouro prata e mais ornamentos pertencentes à Confraria Professa de Nossa Senhora do Boqueirão* (ver a transcrição nos anexos desta tese)<sup>464</sup>.

<sup>464</sup> Inicialmente instalada na Matriz de Santo Antônio, a Irmandade de Nossa Sra. da Conceição dos Homens Pardos solicita, no ano de 1726, licença ao Vice-Rei para construir sua capela que ficou conhecida como Igreja de Nossa Senhora do Boqueirão. As obras para ereção da Igreja do Boqueirão tiveram início no ano seguinte. A Igreja foi tombada pelo IPHAN, incluindo todo o seu acervo, no ano de 1885, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo do SPHAN, de 13 de agosto de 1985.

Pelo arrolamento dos bens existente no documento, vê-se que a Irmandade era abastada e devia ter muito prestígio na cidade, conseguindo ser elevada ao título de Venerável Ordem Terceira. Há uma extensa relação de joias pertencentes às imagens de vulto, expostas nos altares da Igreja, além dos objetos litúrgicos também declarados como joias. O Inventário da Irmandade do Boqueirão inicia com o registro das joias do ornato de Nossa Senhora e segue com as joias pertencentes a imagem de São José e de São João, da Capela Mor, peças do ornato do Sacrário e banqueta da Capela Mor, joias do ornato da imagem de Sant'ana e do seu altar, joias do ornato das imagens do altar do Senhor dos Passos, joias do ornato da imagem do Senhor do Bonfim e do trono, joias do ornato do nicho da sacristia, joias do ornato das imagens da casa da Mesa, joias do ornato do Menino Deus na procissão, joias de uso diário e joias do uso de dias de festas [estas referentes ao uso litúrgico], joias do ornato de Nossa Senhora das Dores que servia na Procissão dos Passos, peças do uso da Secretaria, imagens que existiam na Capela e peças que ficavam disponíveis no cofre<sup>465</sup>.

Como se vê, as associações leigas conseguiam reunir recursos financeiros necessários à edificação de templos e sua manutenção, aquisição de paramentos litúrgicos, encomenda de imagens, mobiliário e alfaias diversas para a manutenção do culto e ornamentação das imagens, dinamizando de forma significativa a vida social e religiosa da colônia. Não podemos esquecer que, para além dessas funções, continuavam cumprindo com seu objetivo maior que consistia em dar assistência aos irmãos associados, sobretudo, na hora da morte. Desta forma, as irmandades que mais se empenhavam no investimento e socialização dos gastos no templo conseguiam mais benefícios, incluindo um número maior de campa para o sepultamento de seus membros<sup>466</sup>. No caso das irmandades de negros, havia a possibilidade de o grupo ascender a um espaço de destaque na sociedade colonial e de auxiliar com recursos necessários a compra de alforrias daqueles que ainda não eram libertos<sup>467</sup>.

Caracterizadas por uma vivência religiosa de intenso fervor devocional e pela busca por uma exuberância material e estética que atendesse a dignidade divina, as irmandades foram fundamentais à produção da arte religiosa em toda colônia brasileira, sobretudo em um contexto de referência católica. Ressaltamos que a atuação dos oficiais mecânicos, detentores de saberes e práticas manuais, foi primordial ao desenvolvimento de inúmeros objetos,

<sup>465</sup> APEB, Poder Executivo Provincial, Série Religião, Códice 5266 – *Livro de tombo...*, fls. 134r-137r. A transcrição de todas as alfaias, ornamentos e objetos inventariados da Irmandade do Boqueirão encontra-se anexa.

<sup>466</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, Belo Horizonte, 2011.

<sup>467</sup> REGINALDO, 2018.

consideradas hoje como documentos materiais e artísticos, a exemplo dos objetos de ourivesaria, que se tornaram um importante meio para o estudo do culto religioso e da sua evolução histórica.

## Capítulo 4

### Caracterização do Acervo

#### **Inventário Valladares: identificação preliminar da coleção de ourivesaria**

Vistos os aspectos referentes à organização dos oficiais ourives em Salvador, a legislação que regia seus trabalhos, as influências e técnicas empregadas na produção das alfaias, bem como os principais agentes de encomenda das obras, seguiremos, nesta seção, com a análise dos documentos materiais que fazem parte da nossa investigação, o objeto religioso.

Tomamos como ponto de partida para uma primeira etapa de análise desses objetos, o *Inventário do acervo de bens móveis das igrejas e monumentos religiosos de Salvador*, realizado entre os anos de 1947 e 1960, sob a responsabilidade de José Valladares, com catalogação e pesquisa detalhadas dos inúmeros bens pertencentes a Igrejas e Irmandades da cidade, além do acervo pertencente ao Instituto Feminino da Bahia<sup>468</sup>. Com relação ao acervo de ourivesaria, as fichas do inventário apresentam a descrição das peças, incluindo marcas de ourives, e/ou inscrições, encontradas nos objetos. Traz ainda a valoração monetária de cada peça inventariada, registro fotográfico e referência bibliográfica<sup>469</sup>. Para nossa pesquisa, o *Inventário Valladares* representou a possibilidade de identificação de muitos objetos que não tivemos acesso no decorrer da nossa investigação, especialmente pela dificuldade em conseguir autorização de algumas instituições responsáveis pela guarda desses bens. O inventário também nos possibilitou realizar uma análise quantitativa do acervo que se encontrava nos principais templos religiosos da cidade de Salvador naquele momento.

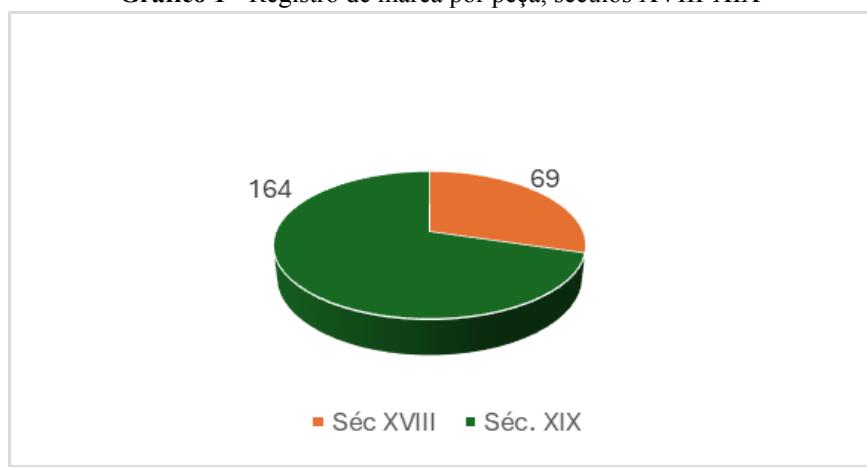
<sup>468</sup> O inventário foi realizado no período em que o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, tinha a denominação de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, com subordinação ao Ministério da Educação e Saúde - MES, situação que perdurou até 1953, quando foi criado o Ministério da Saúde e o MES passou a ser denominado Ministério da Educação e Cultura – MEC. Fonte: *Dicionário do Patrimônio Cultural*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural>>. Acesso em 20 de janeiro de 2025.

<sup>469</sup> IPHAN/BA. *Lista de pastas com fichas do Inventário José Valladares – Monumentos de Salvador*. As fichas deste inventário encontram-se no *Arquivo da área de bens móveis e integrados - IPHAN/Ba*. O inventário contou também com a participação de Osvaldo Gomes, que catalogou o acervo da Catedral Basílica, e Jair Brandão, que esteve à frente dos registros do acervo pertencente ao Instituto Feminino. As fichas desenvolvidas por Valladares apresentam um valioso conjunto de referências documentais, fotográficas e bibliográficas acerca do acervo sacro baiano.

Realizamos então, um primeiro levantamento a partir dos registros documentais das coleções de ourivesaria inventariadas por Valladares, pertencentes às seguintes Igrejas e Irmandades localizadas em Salvador: Mosteiro de São Bento, Convento do Desterro, Seminário de Santa Teresa, Igreja de São Francisco, Irmandade de São Benedito da Igreja de São Francisco, Convento do Carmo, Igreja do Pilar, Santa Casa de Misericórdia, Igreja de São Pedro, Igreja da Ajuda, Igreja da Conceição da Praia, Igreja de São Pedro dos Clérigos, Igreja de São Domingos de Gusmão e Ordem Terceira, Igreja do Boqueirão, Convento da Lapa, Convento das Mercês, Convento da Soledade, Instituto Feminino da Bahia e Catedral Basílica<sup>470</sup>.

Do acervo inventariado por Valladares, selecionamos 904 peças identificadas por ele como sendo dos séculos XVII, XVIII e XIX. São objetos destinados ao culto eucarístico, a finalidades litúrgicas, processoriais, sacramentais e a ornamentação das imagens de santos e santas. Das 904 peças, 233 apresentavam algum tipo de marca referente a produção, como punção de ourives ou de ensaiador, sendo a maioria das marcas encontradas nos objetos do século XIX, conforme *gráfico 1*. Destes registros de marcas identificados, a maioria correspondia a peças produzidas no Porto, seguido de objetos produzidos na Bahia, uma pequena quantidade em Lisboa e apenas uma peça identificada como produzida no Rio de Janeiro. Do total de acervo inventariado por Valladares, a maior parte das peças correspondem ao século XVIII, conforme *gráfico 2*.

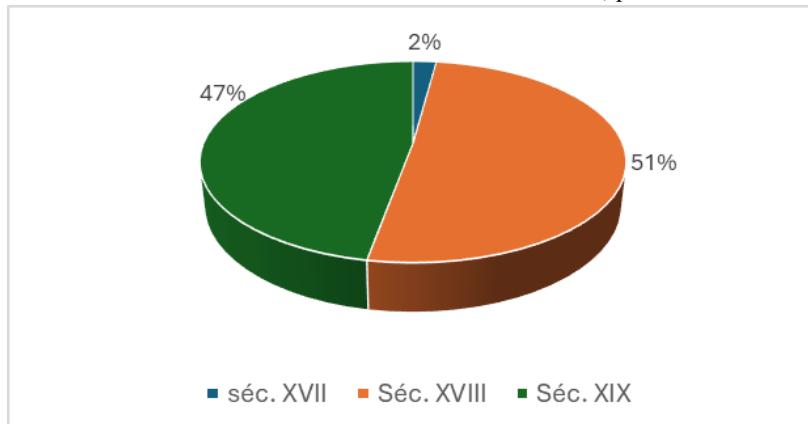
**Gráfico 1 - Registro de marca por peça, séculos XVIII-XIX**



Fonte: Dados do Inventário José Valladares - Monumentos de Salvador (IPHAN/BA).

<sup>470</sup> Não incluímos os inventários das Igrejas da Penha e do Rosário de Itapagipe, pois as pastas não estavam disponíveis no momento da pesquisa, contudo, isso não representa perda significativa para o trabalho, em virtude do número reduzido de peças registradas nesses dois inventários que, juntos, totalizam apenas 17 peças.

**Gráfico 2 - Percentuais do acervo inventariado, por século**



Fonte: Dados do Inventário José Valladares - Monumentos de Salvador (IPHAN/BA).

O inventário realizado por Valladares veio atender, naquele momento, a necessidade urgente de proteção do patrimônio sacro baiano culminando, após muitos debates e negociações, com a criação do atual Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia – MAS/UFBA, no ano de 1959, através de um Convênio entre a Arquidiocese de São Salvador e a então Universidade da Bahia, tendo sido instalado no antigo Convento dos Carmelitas Descalços<sup>471</sup>. No mesmo ano, em um artigo publicado no *Diário de Notícias*, o professor Wladimir Alves Sousa declarava que a partir daquele momento a Bahia teria finalmente:

a possibilidade de reunir num cenário de incomparável beleza e dignidade, o precioso acervo que ainda subsiste, apesar do vandalismo e da tolice, que permitiram a alienação e o desaparecimento de tantas obras de arte, nestes últimos anos<sup>472</sup>.

<sup>471</sup> Desde o início do século XX, em Salvador, inúmeros debates foram realizados com a participação de personalidades de diversas áreas do conhecimento e da intelectualidade baiana, em favor da preservação do patrimônio histórico e artístico da Bahia, sobretudo, após a derrubada da Sé ocorrida no ano de 1933. Até a criação do Museu de Arte Sacra da UFBA, no ano de 1959, alguns projetos para a instalação de um museu de arte sacra católica, que pudesse abrigar o acervo da Sé e de outras instituições religiosas, foram cogitados a exemplo do Museu da Catedral e do Museu Arquidiocesano de Arte Religiosa. Após tentativas frustradas, o Convento dos Carmelitas Descalços, edificado no século XVII, foi o espaço escolhido para abrigar o acervo de arte religiosa, incluindo as peças que pertenciam à antiga Sé. O projeto de criação do Museu de Arte Sacra, em Salvador, envolveu o esforço do diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, do responsável pelo polo regional do SPHAN – BA/SE, Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho, além do reitor da Universidade da Bahia, Edgard Rego Santos. Administrativamente ligado à Universidade Federal da Bahia, o MAS nasce como o primeiro Museu Universitário do Estado tendo como primeiro diretor o monge beneditino, professor e historiador de arte, D. Clemente Maria da Silva-Nigra. Para saber mais sobre a criação do Museu de Arte Sacra da UFBA ver: MATTOS, Ana Teresa Góis Soares. *Nem português, nem mineiro...baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro*. 146p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014; PINHO, Cátia Braga Moreira de. *Um “abrigo” para o acervo da Igreja da Sé: Trajetória da Institucionalização e implantação do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (1939-1959)*. 171f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

<sup>472</sup> SOUZA, Wladimir Alves. *Diário de Notícias*, Salvador, 06/08/1959. Fonte: SEDOC MAS/UFBA.

**Figura 39 - Exposição inaugural do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, 1959**



Fonte: SEDOC, MAS/UFBA.

Desde o momento de sua fundação o MAS/UFBA assumiu a salvaguarda de uma notável coleção de arte sacra, de grande valor histórico e artístico. O conceito expositivo, desde o início, priorizou uma abordagem no âmbito da história da arte e religiosidade, organizando os objetos no ambiente conventual de forma a criar um diálogo harmônico entre o acervo e o edifício seiscentista, ele próprio um documento da vivência religiosa em tempos coloniais. Desta forma, a partir de sua inauguração, o MAS assume a tutela do acervo da coleção de arte sacra arquidiocesana, incluindo algumas peças pertencentes a Sé demolida, e do acervo proveniente de outras instituições religiosas<sup>473</sup>. Além destas, o acervo institucional também foi composto de algumas doações particulares e compras realizadas pela própria Universidade, sendo dividido nas seguintes categorias: imaginária, marfim, pintura, ourivesaria, têxteis, cerâmica, gravura e desenho, constituindo-se de distintos materiais como barro, papel, madeira, marfim, pedra sabão, prata e ouro.

<sup>473</sup> O acordo de acondicionamento, conservação e exposição do acervo da Arquidiocese de Salvador foi especificado no Convênio realizado entre a Instituição religiosa e a então Universidade Federal. Esse Convênio foi renovado no ano de 2015 por mais 60 anos. Quanto ao acervo de outras instituições religiosas, o empréstimo de peças é realizado a partir de Comodatos, geralmente com validade de 5 anos, podendo ser prorrogado com a anuência dos interessados. Vale ressaltar que o MAS possui uma coleção aberta, ou seja, pode incorporar peças a qualquer momento, desde que dentro dos critérios da política de aquisição do museu.

### A coleção de ourivesaria sob guarda do MAS/UFBA

Segundo Rosa, os aspectos ornamentais e iconográficos dos objetos de ourivesaria produzidos no Brasil colonial apresentam características estilísticas semelhantes com aqueles produzidos pela Metrópole, destacando-se os estilos D. João V com a presença de elementos como palmas, volutas e acantos, além das curvas e contracurvas; D. José, apresentando a ornamentação assimétrica do rococó e D. Maria I, com as linhas retas características do neoclassicismo<sup>474</sup>.

Ressaltamos o uso da linguagem arquitetônica como repertório ornamental desses objetos, tendo como fonte de inspiração as gravuras e tratados arquitetônicos que circulavam por toda Europa e pelo Brasil, conforme citado em seção anterior. Sendo assim, encontramos inseridos em muitas peças de ourivesaria sacra, elementos arquitetônicos pertencentes a estrutura retabular, como pilares, colunas, dosséis, entablamento, frontal, assim como ornatos presentes nas talhas, notadamente os acantos, *rocailles*, querubins, palmetas, mascarões, pâmpanos, dentre outros. Todos esses elementos de composição arquitetônica dão aos objetos de ourivesaria sacra, refinamento, qualidade técnica e estética, alguns destes encontrados nas peças selecionadas<sup>475</sup>.

Do conjunto de objetos de ourivesaria que integram o acervo sob guarda do MAS há, em menor quantidade, peças representativas da ourivesaria seiscentista, com destaque para os relicários de propriedade do Mosteiro de São Bento da Bahia e o trabalho de revestimento em prata das imagens de Nossa Senhora das Maravilhas e Nossa Senhora de Guadalupe, ambas pertencentes a Catedral Basílica do Salvador. Destacamos uma particular incidência de peças que apresentam uma gramática decorativa inspirada no rococó, com predominância de ornamentos florais, volutas em “C” e “S” e rocalhas. Em muitas peças há a inclusão de elementos decorativos do neoclássico, como festões ou guirlandas e padrões perolados, o que determina uma dinâmica ornamental característica das peças de transição. O programa

<sup>474</sup> ROSA, 2009.

<sup>475</sup> A profusão de elementos da arquitetura nos objetos de ourivesaria possibilitou construções miniaturais com extremo rebuscamento estrutural e decorativo, sobretudo, na ourivesaria gótica e renascentista, mas também utilizada em estilos artísticos posteriores. Estudos sobre a “microarquitetura”, envolvendo a ourivesaria portuguesa, foram realizados por pesquisadores como Joaquim de Vasconcelos, João Couto, Nuno Vassalo e Silva, dentre outros. Para saber mais ver: CAETANO, Joaquim Oliveira. “A microarquitetura. O uso da decoração arquitetural na ourivesaria portuguesa”. In: PIMENTEL, António Filipe; CAETANO, Joaquim Oliveira (orgs.). *A arquitetura imaginária. Pintura, escultura, artes decorativas*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2012-2013, p. 63-92.

iconográfico mais representativo evidencia temas característicos de ciclos da Eucaristia e da Paixão.

Parte deste acervo foi adquirido pela Universidade Federal da Bahia, através de compra, sobretudo nos anos de 1960 a 1962, na gestão de Dom Clemente, mas também através de empréstimos com instituições religiosas e de doações particulares. Vale ressaltar que muitos desses objetos foram registrados no *Inventário Valladares* ainda em seus locais de origem, sendo posteriormente incorporados à coleção do museu tornando-se acessíveis ao grande público. Desta forma, objetos reconhecidos primordialmente na esfera religiosa, passaram a ser associados e apreciados também como obras de arte pelas suas características materiais e formais.

Para exposição desse conjunto de bens foi realizada a adaptação em um dos espaços do antigo Convento, inicialmente denominado de “Casa Forte” e atualmente conhecido como “Sala da Prata”. Além desta sala, alguns objetos estão localizados em outros espaços do museu, compondo o discurso expositivo, além dos que se encontram acondicionados na Reserva Técnica.

**Figura 40 - Sala da Prata, MAS/UFBA**



Fonte: SEDOC, MAS/UFBA.

O acervo comprehende peças que foram destinadas, originalmente, a diversos usos dentro do contexto religioso, dentre eles: celebrações eucarísticas e demais ritos sacramentais; cortejos processoriais; ornamentação de imagens e práticas devocionais. Apesar do processo de musealização desses objetos religiosos, algumas peças ainda cumprem com sua

funcionalidade ritual, sendo utilizadas para fins litúrgicos e devocionais, a exemplo dos relicários pertencentes ao Mosteiro de São Bento, usados nas celebrações em homenagem ao patriarca São Bento e alguns objetos da liturgia pertencentes às Irmandades do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Pilar e do Santíssimo Sacramento do Passo, que são solicitados para solenidades festivas<sup>476</sup>.

Do acervo de ourivesaria do MAS elencamos as obras que consideramos de maior interesse para a próxima etapa da pesquisa, que se deterá na análise formal, tipológica e estilística dos objetos. A partir das especificidades técnicas e artísticas, destacamos um conjunto de peças que apresentam características estilísticas do século XVIII até a primeira metade do século XIX, atendendo ao recorte temporal da nossa pesquisa. Reconhecendo no objeto religioso uma multiplicidade de informações e potencialidades discursivas, iremos abordar também aspectos relativos à sua funcionalidade e significado. Tendo em conta esses critérios, a análise formal será realizada nas obras, sob guarda do MAS, pertencentes às seguintes coleções:

- Universidade Federal da Bahia;
- Arquidiocese de São Salvador da Bahia;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Pilar;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo;
- Convento dos Perdões.

### **Análise formal dos objetos de ourivesaria sacra**

Serão apresentadas, na sequência, as análises dos objetos selecionados que constituem parte da nossa pesquisa, contextualizando alguns aspectos históricos tipológicos, estilísticos e de uso no ritual cristão.

---

<sup>476</sup> Cabe destacar que o processo de devolução temporária do objeto à instituição religiosa e proprietária legal é cercado por procedimentos técnicos que garantem a segurança e integridade do acervo. Esses procedimentos envolvem ações ligadas aos setores de Museologia e de Restauro do museu.

## O Altar

Comum em diversas religiões ao longo da história, o altar esteve presente desde os ritos de adoração e sacrifícios pagãos greco-romanos até os judaicos. Na religião cristã, “sua procedência está diretamente ligada à mesa utilizada pelos judeus para a celebração da Páscoa e por Jesus em sua última ceia com os Apóstolos”<sup>477</sup>. Em torno da mesa de uso cotidiano, os primeiros cristãos se reuniam para a ceia fraterna que mais tarde vai se converter no altar do sacrifício eucarístico<sup>478</sup>. A partir do reconhecimento oficial da religião por parte do Império Romano, no século IV, a comunidade cristã começa a crescer e se organizar, havendo a necessidade de utilização e construção de espaços mais amplos. Sendo assim, as basílicas romanas, com sua ampla estrutura espacial, passaram a atender as assembleias da comunidade cristã, adaptadas às suas necessidades litúrgicas. A abside, que antes atendia aos magistrados, passa a abrigar o altar, ponto principal da celebração.

O aumento do número de celebrações, bem como as inúmeras peregrinações voltadas a veneração das relíquias dos mártires, no período medieval, provoca um redimensionamento e reestruturação do espaço interno das igrejas, estimulando também a proliferação de altares secundários. O altar mor, considerado o altar principal, situado em frente a nave passa, ao longo dos séculos, por uma evolução que demarca seu espaço, no interior do edifício, como elemento central da comunhão. Sua localização lhe confere uma dimensão sagrada chegando cada vez mais próximo ao fundo da nave. Surgem também cancelas e degraus especiais com a intenção de projetá-lo para o alto<sup>479</sup>.

Os altares feitos de madeira foram sendo substituídos a partir do século IV, após a liberdade de culto proclamada por Constantino, por altares de pedra, mármore ou alabastro<sup>480</sup>. Frade observa que a construção de altares de pedra foi motivada por controvérsias de cunho teológico, ocorridas ainda no século III, gerando uma necessidade em dar mais ênfase a

<sup>477</sup> FRADE, Gabriel. *Arquitetura e liturgia: as contribuições do movimento litúrgico à arquitetura católica paulistana (1933-1962)*. 212f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

<sup>478</sup> O ato de Jesus tem como referência à tradição judaica da ceia Pascal que acontecia no momento da ceia familiar realizada como uma refeição fraterna. A partilha do pão era realizada pelo pai que, em seguida passava o cálice judeu para a celebração. É, pois, na antiguidade cristã que se formam as bases principais para a celebração eucarística incorporada pela igreja católica romana

<sup>479</sup> Esta aproximação com a parede da abside fez com que surgisse a necessidade de adornar esse espaço, sendo comum, já no século XI, a construção na própria mesa do altar ou em conexão imediata com ela, uma sobre-estrutura com uma imagem, denominado retábulo. Ver: JUNGMANN, Josef A. *Missarium Sollemnia: origens, liturgia, história e teologia da missa romana*. 5<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Paulus, 2008.

<sup>480</sup> BOROBIO, Dionísio. *A dimensão estética da liturgia: arte sagrada e espaço para celebração*. São Paulo: Paulus, 2010.

aspectos materiais do culto<sup>481</sup>. Com o tempo, o altar de pedra vai assumindo o significado simbólico do próprio Cristo como a “rocha viva” ou “pedra angular”, conforme descrito em alguns trechos das sagradas escrituras.

Por ser o local onde acontece o ato mais importante da missa, o altar sempre mereceu atenção especial por parte dos membros da Igreja, bem como dos fieis. Sendo assim, os encomendantes exigiam, para sua confecção, os melhores materiais possíveis e elegância decorativa, unida a elementos iconográficos referentes a simbologia do mistério pascal. Complementando a ornamentação do altar, toalhas confeccionadas de linho, algodão ou seda, bordados com fios de ouro e de prata<sup>482</sup>.

No exemplar em destaque vemos o frontal de altar, já citado em nosso trabalho, produzido pelo ourives João da Costa Campos. A pedido da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, em sessão de 18 de abril de 1792, foi confiado ao referido ourives a execução do revestimento em prata deste altar, utilizando para isso a prata velha do acervo da Irmandade. A encomenda foi entregue seis anos depois, tendo o ourives recebido, por este trabalho, a quantia de 80\$000 (oitenta mil reis)<sup>483</sup>.

---

<sup>481</sup> FRADE, 2012.

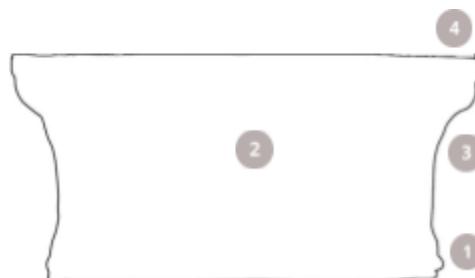
<sup>482</sup> Denominadas “roupas de altar” ou “vestes do altar”, as toalhas são complementos no gênero da indumentária religiosa, relacionadas com as alfaias e outros objetos de uso litúrgico.

<sup>483</sup> ALVES, 1962.

**Figura 41 - Frontal de altar proveniente da antiga Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata e prata dourada, século XVIII (último quartel). Alt.: 1,00m; Larg. 2,40m; Prof. 0,50m. Autoria de João da Costa Campos**



Fotografia da autora, 2019.



Divisão estrutural: 1. Base;  
2. Frontal; 3. Lateral; 4.  
Mesa

Confeccionado originalmente para compor a Capela do Santíssimo Sacramento da Igreja da Sé, este frontal é considerado uma obra prima da ourivesaria baiana<sup>484</sup>. Apresenta-se como um mobiliário litúrgico, móvel, com estrutura de plano horizontal formado por grandes placas de prata, aparafusadas ao suporte de madeira. A base inferior, mais estreita, se expande a partir de uma suave curvatura lateral até a porção superior, dando delicada movimentação ao altar.

Neste trabalho, João da Costa Campos conjuga a prata lisa, em tiras horizontais, com um primoroso trabalho de cinzelagem e repuxado que se destaca na decoração sinuosa das linhas curvas. Elementos vegetalistas se unem a inúmeros concheados e padrões de rocalha em toda estrutura frontal. Esta, é composta por grande cartela central onde se vê, em dourado,

<sup>484</sup> Em Salvador, além do altar da antiga Sé, localizamos ainda três altares confeccionados em prata, sendo um no convento do Carmo, com inscrição de autoria e data de 1732 e o outro, na Igreja da Conceição da Praia, do século XIX.

elemento oval contendo pão eucarístico transpassado por um punhal de onde partem inúmeros raios, encimado por um laçarote, também dourado. A cartela é decorada com delicadas guirlandas de flores e laços, folhas e ramagens, elaboradas a partir da técnica da gravação. Chama atenção a inclusão de girassois na ornamentação fitomorfa, como um dos símbolos pascais, representando a busca do cristão pela luz, que seria o próprio Cristo. As laterais também são ornadas por folhagens e flores. Contornada por friso liso, a mesa, apenas em madeira, possui o espaço reservado para o uso da pedra d'ara<sup>485</sup>.

**Figuras 42 e 43 - À esquerda, detalhe da cartela central com elemento oval, e, à direita, decoração com laçarotes, flores e ramagens**



Fotografia da autora, 2020.

---

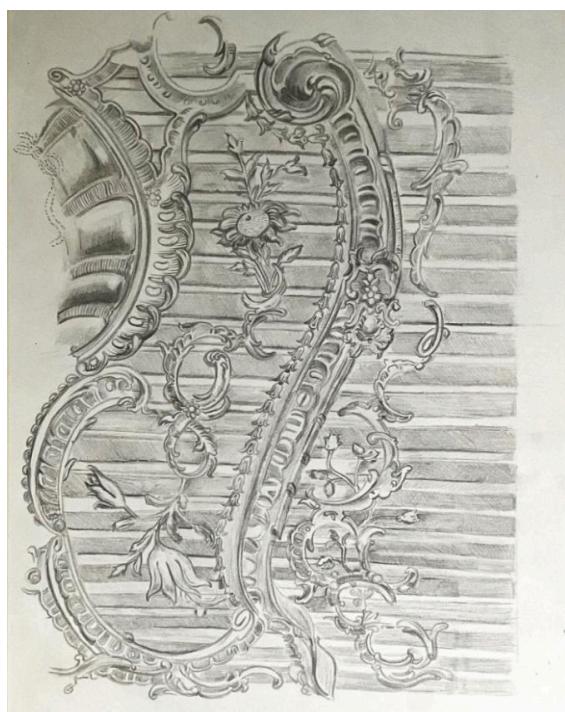
<sup>485</sup> Pedra natural, talhada num só bloco, consagrada e encastrada na mesa de altar (THESAURUS, 2004, p. 22).

**Figuras 44 e 45 - À esquerda, padrões de rocalhas se intercomunicam com os elementos vegetalistas compondo a gramática decorativa do frontal; à direita, gravura de Jacob Gottlieb Thelot, ca. 1750, com padronagem semelhante a decoração do frontal**



Fontes: MAS/UFBA. Fotografia da autora, 2020 e Jacob Gottlieb Thelot, 1750-1756. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/726346>>. Acesso em 20 de março de 2025.

**Figura 46 - Detalhes de gramática decorativa, com flores, folhagens e rocalhas**



Desenho: Núbia Santos, 2024

## Sacrário

Se o altar é o local em que acontece o sacrifício místico, o tabernáculo, ou sacrário, é o local em que abriga a presença real do Cristo e, assim como o altar, deve ser projetado e confeccionado de maneira compatível com sua dignidade. Pela sua ligação com o altar, deve também estar em uma posição de destaque para que seja visível à adoração dos fieis. Para fazer conjunto ao altar de prata, os irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé confiaram ao Capitão Joaquim Alberto da Conceição Matos, também já citado em nosso trabalho, a tarefa de produzir o sacrário, iniciado em 1792, levando o ourives cerca de quatro anos para entregar a obra. Localiza-se atrás do altar, em cima da banqueta, ocupando o mesmo espaço a qual foi destinado originalmente<sup>486</sup>. Os sacrários de prata geralmente são montados a partir de “almas de madeira” revestidos de placas de prata, detalhadamente decoradas, fixadas por parafusos.

O sacrário, em estudo, apresenta corpo único com três tramos, encimado por cornija. Possui coroamento côncavo sobre o qual se ergue imagem do coração de Jesus raionado com coroa de espinhos, sob pequena cruz. Ocupando o tramo central do corpo destaca-se a portinhola do sacrário, cujo plano iconográfico evidencia a temática eucarística, apresentando, no centro, sob um dossel, a figura do *Agnus Dei* sobre o livro lacrado com sete selos, portando estandarte crucífero com bandeira em alusão à morte e ressurreição de Cristo<sup>487</sup>. Abaixo, duas espigas de trigo cruzadas representando o corpo de Cristo. Cachos de uva e folhas de parreira ladeiam a figura central, simbolizando o sangue de Cristo. Acima desta representação, a pomba do Divino Espírito Santo.

<sup>486</sup> A banqueta é uma tipologia de mobiliário religioso localizada atrás do altar, geralmente usada com a função de apoiar um conjunto de cruz e seis castiçais, também denominados “banqueta”, bem como imagens de evangelistas ou relicários. Em um retábulo corresponde ao primeiro degrau atrás do altar, onde geralmente está posicionado o sacrário. Ver: THESAURUS, 2004; FABRINO, 2012.

<sup>487</sup> Em Portugal, após a temática da ressurreição, a representação do cordeiro sob livro de sete selos foi a mais utilizada para compor o repertório iconográfico das portinholas de sacrário a partir do século XVII. O tema faz referência ao texto do Apocalipse. Em Salvador essa temática aparece de forma recorrente nos sacrários produzidos em prata, a partir dos setecentos, a exemplo do sacrário da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Pilar, também executado pelo ourives Joaquim Alberto da Conceição Matos, no final do século XVIII. O esquema estrutural e ornamental do sacrário do Pilar apresenta grandes semelhanças ao sacrário da Sé, analisado em nosso trabalho. É provável que o ourives tenha utilizado, em ambos, os mesmos moldes e risco com pequenas modificações. Além deste, o tema aparece também na portinhola do sacrário do Convento do Carmo, do século XVIII; sacrário da Igreja de São Pedro, século XIX; sacrário da Ordem Terceira de São Francisco, século XIX e em uma portinhola que pertenceu ao Sacrário da Igreja de São Pedro dos Clérigos, também do século XIX e que hoje compõe o acervo do Museu Palácio da Sé. Ver: SANT’ANNA, 2015; SANTOS, Cristina Isabel Passos Riveiro Fé. *Contributo para os sacrários barrocos em Portugal*. 117f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro, 2012.

**Figura 47 - Sacrário proveniente da antiga Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, séc. XVIII, Alt. 1,41m; Larg. 2,40m; Prof. 0,90m. Autoria de Joaquim Alberto da Conceição Matos**



Fotografia da autora, 2020

Dois padrões decorativos circundam a orla da porta, sendo um deles perolado e o outro, composto por circunferências e folhagens estilizadas. Abrindo a portinhola de prata vemos o receptáculo, em madeira, com uma pequena porta e fechadura, com seu interior todo forrado com tecido nobre, de tonalidade dourada, conforme determinação das Constituições Primeiras<sup>488</sup>. A decoração do sacrário também inclui festões compostos por folhas e flores.

<sup>488</sup> *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia...,* 1853, capítulo XVII.

**Figura 48 - Detalhe da portinhola do Sacrário**



Desenho: Núbia Santos, 2024

**Figura 49 - Parte posterior da portinhola com detalhe da imagem de uma custódia e, à direita, interior do  
receptáculo**



Fotografia da autora, 2020

**Figuras 50 e 51 - À esquerda, padrões decorativos que circundam a porta do Sacrário; à direita, pomba do  
Espírito Santo, festões com flores e folhas**



Fotografia da autora, 2020

Sobreposta em cada um dos tramos laterais do sacrário, de estrutura côncava, destacam-se duas grandes cartelas douradas, ornadas com laços e festões. O sacrário apresenta elementos do repertório decorativo do rococó e do neoclássico, com cartelas e festões, além de palmeiras e videiras.

**Figura 52 - Lateral do Sacrário**



Fotografia da autora, 2024

A banqueta em que se encontra o sacrário apresenta friso horizontal, em prata, com decoração cinzelada em flores e festões, sobre placa de prata lisa com recortes verticais. Compondo a banqueta, seis tocheiros, que não são originais do conjunto deste altar, contudo, apresentam gramática decorativa que dialoga em harmonia com os demais objetos. Segundo informações documentais, os seis castiçais também são provenientes da antiga Sé e foram entregues ao MAS pela Arquidiocese, no ano de 1959, para compor a exposição inaugural.<sup>489</sup> Apresentam marca de contraste e ourives do Porto, com atividade entre os anos de 1870 e 1881<sup>490</sup>. Por estar fora do recorte temporal escolhido para análise das obras, optamos pela seleção de outro castiçal, para a análise formal, com características semelhantes àqueles que pertenciam originalmente ao conjunto.

<sup>489</sup> SEDOC/MAS. *Catálogo de acervos da Arquidiocese de Salvador*.

<sup>490</sup> VIDAL, Manuel Gomes. *Marcas de contrastes e ourives portugueses*. Vol I (Século XV a 1887). Lisboa: Casa da Moeda, 1974, p. 14; 144.

**Figura 53 - Banqueta com aplicação de friso em prata**



Fotografia da autora, 2024

## Castiçal

Utilizado como suporte de iluminação de apenas um lume, essa tipologia de castiçal, por ter grandes dimensões, também pode ser denominado de tocheiro<sup>491</sup>. No culto cristão tem como função sustentar a vela, sendo utilizado em momentos de veneração ou em grandes solenidades. O uso de castiçais sobre os altares tem início a partir do século XII. Até a reforma litúrgica era estabelecido o uso de, no mínimo, dois castiçais com velas acesas ao lado da cruz, podendo haver quatro ou seis. No altar do Santíssimo era norma o uso de seis castiçais. O emprego de luzes nos atos litúrgicos remonta o período paleocristão quando algumas cerimônias e rituais aconteciam no interior das catacumbas. Da mesma forma, a necessidade de realizar a eucaristia, à noite, também exigia a utilização de velas e lamparinas. Junto à cruz, os castiçais deveriam ser dispostos em cima do altar ou próximo a ele, sobretudo em momentos de celebração<sup>492</sup>.

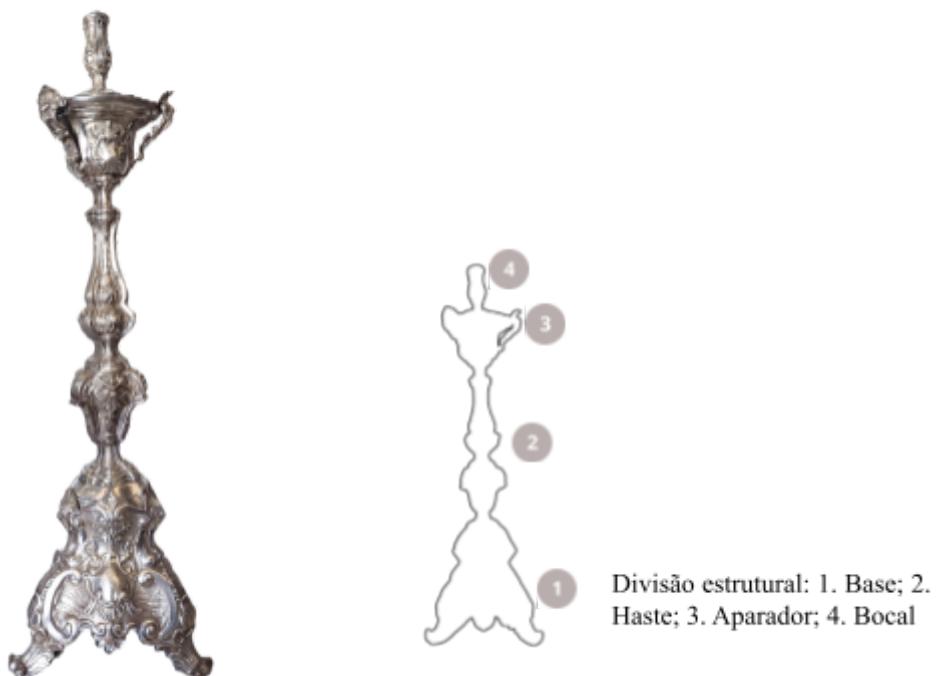
O exemplar, em estudo, faz parte de um conjunto de seis castiçais pertencentes à Irmandade do Passo. Possui pés de volutas com decoração em acanto e base em estrutura triangular e abaulada. Todas as faces da base apresentam a mesma decoração com cartela

<sup>491</sup> Optamos em adotar a terminologia “castiçal” pois o termo “tocheiro” envolve objetos de iluminação que também são utilizados em procissões. No caso da tipologia analisada, seu uso é mais apropriado no espaço interno dos templos. Quando o objeto possui dois ou mais lumes são denominados candelabros.

<sup>492</sup> AZEVEDO, 2000.

central delimitada por volutas em “C” e “S” e decoração com concheados e folhagens. Em uma das cartelas, aparece gravado o desenho do Santíssimo Sacramento, entre a inscrição *RUA DO PASO*. No bordo superior da base, inscrição com data de 1791. A haste, dividida em duas partes, também em estrutura trifásica delimitadas e contornadas por friso, apresenta, em sua porção inferior, formato de pera invertida e na superior, formato de balaústre, ambas apresentando os mesmos elementos decorativos da base. O aparador é guarnecido com três pegadores laterais elaborados em curva e contracurva, com remate superior em forma de concha. Em cada face do aparador, painel gradeado com sobreposição de uma cartela. O aparador é liso e abaulado e bocal ornado com volutas. Apesar da inscrição com data de 1791, o objeto apresenta tratamento decorativo predominante em meados dos setecentos.

**Figura 54 - Castiçal de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,97m**



Fotografia da autora, 2024

**Figuras 55 e 56 - Detalhes da base e aparador do castiçal**



Fotografia da autora, 2024

### Lampadário

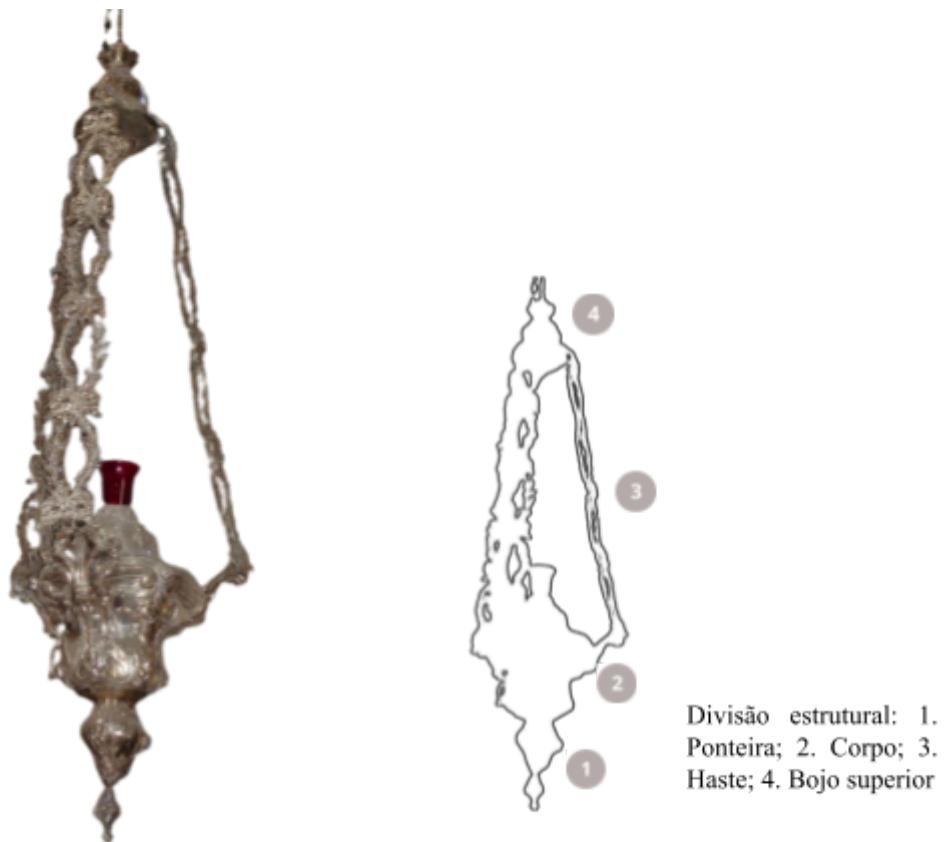
A lâmpada diante do Sacrário, onde se conserva a Santíssima Eucaristia, indica a honra e presença sacramental de Cristo e deve permanecer continuamente acesa<sup>493</sup>. Seu uso constante diante da Santa Reserva tem início no século XIII, tornando-se norma geral no século XVI. Pela sua importância ficou estabelecido que a “lâmpada do Santíssimo” sempre estivesse em lugar visível e suspensa a frente do altar, alimentada, na medida do possível, com azeite ou cera de abelha<sup>494</sup>. Presos no teto das igrejas, por correntes, o uso de lampadários de grandes dimensões atendeu a finalidade simbólica de indicar a presença divina através da luz, sendo, por este motivo, também confeccionados em metal nobre e sujeitos a decoração e incorporação de elementos iconográficos cristãos.

---

<sup>493</sup> Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia..., 1853, título XXVII.

<sup>494</sup> Dicionário Litúrgico..., 1947, p. 129.

**Figura 57 - Lampadário proveniente da antiga Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt. 2,25m. Autoria de João da Costa Campos**



Fotografia da autora, 2022.

Assim como o altar, o lampadário da capela do Santíssimo Sacramento da Sé foi confeccionado pelo ourives João da Costa Campos. Em 1790, os irmãos da Mesa entregaram ao ourives ornamentos “velhos” para aproveitar na confecção do novo lampadário<sup>495</sup>. O resultado foi uma grande obra elaborada em prata fundida, repuxada e cinzelada, composta por partes volumosas que se encaixam, aparafusadas. Presos da mesma forma, elementos decorativos, de menor dimensão, prendem-se ao corpo do lampadário através de encaixes e parafusos muito bem fixados. A parte inferior do lampadário compõe-se de dupla ponteira com decoração fitomorfa central, delimitada por volutas em “C”. Querubins presos por parafusos, nas laterais, complementam a decoração. O corpo central da peça é formado por duas partes volumosas, sendo a inferior decorada com volutas, conchas e folhagens

<sup>495</sup> ALVES, 1962.

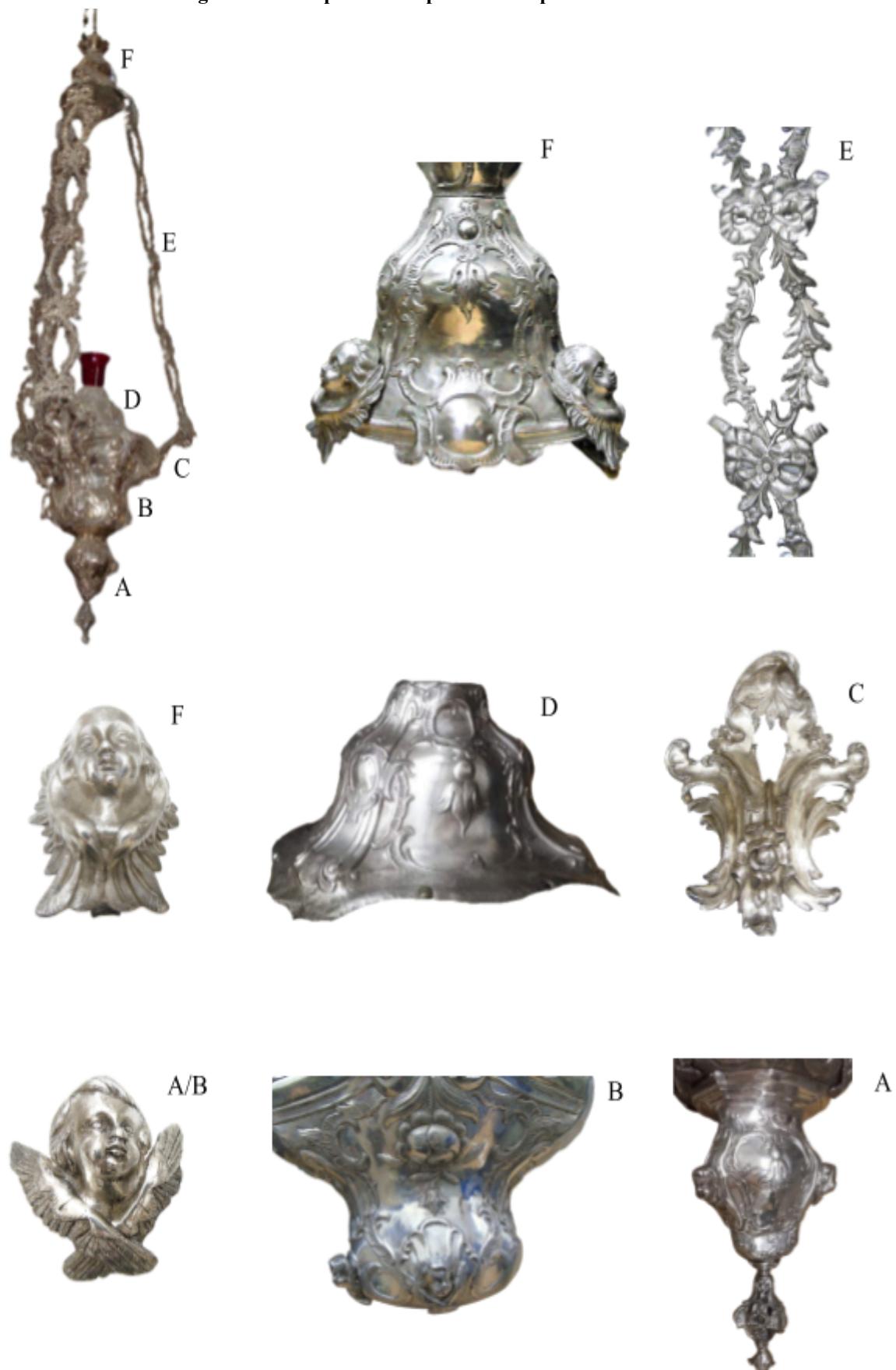
emoldurando uma flor, ao centro, que se assemelha a um girassol, elemento que o ourives também utilizou na ornamentação do altar, como vimos anteriormente. Querubins compõem a decoração lateral da peça, presos por parafusos. Na porção superior do corpo central se encontra a lâmpada do Santíssimo em posição de destaque. A decoração apresenta folhagens estilizadas e volutas. Presos neste bojo superior, três grandes folhas de acanto servem como sustentação das hastes vazadas. Estas, apresentam decoração em formato de guirlanda de folhas e flores, intercalada por grandes laçarotes ao gosto rococó. Decoração semelhante ao corpo do lampadário se apresenta no bojo superior, com formato campanular, onde se prende o fio de sustentação da peça. Cabeças de anjos ornam as laterais do bojo.

Conseguimos realizar a análise formal do lampadário, de forma mais detalhada, em virtude da sua retirada pela equipe de restauro do MAS para procedimento de higienização do objeto. Segundo informações documentais do livro de registro das peças de propriedade da Arquidiocese de Salvador, o lampadário pesa 142 marcos, 4 onças e 4 oitavas, o que corresponde a cerca de 32 kg<sup>496</sup>.

---

<sup>496</sup> SEDOC-MAS. *Livro de Registro das peças da Arquidiocese de Salvador*.

Figura 58 - Lampadário suspenso e suas partes desmontadas



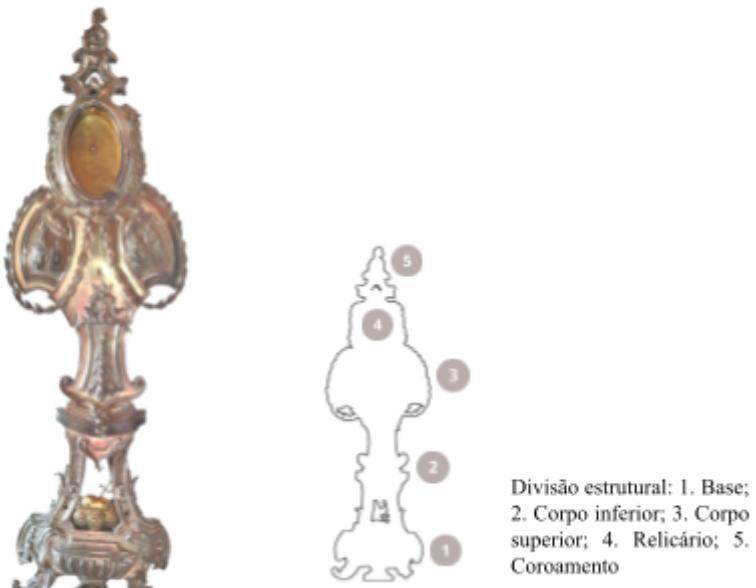
Fotografia da autora, 2022

## Palma Relicário

Como já citado, a veneração das sagradas relíquias dos mártires remonta aos princípios do Cristianismo propagando-se, com mais intensidade, no período medieval, momento em que acontece o estímulo à produção dos relicários. Em busca do perdão dos pecados, pela intercessão das relíquias, os fiéis iam em peregrinação até os santuários onde as relíquias eram expostas ao público. Desta forma, a Igreja passa a promover um lucrativo comércio dessas preciosas relíquias, acumulando riquezas durante séculos. Três eram os principais locais de peregrinação cristã: Jerusalém, Santiago de Compostela e Roma.<sup>497</sup>

Produzidos em diversos materiais e tipologias os relicários, inicialmente, eram confeccionados em madeira, contudo, à medida que o culto vai ganhando destaque, passam a ser executados em materiais nobres com a utilização de pedras preciosas e decoração exuberante, configurando-se como objetos artísticos no contexto da arte sacra cristã. Em nosso estudo, destacamos um grupo de quatro relicários, em formato de “palma”, também pertencente ao conjunto do altar e sacrário da antiga Sé, já apresentados.

**Figura 59 - Palma Relicário proveniente da Igreja da Sé, de propriedade da Arquidiocese de São Salvador, sob guarda do MAS/UFBA. Prata e prata dourada, séc. XVIII (último quartel). Alt. 0,91m. Autoria de Joaquim Alberto da Conceição Matos**



Fotografia da autora, 2022

<sup>497</sup> VAUCHEZ, 1995.

O ramo de palma tornou-se símbolo de vitória sobre a morte e ressurreição, sendo um dos elementos mais utilizados na iconografia cristã, especialmente como atributo dos santos martirizados. Por este motivo, muitos relicários foram confeccionados baseados nesta tipologia. O objeto em análise, faz parte de um conjunto de quatro relicários com decoração idênticas, diferenciando-se apenas pela figura central na base. A estrutura em prata é montada em um suporte de madeira, fixado através de parafusos, que a sustenta. De grande dimensão, o conjunto apresenta refinado trabalho na decoração cinzelada, corpo alongado e guirlandas, simplificação dos ornatos e elementos decorativos de inspiração claramente neoclássica. Sob pés curvos, a base possui recorte central, dando destaque a representações iconográficas com temática eucarística sendo estas: cordeiro místico, fênix, pão da proposição e arca da aliança<sup>498</sup>. Emoldurando a temática central, decoração em fundo quadriculado e folhas de acanto nas laterais. O corpo inferior, mais estreito e alongado, proporciona ao objeto a verticalidade característica do estilo neoclássico.

**Figuras 60 e 61 - Detalhe de duas das quatro bases do conjunto de Palma Relicário com representação, à esquerda, da fênix sobre chamas e à direita, do pão eucarístico**



Fotografia da autora, 2022

A estrutura do corpo superior apresenta três elementos ovais envoltos em guirlandas, com fundo trabalhado em quadriculados, ornado com flores e folhas em relevo. O relicário situa-se no elemento oval mais elevado, que apresenta cavidade para a guarda da sagrada

<sup>498</sup> O pássaro mítico conhecido como fênix tem sido utilizado na iconografia cristã como representação da imortalidade da alma humana, da morte e ressurreição de Cristo. O cordeiro místico faz alusão ao próprio Cristo, sacrificado em prol da humanidade, sendo um dos símbolos mais antigos da cultura cristã. A arca da aliança está presente no Antigo Testamento simbolizando a aliança entre Deus e o povo de Israel, a presença e proteção divinas. O pão eucarístico, símbolo do alimento espiritual. Ver: FABRINO, 2012; HEINZ-MOHR, Gerd. Dicionário dos símbolos: imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Paulus, 1994.

relíquia que, neste caso, não se encontra mais na peça. Também foi retirado o vidro, geralmente utilizado para proteger a relíquia. A peça é arrematada por florão recortado e vazado.

**Figuras 62 e 63 - Detalhe do corpo superior da Palma Relicário, à esquerda e elemento floral, à direita**



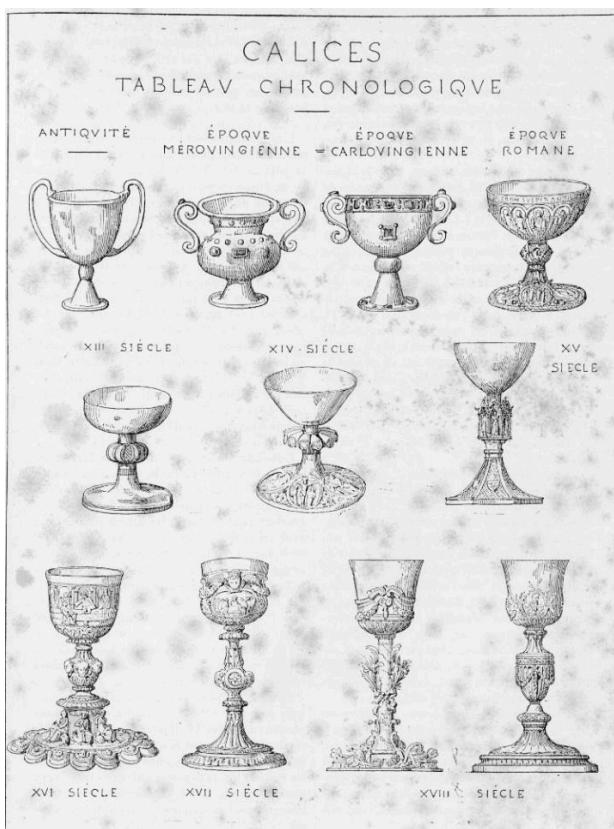
Fotografia da autora, 2022

### Cálice

Dos utensílios do altar, os vasos sagrados são considerados os mais importantes para os atos do culto. O uso cálice para a consagração do vinho, durante a missa, remonta o ritual da Última Ceia, descrita no Evangelho de Lucas 22:19. Este acontecimento bíblico, que antecede os momentos da Paixão, tornou-se o símbolo referencial da comunhão e aliança de Deus para com o povo cristão. Através do pão e do vinho abençoados por Jesus, a celebração eucarística proclama a memória de Cristo, bem como dos seus ensinamentos e sua ressurreição. A partir do século V começam a aparecer os cálices produzidos em metais nobres ornados com pedras preciosas e, ao longo dos séculos, decisões conciliares definem que para sua produção deveriam ser usados, preferencialmente, materiais nobres, conforme vimos em seção anterior. Desde os primórdios existiram três tipos de cálices: os *sagrados* ou *ordinários*, utilizado pelo padre durante o sacrifício da missa; os *ministeriais*, de grande

volume, serviam para oferecer o vinho sagrado aos fiéis, caindo em desuso no século XIII, quando foi proibido aos fiéis a comunhão sob a espécie de vinho e os cálices *offertorii*, onde diáconos recolhiam o vinho ofertado pelos fiéis. No período gótico surgem aplicações de campanhias, chamadas de *tintinábulos*, no bojo do cálice, com a intenção de atrair a atenção dos fiéis quando o cálice era erguido no contexto da consagração eucarística e, a partir da segunda metade do século XVI surge a tipologia de cálice custódia, elaborado com encaixe entre a copa e o hostiário<sup>499</sup>.

**Figura 64 - Evolução formal do cálice, segundo Charles Rohault de Fleury, 1883**



Fonte: FLEURY, Charles Rohault de. *La messe: études archéologiques sur monuments*. Paris: V. A. Morel Libraires-Éditeurs, 1883, p. 154.

O cálice em destaque, insere-se no modelo e programa iconográfico característico dos cálices eucarísticos do final do século XVIII, apresentando elementos decorativos característicos do rococó. Sua estrutura é formada por base alta com orla lisa dividida em pequenas curvas. Separando o bordo da base propriamente dita, friso de folhas e, acima deste, friso liso. A decoração da base apresenta estrias longitudinais intercalando os elementos decorativos entre folhagens e símbolos eucarísticos. A haste é composta por nó em forma de

<sup>499</sup> Ver: *Normas de Inventário: Ourivesaria*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2011.

balaústre posicionado entre dois anéis com frisos. A decoração do nó apresenta cartelas com motivos vegetalistas de reserva interior lisa, definidas por volutas em “C” e “C” invertido. Possui uma falsa copa cinzelada ornada com pequenas flores, folhagens e volutas em “C”. A copa apresenta-se lisa. Geralmente os cálices são acompanhados pela patena, um pequeno prato de formato plano e circular, que serve como base à hóstia na consagração e para recolher eventuais partículas durante a Eucaristia. Quando não está sendo utilizado é comum deixá-lo sobre a copa do cálice.

**Figura 65 - Cálice de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia, sob guarda do MAS/UFBA. Século XVIII. Alt.: 0,26m**



Fotografia da autora, 2023

**Figuras 66 e 67 - À esquerda, base do cálice com decoração fitomorfa intercalada com desenhos representativos da Eucaristia; à direita, copa do cálice com detalhes da decoração da falsa copa**



Fotografia da autora, 2023

## Âmbula

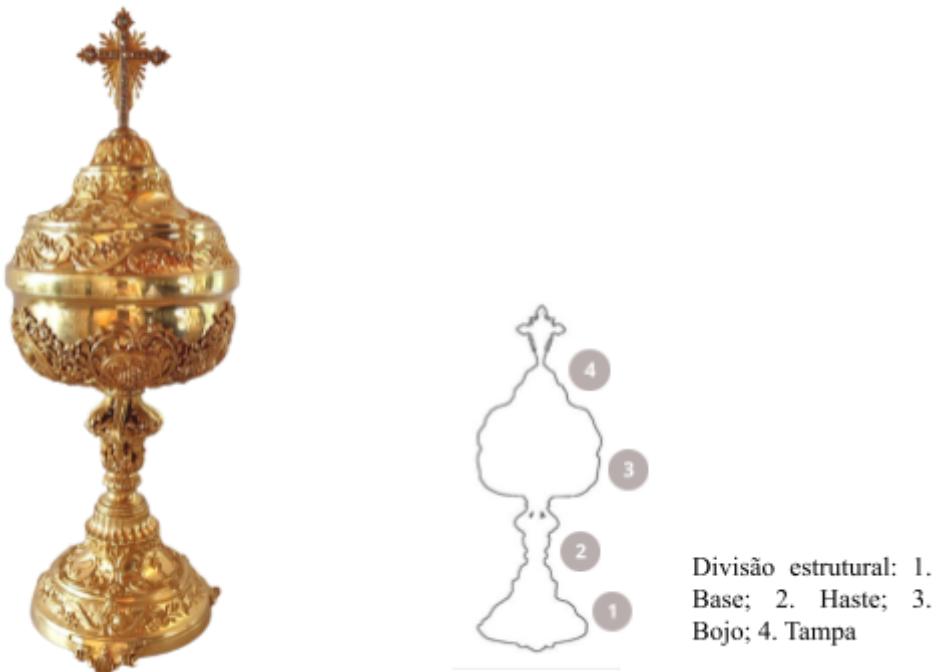
Vaso sagrado destinado a guarda da reserva eucarística para a comunhão dos fiéis, também chamado de píxide. Seu uso remonta ao século III e, ao longo dos séculos, foi sofrendo alterações na sua tipologia e nomenclatura, sendo inicialmente elaboradas em formato de pomba, denominada pomba eucarística, de torre ou de uma caixa de pequenas dimensões<sup>500</sup>. A partir do século XIII, sua estrutura ganha uma haste e base, com o formato semelhante a um cálice, coberta por uma tampa rematada por uma pequena cruz, forma utilizada até os nossos dias. Um véu branco cobrindo a âmbula indica a presença da reserva eucarística, devendo ser guardada no interior do tabernáculo<sup>501</sup>.

Destacamos, para nossa análise, a âmbula de prata dourada proveniente do Convento dos Perdões, hoje pertencente à coleção sob guarda do MAS. Sem marcas, a peça se enquadra na estética decorativa dos setecentos, com decoração, tanto na base quanto na haste e bojo, elaborada em motivos vegetais como flores, folhas e folhagens sinuosas que se destacam tanto em cinzelados como em recortes vazados.

<sup>500</sup> O termo *âmbula* e *píxide* são geralmente encontrados, na maioria dos textos, para indicar o mesmo objeto, que também pode estar associada ao termo *cibório*, entretanto, há alguns autores que destacam diferenças mínimas entre essas terminologias. De qualquer forma, os termos servem para definir um objeto com a funcionalidade de guarda das partículas consagradas para comunhão dos fiéis.

<sup>501</sup> AZEVEDO, 2000.

**Figura 68 - Âmbula de propriedade do Convento dos Perdões, sob guarda do MAS/UFBA. Prata dourada, século XVIII. Alt.: 0,39m**



Fotografia da autora, 2023

A base, de orla lisa, repousa sobre três pés fitomórficos. É composta por reservas onde se inscrevem elementos iconográficos do Antigo Testamento, sendo estas a Arca da Aliança<sup>502</sup>, espécie de caixa em madeira de acácia, símbolo da aliança e compromisso entre Deus e seu povo eleito; Tábuas dos Mandamentos, como representação aos preceitos dados por Deus a Moisés, no Monte Sinai<sup>503</sup> e a Serpente de bronze<sup>504</sup>, erigida no deserto por Moisés, em uma haste, a pedido de *Iahweh*<sup>505</sup>.

<sup>502</sup> Bíblia de Jerusalém, *Êxodo*, 37.

<sup>503</sup> Bíblia de Jerusalém, *Êxodo*, 20.

<sup>504</sup> A história da Serpente de bronze está relacionada com as minas de cobre da Arabá, onde o metal já era explorado no século XIII antes da era cristã. Inúmeras serpentes de cobre foram encontradas em *Meneyeh*, hoje *Timna*. Eram utilizadas como forma de proteção contra serpentes venenosas, assim como fez Moisés. Sobre isso ver: Bíblia de Jerusalém, Livro de Números, 21.

<sup>505</sup> MAIA, Antônio. *Pequeno dicionário católico: dogma-liturgia-moral-Bíblia*. Rio de Janeiro: Estrela do Mar, 1966.

**Figura 69 - Detalhe dos elementos iconográficos inseridos na base da âmbula**



Fotografia da autora, 2025

Na porção inferior do bojo, destacam-se, em reserva, cinco elementos emoldurados por flores e folhagens sinuosas, compondo uma graciosa ornamentação vazada. Ao centro, imagens dos evangelistas São Lucas e São Mateus, com seus atributos, o touro e o anjo, respectivamente<sup>506</sup>. Além deles, símbolos eucarísticos compõem o programa iconográfico da peça, sendo: o cacho de uva, símbolo do sangue de Cristo, o pelícano, cuja lenda diz que perfura o peito para alimentar seus filhotes com o próprio sangue, sendo, por isso, usado como referência ao sacrifício de Cristo e *Agnus Dei* sobre o livro lacrado com sete selos, portando estandarte crucífero<sup>507</sup>.

**Figura 70 - Detalhe dos elementos iconográficos inseridos na porção inferior do bojo da âmbula**



<sup>506</sup> Os atributos iconográficos dos quatro evangelistas estão relacionados com os quatro viventes que rodeiam o Trono de Deus, segundo texto do Apocalipse (capítulos 4-7) e que, desde cedo, o cristianismo interpretou como símbolos dos quatro evangelistas. Mateus tem como atributo uma figura humana porque seu evangelho inicia com a genealogia humana de Cristo. O leão aparece como atributo de Marcos, cujo evangelho tem início com a pregação de João Batista, a sua voz ecoando como um rugido de leão no deserto; O touro é atributo de Lucas, em virtude de seu evangelho começar com o relato do sacrifício de Zacarias e concentrar-se, sobretudo, no caráter sacrificial da morte de Cristo e, finalmente, João tem como atributo a águia, símbolo de sabedoria e de ascensão aos céus. Seu evangelho é considerado mais profundo e teológico. Ver: HEINZ-MOHR, 1994, p. 364.

<sup>507</sup> HEINZ-MOHR, 1994, p. 65; 286; 106.



Fotografia da autora, 2025

A tampa da âmbula possui a mesma decoração ornamental, composta por reservas que apresentam outros elementos do repertório iconográfico cristão, sendo estes: os ramos de trigo, o coração de Jesus transpassado e a representação da Santíssima Trindade.

**Figura 71 - Detalhe dos elementos iconográficos inseridos na tampa da âmbula**

Fotografia da autora, 2025

### **Ostensório<sup>508</sup>**

Conforme dito em seção anterior, a necessidade de exposição à adoração solene da hóstia se dá a partir do século XII, momento em que a população passa a ter um contato mais direto com o divino. Até o século XIII essa exposição se dava apenas no momento da missa. A partir da oficialização da festa do *Corpus Christi*, em 1264, a Igreja sente a necessidade de elaborar um objeto devocional específico, com o propósito de expor solenemente o Corpo de

<sup>508</sup> O termo ostensório vem do verbo latino *ostendere* (mostrar). O objeto também é denominado *custódia*, entretanto, alguns autores questionam essa terminologia, indicando que o termo custódia remete apenas à guarda do Santíssimo e não a sua exposição.

Deus à adoração dos fiéis e de transportá-lo em solenidades externas e públicas, como nas procissões. As decisões conciliares, em Trento, também foram fundamentais para o desenvolvimento e uso desta tipologia de objeto eucarístico, reafirmando o dogma da Transubstanciação e promovendo a veneração do Santíssimo em procissões por vias públicas, “com reverência e honra”<sup>509</sup>.

Tanto em Portugal como em suas colônias, a devoção ao Santíssimo Sacramento vai estimular inúmeras encomendas, tanto de entidades religiosas como civis, de ostensórios de grande valor artístico, confeccionadas em ouro e prata, além de pedras preciosas. No século XV seu uso já estava generalizado, apresentando grande variação de formas<sup>510</sup>. O formato de sol, como conhecemos hoje, começou a ser introduzido no século XVI sendo a tipologia mais encontrada nas coleções de ourivesaria sacra brasileira, sobretudo, a partir do século XVIII.

Do século anterior é muito comum o uso da tipologia denominada cálice custódia, com a presença de formas e elementos decorativos ainda da renascença, evoluindo para barroco<sup>511</sup>. São formados pela parte superior, de inspiração arquitetônica e, a inferior, por um cálice. Como referência, desse período, destacamos o cálice custódia da coleção do MAS/UFBA em que a parte superior do objeto apresenta estrutura em baldaquino, cúpula e lanternim, coroado por cruz latina<sup>512</sup>.

---

<sup>509</sup> Concílio Ecumênico de Trento, Sessão XVIII (Decreto sobre o sacramento da Eucaristia); DENZINGER, 2006, p. 422.

<sup>510</sup> Merecem referência a Custódia do Mosteiro de Alcobaça (1412); da Sé de Coimbra (1527) e a célebre custódia de Santa Maria de Belém (1506), de Lisboa, atualmente exposta no Museu Nacional de Arte Antiga. Ver: COSTA, Avelino de Jesus. “A Santíssima Eucaristia nas Constituições diocesanas portuguesas desde 1240 a 1954”. *Lusitania Sacra*, Tomo 1, 2<sup>a</sup> série, 1989, p.197-243; COUTO; GONÇALVES, 1960.

<sup>511</sup> Também designada de custódia *de colunas* ou em *templete*, em virtude do formato em que se encontra o hostiário. Este modelo, com algumas variações adaptadas ao estilo de cada época, teve grande difusão em todo território português desde o final do século XVI. Para saber mais sobre esta tipologia ver: GONÇALVES, A. Nogueira. “Custódias de Coluna”. *Mundo da arte*, nº 7, 1982, p. 20-22; JÚNIOR, José Rosas. *Pratas e joias dos séculos XVII e XVIII*. Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1950.

<sup>512</sup> Por estar fora do recorte temporal de análise formal da nossa pesquisa, apresentamos este exemplar apenas para uma compreensão mais didática das tipologias de custódias encontradas nos acervos sacros de Salvador, portanto, não iremos realizar a análise formal do objeto em questão.

**Figura 72 - Cálice Custódia. Coleção MAS/UFBA. Prata e prata dourada, século XVII. Alt.: 0,54m**



Fotografia de Claudiomar Gonçalves, 2012

Para nossa análise, selecionamos o ostensório de propriedade da Arquidiocese de Salvador, hoje exposto na coleção do MAS<sup>513</sup>. Reconhecida como uma das mais belas produções artísticas da arte sacra setecentista brasileira, a peça é composta por base alta em estrutura triangular, recortada em curvas e contracurvas, sobre três pés de volutas com decoração em acanto. Cada uma das faces da base apresenta cartela com inscrição, em reserva, enquadrada por rocalhas, ornada por ramos de trigo na porção inferior. As inscrições em destaque são: escudo da Ordem dos Carmelitas Descalços de Santa Teresa, na face principal; à direita, datação em algarismos romanos AN.MDCCLXXIV e, na face esquerda, inscrição CARM.DESC. DA BA. Contornando os cantos de cada um dos lados da base, aplicação de friso de guirlandas recortada, presas por querubins em relevo.

---

<sup>513</sup> Esse ostensório pertenceu ao antigo Convento dos Carmelitas Descalços. Foi encontrado em uma das sepulturas localizada na Igreja, no momento da restauração do edifício, em 1958.

**Figura 73 - Ostensório de propriedade da Arquidiocese de São Salvador da Bahia, sob guarda do MAS/UFBA. Prata dourada e pedrarias. Inscrição de 1774. Alt.: 1,04m.**



Fotografia da autora, 2023

**Figuras 74 e 75 - Detalhe da base do ostensório. À esquerda, emblema da Ordem dos Carmelitas Descalços e, à direita, inscrição em algarismos romanos indicando sua datação.**



Fotografia da autora, 2023

**Figura 76 - Ostensório**



Desenho de Núbia Santos, 2025

A haste apresenta abundante decoração, intercalada por nós, delimitados por curvas e contracurvas, ornados por volutas e concheados. Na porção superior da haste, ladeada por dois anjos, destaca-se uma delicada decoração vazada com incrustação de pedras preciosas e semipreciosas. Circundam o hostiário, ou receptáculo, local onde é colocado em exposição da hóstia consagrada,<sup>514</sup> uma moldura circular de pedras incrustadas contornado por querubins. A partir do hostiário abre-se a auréola radiante com raios, alternando entre elementos maiores e menores, onde se prendem quatro anjos em relevo pleno<sup>515</sup>. Todos os anjos localizados na peça apresentam olhos incrustados em vidro.

**Figuras 77 e 78 - Detalhe da haste com a incrustação de pedrarias à esquerda. À direita, pormenor da parte posterior do objeto**



Fotografia da autora, 2025

Protegendo o hostiário, dossel com lambrequins, elemento característico da talha joanina, ornado com pingentes cravejados de pedras, encimado por cruz radiante, também trabalhado com incrustação de pedras.

<sup>514</sup> Encontramos em publicações portuguesas que versam sobre o tema, as terminologias *hostiário* e *ostensório* para tratar do receptáculo do Santíssimo Sacramento em custódias. Consideramos mais apropriado o uso do termo *hostiário*, pois *ostensório* é um termo francês que se generaliza, no século XVII, como sinônimo de custódia (AZEVEDO, 2000).

<sup>515</sup> O exemplar não possui lúnula, possivelmente retirada ou perdida em algum momento. A lúnula integra o hostiário, que serve como suporte para colocação da hóstia, geralmente apresentando a tipologia de um crescente lunar, também chamado de crescente eucarístico.

**Figuras 79 e 80 - À esquerda, detalhe do hostiário com auréola radiante. À direita, um dos anjos que o circundam, com olhos de vidro**



Fotografia da autora, 2025

### **Estante de Missal**

Missal é o livro que contém as leituras, orações, cânticos e as ações litúrgicas necessárias à celebração da missa, para uso do sacerdote. Podia ser usado sobre uma almofada, denominada *almofada de missal*, ou sobre uma estante confeccionada em madeira ou metal, ambos em cima do altar. Em nossa pesquisa encontramos, nas instituições religiosas e em museus, exemplares executados em um único bloco ou em peças separadas, unidas por dobradiças. Em alguns casos o revestimento em prata cobre totalmente a alma de madeira, ou base de madeira, em outros a cobertura é parcial, como o modelo a seguir.

**Figura 81 - Estante de Missal pertencente à Arquidiocese de Salvador, sob guarda do MAS/UFBA.**  
**Madeira e prata recortada, século XVIII. Alt.: 0,40m**



Fotografia: SEDOC/MAS

Para nossa análise, destacamos a estante de missal pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Pilar, que apresenta belo trabalho de cinzelagem em toda a superfície da peça, estruturada a partir de lâminas de prata parafusadas na alma de madeira. A face anterior apresenta decoração simétrica recortada em concheados e exuberante ornamentação fitomórfica com delicadas flores e folhagens sobre os dois pés que imitam jarros com arranjos florais. A face posterior, local onde repousa o Missal, apresenta elementos decorativos como volutas, concheados e vasos de flores, organizados simetricamente em torno de uma cartela central, emoldurada por rocalha. As placas laterais também apresentam decoração com motivos vegetalistas e rocalhas.

**Figura 82 - Estante de Missal pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Pilar. Prata, século XVIII.**

Alt.: 0,31m



Fotografia da autora, 2024

**Figura 83 - Detalhe dos elementos ornamentais de inspiração rococó inseridos na face anterior da estante**



Desenho de Núbia Santos, 2024

## Naveta e Turíbulo

Encontrado em diversas culturas e religiões, o uso de incensos para culto é muito antigo estando associado, até século IV, ao culto pagão e aos cortejos realizados pelos imperadores romanos. À medida que o paganismo vai desaparecendo, o uso do incenso começa a se estabelecer na liturgia dominical de Jerusalém, em torno de 390. Inicialmente aparece nos cortejos ceremoniais do Papa, como sinal honorífico, sendo, aos poucos, relacionado com o simbolismo cristão da oração e adoração a Deus, da elevação espiritual dos fiéis, da consagração das oferendas do altar, da “espiritualização” e purificação dos objetos sagrados usados no rito<sup>516</sup>. O uso do incenso está descrito também nos textos bíblicos, tanto do Antigo, como do Novo Testamento<sup>517</sup>.

Para a prática da incensação, no rito cristão, dois objetos são necessários e se complementam, sendo estes a naveta e o turíbulo. A naveta, cuja designação tem origem na palavra latina *navis* (nave) pequeno barco, é um vaso de metal utilizado para a guarda do incenso, sendo acompanhada de uma pequena colher que serve para retirar o incenso e colocá-lo sobre as brasas do turíbulo. Este, constitui-se de um vaso de metal suspenso por correntes que lhe dão a mobilidade necessária para o gesto da incensação durante a cerimônia<sup>518</sup>.

A naveta, em destaque, pertence à coleção do MAS/UFBA, tendo sido adquirida através de compra. Apresenta a habitual configuração em forma de barco, base circular em forma de taça invertida e orla lisa. A porção superior da base apresenta-se ornamentada por motivos vegetalistas estilizados. A haste, em forma de pera invertida, ornada com palmetas incisas, sustenta o vaso decorado por motivos cinzelados em folhagens e volutas. Acima, destaca-se um florão central com girassol, em reserva circular, encimado por pingente. A cobertura da naveta consiste em duas tampas côncavas e a parte central de perfil convexo<sup>519</sup>.

---

<sup>516</sup> Sobre isto ver: ALDAZÁBAL, José, *Gestos y Símbolos*. Barcelona: Centro de Pastoral Litúrgica, 1997; JUNGMAN, 2008; JUNG, C.G. *O símbolo da transformação na missa*. 7<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

<sup>517</sup> Ver: Bíblia de Jerusalém: Éxodo 30 7-9; Levítico 6,15; Reis 3,3; Mateus 2, 11; Apocalipse 5, 8.

<sup>518</sup> AZEVEDO, 2000; THESAURUS, 2004.

<sup>519</sup> No Catálogo do inventário da Arquidiocese de Évora encontramos um exemplar muito similar, produzido no Porto, no século XVIII. Ver: *Arte Sacra no Concelho de Alandroal: inventário artístico da Diocese de Évora*. Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2015.

**Figura 84 - Naveta de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,21m**



Fotografia da autora, 2025

**Figura 85 - Detalhe da ornamentação cinzelada que compõe o vaso**



Fotografia da autora, 2025

**Figuras 86 e 87 - Detalhes da cobertura da naveta, com abertura da tampa e colher**



Fotografia da autora, 2025

O uso de um utensílio específico para a queima do incenso é antigo e está associado a vários fins. Na liturgia cristã, pode ter sua origem a partir da tradição antiga judaica do uso de incensadores com alças ou a partir da utilização de vasos específicos, chamados de *caçoulas*, com brasas acesas, que davam apoio ao ato de acender os círios nos cortejos dos imperadores romanos<sup>520</sup>. Também denominado *perfumador*, esse tipo de objeto foi muito usado para a queima de aromas e perfumes em ambientes e roupas<sup>521</sup>. Diferenciam-se dos turíbulos por não possuírem correntes presas a sua estrutura, adicionadas apenas no século XII, aproximando-se da tipologia que chegou até os dias de hoje<sup>522</sup>.

**Figura 88 - Modelo de caçoula ou perfumador**



Fonte: <<https://www.museuvirtualdalusofonia.com/>>. Acesso em 24 de abril de 2024.

<sup>520</sup> AZEVEDO, 2000.

<sup>521</sup> BLUTEAU, 1789. p. 188.

<sup>522</sup> AZEVEDO, 2000.

**Figura 89 - Incensadores com alça, século XII**



Fonte: FLEURY, Charles Rohault de. *La messe: études archéologiques sur monuments*. Paris: V. A. Morel Libraires-Éditeurs, 1883, p. 291.

O turíbulo, em análise, apresenta a marca de 10 dinheiros contidos em um retângulo, marca esta que foi muito usada no Rio de Janeiro, no século XIX, o que aponta a possibilidade deste exemplar ter sido produzido no Brasil, nesse período<sup>523</sup>. Apresenta características estilísticas que se enquadram na produção de meados dos oitocentos, momento em que ainda havia certa predominância decorativa de elementos dos setecentos.

<sup>523</sup> SANTOS, 1940.

**Figuras 90 e 91 - Turíbulo de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XIX (início). Apresenta marca de 10 dinheiros e de ensaiador. Esta última, ilegível. Alt.: 0,23m**



Fotografia da autora, 2025

A base circular possui ornamentação com friso torçal trabalhado em delicadas folhas estilizadas. O corpo da peça é dividido de forma característica, em duas partes, com a metade inferior, ou vaso, ornada com flores e folhagens estilizadas, trabalhadas com a técnica do cinzelado. No vaso prende-se às correntes do turíbulo. A metade superior, denominada opérculo, é definida por três níveis decorativos, intercalados por friso liso. O primeiro nível possui a mesma decoração do vaso e, no segundo nível, destacam-se folhagens intercaladas por volutas em “C” e “C” invertido. O trabalho de recorte da prata nesses dois níveis cria espaços necessários para a saída da fumaça do incenso. O terceiro nível é decorado por larga faixa de folhas estilizadas, rematado por coruchéu e argola em que passa as correntes. Finaliza a composição, cápsula, com argola, para suspender o objeto.

**Figura 92 - Detalhe do opérculo (metade superior do Turíbulo)**

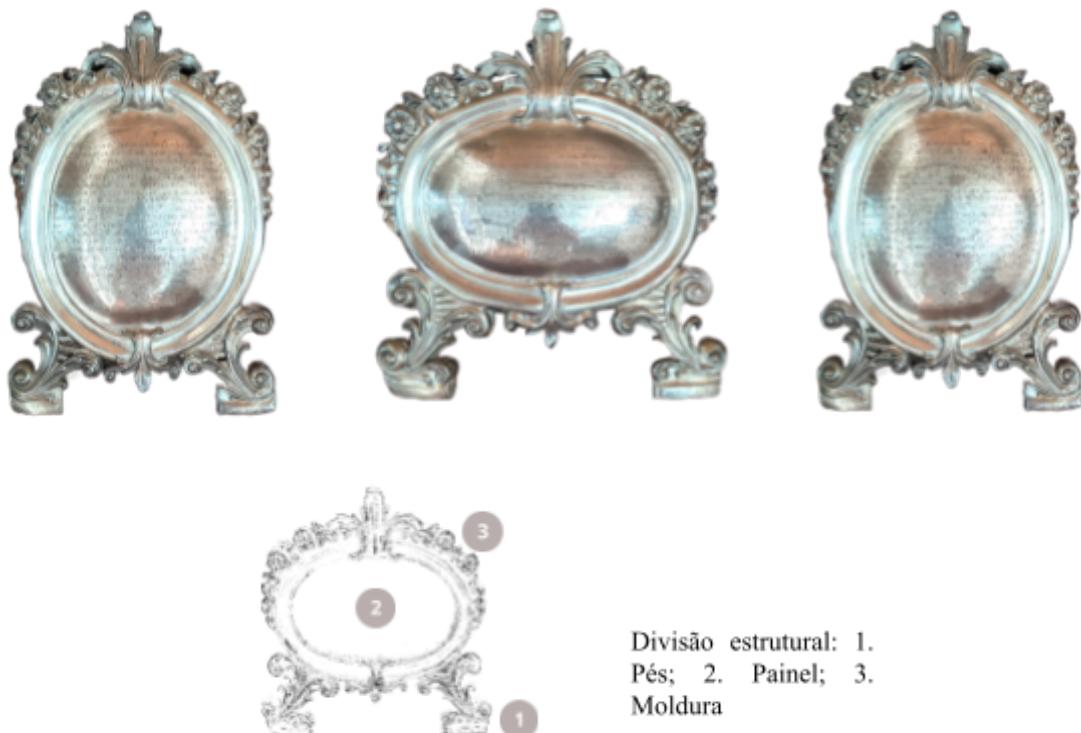


Fotografia da autora, 2025

### Sacras

Pequeno painel ou tabela, geralmente emoldurada e em número de três, contendo inscrição de alguns dos textos imutáveis da missa, em latim. Usadas sobre o altar, serviam para auxiliar o celebrante, além do missal, no momento da celebração. Perderam a funcionalidade após as reformas litúrgicas. No conjunto das três peças, o painel central é sempre maior do que os painéis laterais e cada uma apresenta conteúdo e propósitos específicos durante a missa. Convencionou-se chamar sacra do Evangelho (usada à esquerda do altar); sacra do Lavabo (ou do meio) e sacra da Epístola (usada à direita do altar).

**Figura 93 - Conjunto de Sacras de propriedade do MAS/UFBA, proveniente do Convento das Mercês. Prata, séc. XIX (1815). Alt. da sacra do meio: 0,35m; Alt. das sacras do Evangelho e da Epístola: 0,36m**



Fotografia da autora, 2025

As três sacras apresentam configuração oval, com a lâmina de prata presa a “alma” de madeira por parafusos. Possui pés em formato de folhas e volutas. Na orla dos pés de duas das sacras, do lado esquerdo, lê-se a inscrição gravada 1815 N. S. e, do direito, DAS MERCES. Em cada um dos painéis estão gravados os textos em latim, emoldurados por friso largo e liso, ornado por grinalda de flores com palma ao centro.

**Figuras 94 e 95 - Detalhe das inscrições nas Sacras (1815. N. S. / DAS MERCES)**



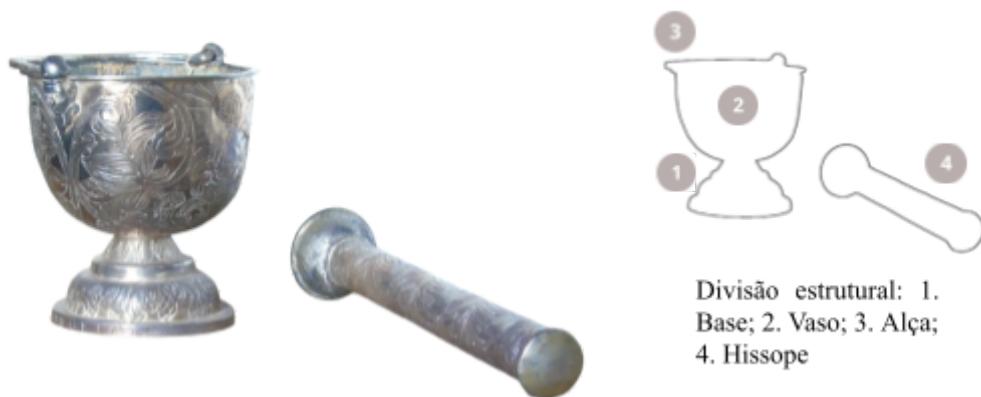
Fotografia da autora, 2025

### Caldeirinha de água benta com hissope

Dentre os inúmeros simbolismos que a água representa nas diferentes culturas, o mais comum parece ser o de purificação espiritual. Para os cristãos, simboliza expressivamente o próprio Cristo, fonte da água da vida, além de simbolizar o renascimento a partir do sacramento do batismo, ao se derramar a água por três vezes na cabeça do batizado<sup>524</sup>. Na liturgia é usada para abluções, na mistura com vinho durante a Eucaristia e nos ritos de bênçãos de pessoas ou objetos, através da aspersão. Neste caso, usa-se um recipiente de metal com uma alça de sustentação, denominado caldeira, contendo água benta, no qual se embebe o hissope para aspergir os fieis. O termo hissope é derivado da palavra latina *hissopo*, nome de uma planta utilizada desde a antiguidade para as aspersões em rituais de purificação. Quanto a sua tipologia, pode apresentar na extremidade, usada para aspergir a água, cabelos ou sedas, podendo também ter um formato de esfera oca e com furos, como no exemplar que apresentamos a seguir.

Destacamos a caldeira com hissope, sob guarda do MAS, de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo que apresenta inscrição gravada “DO SANTICIMO-DO ROZAVIO-EVA-DE 1719”, localizada na orla da base. Esta, dividida por friso liso, possui ornamentação em folhagens estilizadas.

**Figura 96 - Caldeira de água benta com hissope, de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII (1719). Alt. da caldeira: 0,14m; alt. do hissope: 0,28m**



Fotografia da autora, 2024

<sup>524</sup> Bíblia de Jerusalém, João 7: 37-38.

O vaso é decorado com largas folhas e volutas, destacando-se, na parte central dos dois lados do vaso, a representação do Santíssimo Sacramento raionado. A alça, presa por dois mascarões, é lisa na porção superior e decorada com tracejados nas laterais. O hissope apresenta a mesma decoração do vaso, com a extremidade em forma de esfera oca. Produzida no início do século XVIII, a peça apresenta predominância de referências estilísticas do século anterior.

**Figuras 97 e 98 - À esquerda, caldeira com ornamentação vegetalista e , à direita, detalhe de inscrição com data na orla da base (1719)**



Fotografia da autora, 2024.

### **Concha de batismo**

O ato de verter a água por três vezes na cabeça do batizado, como dito anteriormente, expressa um sentido muito maior do que a purificação do indivíduo. O sacramento batismal leva a uma direção mais profunda, envolvendo o mistério da morte e ressurreição do próprio Cristo. Para a ritualística dessa cerimônia, foram elaborados uma série de objetos que compõem o “serviço de batismo”, muitos destes utilizados na ourivesaria civil, no serviço de aparato. Trataremos de algumas dessas peças posteriormente. Na cerimônia do batismo é comum a utilização de um objeto específico que serve para derramar a água benta na cabeça do neófito. Nas coleções analisadas, tanto no Brasil quanto em Portugal, a tipologia que mais

aparece é a de um objeto em formato de concha, sendo por isso denominada “concha batismal”, geralmente produzida em prata, alguns com primorosa decoração.

Sem marcas, a concha em destaque, trabalhada em prata fundida, apresenta ornamentação de pendor naturalista, com a face totalmente preenchida com vinte e dois gomos estriados em sentido longitudinal e base de apoio para a mão, recurvado. A orla acompanha o design dos gomos, com estrutura arredondada. A peça é de propriedade do MAS/UFBA, adquirida através de compra.

**Figura 99 - Concha batismal de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,15m**



Fotografia da autora, 2024

### Gomil e bacia de água-às-mãos

Alguns objetos de uso civil, de excepcional valor artístico e material, passaram a ser utilizados em cerimônias de famílias reais para atos públicos da coroa, batismos reais, cerimônia régia do lava-pés, dentre outros. Esse conjunto de objetos servia como forma de representação e aparato, refletindo a solenidade do ato<sup>525</sup>. Na liturgia cristã, a prataria de aparato é usada por ocasião de serviços litúrgicos solenes, ficando exposta na credênciaria,

<sup>525</sup> JARDIM, Maria do Rosário; MONTEIRO, Inês de Líbano. “A prata do solene aparato da coroa portuguesa (a partir da 2<sup>a</sup> metade do século XVIII): identificação de um conjunto de 23 obras dos séculos XVI a XVIII”. *Revista de artes decorativas*, nº 4, Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 11-48.

sendo uma delas o gomil e bacia de água-as-mãos<sup>526</sup>. Este último, mais conhecido nas coleções dos museus brasileiros apenas como bacia. Sua função é aparar a água vertida pelo gomil nos rituais de ablução das mãos<sup>527</sup>.

O conjunto analisado apresenta características estilísticas do rococó. Possui marcas de contraste e ourives, ilegíveis, além de burilada, todos na orla da bacia. Esta, possui forma ovalada recortada em superfície curvilínea com cercadura de elementos florais e concheados em formato de “C” e “C” invertido, repuxados e cinzelados, à qual se segue outra cercadura com decoração semelhante, em um delicado trabalhado de cinzelado baixo. O centro é côncavo, liso e rebaixado.

**Figuras 100 e 101 - Bacia e Gomil de propriedade da Irmandade do Santíssimo Sacramento do Passo, sob guarda do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt. do gomil: 0,31m; bacia: 0,45m x 0,34m**



Fotografia da autora, 2024

<sup>526</sup> Credêncie é a denominação da mesa usada próximo ao altar, ao lado da Epístola, onde são organizados os objetos ao serviço de aparato do ritual litúrgico (MAIA, 1966, p. 60.).

<sup>527</sup> THESAURUS, 2004.

**Figura 102 - Detalhe da cercadura de elementos florais na bacia**



Fotografia da autora, 2025

O gomil apresenta base curta, com nó trabalhado em gomos canelados. O bojo é formado em uma sequência de caneluras côncavas e convexas, decoradas, na porção inferior, em relevo, por folhas estilizadas sobre concheados em “C” opostos e, na porção superior, por motivos florais e concheados, em cinzelado baixo. Na zona de intersecção da asa com o bojo do gomil, desenvolve-se grande elemento em concha. Bocal largo com contorno de curva e contracurva, apresenta friso liso.

**Figuras 103 e 104 - Detalhe dos elementos florais do gomil, em cinzelado baixo, à esquerda. Destaque dos elementos decorativos da asa**



Fotografia da autora, 2024

## Galheteiro

Na liturgia cristã o galheteiro serve para a guarda do vinho e da água que serão utilizados no serviço da missa. São pequenos recipientes que, a princípio, deveriam ser produzidos em material transparente, como o vidro ou cristal, para tornar visível a substância contida em seu interior. Quando confeccionados em outro material, como o metal, as galhetas apresentam sinais ou as letras “A” e “V” que indicam e distinguem seu conteúdo.

Neste exemplar o conjunto inclui, além das galhetas, uma sineta, ou campainha de altar, utilizada para marcar ou chamar atenção dos fiéis no momento do *Sanctus*<sup>528</sup>. A bandeja possui formato recortado com contornos, de moldura lisa, alternando entre formatos curvos e retos. Possui três reservas circulares nas quais se encaixam a sineta, ao centro e, nas extremidades, as galhetas. A bandeja é toda decorada com flores e folhagens em relevo, repuxados e cinzelados, de grande efeito estético. As galhetas apresentam ornamentação com folhas, cachos de uva e pássaros, possui bico curto e curvado, asa em formato de corpo feminino e tampa com as letras características em destaque.

**Figura 105 - Conjunto de galhetas e sineta pertencente ao MAS/UFBA. Prata dourada, século XVIII. Alt da sineta: 0,135m; galhetas: 0,105m. Marca de ourives não identificada**



Fotografia da autora, 2024

A sineta apresenta padrões vegetais estilizados no corpo, bem como no cabo. De todos os exemplares analisados, este apresenta gramática decorativa distinta. Existem marcas na sineta e bandeja, porém ilegíveis. A gramática decorativa da bandeja, em especial, lembra a

<sup>528</sup> Aclamação de louvor a Deus trino, faz parte da oração eucarística recitada durante a missa pelo celebrante (ROWER, p. 209.).

decoração exuberante com ornatos vegetalistas das salvas portuguesas produzidas em finais do século XVII, obtidas através da combinação das técnicas do repuxado e cinzelado<sup>529</sup>.

**Figuras 106, 107 e 108 - Detalhe da ornamentação de cada um dos objetos**



Fotografia da autora, 2024

### **Salva de pé**

Segundo dicionário de Rafael Bluteau<sup>530</sup>, salva é uma peça de metal ou vidro, podendo ter um ou mais pés, utilizada para verter pequena quantidade do vinho que seria servido ao senhor e que, antes, deveria ser provado pelo servo. Esse ato servia para evitar possíveis envenenamentos ao senhor sendo, por isto, denominado de “tomar a salva”. À medida que essa funcionalidade vai desaparecendo, as salvas vão ganhando novos usos e uma grande variedade de formas.

Enquadrado como tipologia de objeto ceremonial civil, as salvas foram muito utilizadas nos serviços de mesa, assumindo também um estatuto privilegiado como sinal de ostentação e riqueza, sendo algumas profusamente decoradas fazendo parte do conjunto da prata de aparato. Nos acervos de ourivesaria baiana há uma grande variedade de salvas executadas, sobretudo, nos séculos XVIII e XIX. No ceremonial litúrgico faz parte do serviço de batismo.

A salva, em estudo, pertence a tipologia “salva de pé alto”<sup>531</sup>. Este possui base circular com bordo recortado em alternância de superfícies curvilíneas e retilíneas. À meia altura do

<sup>529</sup> Ver: SOUSA, Gonçalo Vasconcelos. *Pratas portuguesas em coleções particulares: séc. XV ao séc. XIX*. Porto: Civilização, 1988; SILVA, Nuno Vassalo; BRANCO, Pedro Bourbon de Aguiar. *Prataria do século XVI ao XIX em Portugal*. Porto: Edição do autor, 2009.

<sup>530</sup> BLUTEAU, 1789, p. 371.

<sup>531</sup> *Normas de Inventário: Ourivesaria*, 2011, p. 106.

pé, friso de palmetas e cartelas encimado por haste trabalhada em canelados. A salva propriamente dita possui orla com moldura trabalhada em cinzelado com cartelas, flores e volutas. Junto a orla, delicado friso em cinzelado baixo com ornamentação vegetalista e concheados. No centro da salva, estão gravadas as iniciais M. F e A, possivelmente fazendo referência aos proprietários da peça.

**Figura 109 - Salva de pé de propriedade do MAS/UFBA. Prata, século XVIII. Alt.: 0,18m**



Fotografia da autora, 2024

**Figura 110 - Detalhe da moldura da orla e da ornamentação em cinzelado**



Fotografia da autora, 2024

## Osculatório ou Porta Paz

Configura-se em uma placa de pequenas dimensões, geralmente em prata, contendo, na parte anterior, alguma representação religiosa e, no reverso, alça que serve para segurar o objeto ou como suporte para a exposição dele, mantendo-o em pé. Era usada antes da consagração, dando aos fieis para beijar, na ocasião do “beijo da paz”, sendo por isso também denominado osculatório. Os porta-pazos surgiram em substituição aos relicários, antes usados para esta finalidade. Hoje, em desuso, é substituído por outras formas de saudação<sup>532</sup>.

**Figuras 111 e 112 - Porta paz pertencente à Catedral Basílica do Salvador, sob guarda do MAS/UFBA.**

**Prata, século XIX (início)**



Fotografia da autora, 2024

A peça em destaque, trabalhada em prata fundida e cinzelada, possui base lisa, assim como a moldura que a cerca. Estas, apresentam formas de “S” e “C”. No anverso do objeto, centralizado, vê-se a representação de uma cruz, lisa e em relevo. Abaixo dela, os três cravos, um dos símbolos da paixão de Cristo, envoltos por folhas estilizadas. Toda a orla da peça é decorada com delicadas flores e folhas.

<sup>532</sup> Apesar de ser geralmente encontrado em prata, foram produzidos também em marfim, madeira, vidro, pedra, dentre outros materiais. Ver: Normas de Inventário: Ourivesaria, 2011.

## Considerações Finais

O interesse pelas coleções de ourivesaria sacra nos instigou a investigar a multiplicidade de informações contidas em cada objeto, nos levando a explorar seu universo de produção, devoção e uso, considerando também os aspectos estéticos. Para tanto, foi necessária a compreensão das estruturas de organização, relações de sociabilidade e de poder nos quais os oficiais ourives, responsáveis pela manufatura desses objetos, estavam inseridos.

Ao observarmos o contexto colonial luso-brasileiro identificamos, assim como outros pesquisadores, o significativo papel do poder municipal como reguladores das práticas corporativas na cidade de Salvador, da mesma forma como acontecia na Metrópole. As posturas municipais incidiam sobre diversas áreas da vida urbana, regulando aspectos da vida na cidade, incluindo a atividade profissional dos ourives. Neste caso específico o controle da produção acontecia com maior rigor em virtude da matéria prima utilizada.

No decorrer da pesquisa constatamos que o número de ourives, em Salvador, era consideravelmente maior do que os registros já sinalizados em pesquisas anteriores. Da mesma forma, foi possível comprovar que a prática deste ofício não esteve restrita apenas a homens da elite local, como apontam alguns autores. Sem dúvida, muitos contavam com certo prestígio social, contudo, homens de menor condição também estiveram à frente da produção de grandes obras da ourivesaria sacra baiana. Desta forma, ressaltamos que a caracterização do estatuto social dos ourives, no período estudado, apresentava-se muito mais complexa do que apontam estudos preliminares. A pesquisa contribuiu também com uma revisão bibliográfica a respeito do tema, além de ter apresentado novos nomes de oficiais atuantes na cidade.

Da mesma forma, as fontes consultadas não deixaram dúvidas de que a “pureza de sangue”, condição imposta ao cargo de ourives, nem sempre foi respeitada. Contrariando as normas, não apenas os pardos, mas também os negros, se envolveram na produção em toda a colônia. A pesquisa avançou, nesse sentido, apresentando documentação que atestou a origem parda de um dos ourives de maior produção em Salvador. Conseguimos ainda, identificar a localização e disposição de algumas tendas e lojas, além da residência de alguns ourives no espaço urbano.

Considerando o importante papel dos grupos de oficiais, organizados em confrarias e irmandades, fomos em busca de informações a respeito da Confraria de Santo Elói, ereta em

Salvador, na esperança de encontrar o Compromisso da Irmandade. Infelizmente o documento não foi localizado, deixando uma lacuna importante em nossa pesquisa. Entretanto, outros documentos encontrados apontam caminhos para investigações futuras. Diante disso, as relações de ensino-aprendizagem do ofício foram analisadas a partir da consulta a Estatutos de irmandades similares, atuantes em Portugal, especialmente a de Lisboa, reconhecida como modelo para as ações dos oficiais na Colônia.

A análise de outros dois centros urbanos importantes do período colonial brasileiro revelaram que o percentual de oficiais na cidade de Salvador era muito maior do que em Minas Gerais e Pernambuco, comprovando o potencial de produção e consumo dos objetos de ourivesaria pela sociedade baiana. Como uma das cidades mais importantes do reino, Salvador passou a se destacar, no decorrer dos setecentos, pelo intenso crescimento populacional, dinamismo econômico e administrativo. Paralela a organização das estruturas administrativa e econômica, a ordenação das leis eclesiásticas direcionaram a vida da cidade, estimulando o fervor religioso da população, a ereção de templos e o surgimento de inúmeras irmandades leigas que buscavam fortalecimento dos laços de religiosidade, identidade e sociabilidade.

Embora não possamos ignorar a importância da descoberta do ouro nas Gerais, concluímos que os pressupostos citados levaram a um aumento considerável da atividade produtiva dos oficiais ourives na cidade do Salvador, no decorrer do século XVIII, sobretudo a um aumento da manufatura dos objetos de ourivesaria sacra voltados ao culto cristão.

A necessidade em atender a grande demanda pelos objetos de culto motivou possibilidades artísticas e estéticas, com inspiração nos tratados e gravuras vindos da Europa. Com o mais importante porto comercial do Império, Salvador vivenciou a dinâmica das trocas culturais e artísticas, possibilitando uma vasta e criativa produção luso-brasileira de arte sacra católica. Em se tratando dos objetos voltados à liturgia, contudo, a possibilidade de adaptação iconográfica se manteve mais restrita do que em outras manifestações artísticas. Havia também um intenso trânsito desses objetos de culto entre Portugal e Brasil. Nesse sentido, a análise do inventário Valladares apontou uma grande quantidade de peças oriundas da cidade do Porto.

Da produção local não encontramos nenhum modelo de desenho utilizado nos exames dos candidatos a ourives, mas algumas fontes documentais indicaram que o processo de

avaliação era conduzido por experientes oficiais, assim como na Metrópole, e que estes julgavam a aptidão do candidato a partir da manufatura de alguma obra.

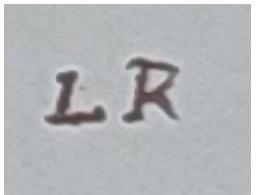
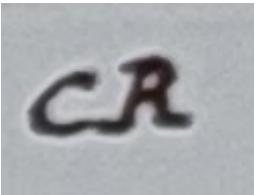
Para a realização da etapa de análise formal dos objetos, utilizamos dois critérios de seleção, sendo estes: objetos com execução comprovada dentro do marco temporal estabelecido no trabalho e funcionalidade no contexto litúrgico. Com isso, constatamos que obras grandiosas foram executadas no período da proibição, algumas delas realizadas por renomados ourives, encomendadas por Irmandades de grande prestígio na cidade. Diante desses dados consideramos que a produção, no período citado, não acontecia apenas na clandestinidade e reiteramos o poder das instituições leigas no processo de produção desses objetos como principais financiadores e encomendantes. Dado este comprovado a partir da análise do *Livro de Tombo dos bens de todas as ordens terceiras, confrarias e irmandades de Salvador*, localizado no Arquivo Público do Estado da Bahia.

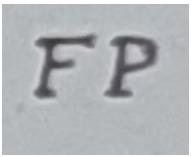
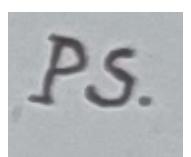
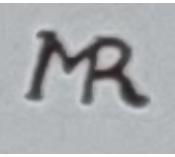
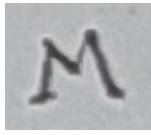
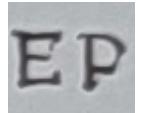
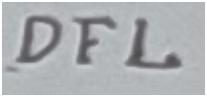
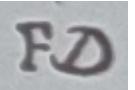
Identificar origens e determinar época ou local de produção dos objetos de ourivesaria, analisando correspondências e influências estéticas, é sempre um grande desafio a um pesquisador, visto que os limites entre as fases estilísticas não são precisos e se intercomunicam, dificultando uma classificação sistemática. A circularidade de impressos de países como Itália, França e Alemanha possibilitaram uma vasta dinâmica de interpretação decorativa em termos artísticos. Em nosso estudo, dados do *Inventário Valaldares* e a análise formal do acervo selecionado, apontaram uma predominância estética de modelos com influência e gramática decorativa correspondente ao rococó. Na última década do século XVIII e início do XIX, encontramos, em algumas peças, a inserção de elementos decorativos do neoclássico, criando referências ornamentais características dos modelos de transição.

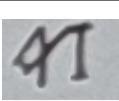
Dentre os elementos ornamentais do rococó, os mais encontrados foram as rocalhas e volutas e uma grande variedade decorativa de composições florais, com referências fitomórficas estilizadas. Dos ornatos de inspiração neoclássica ressaltamos, sobretudo, os festões e panejamentos, além de padrões de flores e perolados. Pela sua tipologia, o acervo apresentou elementos iconográficos geralmente ligados ao ciclo da Eucaristia. Algumas peças apresentam influência da arquitetura retabular, com composições eruditas e a inserção de alguns elementos do repertório decorativo dos retábulos do período. Além das questões estéticas, a pesquisa buscou apresentar as tipologias dos objetos ressaltando seus aspectos funcionais no contexto de culto cristão, destacando também a evolução da liturgia a partir do desuso de alguns destes objetos.

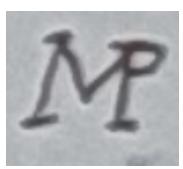
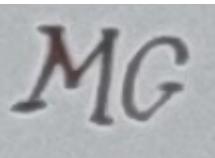
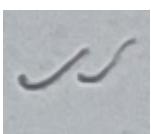
Por fim, deixamos registrado, em nossas considerações finais, a grande dificuldade encontrada para a realização da nossa pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao acesso às instituições religiosas. Ressaltamos ainda, a necessidade de outros estudos referentes ao patrimônio religioso baiano como um meio de preservação dos nossos acervos. Do *Inventário Valladares* até aqui, muito já se perdeu!

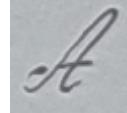
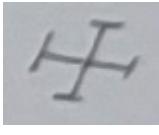
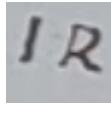
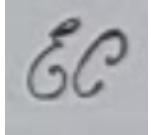
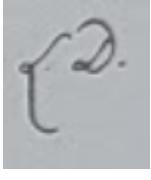
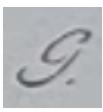
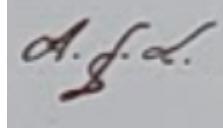
## Anexos

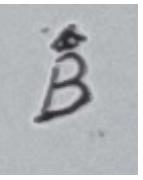
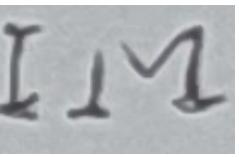
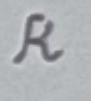
<b>Tabela 9 - Registro das Marcas dos Ensaaiadores de Ouro e Prata da Cidade do Salvador, 1725-1845</b>			
<b>Nome</b>	<b>Data de Registro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Marca</b>
Lourenço Ribeiro da Rocha	12 de janeiro de 1725	Ensaidor	
Lourenço Ribeiro da Rocha	12 de janeiro de 1725	Ourives	
Carlos Ribeiro da Rocha	12 de janeiro de 1725	Ourives, Contraste de Prata	
Luís de Almeida	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Manoel Soares Ferreira	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Lazaro Rodrigues	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	

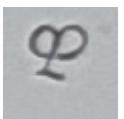
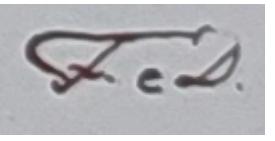
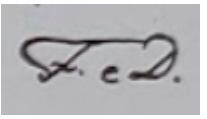
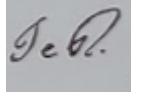
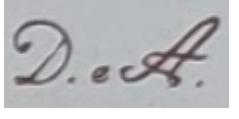
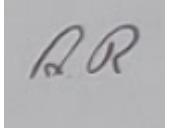
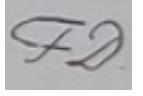
Fernando Pires de Almeida	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Ambrozio da Silva Ribeiro	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
João Pereira da Silva	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Euzebio da Silva	12 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Manoel Moreira	22 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Manoel de Bastos	22 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Euzebio Pereira	24 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Domingos Correa da Cruz	24 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	—
Domingos Francisco Lisboa	24 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Francisco Dias Rocha	24 de janeiro de 1725	Ourives da Prata	
Luís Carvalho	20 de fevereiro de 1725	Ourives da Prata	

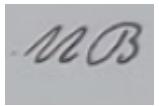
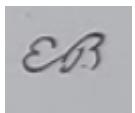
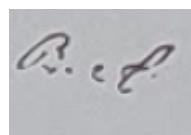
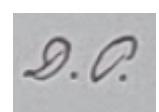
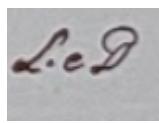
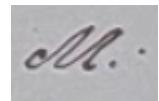
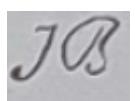
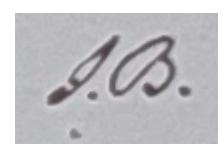
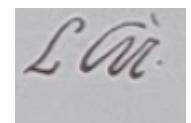
Custódio Furtado de Mendonça	20 de fevereiro de 1725	Ourives da Prata	
Francisco de Souza Vas	26 de fevereiro de 1725	Ourives da Prata	
Hiero Pereira Porto	14 de fevereiro de 1726	Ourives da Prata	
Gregorio da Rocha e Souza	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Antonio Mora	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Antonio da Cunha Coelho	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Joseph de Almeida Neves	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Francisco Santiago	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Francisco Coelho	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Antonio Cardoso Garcia	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	

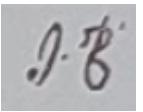
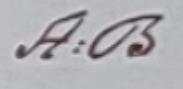
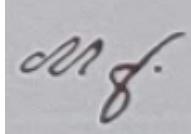
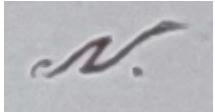
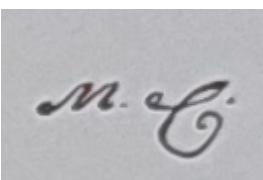
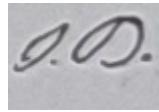
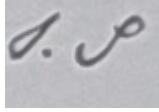
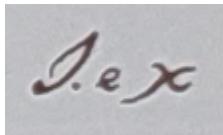
Manoel Pinto Gomes	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Manoel Gonçalves da Silva	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Manoel Miz de Pilar	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Ignacio Lobo de Aro	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Ignacio Carvalho	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Vicente de Souza Pereira	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Miguel Francisco de Aro	13 de abril de 1726	Ourives do Ouro	
Jozeph da Costa Lima	11 de maio de 1726	Ourives do Ouro	
Manoel dos Santos Moita	22 de maio de 1726	Ourives do Ouro	
Pedro Soares	4 de novembro de 1726	Contraste do Ouro	

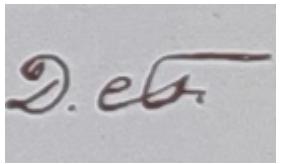
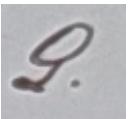
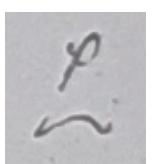
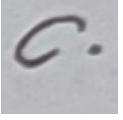
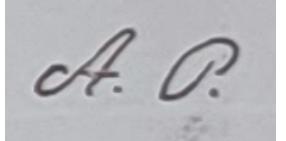
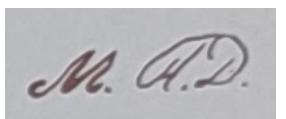
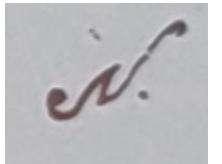
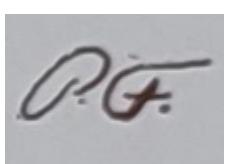
Antonio Col dos Reis	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	—
Joseph Soeiro de Vos	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Antonio Manoel Teixeira	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Salvador Ribeiro de Almeida	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Joseph da Silva Viegas	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Julio Coelho Bahia	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Joseph Rodrigues das Neves	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Aleixo Vas da Costa	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	—
Eugenio Carvalho	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Luís Dias de Santiago	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Gaspar da Rocha	4 de novembro de 1726	Ourives do Ouro	
Antonio Francisco Lisboa	10 de maio de 1727	Ourives da Prata	

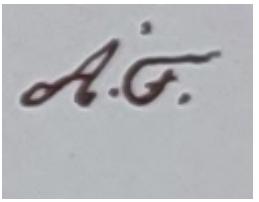
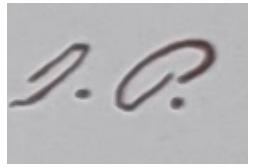
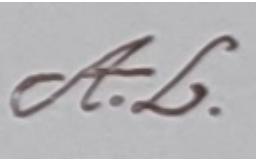
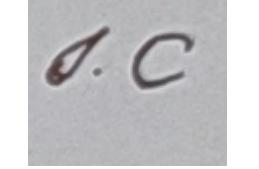
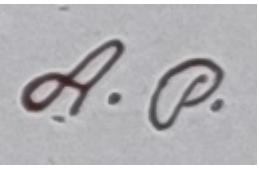
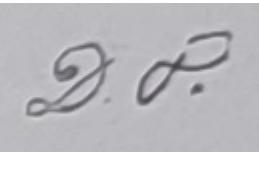
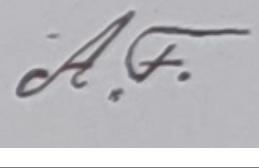
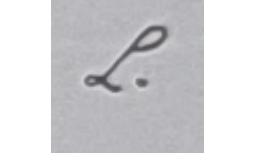
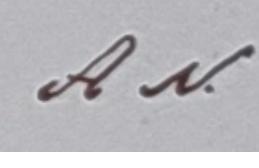
Manoel Lopes da Cunha	13 de maio de 1727	Ensaiador do Ouro	
Manoel Lopes da Cunha	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
João Martins	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Matheus Lopes	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Alexandre de Oliveira Braga	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Caetano Caldeira do Amaral	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Antonio Ximenes Xavier	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Francisco da Costa Ferreira	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Manoel Rodrigues Rios	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	

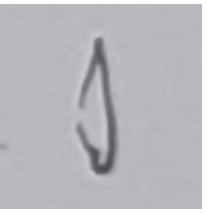
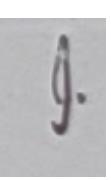
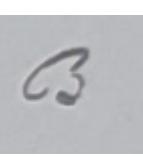
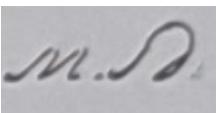
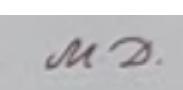
João Borges Ribeiro	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Thomé Monteiro	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Francisco Vieira Pinto	13 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Francisco da Matta	21 de maio de 1727	Ourives da Prata	
Francisco Frz da Silva	21 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Joseph Ribeiro	25 de maio de 1727	Ourives do Ouro	
Liandro Cardozo	24 de julho de 1727	Ourives do Ouro	
Liandro das Chagas	17 de janeiro de 1728	Ourives do Ouro	
Domingos Alz Godinho	7 de agosto de 1728	Ourives do Ouro	
Afonso Rodrigues	8 de fevereiro de 1729	Ourives do Ouro	
Francisco Xavier	15 de setembro de 1729	Ourives do Ouro	

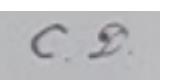
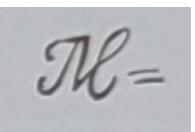
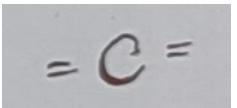
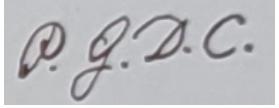
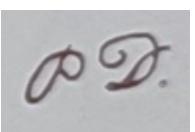
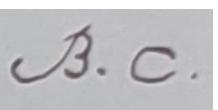
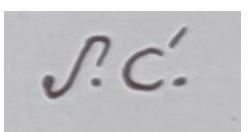
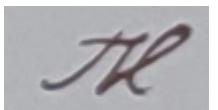
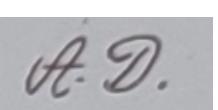
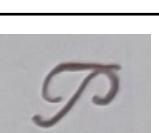
Manoel Barbosa	18 de março de 1730	Ourives da Prata	
Euzebio da Costa Braga	5 de outubro de 1730	Ourives de prata	
Braz Ferreira da Silva	5 de outubro de 1730	Ourives da Prata	
Francisco Xavier de Jesus	25 de outubro de 1730	Ourives do Ouro	
Dionísio Gomes Pereira	5 de janeiro de 1731	Ourives da Prata	
Luís da Silva	3 de fevereiro de 1731	Ourives do Ouro	
Jacinto Hesque de São Roque	7 de março de 1731	Ourives do Ouro	
Martinho Frz do Amaral	31 de março de 1731	Ourives do Ouro	
João Baptista	4 de abril de 1731	Ourives do Ouro	
Joseph Barreto dos Santos	16 de maio de 1731	Ourives do Ouro	
Antonio da Silva Souza	12 de outubro de 1731	Ourives do Ouro	
Marselino da Silva Maciel	11 de março de 1732	Ourives do Ouro	

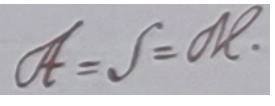
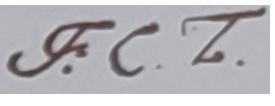
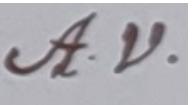
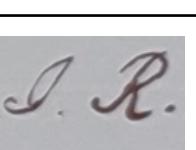
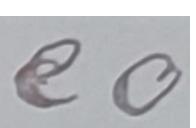
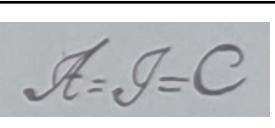
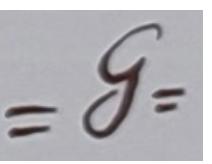
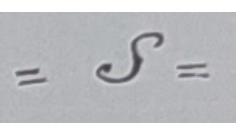
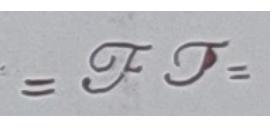
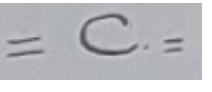
Joseph Frz Duarte	22 de julho de 1732	Ourives do Ouro	
Antonio de Borges Almeida	23 de julho de 1732	Ourives da Prata	
Antonio Frz da Silva	8 de agosto de 1732	Ourives do Ouro	-
Manoel Ferreira Escodro	18 de agosto de 1732	Ourives da Prata	
Antonio Lopes Machado	26 de agosto de 1732	Ourives do Ouro	
Narcizo das Neves	3 de setembro de 1732	Ourives do Ouro	
Manoel Coelho	17 de setembro de 1732	Ourives do Ouro	
Joseph Pereira Falcão	4 de outubro de 1732	Ourives do Ouro	
Joseph de Souza Vieira	25 de novembro de 1732	Ourives do Ouro	
Pedro Rotta	22 de dezembro de 1732	Ourives do Ouro	
Joseph Xavier de Araújo	23 de dezembro de 1732	Ourives do Ouro	

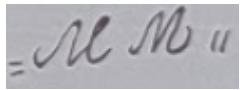
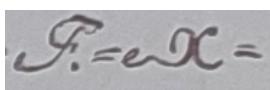
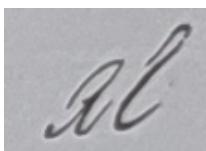
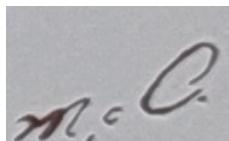
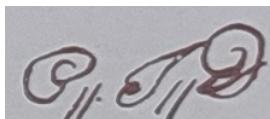
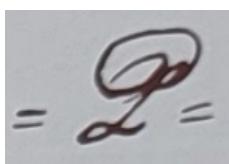
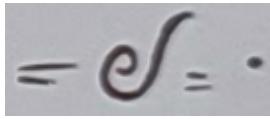
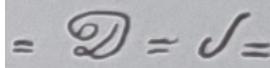
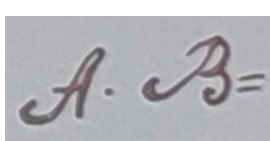
Domingos Gomes de Figueiredo	27 de janeiro de 1734	Ourives da Prata	
Joseph Lopes de Mello	4 de julho de 1734	Ourives do Ouro	
Manoel Ferreira	21 de junho de 1735	Ourives do Ouro	
Gonssalo da Silva	21 de junho de 1735	Ourives do Ouro	
Luís Pereira Lopes	21 de junho de 1735	Ourives do Ouro	
Caetano Dias Pereira	30 de agosto de 1735	Ourives do Ouro	
André Peixoto	23 de novembro de 1735	Ourives do Ouro	
Manoel Alves da Costa	23 de novembro de 1735	Ourives do Ouro	
Francisco Nunes Pereira	5 de abril de 1736	Ourives do Ouro	
Paulo Francisco de Souza	26 de maio de 1736	Ourives do Ouro	

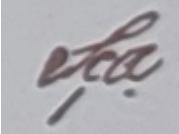
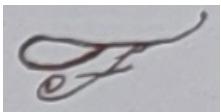
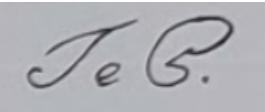
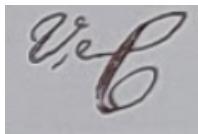
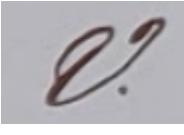
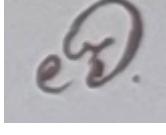
Antonio de Freitas Borges	26 de maio de 1736	Ourives da Prata	
João Pereira de Mattos	14 de maio de 1738	Ourives da Prata	
Antonio Viegas Athaide	14 de maio de 1738	Ourives do Ouro	
João da Costa	14 de maio de 1738	Ourives do Ouro	
Agostinho Soares Pinheiros	11 de dezembro de 1738	Ourives do Ouro	
Diogo Pereira de Oliveira	4 de novembro de 1739	Ourives do Ouro	
Antonio Francisco da Costa	4 de novembro de 1739	Ourives do Ouro	
Valentim Correa de Lemos	4 de novembro de 1739	Ourives do Ouro	
Antonio Nunes de Azevedo	14 de novembro de 1739	Ourives do Ouro	

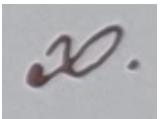
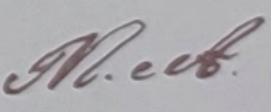
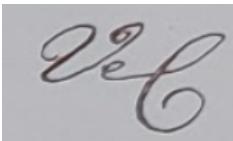
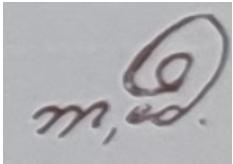
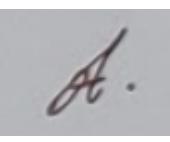
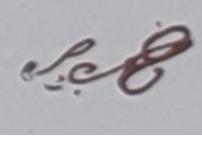
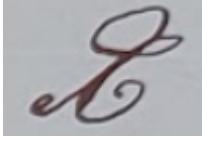
Vicente de Souza Pereira	5 de agosto de 1740	Ourives do Ouro	
Diogo Pinheiro	18 de agosto de 1740	Ensaíador do Ouro	
Manoel Fagundes	18 de agosto de 1740	Ourives da Prata	
Domingos Alves Pinto	18 de agosto de 1740	Ourives do Ouro	
Mathias Mora de Sampaio	26 de abril de 1741	Ensaíador	
João Teixeira de Queirós	26 de abril de 1741	Ourives do Ouro	
Bernardo Frz Vianna	26 de abril de 1741	Ourives da Prata	
Antonio Coutinho da Cruz	26 de abril de 1741	Ourives da Prata	A e C
Miguel Soares Delião	22 de julho de 1743	Ourives da Prata	
Lino Rodrigues dos Santos	22 de julho de 1743	Ourives da Prata	L.R.D.
Miguel da Paixão	23 de julho de 1749	Ourives da Prata	

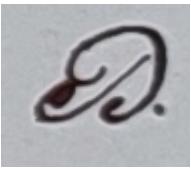
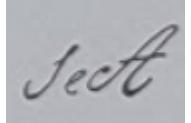
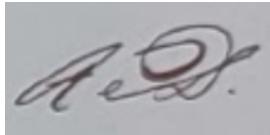
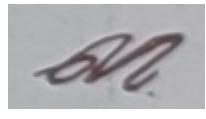
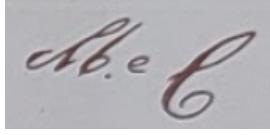
Caetano de Jesus	6 de março de 1750	Ourives do Ouro	
Manoel de Sá Teixeira	17 de outubro de 1750	Ourives do Ouro	
Joseph Carneiro da Costa	14 de março de 1751	Ourives do Ouro	
Pedro Gonçalves de Castro	2 de outubro de 1751	Ourives da Prata	
Paulino de Deus Cerqueira	26 de fevereiro de 1752	Ourives da Prata	
Bento da Conceição	1 de março de 1752	Ourives da Prata	
Salvador Correa de Lemos Fontoura	20 de março de 1752	Ourives da Prata	
Damazio Telles de Menezes	20 de março de 1752	Ourives do Ouro	
Manoel Pinto Alves	22 de março de 1752	Ourives do Ouro	
Antonio da Rocha Madureira	22 de abril de 1752	Ourives do Ouro	
Joseph de Souza Freire	7 de junho de 1752	Ourives do Ouro	
Pedro Lopes de Ulhôa	10 de junho de 1752	Ourives do Ouro	

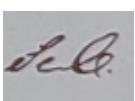
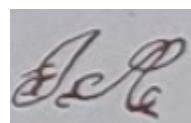
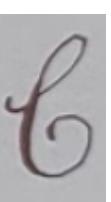
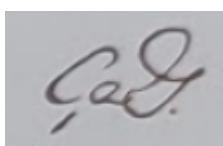
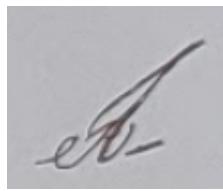
Antonio de Souza Marques	29 de julho de 1752	Ourives da Prata	
Francisco das Chagas Tenorio	5 de agosto de 1752	Ourives do Ouro	
Agostinho Viegas de Ataêde	17 de agosto de 1752	Ourives do Ouro	
Francisco Coelho da Conceição	9 de dezembro de 1752	Ourives do Ouro	
João Rodrigues Chaves	25 de agosto de 1753	Ourives do Ouro	
Eusébio João de Carneiro	12 de junho de 1753	Ourives da Prata	
Albano Joseph Coelho	21 de agosto de 1754	Ourives do Ouro	
Manoel dos Santos Pereira	31 de agosto de 1754	—	—
Manoel Gomes de Almeida	12 de novembro de 1754	Ourives do Ouro	
Simão dos Santos Estrellado	26 de novembro de 1754	Ourives do Ouro	
Francisco Teixeira	26 de novembro de 1754	Ourives do Ouro	
Claudio Rodrigues Lopes	4 de dezembro de 1754	Ourives do Ouro	

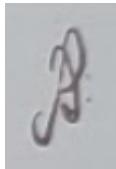
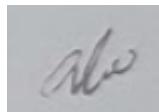
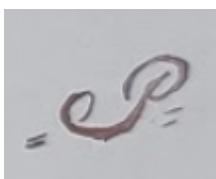
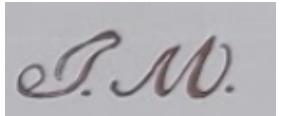
Manoel Barreto da Assumpção	4 de dezembro de 1754	Ourives do Ouro	
Francisco Xavier	7 de dezembro de 1754	Ourives da Prata	
Dionizio Gomes de Carvalho	10 de dezembro de 1754	Ourives do Ouro	
Manoel de Souza Mora	11 de dezembro de 1754	Ourives do Ouro	
Manoel Coelho de Oliveira	11 de dezembro de 1754	Ourives da Prata	
Francisco de Mattos	11 de dezembro de 1754	Ourives da Prata	
Paulo Joaquim de Queiroz	12 de dezembro de 1754	Ourives do Ouro	
Alexandre Pereira Porto	12 de dezembro de 1754	Ourives do Ouro	
Sebastiam Miz da Costa	15 de janeiro de 1755	Ourives do Ouro	
Domingos de Souza Marques	15 de janeiro de 1755	Ourives da Prata	
Joseph de Almeida Barreto	16 de janeiro de 1755	Ourives da Prata	

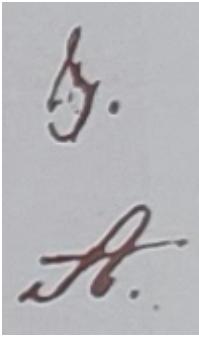
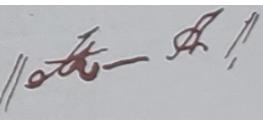
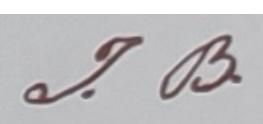
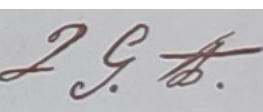
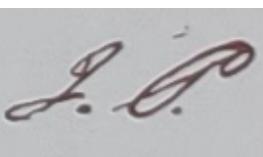
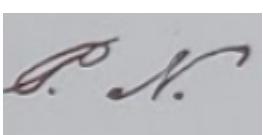
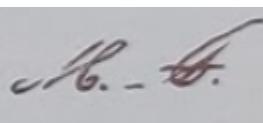
Antonio Lopes Machado	18 de janeiro de 1755	Ourives do Ouro	
Silverio Alves Vanique	21 de janeiro de 1755	Ourives do Ouro	
Felix Baptista	21 de janeiro de 1755	Ourives do Ouro	
Joachim Vieira da Costa	21 de janeiro de 1755	Ourives do Ouro	
João Pereira de Mattos	23 de janeiro de 1755	—	
José Lopes de Mello	23 de janeiro de 1755	—	“huma estrela q he asua marca”
Vicente da Costa	24 de janeiro de 1755	—	
João Borges Pereira	30 de janeiro de 1755	—	“com huma estrella”
José Vieira Guimes	31 de janeiro de 1755	—	
José da Cunha Pereira	31 de janeiro de 1755	—	
Domingos Alves Pinto	18 de fevereiro de 1755	Ourives do Ouro	
Manoel Rodrigues de Mages	18 de fevereiro de 1755	—	

Manoel Rodrigues de Seichas	18 de abril de 1755	—	
Francisco Telles de Menezes	17 de junho de 1755	—	
Miguel Alves da Fonseca	23 de julho de 1755	—	
Antonio da Trindade e Vasconcellos	6 de dezembro de 1755	—	
Manoel Domingues de Azevedo	6 de dezembro de 1755	—	
Antonio da Silva Souza	10 de dezembro de 1755	—	
Simão Rodrigues da Silva	22 de janeiro de 1756	—	
Diogo Pereira de Oliveira	10 de fevereiro de 1756	—	
Francisco da Boaventura	7 de julho de 1756	—	

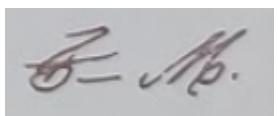
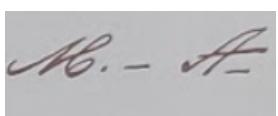
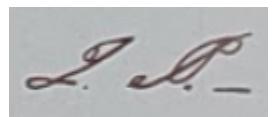
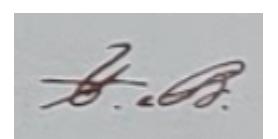
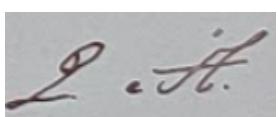
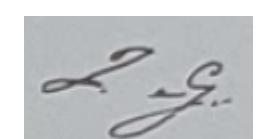
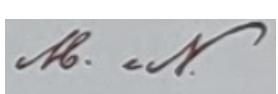
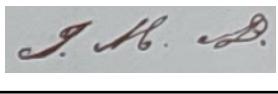
Domingos Gomes Bahia	21 de julho de 1756	—	
Luiz Pereira	23 de julho de 1756	—	
Estevão Pinto Caldeira	24 de julho de 1756	—	
Felipe de Santiago	3 de setembro de 1756	Ourives do Ouro	
Francisco Antonio da Costa	30 de outubro de 1756	—	“sua marca em huma estrella”
Francisco Salles	9 de dezembro de 1756	—	
Antonio dos Santos	10 de dezembro de 1756	Ourives do Ouro	
Jozé da Silva Cação	10 de dezembro de 1756	Ourives do Ouro	
Manoel Carvalho Nascimento	8 de julho de 1757	Ourives do Ouro	
Manoel Miz Carvalho	8 de julho de 1757	Ourives do Ouro	
Pedro da Sylva	31 de agosto de 1757	Ourives do Ouro	

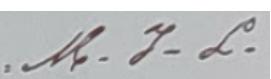
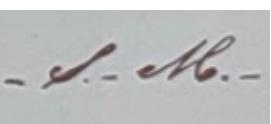
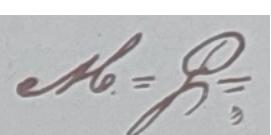
Cristóvão Nunes de São Tiago	28 de setembro de 1757	Ourives da Prata	
Manoel Gonçalves dos Santos	16 de outubro de 1758	Ourives do Ouro	
Euzebio Nunes de Paiva	29 de agosto de 1759	Ourives do Ouro	
Francisco Xavier da Costa	3 de outubro de 1759	Ourives do Ouro	
Antonio José da Silva	16 de outubro de 1759	Ourives do Ouro	“a sua marca com huma estrella”
Angelo Berlinque da Costa	27 de outubro de 1759	—	
João Rodrigues Maya	Março de 1762	—	
José Coelho da Silva	29 de maio de 1762	Ourives do Ouro	
Caetano Gonçalves	25 de outubro de 1762	Ourives do Ouro	
Cosme Gomes de Souza	29 de outubro de 1762	Ourives do Ouro	
Antonio Jose	14 de julho de 1763	Ourives do Ouro	

Thomé da Costa Lemos	24 de dezembro de 1763	Ourives do Ouro	
Antonio de Souza Costa	14 de fevereiro de 1764	Ourives do Ouro	
Francisco da Fonseca	28 de julho de 1764	Ourives do Ouro	
Bernardino de Senna	13 de outubro de 1764	Ourives do Ouro	
Miguel Rodrigues de Cerqueira	5 de dezembro de 1764	Ourives do Ouro	
Manoel Rodrigues da Costa	15 de dezembro de 1764	—	
Antonio Pimenta Velozo	13 de fevereiro de 1765	—	
Ignacio do Rozario Maciel	13 de setembro de 1766	Ourives do Ouro	 “duas marcas de ourives do ouro, huma mayor para alguma obra de prata e outra mais pequena para ouro”
Joze da Silva Moutto	7 de dezembro de 1766	Ourives do Ouro e da Prata	

Francisco Ferreira da Cruz	21 de maio de 1769	Ourives do Ouro	
João da Silva Fernandes	30 de outubro de 1805	Ourives do Ouro	
José Henriques Aderne	8 de abril de 1824	Ensaíador do Ouro	
Francisco de Andrade	8 de abril de 1824	Ourives do Ouro	
João Bernardo	8 de abril de 1824	Ourives da Prata	
José Gomes Falcão	8 de abril de 1824	Ourives da Prata	
João Jozé Pacheco	9 de abril de 1824	Ourives da Prata	
Pedro Nolasco <sup>533</sup>	29 de abril de 1824	Ourives da Prata	
Manoel Francisco de Miranda	29 de abril de 1824	Ourives do Ouro	

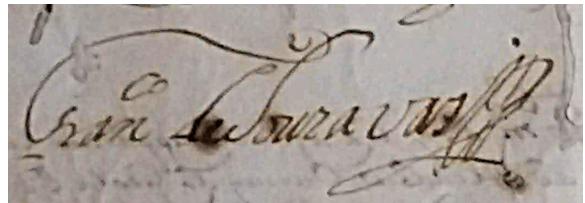
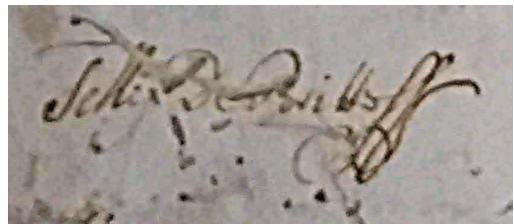
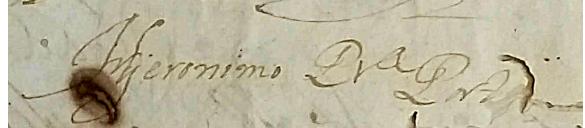
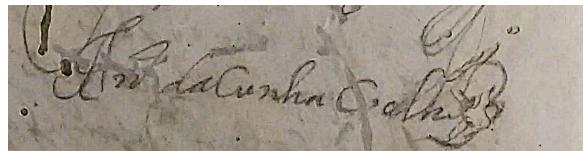
<sup>533</sup> O termo foi assinado por seu procurador, Pedro de Souza Marques.

Francisco Maria da Silva	19 de agosto de 1824	Ourives da Prata	
Manoel Antonio de Almeida	19 de agosto de 1824	Ourives da Prata	
Manoel José da Silva	30 de agosto de 1824	Ourives do Ouro	
Antonio Dias de Passos	30 de agosto de 1824	Ourives da Prata	—
João Pinto de Sampaio	30 de agosto de 1824	Ourives do Ouro	
Francisco Bazilio de Mello	1 de setembro de 1824	Ourives do Ouro	
Antonio de Pereira	1 de setembro de 1824	Ourives da Prata	
Jozé Joaquim Guedes	9 de setembro de 1824	Ourives do Ouro	
Manoel de Nascimento	9 de setembro de 1824	Ourives do Ouro	
Jozé Miz Dias	28 de setembro de 1824	Ourives da Prata	
Jozé Miz Dias	28 de setembro de 1824	Ourives do Ouro	
Joaquim da Silva Braga	23 de fevereiro de 1825	Ourives da Prata	

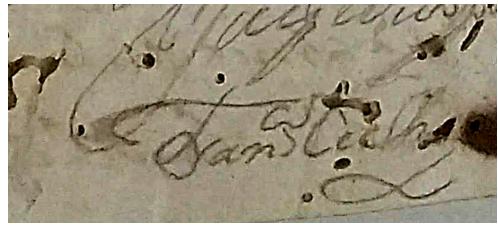
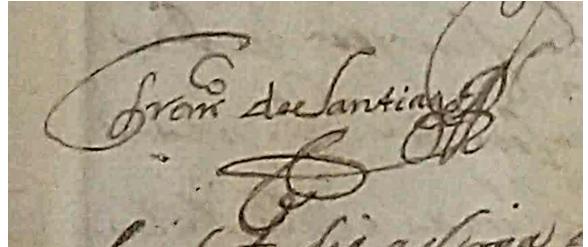
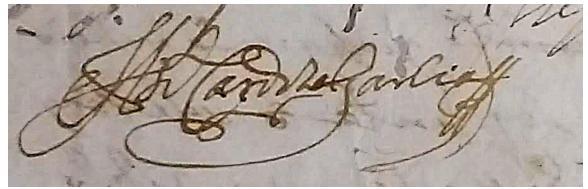
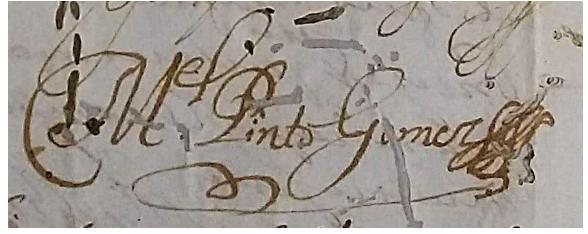
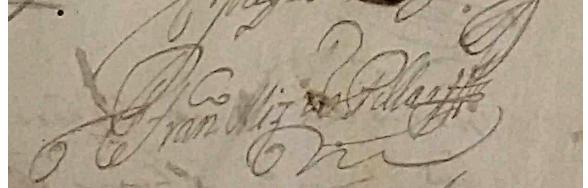
João Jozé Gomes	1 de março de 1825	Ourives da Prata	
Manoel Jozé Leal	30 de agosto de 1826	Ourives do Ouro e da Prata	
José Martiliano dos Santos Miranda	4 de agosto de 1828	Ourives da Prata	
Francisco Pereira de Borba <sup>534</sup>	15 de junho de 1829	Ourives da Prata	
Manoel Eustáquio de Figueiredo	17 de outubro de 1832	Ourives da Prata	
Manoel Gomes Pereira	10 de setembro de 1826	Ourives do Ouro	
Porcino Lôpo dos Santos	11 de abril de 1845	Ourives do Ouro	
Fonte: <i>Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845.</i> Salvador: Tipografia Beneditina, 1952.			

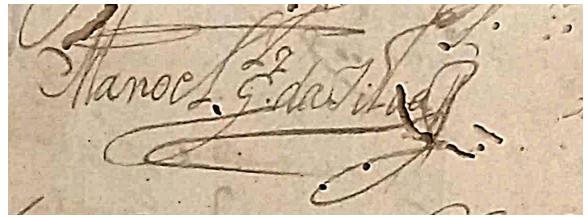
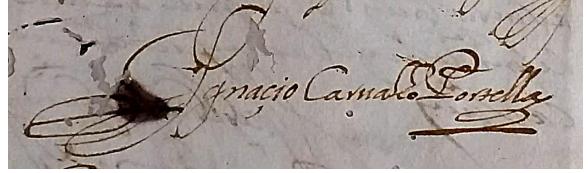
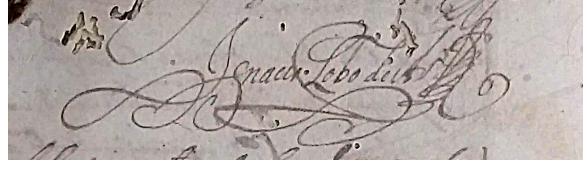
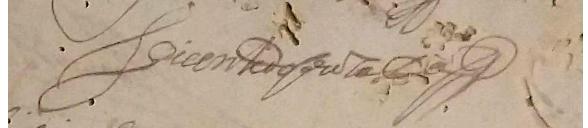
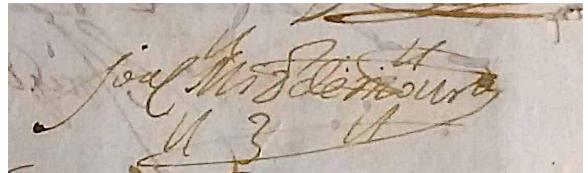
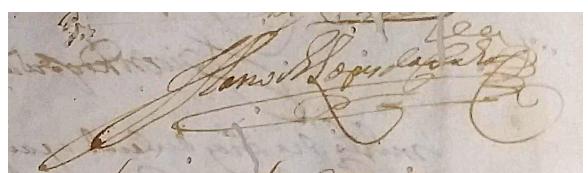
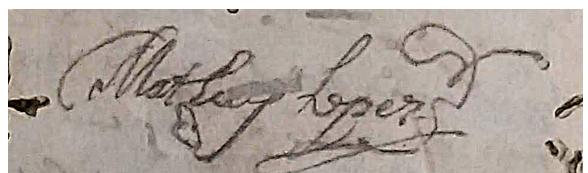
<sup>534</sup> O termo foi assinado por seu procurador, Pedro Ferreira Velloso.

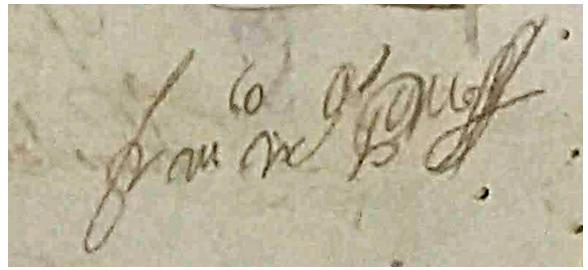
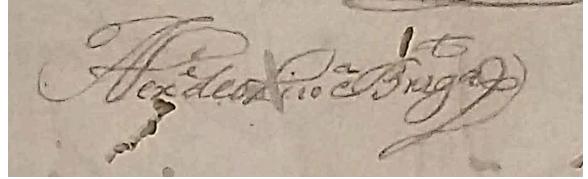
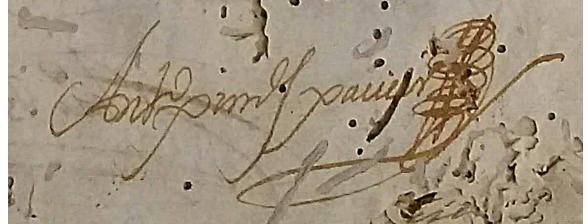
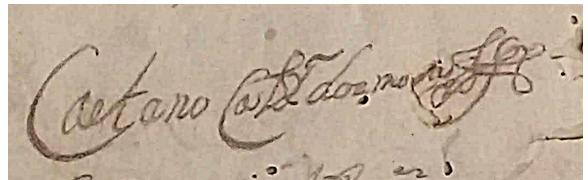
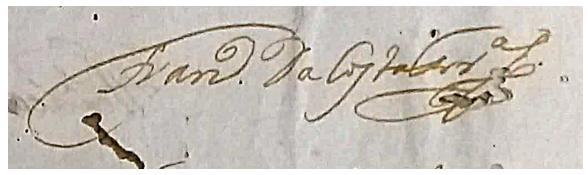
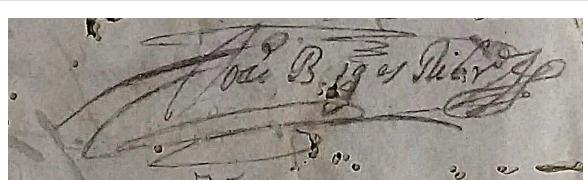
**Tabela 10 - Assinatura dos Ourives, Salvador-BA, 1725-1766<sup>535</sup>**

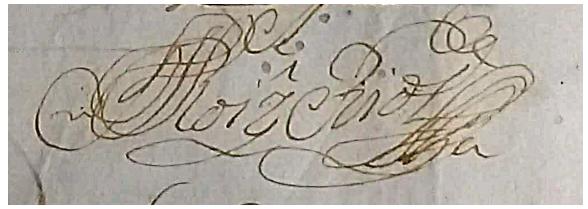
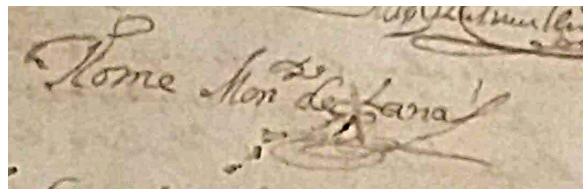
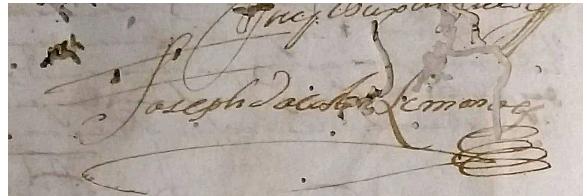
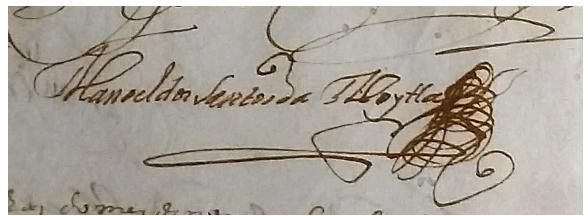
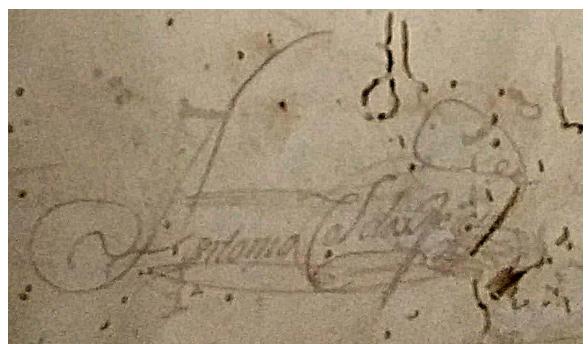
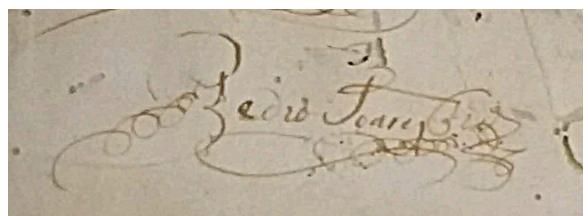
Francisco de Souza Vas	 fl. 9v.
Felix de Britto	 fl. 9v.
Gregorio da Rocha e Souza	 fl. 10r.
Hieronimo Porto	 fl. 10r.
Antonio da Cunha Coelho	 fl. 10v.
Antonio Moreira de Mello	 fl. 10v.

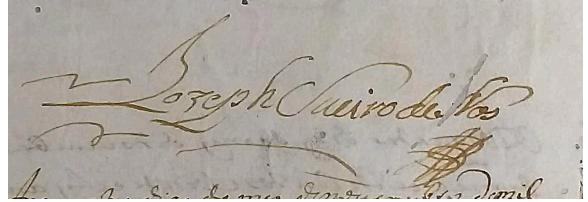
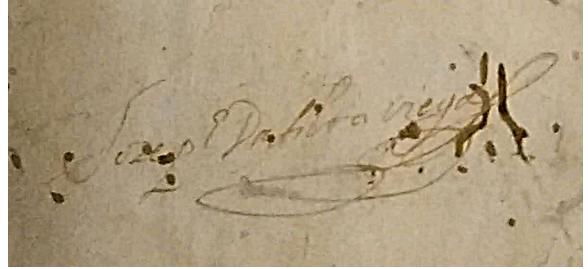
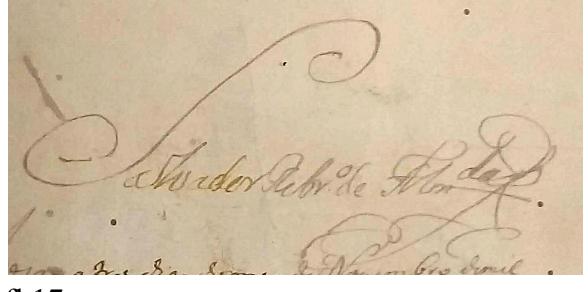
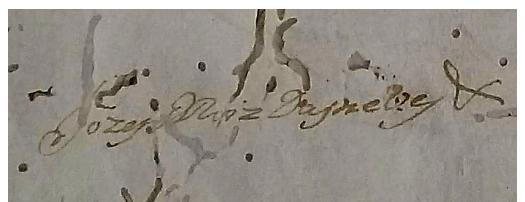
<sup>535</sup> Esta tabela foi elaborada tendo como base no *Livro de Registro de Marcas de Ensaadores*, que compreende o período de 1725-1766, localizado no Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Infelizmente, nem todas as assinaturas puderam ser compiladas, uma vez que o documento encontra-se em estado de deterioração, bem como o período posterior à década de 1760 não pode ser contabilizada, pela falta de acesso ao livro respectivo, que não está disponível para o público pesquisador no arquivo.

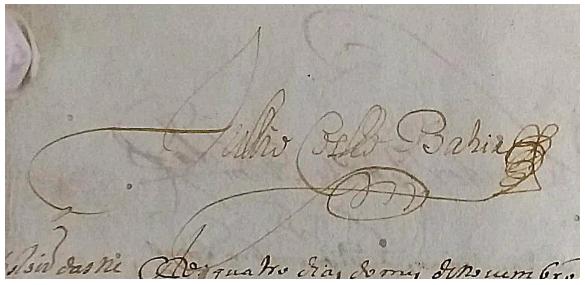
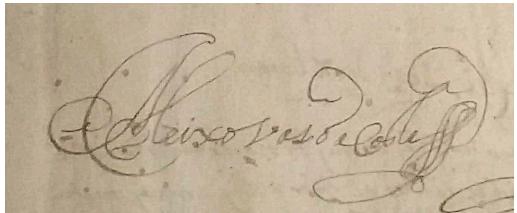
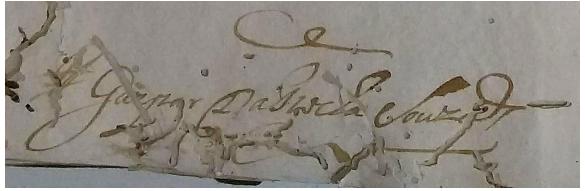
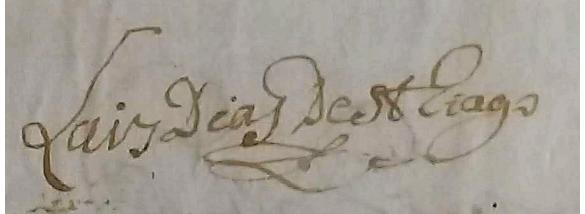
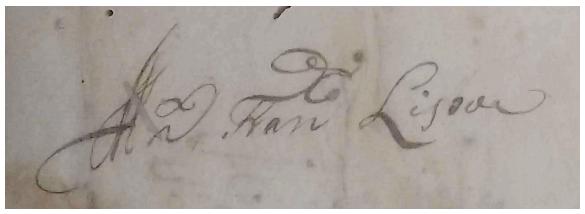
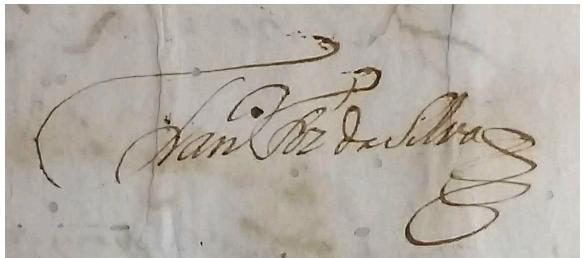
Francisco Coelho	 fl. 11r.
Francisco de Santiago	 fl. 11r.
Antonio Cardozo Garcia	 fl. 11v.
Joseph de Almeida Neves	 fl. 11v.
Manoel Pinto Gomes	 fl. 11v.
Francisco M. de Pillar	 fl. 12r.

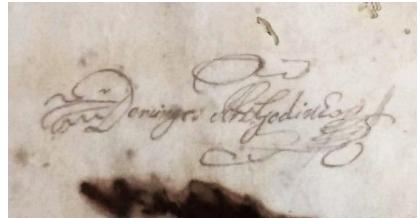
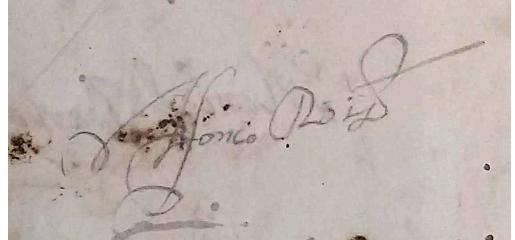
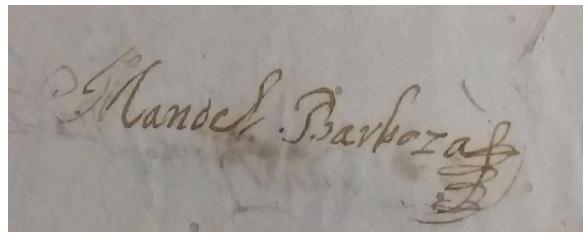
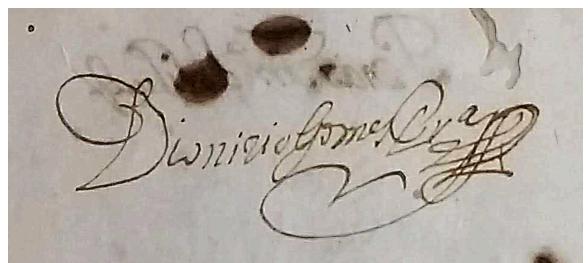
Manoel Gonçalves da Silva	 fl. 12r.
Ignacio Carvalho Portela	 fl. 12v.
Ignacio Lobo	 fl. 12v.
Vicente de Souza Pereira	 fl. 13r.
João Martins de Moura	 fl. 13v.
Manoel Lopes da Cunha	 fl. 13v.
Matheus Lopes	 fl. 13v.

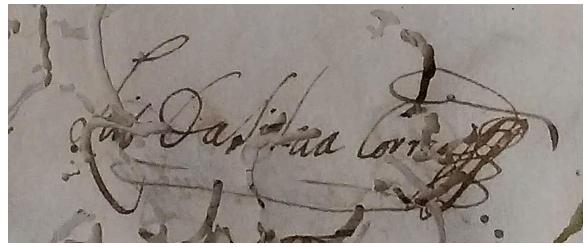
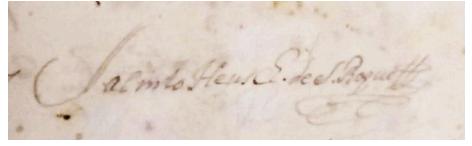
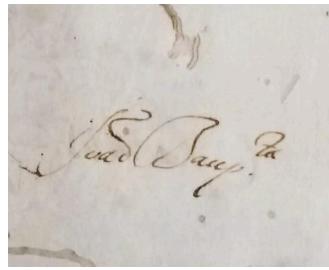
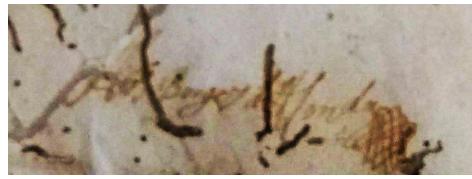
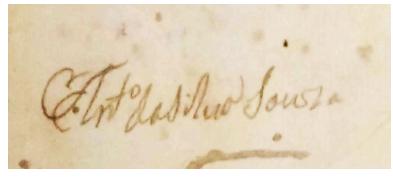
Francisco Vieira Pinto	 fl. 15r.
Alexandre de Oliveira Braga	 fl. 14r.
Antonio Ximenes Xavier	 fl. 14r.
Caetano C. do Amaral	 fl. 14r.
Francisco da Costa Ferreira	 fl. 14v.
João Borges Ribeiro	 fl. 14v.

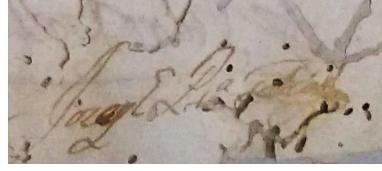
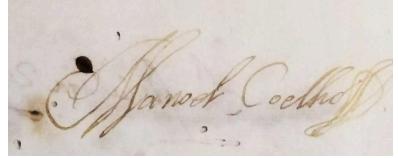
Manoel Roiz Rios	 fl. 14v.
Thomé R. de Farias	 fl. 15r.
Joseph da Costa Lemos	 fl. 15v.
Manoel dos Santos da Moytta	 fl. 15v.
Antonio Col. dos Reis	 fl. 16r.
Pedro Soares	 fl. 16r.

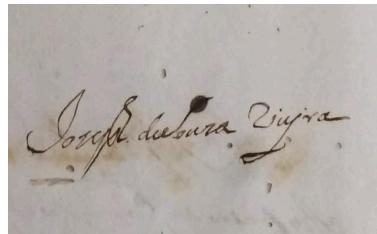
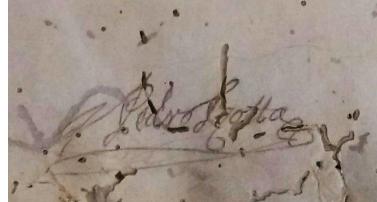
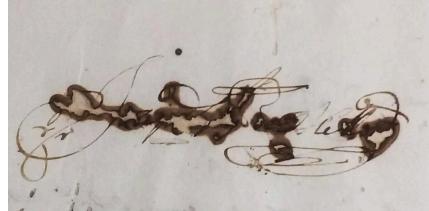
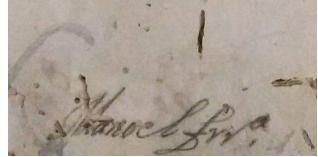
Antonio Maciel Teixeira	 fl. 16v.
Joseph Sueiro de Vaz	 fl. 16v.
Joseph da Silva Viegas	 fl. 17r.
Salvador Ribeiro de Almeida	 fl 17r.
Joseph Roiz das Neves	 fl. 17v.

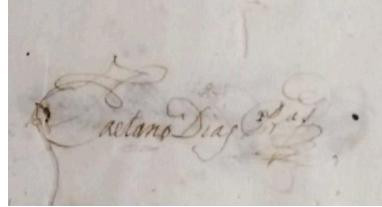
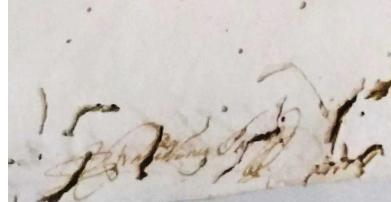
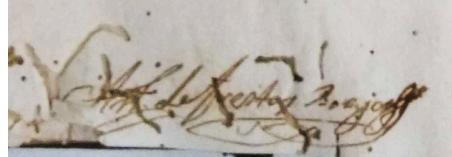
Julho Coelho Bahia	 fl. 17v.
Aleixo Vas da Costa	 fl. 18r.
Gaspar da Rocha Souza	 fl. 18v.
Luis Dias de Santiago	 fl. 18v.
Antonio Francisco Lisboa	 fl. 19r.
Francisco Roiz da Silva	 fl. 19v.

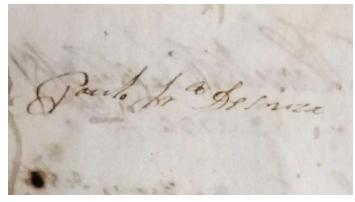
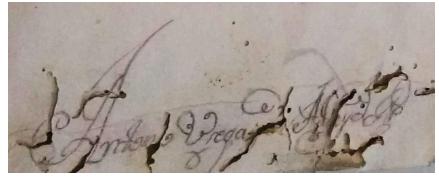
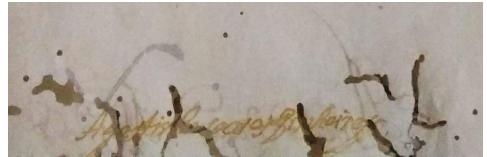
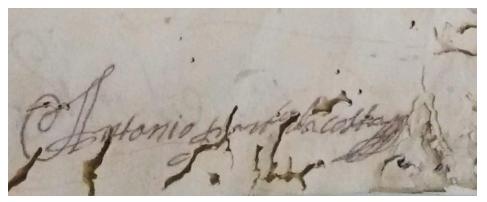
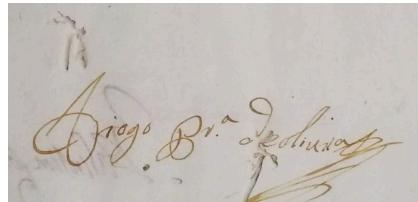
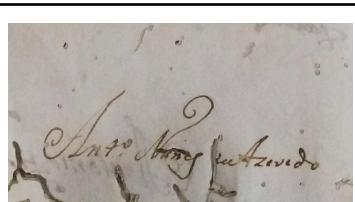
Leandro Cardoso	 fl. 20r.
Domingos A. Godinho	 fl. 20v.
Afonso Roiz	 fl. 21r.
Manoel Barboza	 fl. 21v.
Dionisio Gomes Pereira	 fl. 22v.

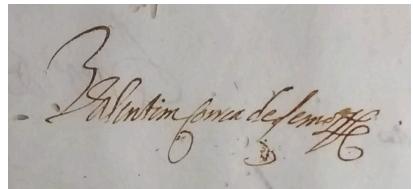
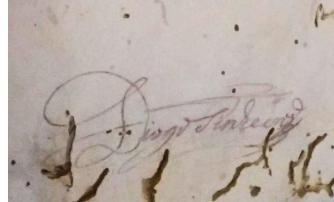
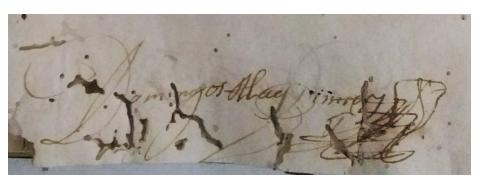
Luis da Silva Correa	 fl. 22v.
Jacinto H. de São Roque	 fl. 23r.
João Batista	 fl. 23v.
José Barreto dos Santos	 fl. 23v.
Antonio B. de Almeida	 fl. 24r.
Antonio da Silva Souza	 fl. 24r.

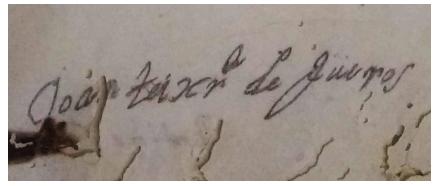
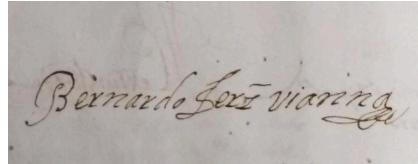
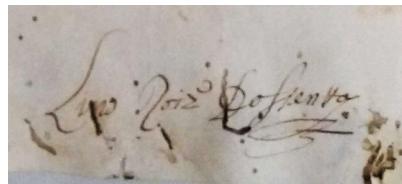
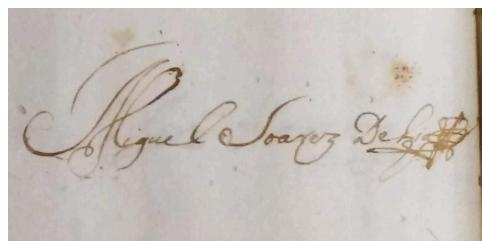
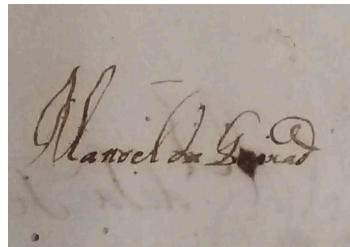
Joseph Duarte	 fl. 24v.
Antonio F. da Silva	 fl. 25r.
Antonio L. Machado	 fl. 25v.
Narciso das Neves	 fl. 25v.
Joseph Pereira Falcão	 fl. 26r.
Manoel Coelho	 fl. 26r.

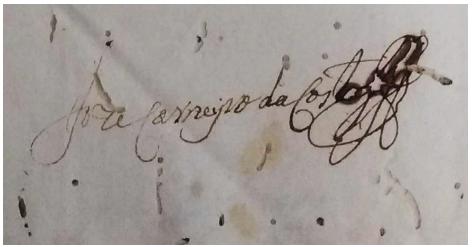
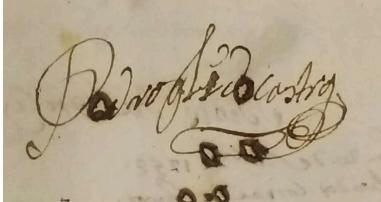
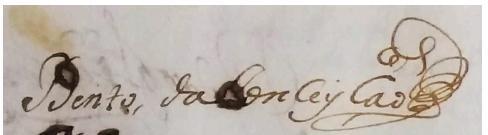
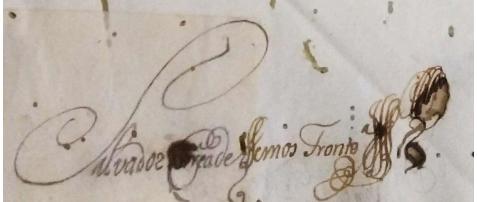
Joseph da Souza Vieira	 fl. 26v.
Pedro Motta	 fl. 26v.
Domingos G. de Figueiredo	 fl. 27r.
Joseph Xavier de Araújo	 fl. 27r.
José Lopes de Mello	 fl. 27v.
Manoel Ferreira	 fl. 27v.

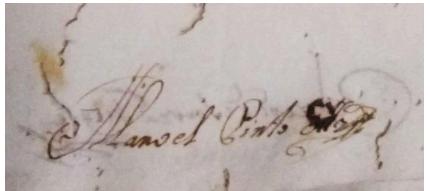
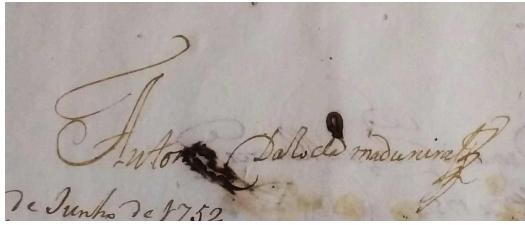
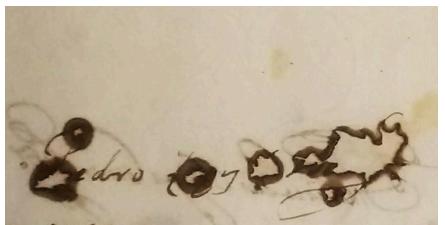
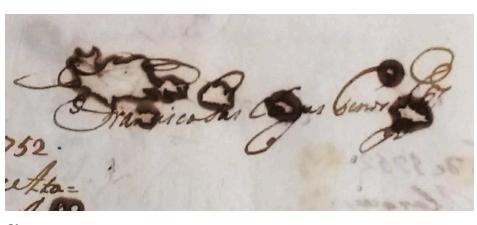
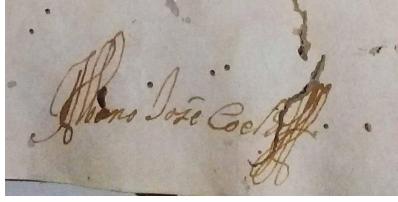
Gonçalo da Silva	 fl. 28r.
Luis Pereira Lopes	 fl. 28r.
Caetano Dias	 fl. 28v.
Francisco Nunes	 fl. 29r.
Manoel A. da Costa	 fl. 29r.
Antonio de Freitas Borges	 fl. 29v.

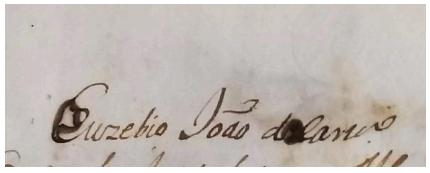
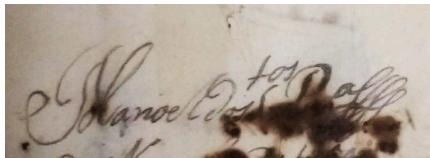
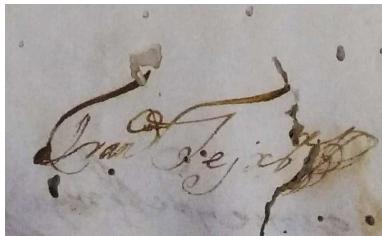
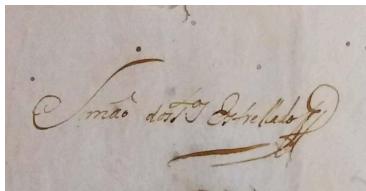
Paulo F. de Souza	 fl. 29v.
Antonio V. Athaide	 fl. 30r.
João Pereira de Matos	 fl. 30r.
Agostinho S. Pinheiros	 fl. 30v.
Antonio F. da Costa	 fl. 31r.
Diogo Pereira de Oliveira	 fl. 31r.
Antonio Nunes de Azevedo	 fl. 31v.

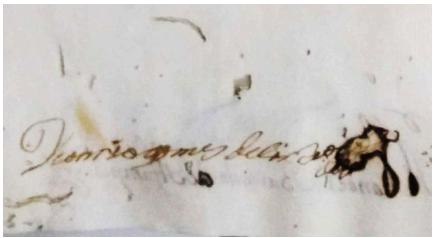
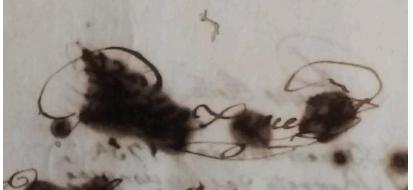
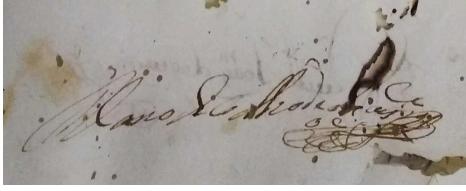
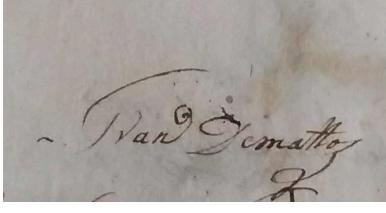
Valentim Correa de Lemos	 fl. 31v.
Diogo Pinheiro	 fl. 32r.
Mathias Moreira de Sampaio	 fl. 32r.
Vicente de Souza	 fl. 32r.
Domingos Alves Pinho	 fl. 32v.
Manoel Fagundes	 fl 32v.

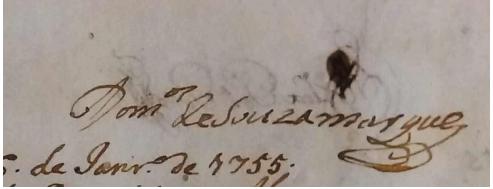
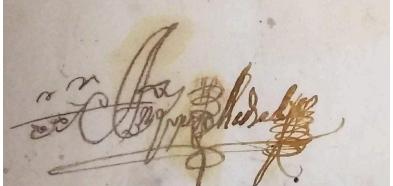
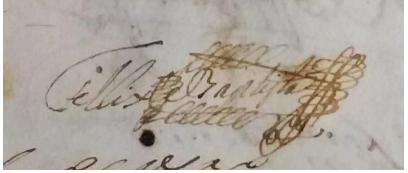
João Teixeira de Queiroz	 fl. 33r.
Antonio C. da Cruz	 fl. 33v.
Bernardo F. Vianna	 fl. 33v.
Lino Roiz dos Santos	 fl. 34v.
Miguel Soares Delião	 fl. 34v.
Manoel da Paixão	 fl. 35r.

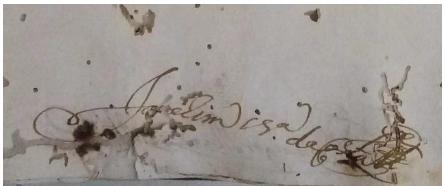
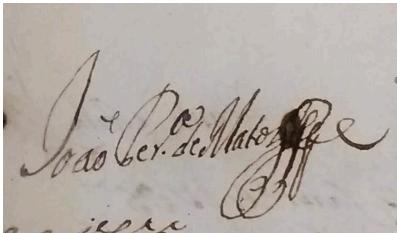
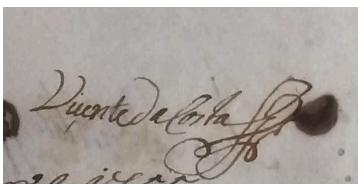
José Carneiro da Costa	 fl. 35v.
Manoel de Sá Teixeira	 fl. 35v.
Paulino de Deus Cerqueira	 fl. 36r.
Pedro G. de Castro	 fl. 36r.
Bento da Conceição	 fl. 36v.
Salvador Correa de Lemos Fontoura	 fl. 26v.

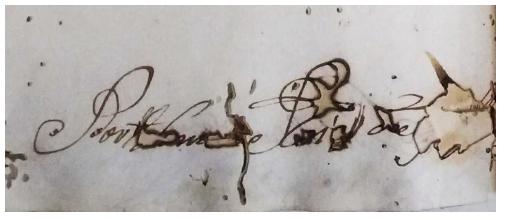
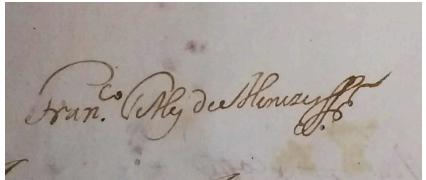
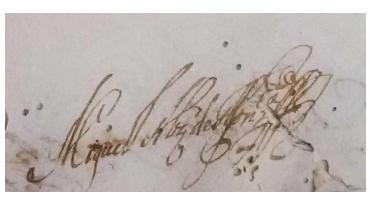
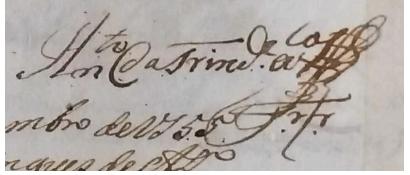
Damásio Teles de Menezes	 fl. 37r.
Manoel Pinho	 fl. 37r.
Antonio da Rocha Madureira	 fl. 37v.
Pedro Lopes	 fl. 38r.
Francisco das Chagas	 fl. 38v.
Albano Coelho	 fl. 39v.

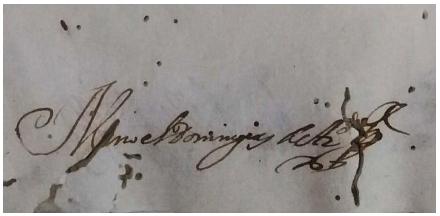
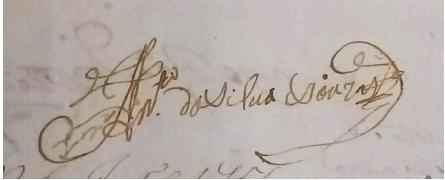
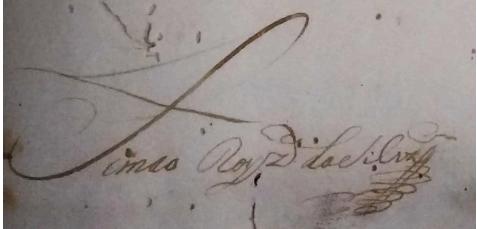
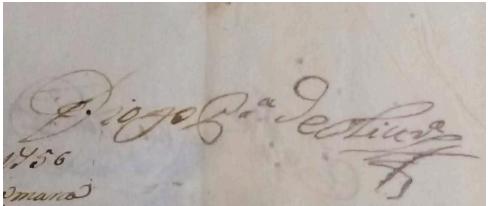
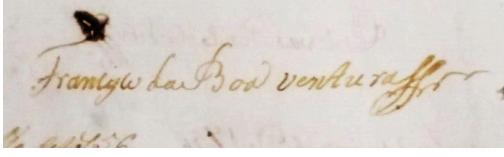
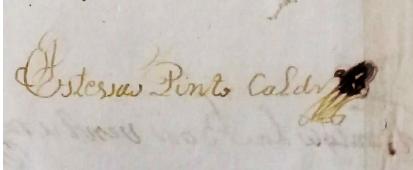
Euzébio João de Carneiro	 fl. 39v.
Manoel dos Santos	 fl. 40r.
Francisco Teixeira	 fl. 40v.
Simão dos Santos Estrelado	 fl. 40v.
Claudio R. Lopes	 fl. 41r.
Manoel Barreto de Assunção	 fl. 41r.

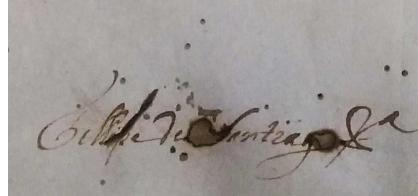
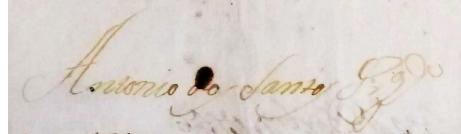
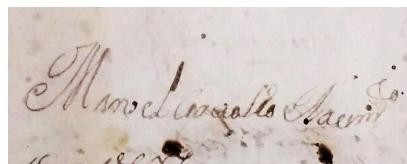
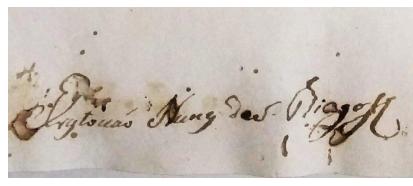
Dionisio Gomes	 fl. 41v.
Francisco Xavier	 fl. 41v.
Manoel Coelho	 fl. 42r.
Manoel de Souza	 fl. 42r.
Francisco de Mattos	 fl. 42v.
Paullo Joaquim de Queiroz	 fl. 42v.

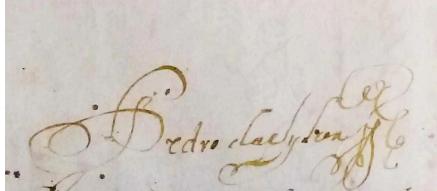
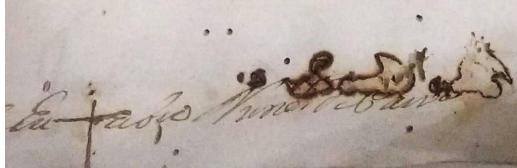
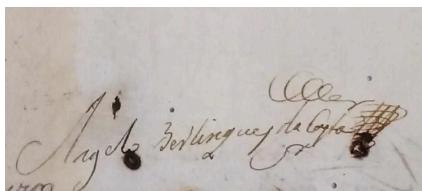
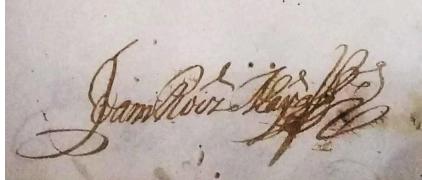
Alex P. Porto	 fl. 43r.
Domingos de Souza Marques	 fl. 43v.
Joseph de Almeida Barreto	 fl. 43v.
Antonio Lopes Machado	 fl. 44r.
Domingos A. Pinto	 fl. 44r.
Felix Batista	 fl. 44v.

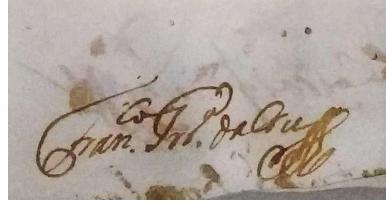
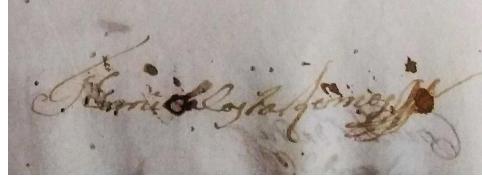
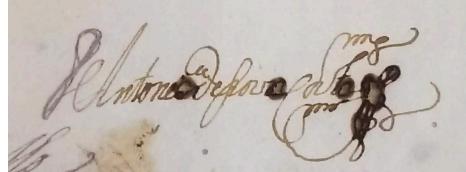
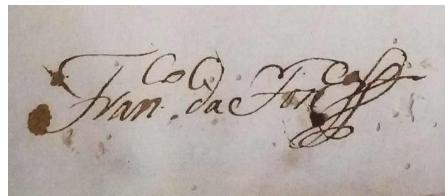
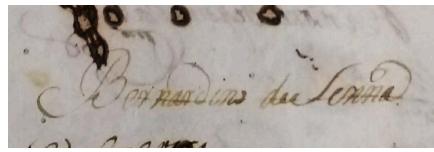
Joaquim da Costa	 A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature reads "Joaquim da Costa".
João Pereira de Matos	 A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature reads "João Pereira de Matos".
José L. de Mello	 A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature reads "José L. de Mello".
João Borges	 A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature reads "João Borges".
Vicente da Costa	 A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature reads "Vicente da Costa".
José da Cunha	 A photograph of a handwritten signature in dark ink on aged paper. The signature reads "José da Cunha".

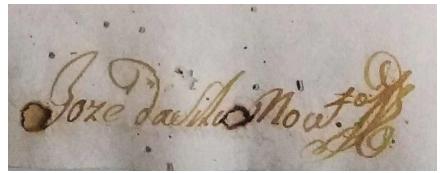
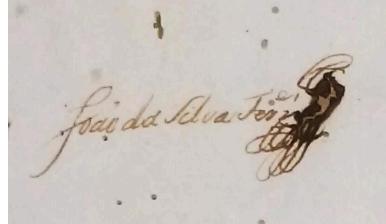
José Guimarães	 fl. 46r.
Bartholomeu Seichas	 fl. 46v.
Manoel Roiz	 fl. 46v.
Francisco Teles de Menezes	 fl. 47r.
Miguel da Fonseca	 fl. 47r.
Antonio da Trindade Vasconcelos	 fl. 47v.

Manoel Domingos de Azevedo	 fl. 47v.
Antonio da Silva Souza	 fl. 48r.
Simão Roiz da Silva	 fl. 48r.
Diogo Pereira de Oliveira	 fl. 48v.
Domingos G. Bahia	 fl. 49r.
Francisco da Boaventura	 fl. 49r.
Estevão Pinto	

	fl. 49v.
Felipe de Santiago	 fl. 49v.
Francisco Sales	 fl. 50r.
Antonio dos Santos	 fl. 50v.
José da Silva Cação	 fl. 50v.
Manoel Carvalho	 fl. 51r.
Manoel M. Carvalho	 fl. 51r.
Cristovão Nunes	

	fl. 51v.
Pedro da Silva	 fl. 51v.
Euzébio Nunes	 fl. 52r.
Manoel Gonçalves dos Santos	 fl. 52r.
Antonio José da Silva	 fl. 52v.
Angelo Berlinque	 fl. 53r.
João Roiz	 fl. 53r.
Cosme Gomes de Souza	

	fl. 54r.
Francisco Ferreira da Cruz	 fl. 54r.
Antonio José	 fl. 54v.
Thomé da Costa	 fl. 54v.
Antonio de Souza Costa	 fl. 55r.
Francisco da Fonseca	 fl. 55r.
Bernardino de Senna	 fl. 55v.
Antonio P. Veloso	

	fl. 56r.
José da Silva Matos	 fl. 56v.
João da Silva Fernandes	 fl. 57v.
Fonte: AHMS, <i>Livro de Registro de Marcas de Ensaiadores</i> , 1725-1766.	

**Transcrição 1 - Inventário das alfaias de ouro, prata, pedras e mais ornamentos  
e objetos pertencentes à Confraria Professa de Nossa Senhora da Conceição do  
Boqueirão, século XIX.**

1. Joias do ornato da imagem de Nossa Senhora da Igreja

Uma coroa de ouro de uso diário com peso de noventa e três oitavas;

Um círculo de ouro com doze estrelas cravadas de pedras brancas e águas marinhas que se põem sobre a dita coroa nos dias de festas com peso de sessenta e uma e meia oitavas;

Uma borboleta e uma pomba de prata cravada de pedras brancas pertencentes ao mesmo círculo com peso de nove e meia oitavas;

Um Par de brincos de ouro polido cravado de diamantes, de uso diário, com peso de três oitavas e um quarto;

Um Par de brincos de ouro cravado de diamantes para os dias de festas com peso de nove oitavas;

Um anel de ouro cravado de pedras brancas para uso diário com peso de uma e meia oitavas;

Um anel de ouro circulado de pedras águas marinhas com o peso de duas oitavas e nove grãos;

Um adereço de prata cravado de pedras brancas com seu pendente do mesmo com o peso de dezessete e meia oitavas;

Um par de pulseiras de prata cravadas de pedras brancas fingindo crisólitas, em mau estado, com peso de doze oitavas;

Um par de braceletes de prata cravado de pedras brancas com peso de seis e meia oitavas;

Um afogador de prata cravado de pedras brancas com peso de oito e meia oitavas;

Uma pena de prata cravada de crisólitas com peso de oito e meia oitavas;

Uma coroa de prata com o peso de cento e quarenta e quatro oitavas;

Dois pares de brincos de prata gravados de crisólitas com peso de nove oitavas;

Um par de brincos de prata cravados de pedras brancas com peso de nove oitavas;

Um Par de brincos e uma medalha de prata cravados de crisólitas com peso de vinte e uma oitavas;

Um adereço com seu laço de prata cravados de pedras águas marinhas com vinte engonços faltando algumas pedras com o peso de vinte e quatro e meia oitavas.

2. Joias do ornato das imagens de São José e de São João da Capela Mor

Um resplendor de prata de São José com peso de quarenta e cinco e meia oitavas;

Uma Vara de prata com suas angélicas com o peso de noventa e cinco oitavas;  
 Um resplendor de prata de São João com peso de setenta e três oitavas;  
 Uma Cruz de prata com sua fita do mesmo metal com peso de cento e quarenta oitavas.

3. Peças do ornato do Sacrário e Banqueta da Capela Mor

Uma âmbula de ouro com peso de trezentos e vinte oitavas;  
 Uma âmbula de prata com peso de cento e quarenta e seis oitavas;  
 Uma porta de prata com seu emblema do ... do mesmo e sua chave do mesmo metal dourado com laço de galão de ouro verdadeiro, cujos objetos não foram pesados por se acharem em uso diário;  
 Quatro castiçais pequenos de prata da guarnição do mesmo sacrário com o peso de quinhentos e sessenta oitavas;  
 Um crucifixo e cruz de prata com seu resplendor de ouro na parte interior do calvário de madeira, tudo com peso de 2 libras e meia e vinte e meia oitavas;  
 Seis castiçais grandes de prata que servem com a cruz acima na banqueta com o peso de sete mil, duzentas e vinte e quatro oitavas.

4. Joias do ornato da imagem de Santa Ana e das mais do seu altar

Um resplendor de prata da mesma santa com o peso de duzentas e sessenta e meia oitavas;  
 Um par de brincos de ouro cravado de diamantes com peso de três oitavas;  
 Uma coroa de ouro da menina da mesma santa com o peso de duas oitavas e um quarto;  
 Um par de brincos de filigrana em ouro faltando as argolinhas pertencentes à mesma menina, quebrados, com o peso de três quartos de oitava;  
 Um resplendor de prata de São Joaquim com o peso de oito e meia oitavas;  
 Uma bandeira de prata com a sua cruz do mesmo metal, com letras de ouro na bandeira, faltando uma delas, pertencente ao menino Deus com peso de oitenta e oito oitavas;  
 Um hábito de Cristo, um par de botões de ouro de punhos pertencente ao mesmo com o peso de três oitavas.

5. Joias do ornato das imagens do altar do Senhor dos Passos

Um resplendor de prata com peso de cento e oitenta e quatro oitavas, inclusive dez pedras roxas do laço;  
 Um resplendor de prata pertencente a Santa Rita com o peso de cinco e meia oitavas;  
 Não se menciona o ornato de São Narciso por ser de madeira.

6. Joias do ornato da imagem do Senhor do Bonfim e mais do trono

Um diadema de prata do Senhor do Bonfim com o peso de oitenta oitavas;  
 Três cravos de prata do mesmo Senhor com o peso de trinta e duas oitavas e meia;

Um título de prata com letras do mesmo, com peso de cinquenta e três oitavas;

Três pontas de prata da guarnição da Cruz com um peso de quatrocentas e cinquenta e oito oitavas;

Quatro partes dos raios de prata da mesma Cruz com o peso de mil e quarenta e sete oitavas;

Uma custódia grande de prata com raios de ouro e Cruz cravada de pedras com duas flores e uma luneta de ouro, onde se deposita a Sagrada Espécie com seu véu de seda e ramos bordados de ouro em sua caixa de madeira pintada, faltando na flor grande e nos raios uns pedacinhos nas pontas por se acharem quebrados, pesando ela nove libras e quarenta e meia oitavas.

#### 7. Joias do ornato das imagens do nicho da sacristia

Um crucifixo de aparelho inteiro de prata com peso de cento e setenta e nove oitavas;

Um círculo de prata com sua Estrela, pertencente à Senhora das Dores com sua espada, com o peso de uma oitava e três quartos;

Um resplendor de prata pertencente a São Francisco com seu menino, com o peso de quatro oitavas;

Um resplendor de prata pertencente a Santo Antônio com seu menino, com peso de uma e meia oitavas.

#### 8. Joias do ornato das imagens da Casa da Mesa

Uma coroa de prata pequena pertencente à Nossa Senhora do nicho, com o peso de cinquenta e três oitavas;

Um resplendor de ouro pertencente ao Senhor dos Passos com sua pedra roxa com peso de nove e meia oitavas;

Um cajado de prata com suas cabecinhas do mesmo metal pertencente ao Menino Deus com o peso de dez oitavas;

Uma coroa de prata cravada de pedras brancas que usa pendente ao pescoço o dito Menino, com o peso de uma oitava;

Um resplendor de prata pertencente a Santo Amaro com o peso de cinco oitavas;

Uma coroa de ouro com círculo de prata, pertencente à Nossa Senhora do nicho colateral com o peso de oito oitavas ambas as coisas;

Uma coroa de prata de Nossa Senhora, de mais pequeno vulto, do mesmo nicho acima com o peso de sete oitavas.

#### 9. Joias do ornato do Menino Deus da procissão

Um Par de botões de punhos e dois ditos da fivela de liga e pés, tudo de ouro com peso inclusive as charneiras que é de prata, de treze oitavas.

#### 10. Joias de uso diário

Uma cruz alçada de prata com haste interior de madeira, com o peso de nove libras e uma quarta;

Dois tocheiros de prata, que guarnecem a Cruz acima, com suas hastes de madeira com o peso de dezesseis libras e meia quarta;

Uma lâmpada grande da Capela Mor com o peso de três mil setecentas e doze oitavas de prata;

Uma caldeirinha grande de prata com seu hissope com peso de oito marcos, quatro onças e seis oitavas;

Um turíbulo, naveta e colher, tudo de prata com peso de trezentas e oitenta e quatro oitavas;

Três cálices de prata com suas patenas e colheres do mesmo metal sendo um deles dourado, todos com peso de quatrocentos e sessenta e quatro oitavas;

Um purificador de prata para comunhões com peso de trinta e duas oitavas;

Um vaso de prata para o mesmo uso com peso de três marcos, uma onça e duas e meia oitavas;

Uma cancela de prata para depositar hóstias, com peso de noventa e uma oitavas;

Um crucifixo de meio aparelho de prata que serve no Altar Mor com peso de sessenta oitavas.

#### 11. Joias do uso dos dias de festas

Uma custódia pequena de prata com cruz cravada de pedras e uma pomba de ouro que serve nas procissões e exposições com peso de duzentas e trinta e duas oitavas;

Um cálice com patena e colher de prata dourada com o peso de quatrocentas e seis oitavas;

Uma paz de prata com peso de trinta e nove e meia oitavas;

Uma campa de prata com peso de quinhentas e vinte e oito oitavas;

Uma salva de pé e cabo de prata com o peso de trezentas e trinta e duas oitavas;

Uma bacia e jarro de prata com peso de seiscentos e cinquenta e seis oitavas;

Um crucifixo com aparelho inteiro de prata que serve na Casa da Mesa com peso de cento e trinta oitavas;

Um dito de meio aparelho de prata que serve no altar colateral com o peso de setenta e uma oitavas e um quarto;

Uma redoma da Senhora da Soledade que serve na Casa da Mesa com seu círculo de ouro cravado de pedras roxas que se não pode verificar o peso por ser feita na mesma redoma;

Um anel de diamantes;

Um ramo de fio de ouro.

#### 12. Joias do ornato de Nossa Senhora das Dores que serve na procissão dos Passos

Um círculo de prata com a pedra branca no centro com peso de vinte e nove e meia oitavas;

Uma espada de prata com peso de quinze e meia oitavas.

13. Peças do uso da Secretaria

Uma escrivaninha de prata com peso de cento e vinte e oito oitavas;

Uma sineta de prata com cabo de marfim tudo com peso de trinta e três oitavas;

Um escrutínio de prata com peso de quarenta oitavas;

Um livro da ereção e fundação da Capela;

Um dito da lei fundamental com título de regra com sua capa de veludo encarnado com feixes de prata;

Um dito em branco que há de servir para receitas e despesas selado e rubricado;

Um livro de Termos de Profissões;

Um dito de nomeação e posses;

Dois ditos de Termos de entradas de irmãos;

Dois ditos de Compromissos antigos;

Três ditos de Termos de Resoluções;

Um dito de Contratos;

Três ditos de Copiador;

Cinco ditos de Abecedário;

Um dito de Recibos de partes;

Um dito de Fianças;

Um dito de Eleições;

Dois ditos de Receitas e Despesas sendo um o que serve atualmente;

Um dito em branco.

14. Imagens que existem na Capela conforme vai mencionado

Um Senhor Menino de grande vulto com sua vestimenta de veludo verde;

Uma imagem do Senhor Morto para os atos de adoração;

Uma dita de Nossa Senhora das Dores que sai nas procissões dos Passos;

Uma dita de nossa senhora da Conceição de grande vulto que existe na Casa Forte;

Uma dita do Senhor Menino que serve nas noites de Natal e nos demais dias;

Uma dita de nossa senhora da Piedade colocada no nicho dos Carneiras;

Uma dita de Cristo no Altar Mor.

15. Peças disponíveis no cofre

Um anjinho e três carranquinha de prata com o peso (faltando a informação);

Um título da Cruz de prata com letras de ouro com peso de três oitavas;

Um par de brincos de prata de Minas Novas.

Consta tudo do inventário lançado a folhas duas até folhas quatro do Livro de Inventário Geral dos bens de raiz, ouro, prata e pedras da dita Confraria.

Fonte: APEB, Poder Executivo Provincial, Série Religião, Códice 5266 – *Livro de tombo dos bens de todas as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias de Salvador*, 1851-1853, fls. 134r-137r.

## Referências

### **1. Fontes Manuscritas**

#### Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS)

- Vol. 5, Pasta 13 – *Ourives: atividades artísticas em ouro e prata, 1758-1814.*
- E. 6, P. 2 – *Registro de Oficiais Mecânicos, 1765-1798*
- F. 7, E. 28, P.3 – *Livro de Condenações do Senado e Vereações, 1703-1805.*
- Livro de Registro de Marcas de Ensaiadores, 1725-1766.*
- E. 5, P. 2 – *Livro de Registro da Prata, 1693-1712.*

#### Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

##### Cartas Régias, 1648-1822

CR/107/22 - *Carta do conde de Linhares para o arcebispo e mais governadores interinos da capitania da Bahia, acusando o recebimento do ofício dos mesmos, sobre os requerimentos do tenente-coronel Antonio Fructuoso de Menezes Dória e do capitão Joaquim Alberto da Conceição e Mattos; também informando que o príncipe regente resolveu deferir a pretensão do segundo e indeferira do primeiro por ser muito recente o acesso à patente que possui, 20 de julho de 1809.*

CR/112/108 - *Carta do conde de Linhares ao conde dos Arcos, conformando-se o príncipe regente com o parecer dado nas informações datadas de 29 de novembro passado, 24 e 30 de janeiro do corrente ano, sobre os requerimentos de Antônio Baptista da Silveira, Joze Pires de Carvalho e Albuquerque, Joaquim Alberto da Conceição Mattos e Francisco Jozé da Silva, manda indeferir estes requerimentos, 16 de fevereiro de 181.*

##### Tribunal da Relação - Judiciário

- 03/971/1440/05 - *Inventário de Ignácio da Costa Brito, 1767.*
- 04/1771/2241/06 - *Inventário de João da Costa Campos, 1806.*

##### Poder Executivo - Série Religião

Códice 5266 - *Livro de tombo dos bens de todas as Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias de Salvador, 1851-1853.*

#### Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador (ACMS)

*Livro de Batismos – Catedral da Sé, 1760-1790.*

#### Arquivo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Bahia (AVOTSB)

*Consertos e limpeza das alfaias de prata, 1798-1815.*

*Castiçais de prata encomendados ao capitão Joaquim Alberto da Conceição Mattos, 1804-1807.*

*Livro de Profissões, 1796-1877.*

*Recibos e Contas do Capitão Joaquim Alberto da Conceição Mattos, 1801-1802.*

#### Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (ASCMB)

A/14 – *Livro 3º de Acórdãos da Mesa e Junta, 1681-1745.*

Cx. 4 – *Guias de óbitos do Cemitério Quinta dos Lázaros, janeiro-junho de 1890.*

Cx. 5 – *Guias de óbitos do Cemitério Quinta dos Lázaros, julho-dezembro de 1890.*

FK/2 - *Livro 2º de Termos de Irmãos, 1663-1695.*

FK/3 - *Livro 3º de Termos de Irmãos, 1696-1733.*

FK/4 - *Livro 4º de Termos de Irmãos, 1733-1772.*

FK/6 - *Livro 6º de Termos de Irmãos, 1797-1834.*

FK/40 - *Livro 1º de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), 1629-1665.*

FK/41 - *Livro 2º de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), 1652-1685.*

FK/42 - *Livro 3º de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), 1686-1829.*

ED/186 - *1º Livro Índice de Irmãos da Santa Casa, 1778-1846.*

ED/187 - *2º Livro Índice de Irmãos da Santa Casa, 1785-1853.*

ED/188 - *3º Livro Índice de Irmãos da Santa Casa, 1792-1880.*

ED/1060 - *Livro 19º de assento das pessoas (homens e mulheres) que entraram no Hospital, 1852-1855.*

#### Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM)

Fundo da Câmara Municipal de Mariana, Códice 164 – *Registro de Cartas de Exames de Ofício e de Licenças: 5, 1737-1821.*

#### Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Bahia, Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807)

AHU, CU, 005, Cx. 41, Doc. 7610 - *Informação do Provedor da Casa da Moeda Manuel da Silva Ferreira, sobre a declaração das ferramentas e instrumentos apreendidos aos ourives. Bahia, 28 de maio de 1767.*

AHU, CU, 005. Cx, 41, Doc. 7611 - *Carta do Desembargador João Ferreira Bettencourt e Sá para o Provedor da Casa da Moeda, sobre arrecadação e avaliação da ferramenta do ourives Domingos de Souza Marques. Bahia, 13 de abril de 1767.*

AHU, CU, 005, Cx. 2, Doc. 208-209 - *Ofício do Vice-Rei Conde de Athouguia, participando ter mandado arruar os ourives de ouro e prata, com o fim de melhor se fazer a fiscalização e evitar que clandestinamente fundissem ouro extraviado das minas e desencaminhado ao direito dos quintos. Bahia, 6 de abril de 1752.*

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 96, Doc. 18732 - *Ofício do Provedor da Casa da Moeda José Venanc' o de Seixas para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em que lhe comunica ser de absoluta necessidade pôr em execução a carta régia de 30 de julho de 1766, pela qual se*

*mandara expulsar da Capitania da Bahia todos os oficiais de ourives. Bahia, 31 de março de 1799.*

#### Bahia, Avulsos (1604-1808)

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 143, Doc. 11009 - *Requerimento dos Ourives, Juízes e mais Prelados da Irmandade de Santo Eloy ao rei [D. José] solicitando provisão de confirmação do compromisso com a aprovação de toda a Irmandade. Bahia, 25 de janeiro de 1760.*

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 184, Doc. 13563 - *Requerimento de Joaquim Alberto da Conceição à Rainha [D. Maria I], solicitando confirmação de carta patente no posto de capitão do forte do Barbalho da cidade da Bahia. Bahia, 13 de julho de 1782.*

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 212, Doc. 14979 - *Requerimento do soldado voluntário do 2º Regimento de Linha da Bahia, Joaquim Alberto da Conceição e Matos ao príncipe regente [D. João] solicitando a mercê do posto de sargento-mor da fortaleza do Barbalho. Bahia, 8 de fevereiro de 1799.*

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 25, Doc. 2253 - *Requerimento do ensaiador da rua dos ourives da prata da Cidade da Bahia, Lourenço Ribeiro da Rocha ao rei [D. João V] solicitando o pagamento do seu ensaio das peças grandes dez réis e das pequenas de colher cinco réis. Bahia, 17 de janeiro de 1726.*

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 55, Doc. 4745 - *Requerimento do vigário colado da matriz de Nossa Senhora da Pena de Porto Seguro, licenciado Manuel Luís de Sousa ao rei [D. João V] solicitando os ornamentos necessários para a igreja matriz: sino, quatro castiçais, turíbulo e naveta de prata. Bahia, 17 de abril de 1736.*

AHU, ACL, CU, 005, Cx. 7, Doc. 555 - *Requerimento do juiz e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade da Bahia ao rei [D. João V] solicitando ajuda de custo para os ornamentos da Igreja que construíram. Bahia, 13 de junho de 1711.*

#### Pernambuco (1590-1826)

AHU, CU, 015, Cx. 43, Doc. 3866 - *Carta do juiz de fora de Olinda e do Recife, Francisco Martins da Silva, ao rei [D. João V], informando o excessivo número de oficiais ourives em Olinda, no Recife e mais lugares da capitania, a maioria mulatos e negros, de que resulta o aparecimento de moedas falsas e furtos, e sugerindo medidas para se regular suas atividades. Recife, 25 de abril de 1732.*

#### Rio de Janeiro (1614-1830)

AHU, ACL, CU, 017, Cx. 60, Doc. 5775 - *Parecer do Conselho Ultramarino, sobre requerimento dos mestres do Ofício de ourives do ouro da cidade do Rio de Janeiro, solicitando provisão de confirmação do compromisso de regulamentação da Irmandade e Culto de Santo Eloy. Lisboa, 15 de dezembro de 1760.*

#### Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

PT/TT/AOPL/002/197A – *Compromisso da Irmandade do bem aventurado Santo Eloy pertencente ao ofício de ourives da prata, novamente acrescentado no anno de 1750.*

PT/TT/MR/NE/06/24 – *Compromisso da Confraria do Bem Aventurado Santo Eloy, e Nossa Senhora D'Assumpção dos Ourives da Prata, novamente colligido, e reformado, Anno de 1793.*

PT/TT/TSO-IL/028/01378 – *Processo de Bartolomeu Mendes Simões, 1719-1723.*

#### Biblioteca Nacional (BN), Rio de Janeiro

Seção de Manuscritos, II, 33, 26, 01 – *Memória e mais papeis pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento, e de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia, c. 1852.*

#### Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (MAS/UFBA)

Setor de Documentação e Pesquisa (SEDOC)

(Cópia transcrita) - “*Cartas de Examinação de Officiaes*”, *Arquivo da Prefeitura Municipal*, nº 125, p. 181.

SOUZA, Wladimir Alves. *Diário de Notícias, Salvador, 06 de agosto de 1959* (recorte de jornal).

*Livro de registro das peças da Arquidiocese de Salvador.*

*Catálogo de acervo da Arquidiocese de Salvador.*

#### Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia (IPHAN/BA)

*Lista de pastas com fichas do Inventário José Valladares - Monumentos de Salvador, 1947-1960.*

## **2. Manuscritos Digitalizados (Domínio Público)**

*Disegni diversi inventati e delineati da Giovanni Giardini, 1714.* Disponível em: <[https://archive.org/details/gri\\_33125008675809/page/n113/mode/2up](https://archive.org/details/gri_33125008675809/page/n113/mode/2up)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

*Eléments d'Orfèvrerie Divisés en deux Parties de Cinquante Feuilles Chacune Composéz par Pierre Germain Marchand Orfevre Joaillier A Paris, 1748.* Disponível em: <<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/35681-elements-d-orfevrerie-compose-s-par-pierre-germain>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

*Estatuto dos Ourives de ouro e prata da Villa de Guimarães que fizeram para o bô. Regimen do seu ofício, no anno de 1781.* Disponível em: <<https://www.csarmamento.uminho.pt/site/s/arquivo-digital/item/107707#?c=0&m=0&s=0&cv=0>>. Acesso em 20 de abril de 2023.

LEFRANC, Alexandre. *Recueil de dessins d'orfèvrerie à l'usage Des Marchands et Fabricants Orfèvres, Contenant tout ce qui a rapport au Service de la Table, de l'Eglise, etc.* Paris, 18[??]. Disponível em:

<[https://bibliotheque-numerique.inha.fr/viewer/36434/?offset=#page=7&viewer=picture&o=b\\_ookmark&n=0&q=](https://bibliotheque-numerique.inha.fr/viewer/36434/?offset=#page=7&viewer=picture&o=b_ookmark&n=0&q=)>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

MEESEN, Félix da Costa. *Antiguidade da Arte da Pintura, sua nobreza, divino e humano que a exercitou, e honras que os monarcas fizeram a seus artífices*. 1696. Disponível em <<https://collections.library.yale.edu/catalog/10075634>>. Acesso em 12 de agosto de 2024.

MOUTON, M. P. *Livre de Desseins pour Toute Sorte d'ouvrages d'Orfèvrerie et ornements propres à plusieurs sortes d'arts Inventé et Gravé par S.r MP. Mouton Orfèvre à Lyon natif de mons en hainault, 1690.* Disponível em : <<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/53102-livre-de-dessins-pour-toute-sorte-d-ouvrages-d-orfevrerie-et-ornements-propres-a-plusieurs-sortes-d-arts?offset=1>>. Acesso em 20 de maio de 2024.

*Oeuvre de Juste Aurele Meissonnier peintre sculpteur architecte et dessinateur de la chambre et cabinet du roy : Première partie exécutée [sic] sous la conduite de l'auteur, 18e siècle.* Disponível em <<https://bibliotheque-numerique.inha.fr/collection/item/10415-oeuvre-de-juste-aurele-meissonnier>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

PASSARINI, Filippo. *Nuove inventioni di ornamenti d'architettura e d'intagli diversi*. Roma: Domenico de Rossi, 16[??]. Disponível em: <<https://purl.pt/21802>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

### 3. Fontes Impressas

*Biblia de Jerusalém*. Edição em Língua Portuguesa. São Paulo: Paulus, 2008.

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez e latino*. Vol. 4, F-J. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

BOSSE, Abraham. *Tratado da gravura a agua forte, e a buril, em maneira negra com o modo de construir as prensas modernas, e de imprimir em talho doce*. Lisboa: Typographia Chalcographica, Thypoplastica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente anno de 1759*. 2º Ed. Salvador: Memória e Arte, 2017.

*Cartas Jesuíticas I. Cartas do Brasil, 1549-1560*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Gráfica, 1931.

*Cartas Jesuíticas II: Cartas Avulsas, 1550-1568*. Rio de Janeiro: Officina Industrial Gráfica, 1931.

*Catálogo - Museu de Artes e Ofícios (MAO)*. São Paulo: Instituto Cultural J. Safra, 2019.

*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide*. São Paulo: Typographia de Antonio Louzada Antunes, 1853.

CORREIA, Vergílio (ed.). *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa, 1572*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

DIDEROT, Denis; D'ALEMBERT, Jean Le Rond, *Enciclopédia ou dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Vol. 1. São Paulo: EDUNESP, 2015.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1625-1641*. Vol I. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1944.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1641-1649*. Vol. II. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1649-1659*. Vol. III. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1659-1669*. Vol. IV. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1949.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1669-1684*. Vol. V. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1950.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1684-1700*. Vol. VI. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1951.

*Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara, 1718-1731*. Vol. VIII. Salvador: Prefeitura do Município de Salvador, 1985.

ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, século XVII*. Salvador: Centro de Memória Santa Casa da Bahia, 1977.

ESTEVES, Neuza Rodrigues (org.). *Catálogo dos Irmãos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, século XVIII*. Salvador: Centro de Memória Santa Casa da Bahia, 1977.

KRIEGER, D. Murilo S.R. *Documentos de fundação e outros registros da Arquidiocese de São Salvador da Bahia – Sede Primacial do Brasil*. Salvador: UCSalPRESS, 2019.

*Missale Romanum*. Antuérpia: Ex Typographia Plantiniana, 1726.

*Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça: Confissões da Bahia, 1591-1592*. São Paulo: Série Eduardo Prado, 1922. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/iXrG7>>. Acesso em 7 de julho de 2023.

*Regimento para os ensayadores dos officios dos ourives do ouro, e da prata, e dos ourives dos ditos officios, cada hum na parte que lhe tocar na fôrma, que no exordio deste Regimento vai declarado*. [S.E.]: Lisboa, 1689.

*Registro das marcas dos ensaiadores de ouro e prata da cidade do Salvador, 1725-1845*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1952.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

SOARES, Gabriel. *Tratado Descritivo do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva, 1879.

VATICANO. *Catecismo da Igreja Católica*. Disponível em: <[https://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/indice\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/indice_po.html)>. Acesso em 10 de maio de 2023.

“Expulsão dos ourives e fundidores da Capitania de Minas, 1730”. In: *Revista do Archivo Públco Mineiro*, 1896-1900, p. 163-164. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=321389&pagfis=3610>>. Acesso em 10 de junho de 2024.

#### **4. Estudos**

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A identidade da beleza. Dicionário de artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2008.

AFONSO, André das Neves. “Composição e ornamento numa relevante alfaia litúrgica. A urna do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Julião de Setúbal”. *Revista de História da Arte*, n.8, 2017, p. 57-70.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Centro de Estudos Afro-Orientais, Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2006.

ALDAZÁBAL, José, *Gestos y Símbolos*. Barcelona: Centro de Pastoral Litúrgica, 1997.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. “A ourivesaria portuense nos séculos XVII e XVIII. Análise de alguns contratos”. In: *I Congresso Internacional do Barroco - Actas, I volume*. Porto: Universidade do Porto, 1991, p. 335-354.

ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices na Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Centro Editorial de Didático, Núcleo de Publicações, 1976.

ALVES, Marieta. *Mestres ourives de ouro e prata na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1962.

ALVES, Natália Marinho Ferreira. *A arte da talha no Porto na época barroca (artistas e clientela, materiais e técnica)*. Vol. I. Porto: Arquivo Histórico, Câmara Municipal, 1989.

ARAÚJO, Emanoel (org.). *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Museu Afro Brasil, 2010.

AROCENA, Félix Maria. *El Altar Cristiano*. Barcelona: Centro de Pastoral Litúrgica, 2006.

*Arte Sacra no Concelho de Alandroal: inventário artístico da Diocese de Évora.* Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2015.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal.* C-1, Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal.* P-V, Vol. 4. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

AZEVEDO, Thales. *O catolicismo no Brasil: um campo para a pesquisa social.* Salvador: EDUFBA, 2002.

AZEVEDO, Thales. *Povoamento da cidade do Salvador.* 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

AZZI, Riolando. *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos.* Rio de Janeiro: Paulinas, 1983.

BARDI, Pietro Maria. *A arte da prata no Brasil.* Salvador: Banco Sudameris Brasil S.A, 1979.

BATISTA, Jorge. “Contributos para o percurso da gravura e do ensino artístico em Portugal entre os séculos XVIII e XIX”. *Revista Visuais*, v. 5, n. 2, 2019, p. 85–105, 2019.

BOROBIO, Dionísio. *A dimensão estética da liturgia: arte sagrada e espaço para celebração.* São Paulo: Paulus, 2010.

BOXER, Charles. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770.* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOXER, Charles. *O império colonial português, 1415-1825.* Lisboa: Edições 70, 1969.

BRAGA, Isabel. “A Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Estêvão de Alfama e a assistência à pobreza (1806–1820)”. *Tempo*, v. 20, 2014, p. 1-19.

BRANCANTE, Maria Helena. *Os ourives na história de São Paulo.* São Paulo: Editora Árvore da Terra, 1999.

BRANDÃO, Angela. “O Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos e os estudos arquitetônicos da Biblioteca Nacional de Portugal: uma interpretação”. *Revista VIS: Revista*

*Do Programa De Pós-Graduação em Artes Visuais, 15(2), 2018, 8–21.* Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/vis.v15i2.20344>>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

BRAULT, Solange; BOTTINEAU, Yves. *L'Orfèvrerie Française du XVIII Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

CAETANO, Joaquim Oliveira. “A microarquitetura. O uso da decoração arquitetural na ourivesaria portuguesa”. In: PIMENTEL, António Filipe; CAETANO, Joaquim Oliveira (orgs.). *A arquitetura imaginária. Pintura, escultura, artes decorativas*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2012-2013, p. 63-92.

CAETANO, Marcelo. “A história da organização dos mestres na cidade de Lisboa”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 318, 1978, p. 285-300.

CALVO, Miguel; SEVILANO, E. “Alvaro Alonso Barba y El Arte de los Metales”. *QUIBAL*, n. 106, 1998, p. 106-111.

CAMARGO, Angelica Ricci. *Câmaras Municipais, Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Colonial*. Arquivo Nacional, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, maio de 2013. Disponível em: <<https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/57-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-colonial/141-camaras-municipais>>. Acesso em: 10 de maio de 2024.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Arte Sacra no Brasil Colonial*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, Belo Horizonte, 2011.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. “O novo e o velho. Mestres aprendizes na pintura baiana, (1790-1850)”. In: *Artistas e artífices e a sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas VII Colóquio Luso-brasileiro de História da Arte, Porto, 2005, p. 367-372.

CARDOSO, Luiz Antonio F.; BAÊTA, Rodrigo E. “A construção da paisagem urbana da área central de Salvador: da fundação até finais do século XIX”. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LUDEÑA, Wiley (Orgs.). *Diálogos Metropolitanos Lima-Salvador: processos históricos e desafios do urbanismo contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 101-148.

CARLOS, Rita. “O ofício de ensaiador da prata em Lisboa (1690-1834)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, série nº 7, 2017, p. 83-110. Disponível em:

<<https://revistas.ucp.pt/index.php/revistaartesdecorativas/issue/view/151>>. Acesso em: 20 de março de 2023.

CHERRY, John. *Medieval Craftsmen Goldsmiths*. 2º Ed. Toronto: University of Toronto Press, 1992.

CONCEIÇÃO, Hélida Santos. *O sertão e o Império: as vilas do ouro na Capitania da Bahia (1700-1750)*. 422f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Avelino de Jesus. “A Santíssima Eucaristia nas Constituições diocesanas portuguesas desde 1240 a 1954”. *Lusitania Sacra*, Tomo 1, 2ª série, 1989, p.197-243.

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves Marques da. *Contribuição dos museus para o desenvolvimento social. Estudo de caso: documentos referentes à Fazenda de Saubara – Santo Amaro – Bahia, 1650-1792*. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1983.

COSTA, Laurindo. *Uma arte famosa*. Porto: Costa & Cia Editores, 1920.

COSTA, Virginia. “Ligas Metálicas: estrutura, propriedades e conservação de objectos culturais”. In: SILVA, Armando Coelho Ferreira da; HOMEM, Paula Menino (coords.). *Ligas Metálicas. Investigação e Conservação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p. 15-28.

COUTO, Edilece Souza. “Viver e morrer entre irmãos: as irmandades e ordens terceiras de Salvador-BA”. *Revista Brasileira de História Das Religiões*, v. 6, n. 18, 2014, p. 07-23.

COUTO, João; GONÇALVES, António M. *A Ourivesaria em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. 2ª ed. São Paulo: EDUNESP, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. “Aspectos sociais da aprendizagem de ofícios manufatureiros no Brasil colônia”. *Fórum* (Rio de Janeiro), 2 (4), 1978, p. 31-65.

CUZNER, Bernard. *Manual del platero. Diseño y manufactura de objetos de plata de uso doméstico.* 2<sup>a</sup> ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A., 1958.

DENZINGER, Heinrich. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja Católica.* São Paulo: Loyola, São Paulo, 2006.

DIAS, João José Alves. *Um olhar sobre as Ordenações. Biblioteca das Cortes:180 anos.* Lisboa: Assembleia da República, 2017. Disponível em: <<https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/catalogoexpobib2.pdf>>. Acesso em: 20 de março de 2023.

DOTRO, Ricardo Pascual; HELDER, Gerardo Garcia. *Dicionário de Liturgia.* São Paulo: Ed. Loyola, São Paulo, 2006.

DUARTE, Luís Miguel. “Os Ourives da Câmara do Porto no final da Idade Média”. In: *Actas do Colóquio Ourivesaria do Norte de Portugal.* Porto: Fund. Eng. Antônio de Almeida, 1986, p. 67-75.

EIRA, Josefina Isabel Gomes da. “Ordenações Afonsinas: Evolução e distinção social das penas”. *Omni Tempore. Encontros da Primavera 2016*, 2, p. 41-66, 2017. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15558.pdf>>. Acesso em: 7 de julho de 2024.

ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos.* Lisboa: Arcádia, 1979.

FABRINO, Raphael João Hallack. “A Prata”. In: *Guia de Identificação de Arte Sacra.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2012, p.90-98.

FAZENDA, Vieira. “As bandeiras dos ofícios”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo 86, 1919, p. 131-136.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. “Estudo introdutório”. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.* São Paulo: EDUSP, São Paulo, 2010, p. 7-75.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales. “Uma metrópole no ultramar português. A Igreja de São Salvador da Bahia de Todos os Santos”. In: SOUZA, Evergton Sales; MARQUES, Guida; SILVA, Hugo. *Salvador da Bahia: retratos de uma cidade atlântica.* Salvador: EDUFBA, 2016, p. 129-162.

FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (orgs.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. “Labor e arte, registros e memórias. As teias do fazer artístico no espaço luso-brasileiro”. In: *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Porto: Universidade do Porto/CEPESE/FCT, 2007, p. 109-118.

FLEITER, Bruno. “Quando chegou Trento ao Brasil?”. In: GOUVEIA, Antônio Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (Coords.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Igrejas e Conventos da Bahia*. Brasília: Programa Monumenta, 2010.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Mobiliário baiano*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Oficiais mecânicos da Cidade do Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 1974.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Oficiais mecânicos e vida quotidiana no Brasil”. *Revista Oceanos* (Lisboa), n. 42, p. 70-84, 2000.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os Oficiais Mecânicos em duas Regiões Brasileiras: Salvador e São Paulo”. *Universitas Cultura* (Salvador), n. 37, p. 33-52, 1986.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os oficiais mecânicos na cidade notável do Salvador”. In: *Artistas e artífices e sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2007, p.373-383.

FONSECA, Jealva A. L. “Patrimônio Imobiliário Urbano da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos séculos XVIII-XX”. *Cadernos PPGAU/UFBA*, 3, p. 55-68, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1259>>. Acesso em: 13 de abril de 2023.

FRADE, Gabriel. *Arquitetura e liturgia: as contribuições do movimento litúrgico à arquitetura católica paulistana (1933-1962)*. 212f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

FRADE, Gabriel. “Elementos para a compreensão do Altar Cristão”. *Revista de Cultura Teológica*, v.. 19, n. 73, 2011, p. 149-163.

FRANCESCHI, Humberto. *O ofício da prata no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1988.

FRANCO, Odair. *História da febre amarela no Brasil*, Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 1969.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “As “Arma Christi” de Eli Du Bois e José Joaquim da Rocha”. In: *Revista Museu*, IV série, n.8. Publicação do Círculo Dr. José Figueiredo, 1999, p. 151- 181.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A Talha Neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2006.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “A Gênese formal e simbólica do retábulo de N. Sr. Do Bonfim da Bahia e seus derivados”. *Revista de arte Ohun*, n. 1, 2004, p. 1-26.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. “José Joaquim da Rocha e a Escola Baiana de Pintura; entre a oralidade, a crônica e a documentação”. *Perspectiva Pictorum*, 2(2). 2024, p. 207-229.

GONÇALVES, A. Nogueira. “Custódias de Coluna”. *Mundo da arte*, nº 7, 1982, p. 20-22.

GONÇALVES, Lopes. “As corporações e as bandeiras de ofícios”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 206. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, p. 171-191, 1952.

GONZALÉZ, Jordi Pérez. “How Roman Sumptuary Specialists Called Themselves: A Corpus-Based Study”. *Latomus*, vol 78, ed. 4, p. 996-1037, 2019. Disponível em: <[https://poj.peeters-leuven.be/content.php?url=journal.php&journal\\_code=LAT](https://poj.peeters-leuven.be/content.php?url=journal.php&journal_code=LAT)>.

Acesso em: 13 de março de 2024.

GONZÁLEZ, Pérez. “How Roman Sumptuary Specialists Called Themselves: a corpus-based study”. *Latomus*, n. 78, 2019, p. 996-1037.

GUERRA, Maria Filomena. “Patrimônio Cultural em ouro e prata. Técnicas de fabricação de objetos e origem dos metais”. In: *Anais do 2º Congresso Latino-americano de Restauração de Metais*, Rio de Janeiro: MAST, 2005, p. 77-102.

HEINZ-MOHR, Gerd. *Dicionário dos símbolos: imagens e sinais da arte cristã*. São Paulo: Paulus, 1994.

HERMANN, Jacqueline. “Cenário do encontro de povos: a construção do território”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. IBGE, Rio de Janeiro, 2007, p. 19-33.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Petrópolis: Vozes, 1992.

IGLESIAS, Tania Conceição. “Fontes franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na história da educação brasileira”. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 11, n. 43, 2012, p. 254–267; p. 255. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639941/7504>>. Acesso em 15 de abril de 2021.

JARDIM, Maria do Rosário; MONTEIRO, Inês de Líbano. “A prata do solene aparato da coroa portuguesa (a partir da 2ª metade do século XVIII): identificação de um conjunto de 23 obras dos séculos XVI a XVIII”. *Revista de artes decorativas*, nº 4, Universidade Católica Portuguesa, 2010, p. 11-48.

JESÚS SANZ, María. *Una hermandad gremial: San Eloy de los plateros, 1341-1914*. Sevilla: Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 1996.

JOLIO, Paolo. “A arte em prata em Nápolis”. In: OSWALDO, Angelo; LEONE, Giorgio; VOLDRET, Rossela. *Barroco Italia Brasil: prata e ouro na Casa Fiat de Cultura*. São Paulo: Base 7 Projetos Culturais, 2014, p. 26-35.

JUNG, C.G. *O símbolo da transformação na missa*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

JUNGMANN, Josef A. *Missarium Sollemnia: origens, liturgia, história e teologia da missa romana*. 5ª Ed. São Paulo: Paulus, 2008.

JÚNIOR, José Rosas. *Pratas e joias dos séculos XVII e XVIII*. Porto: Grémio dos Industriais de Ourivesaria do Norte, 1950.

KLIALUGA, Andréia Madeira. *Metalurgia básica para ourives e designers – do metal à joia*. São Paulo: Blucher, 2009.

LAGE, Lana. “As Constituições da Bahia e a Reforma Tridentina no Clero do Brasil”. In: FEITLER, Bruno; SOUZA, Evergton Sales (Orgs.). *A Igreja no Brasil: normas e práticas durante a vigência das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Ed Unifesp, 2011, p. 147-177.

LANGHANS, Franz-Paul. “As antigas corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa”. *Revista Municipal*, n. 7, 1941, p. 7-13. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ieJKh>>. Acesso em 12 de abril de 2023.

LANOEL, Alejandro. *Diccionario Universal de Artes Plásticas*. Tomo I. Argentina: Ediciones Didácticas, 2019.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário analítico do Ocidente medieval*. Vol. 2. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média. Conversas com Jean-Luc Pouthier*. 4º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

LEITE, Serafim. *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil, 1549-1760*. Lisboa; Rio de Janeiro: Edições Brotéria; Livros de Portugal, 1953. Disponível em: <<https://ia803404.us.archive.org/23/items/artesoficiosdos00leit/artesoficiosdos00leit.pdf>>. Acesso em: 3 de março de 2022.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Disponível em: <<https://archive.org/details/leite-serafim-1938-historia-da-companhia-de-jesus-no-brasil-tomo-2/page/n1/mode/2up>>. Acesso em: 3 de março de 2022.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1949.

LENCI, Ruggero. “La tecnica a sbalzo su lastra metallica”. In: Studi Sulla Rappresentazione dell’architettura e sull’uso dell’immagine nella scienza e nell’arte, 4 (7), 2019, p. 38–49. Disponível em <<https://doi.org/10.15168/xy.v4i7.123>>. Acesso em 08 de abril de 2024.

LIMA, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira. “A lei de cunhagem de 4 de agosto de 1688 e a emissão de moeda provincial no Brasil (1695-1702). Um episódio da história monetária do Brasil”. *Revista de Economia Contemporânea* (Rio de Janeiro), 2005, p. 385-410. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/5d8j8NvSQF5FCsNf4XhnVVn/?lang=pt>>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. “Estudo das categorias sócio-profissionais, dos salários e do custo da alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930”. *Revista Brasileira de Economia*, 27, 1973, p. 136-137. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/119/6183>>. Acesso em: 3 de maio de 2024.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. A atualização do quinto. Disponível em: <<https://www.portaltributario.com.br/artigos/atualizacaodoquinto.htm>>. Acesso em 10 de maio de 2024.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. “A forte presença dos mesteres”. In: MATTOSO, José (dir.); MAGALHÃES, Joaquim Romero (coord.). *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Vol. III. Coimbra: Editorial Estampa, 1993, p. 311-313.

MAIA, Antônio. *Pequeno dicionário católico: dogma-liturgia-moral-Bíblia*. Rio de Janeiro: Estrela do Mar, 1966.

MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérèse. “Roma, Lisboa, Rio de Janeiro, Londres e Paris. A longa viagem do Álbum Weale (1745-1995) revisitada”. In: *De Roma para Lisboa. Um Álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: Museu São Roque, Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2015, p. 39-57.

MARÇAL, Duarte de Meneses. “A casa dos vinte e quatro de Lisboa” . *Lusíada. Direito*, (25/26), 2021, 179–249. Disponível em: <<https://doi.org/10.34628/zgp5-q979>>. Acesso em: 20 de março de 2022.

MARQUES, João Francisco. “A renovação das práticas devocionais”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.). *História Religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*. Vol. 2. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 558-601.

MARSILI, Salvatore. *Sinais do Mistério de Cristo: teologia, liturgia dos sacramentos, espiritualidade e ano litúrgico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: IPHAN, 1974.

MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: Mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824)*. 238f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MATTOS, Ana Teresa Góis Soares. *Nem português, nem mineiro...baiano e nacional, com todo respeito: a atuação da Bahia na construção do campo do patrimônio brasileiro*. 146p. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

MATTOSO, José. *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. Vol 3. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, Kátia. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELO, Arnaldo Sousa. *Trabalho e produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c.1320 – c.1415*. 497f. Tese (Doutorado em História). Vol. 1. Programa de Doutoramento em História, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Minho, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Ofícios Banais: o controle dos ofícios pelas Câmaras de Lisboa e das Vilas de Minas Gerais (1750-1808)*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MONTAGU, Jennifer. “O Álbum Weale revisitado”. In: *De Roma para Lisboa. Um Álbum para o Rei Magnânimo*. Lisboa: SCML, Museu de São Roque, 2015.

MORENO, Isabela; DAGLISH, Geralda. “Do barro ao metal: a fundição artística no brasil do séc. XVIII à contemporaneidade”. In: *Anais do 23º Encontro da ANPAP – Ecossistemas Artísticos*, Belo Horizonte, 2014, p. 3757-3772.

MOTA, Rosa Maria dos Santos. “Mobiliários de ofício: as bancas de ourives”. *Res Mobilis – Revista Internacional de Investigación em mobiliário y objetos decorativos*, v. 5, n. 6, 2016, p.96-107.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador: Aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2007.

NEVES, Guilherme Pereira das. “*E receberá mercê*”: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1997.

NIGRA, Dom Clemente da Silva. “A prataria seiscentista no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 6, 1942, p. 241-276.

*Normas de Inventário: Ourivesaria*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2011.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. “A Irmandade do Santíssimo Sacramento: funções e funcionamento (Ouro Preto, século XVIII)”. *OPSIS*, v. 12, n. 1, 2012, p. 382–403.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. *O Rococó Religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

OTT, Carlos. *A Escola Bahiana de Pintura, 1764-1850*. São Paulo: MWM Motores Diesel, 1982.

OZANAN, Luiz Henrique. *A joia mais preciosa do Brasil: joalheria em Minas Gerais, 1735-1825*. 258p. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PAIM, Gilberto. *A beleza sob suspeita. O ornamento em Ruskin, Lloyd Wright, Loos, Le Corbusier e outros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

PAIVA, José Pedro. “A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas”. In: GOUVEIA, Antônio Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (Coords.). *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 13-40.

PAIVA, José Pedro. “Sociabilidades religiosas: confrarias e irmandades”. In: PAIVA, José Pedro (coord.). *História da Diocese de Viseu*. Vol. 2. Viseu; Coimbra: Diocese de Viseu e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, p. 606-615.

PENTEADO, Pedro. “Confrarias”. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). *Dicionário de história religiosa de Portugal*. A-C, Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 459-470.

PEREIRA, André Luiz Tavares. *A constituição do programa iconográfico das Irmandades de Clérigos seculares no Brasil e em Portugal no século XVIII: estudo de caso*. 733f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PEREIRA, J. M. Esteves. *A indústria portuguesa: século XII a XIX*. Lisboa: Empresa do Occidente, 1900. Disponível em: <<https://purl.pt/27014>>. Acesso em 23 de maio de 2023.

PIMENTEL, António Filipe. *A encomenda prodigiosa. Do Patriarcal à Capela de São João Batista. Catálogo de Exposição do Museu Nacional de Arte Antiga*. Portugal: Museu São Roque, Santa Casa de Misericórdia, 2013.

PINHO, Cátia Braga Moreira de. *Um “abrigo” para o acervo da Igreja da Sé: Trajetória da Institucionalização e implantação do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (1939-1959)*. 171f. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Programa de Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos de economia atlântica no século XVIII*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. 251f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

REGINALDO, Lucilene. “Irmandades”. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). *Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 268-274.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século*

XIX. 2º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

REIS, João José. “Presença negra: conflitos e encontros”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2007, p. 79-100.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

REIS, Lysie. “Os homens rudes e muito honrados dos mesteres”. *Revista de Ciências e Técnicas do Patrimônio*, v. 4, 2005, p. 235-259.

ROHRBACHER, Padre. *Vidas dos Santos*. São Paulo: Editora das Américas, 1961.

ROIG, Juan Ferrando. *Iconografía de los Santos*. Barcelona: Ediciones Omega, 1950.

ROQUE, Maria Isabel. *O Sagrado no Museu: musealização de objectos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011.

ROSA, Mercedes. *Prata da casa: prataria luso-brasileira na coleção do Museu Carlos Costa Pinto*. Salvador: Fundação Museu Carlos Costa Pinto, 2009.

ROSA, Mercedes. “Ourivesaria baiana e colonial: os ourives e suas obras”. In: *Artistas e artífices e sua mobilidade no mundo de expressão portuguesa*. Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2005, p. 403-411.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. “Aspectos da vida social das irmandades leigas da Bahia no século XVIII”. *Universitas Cultura* (Salvador), n. 6/7, 1971, p. 145-168.

RUÍZ, Afonso. *História da Câmara Municipal de Salvador*. Salvador: Câmara Municipal, 2002.

SÁ, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830)*. 381f. Tese (Doutorado em História)

– Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SANTINI, Valesca Henzel. *Produção, circulação e usos da joia em São Paulo no século XIX, 1815 – 1889: um estudo de cultura material*. 250p. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; LIMA, Carlos Alberto. “Notas sobre a Rua dos Ourives: os ofícios, a escravidão e a vida social na cidade do Rio de Janeiro (séc. XVIII). In: MARTINS, William de Souza; MAIA, Andréa Casa (Orgs.). *Novas pautas para a História Social: ensaios, pesquisas e memórias do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro nos seus 40 anos*. São Paulo: Dialética, 2024, p. 119-143.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. *O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América Portuguesa, século XVIII*. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Clara Braz dos. *Louvor e distinção no Brasil Colonial: as façanhas virtuosas da nobreza nos séculos XVII e XVIII*. Florianópolis: Editora Udesc, 2023.

SANTOS, Cristina Isabel Passos Riveiro Fé. *Contributo para os sacrários barrocos em Portugal*. 117f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, Faro, 2012.

SANTOS, Francisco Marques dos. “A Ourivesaria no Brasil Antigo”. *Estudos Brasileiros*, ano II, vol. 4, nº 12, 1940, p. 625-679.

SANTOS, Georgina Silva dos. *Ofício Sangue: a Irmandade de São Jorge e a inquisição na Lisboa Moderna*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de cultura Ibero-Atlântica, 2005.

SANTOS, Irina Aragão dos. *Joias de afeto: um catálogo de referências sobre usos e significados na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Comparada) - Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, Manuela de Alcântara. *Mestres Ourives de Guimarães. Séculos XVIII e XIX*. Porto: Campo das Letras, 2007.

SANTOS, Rita. *Joia, fundamentos, processos e técnicas*. São Paulo: SENAC, 2017.

SANTOS, Sandra Cristina Almeida. “Contribuição para o estudo da oficina de ourivesaria de Almeida Júnior Casa Museu Guerra Junqueiro”. *2º Ciclo de Estudos em Museologia*, Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2013. Disponível em <<https://hdl.handle.net/10216/74419>>. Acesso em 8 de setembro de 2023.

SANT'ANA, Sabrina Mara. *Sobre o meio do altar: os sacrários produzidos na região centro-sul das Minas Gerais setecentista*. 208f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SENA, Consuelo Pondé de. “Centro de Estudos Baianos, elementos para sua História”. *Universitas Cultura* (Salvador), n. 33, p. 41-58, 1985.

SENNA-MARTINEZ, J.C. “Metals, Technique and Society. The Iberian Peninsula between the first Peasant Societies with Metallurgy and the Urban Revolution”. In: CANDEIAS, António; GUERRA, Maria Filomena; TISSOT, Isabel (coords.). *A ourivesaria pré-histórica do Ocidente Peninsular Atlântico: compreender para preservar*. Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2013, p. 11-20.

SILVA, Cândido Costa e. *Os Segadores e a Messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Henrique Nelson da. “Os artífices e as Irmandade de Ofício. Cultura corporativa, conflitos e mobilidade social no Recife e Rio de Janeiro no século XVIII”. In: ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de (org.). *Entre a terra e o céu. Irmandades Leigas em Pernambuco (séculos XVIII – XIX)*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, 2019, p. 118-412.

SILVA, Nuno Vassalo; BRANCO, Pedro Bourbon de Aguiar. *Prataria do século XVI ao XIX em Portugal*. Porto: Edição do autor, 2009.

SIMONSEN, Roberto C. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. 4º Ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

SOUSA, Ana Cristina Correia de. *Ourivesaria estampada e lavrada. Uma técnica milenar numa oficina de Gondomar.* 375f. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Faculdade de Letras do Porto, Porto, 1997.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII. Poder político local e atividades econômicas.* São Paulo: Alameda, 2012.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos. *Ourivesaria Portuguesa: breves apontamentos históricos sobre os ofícios, marcas e matérias relacionadas, essencialmente até a criação das contrastarias (1882).* Porto: [S.E.], 2020.

SOUSA, Gonçalo Vasconcelos. *Pratas portuguesas em coleções particulares: séc. XV ao séc. XIX.* Porto: Civilização, 1988.

TEIXEIRA, João Batista Guimarães. *Ouro na Bahia: Metalogênese e Potencial Exploratório.* Salvador: CBPM, 2019.

TERRA, Fernanda. *Mestres da Gravura.* Catálogo Exposição - Coleção Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Centro Cultural Correios, 2011.

*Thesaurus: Vocabulário de objectos do culto católico.* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Fundação da Casa de Bragança, 2004.

VALE, Teresa Leonor Magalhães do. “Da arte e da técnica: os desenhos como fonte de informação da prática artística. A oficina dos Valadier, ourives romanos dos séculos XVIII e XIX”. *Quintana: Revista do Departamento de História da Arte*, (20), 2021, p. 1-16.

VALE, Teresa Leonor Magalhães do. “Entre castiçais, vasos, bustos de santos e estátuas de apóstolos: ceremonial e aparato barroco do altar da Patriarcal joanina”. *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.1, 2<sup>a</sup> série, 2014, p. 195-211; p. 200.

VALE, Teresa Leonor Magalhães do. “Testemunhos brôneos do Settecento romano em Lisboa. As molduras do Ecce Homo e da Virgem Orante do Museu Nacional de Arte Antiga e outras obras de Francesco Giardoni”. *Revista De Artes Decorativas*, (6), 2012, 127-150.

VALLADARES, José e Gizela. “Ourivesaria”. In: VALLADARES, José e Gizela. *As artes plásticas no Brasil.* Vol. I. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1952, 203-223.

VALLE, Manuel; VALLE, Lucília Boullosa. *Ouro popular português*. Porto: Lello & irmão Editores, 1992.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII ao XIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VIDAL, Manoel Gonçalves. *Marcas de Contrastes e Ourives Portugueses*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1974.

VIDAL, Manuel Gomes. *Marcas de contrastes e ourives portugueses*. Vol I (Século XV a 1887). Lisboa: Casa da Moeda, 1974.

WILLEKE, Frei Venâncio. “Frei Vicente do Salvador, OFM”. *Revista de História*, São Paulo, v. 26, n. 54, 1963, p. 295–307, 1963. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121966/118788>>. Acesso em 20 de junho de 2021.

ZANINI, Walter. *História Geral da Arte no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles, Fundação Djalma Guimarães, 1983.